



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Pedro Paiva Marreca

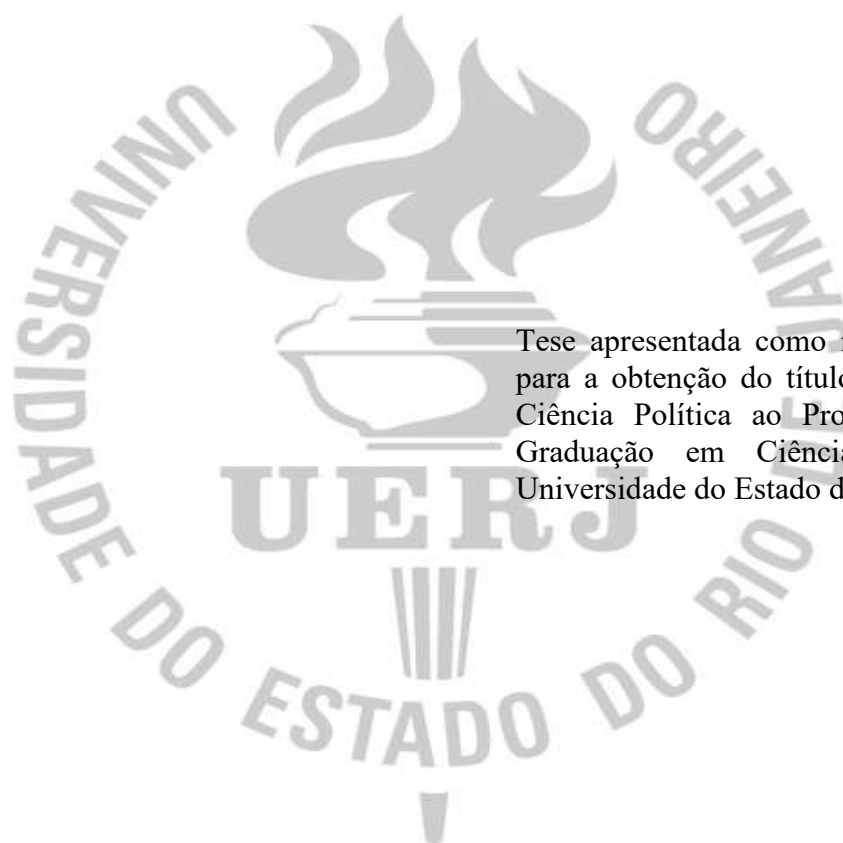
**Teoria política e nacionalismo periférico na obra de Hélio Jaguaribe,
Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado:
epistemologia, história e política (1953-1964)**

Rio de Janeiro

2020

Pedro Paiva Marreca

**Teoria política e pensamento periférico na obra de Hélio Jaguaribe,
Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado: epistemologia, história e política
(1953-1964)**



Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D - IESP

M358 Marreca, Pedro Paiva.
Teoria política e pensamento periférico na obra de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado: epistemologia, história e política (1953-1964) / Pedro Paiva Marreca. – 2020.
289f.

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Ciência política – Brasil - Teses. 2. Nacionalismo – Teses. 3. Brasil – Política e governo - 1953 – 1964 - Teses. 4. Jaguaribe, Hélio, 1923-2018 – Teses. 5. Ramos, Guerreiro, 1915-1982 - Teses. 6. Furtado, Celso, 1920-2004 - Teses. I. Lynch, Christian Edward Cyril. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 32(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

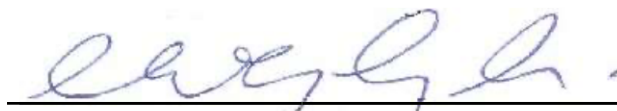
Pedro Paiva Marreca

**Teoria política e nacionalismo periférico na obra de Hélio Jaguaribe, Alberto
Guerreiro Ramos e Celso Furtado: Epistemologia, História e Política (1953-
1964)**

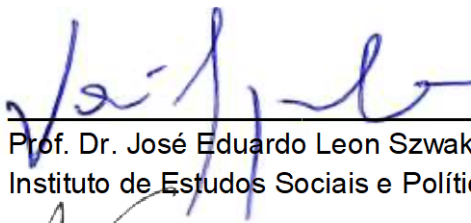
Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro.

Aprovada em 05 de Agosto de 2020.

Banca Examinadora:



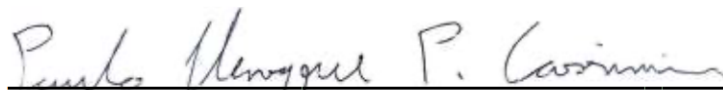
Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO



Prof. Dr. Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Universidade de São Paulo - USP



Prof.ª Dr.ª Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Rio de Janeiro

2020

RESUMO

MARRECA, P. P. *Teoria política e nacionalismo periférico na obra de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado: epistemologia, história e política (1953-1964)*. 289f. 2020. Tese (Doutorado em ciência política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A partir da análise das obras de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado (1953-1964) e dos vínculos diacrônicos e sincrônicos que constituem determinado estrato da *linguagem* nacionalista brasileira, pretendemos demonstrar ser possível identificar a constituição de uma teoria política subjacente ao pensamento desses autores. Propomos que essa teoria política pode ser compreendida fundamentalmente a partir de três dimensões: *epistemológica*, *histórica/historiográfica* e *política*. No plano da *dimensão epistemológica*, nos detemos especialmente sobre reflexões que dizem respeito às determinações colocadas à produção do conhecimento no campo político dada a condição periférica; a *dimensão histórica/historiográfica* se expressa em uma interpretação crítica do processo histórico brasileiro calcada no conceito de desenvolvimento; a *dimensão política* engloba não somente o projeto político encampado pelos autores, mas também o esforço de teorização sobre o próprio processo de democratização que eles julgavam presenciar, formalizada sua manifestação última em uma teoria democrática.

Palavras-chave: Teoria Política. Pensamento Político Brasileiro. Nacionalismo.

ABSTRACT

MARRECA, P. P. *Political theory and peripheral thought in the work of Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos and Celso Furtado: epistemology, history and politics (1953-1964)*. 289f. 2020. Tese (Doutorado em ciência política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

By analyzing the writings of Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos and Celso Furtado (1953-1964), and the diachronic and synchronic links that constitute a certain layer of the Brazilian nationalist language, we intend to demonstrate that it is possible to identify the constitution of a political theory underlying the thought of these authors. We propose that this political theory can be understood fundamentally through three dimensions: epistemological, historical / historiographical and political. In terms of the epistemological dimension, we focus especially on reflections that concern the determinations placed on the production of knowledge in the political field, given the peripheral condition; the historical / historiographical dimension is expressed in a critical interpretation of the Brazilian historical process based on the concept of development; the political dimension encompasses not only the political project taken on by the authors, but also the theorizing effort on the very democratization process that they believed to witness, formalizing its ultimate manifestation in a democratic theory.

Keywords: Political Theory. Brazilian Political Thought. Nationalism.

DEDICATÓRIA

Às minhas queridas avós,
Eurídice e Grete

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao IESP-UERJ como instituição que, na pessoa de tantos professores e funcionários, me acolheu e abriu espaço para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida. Em especial, agradeço ao meu orientador, Christian Lynch, por ser enorme referência intelectual, pela confiança depositada em meu trabalho e pelas contribuições fundamentais, entre disciplinas, reuniões e debates, ao meu aperfeiçoamento enquanto pesquisador. Aos vários professores do Instituto com os quais tive o prazer de conviver - em sala de aula, congressos e nos bares da vida -, e que gentilmente se mostraram interessados em conhecer a pesquisa e ouvir as questões que moviam este estudante.

Aos professores Marcelo Gantus Jasmin, Vera Alves Cepêda, José Leon Szwako e Paulo Henrique Cassimiro, por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca de defesa desta tese. Pela leitura atenta, generosa e pelas contribuições diversas em diferentes momentos da elaboração deste trabalho.

Menciono nominalmente os professores Wanderley Guilherme dos Santos e César Guimarães; os quais tive o prazer de acompanhar em aulas e palestras transformando Ciência Política em algo próximo ao que podemos chamar de arte.

Aos meus pais, Laura Santos e Ernesto Marreca, pela força de sempre e carinho incondicional. Meu irmão, Artur Marreca, amigo de toda a vida e grande inspiração. Marina Cervo, minha companheira nesses anos de tanto trabalho, incertezas e obstáculos, cujo amor e a arte me levou a superar tudo com brilho nos olhos. Aos tantos amigos, cuja parceria foi fundamental para encarar com alguma leveza o desafio imposto por trabalho dessa monta; dentre os quais cito somente Leonardo Barbosa, Gabriel Gutierrez, Márcia Baís, Hélio Cannone, Paulo Cassimiro, Maria Melo, Gabriel Pimentel, Ângelo Remédio e Gabriel Trigueiro, por estarem mais próximos nesta fase final de redação da tese e me fazerem acreditar que tudo ia dar certo.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão das bolsas de fomento à pesquisa que tornaram possível a realização desta tese.

A ordenação do pensamento político e social brasileiro pode ser realizada, como se mostrou, segundo diversos ângulos, em obediência aos interesses de investigação do historiador. Maior ou menor perícia será responsável pelo grau de persuasão que as 'histórias' irão possuir. Importante a reter é que não existe uma única história das ideias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas. Isto entretanto não quer dizer que não seja possível, ou útil, traçar-se essas diversas histórias. Tudo depende da utilidade do objetivo que se tem em vista. Se se está interessado em um refinamento metodológico das reflexões sobre processos sociais, então é útil; se se está buscando identificar o sentido histórico das pregações sociais, a despeito da retórica manifesta que exibem, então também é útil. Se entretanto apenas se procura justificativas científicas únicas para as opções que se fazem hoje, sejam opções metodológicas, teóricas ou políticas, então é inútil. Quase sempre é possível provar o oposto.

Wanderley Guilherme dos Santos, Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira

Divergências ideológicas, contudo, não constituem diretamente o futuro cânone predominante de interpretação do período. Não se trata de uma linha reta. Ao contrário, *é necessário perder a memória da luta ideológica, sublimá-la, para constituir a história de um paradigma acadêmico*. O contexto de interpretação - produto da historicidade - se altera. Como apreciar positivamente o Estado-Petrobrás ou o Estado-Brasília, quando o Leviatã se tornou Estado-treva? Não será sempre o mesmo Estado, afinal percebido em sua 'essência' por marxistas radicalizados e liberais *in pectore*? Abandonadas por irrelevantes as vãs esperanças da 'democracia populista' foi necessário exorcizar seus 'mitos'. Um começo radicalmente novo, pelo menos em relação às 'ilusões' dos derrotados. Mas o que fazer com os vitoriosos de então - não os militares, mas a ordem econômica que veio a prevalecer? Também o Estado-treva passou-se e um novo futuro - transição democrática, infortúnio econômico-social - demanda um novo olhar. A guerra já não estaria em nós - 'todo este Sul já fede a paz', diria Pound -, mas como responder, agora a sério, a perguntas como: que Estado? que economia? que democracia?

César Guimarães, Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 UM EXERCÍCIO TEÓRICO E HISTORIOGRÁFICO: EPISTEMOLOGIA PERIFÉRICA, O SENTIDO DA DEMOCRACIA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.....	25
1.1 Elementos de uma epistemologia periférica.....	25
1.2 Historiografia e teoria do desenvolvimento político periférico: para uma alternativa à teoria do populismo e à teoria do patrimonialismo.....	35
1.2.1 <u>Para uma análise crítica da teoria do populismo.....</u>	38
1.2.2 <u>Para uma análise crítica da teoria do patrimonialismo.....</u>	44
1.3 A democratização do sentido e o sentido da democratização.....	51
1.3.1 <u>Do nacional-estatismo ao reformismo radical nacionalista: contribuições de Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida.....</u>	53
1.3.1.1 <u>Estratos do nacionalismo periférico: o nacionalismo-estatista de Alberto Torres e Oliveira Viana.....</u>	54
1.3.1.2 <u>Estratos do nacionalismo periférico: o reformismo radical de Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida.....</u>	68
1.4 Uma outra perspectiva historiográfica: a democracia como processo de democratização.....	81
1.4.1 <u>O desenvolvimento político brasileiro em duas chaves interpretativas: a cidadania regulada e a invenção do trabalhismo.....</u>	85
1.4.1.2 <u>A cidadania regulada e a invenção do trabalhismo: Organização, direitos sociais e a abertura de um horizonte participativo.....</u>	86
1.4.1.3 <u>Uma perspectiva política: a democracia como conflito, a social-democracia e o nacionalismo democrático.....</u>	94
1.5 Conclusão.....	101
2 HÉLIO JAGUARIBE: HISTORICISMO FASEOLÓGICO, ANÁLISE DE CONJUNTURAL DO DESENVOLVIMENTO E PROJETO POLÍTICO NACIONALISTA.....	103
2.1 Epistemologia periférica: Instrumental epistemológico nacionalista historicista e a ciência política na periferia.....	105
2.1.1 <u>Historicismo numa época de crise das ideologias.....</u>	105
2.1.2 <u>A crise das ideologias.....</u>	109
2.1.3 <u>O condicionamento faseológico do conhecimento periférico: fase, época, alienação e cultura.....</u>	113

2.2 Interpretação crítica do desenvolvimento político: instrumental conceitual e análise de conjuntura.....	122
2.2.1 <u>O arcabouço conceitual para análise do desenvolvimento político.....</u>	122
2.2.1.1 <u>Economia de exploração, clientelismo e compromisso.....</u>	122
2.2.1.2 <u>A crítica ao Estado cartorial.....</u>	131
2.2.2 <u>Análise de conjuntura e a superestrutura política: ademarismo, moralismo e reacionarismo da classe média liberal.....</u>	134
2.2.2.1 <u>O populismo reacionário de Ademar de Barros.....</u>	134
2.2.2.2 <u>A legitimidade da política e a antipolítica moralista da classe média.....</u>	140
2.3 Teoria e práxis democrática: entre o trabalhismo produtivo nacionalista e o neobismarkismo.....	145
2.3.1 <u>Trabalhismo produtivo e nacionalista: democracia, cooperação e luta de classes.....</u>	145
2.3.2 <u>Nacionalismo, Estado neobismarckiano e desenvolvimentismo.....</u>	152
2.3.2.1 <u>Neobismarkismo, capitalismo de Estado e welfare state.....</u>	156
2.3.2.2 <u>A controvérsia ideológica brasileira e a alternativa do desenvolvimentismo nacionalista.....</u>	161
3. ALBERTO GUERREIRO RAMOS: SOCIOLOGIA POLÍTICA NACIONALISTA, HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO E NACIONALISMO PÓS-COLONIAL.....	165
3.1 Epistemologia periférica: nacionalismo epistemológico e a legitimidade histórico-sociológica do estudo do fenômeno político na periferia.....	166
3.1.1 <u>Uma sociologia nacional e a teoria científica da realidade social.....</u>	166
3.1.2 <u>A legitimidade histórico-sociológica do estudo da política na periferia.....</u>	172
3.2 Interpretação crítica do desenvolvimento político: o desenvolvimento sociopolítico no Pensamento Político Brasileiro.....	181
3.2.1 <u>Uma teoria do desenvolvimento político no Brasil: do clã à ideologia.....</u>	191
3.3 Teoria e práxis democrática: ideologia nacional-desenvolvimentista e revolução brasileira.....	197
3.3.1 <u>Segurança nacional, crise no poder e nacionalismo militante.....</u>	197
3.3.2 <u>Nacionalismo pós-colonial, revolução brasileira e socialismo não-marxista.....</u>	210
4 CELSO FURTADO: SUBDESENVOLVIMENTO, POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E CAPITALISMO DEMOCRÁTICO.....	223
4.1 Epistemologia periférica: A teoria do subdesenvolvimento, o retorno ao historicismo e a orientação política das ciências sociais.....	223
4.1.1 <u>Economia, história e subdesenvolvimento: as bases para uma teoria do desenvolvimento nacional na periferia.....</u>	224

4.1.2 <u>Ciência política, reforma do Estado e desenvolvimento social</u>	230
4.2 <i>Interpretação crítica do desenvolvimento político: em busca de uma política para o desenvolvimento social</i>	233
4.2.1 <u>Industrialização sem uma autêntica política de industrialização</u>	234
4.2.1 <u>A conquista e internalização dos centros de decisão</u>	237
4.2.1.2 <u>A crítica ao custo social do desenvolvimento</u>	239
4.2.2 <u>Teorias da mudança social: desenvolvimento e liberdade</u>	241
4.3 <i>Teoria e práxis democrática: o capitalismo democrático e o esboço de uma teoria democrática na periferia</i>	248
4.3.1 <u>A democracia e o desenvolvimento do capitalismo</u>	249
4.3.2 <u>Democracia, populismo e crítica às classes dominantes</u>	259
4.3.3 <u>Um Reformismo democrático</u>	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	276
REFERÊNCIAS	280

INTRODUÇÃO

Apesar das décadas transcorridas, as análises, prescrições e ressalvas expostas em *Paradigma e História* (1978), de Wanderley Guilherme dos Santos, ainda animam o pesquisador interessado no estudo de um tema tão rico quanto o das tradições e linhagens políticas brasileiras, em sua complexa relação com a história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil. Wanderley Guilherme dos Santos fora um dos primeiros cientistas políticos brasileiros a criticar o parâmetro cientificista e institucionalista como critério de reconhecimento da legitimidade da atividade científico-social no Brasil¹ - cujos principais representantes, em sua perspectiva, eram Florestan Fernandes, Costa Pinto e Carneiro, Djacir de Menezes, Fernando de Azevedo e Almir de Andrade (SADEK, 1982). Da mesma forma, ele irá se contrapor aos critérios estabelecidos por chaves interpretativas liberais e do que qualificava como marxismo acadêmico, propondo como alternativa, a necessidade de se considerar as contribuições da produção precedente à institucionalização universitária das ciências sociais, sob o viés analítico da história das ideias políticas (BRANDÃO, 2005).

Wanderley Guilherme argumentava que Florestan Fernandes defendia o critério positivo institucional como marcador de legitimidade da produção na área das ciências sociais no Brasil; o que coincidia com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política na Universidade de São Paulo. Segundo esse critério, então, é somente a partir da institucionalização em uma entidade formal de ensino superior que a sociologia adquiria um caráter científico, em oposição à produção anterior tida como ensaísta, ideologicamente comprometida e politicamente normativa. A relevância da produção de pensamento social científico se configurava a partir da criação de cursos superiores, da importação de professores e técnicas de investigação de campo estrangeiras (SANTOS, 1967, p. 186). Derivações desse argumento se manifestaram sob a pena de outros autores. Ao defender os parâmetros de “autonomia” e “distinção progressiva”, Bolivar Lamounier (1982) atribui parâmetros análogos para delimitar o campo da Ciência Política, mobilizando padrões metodológicos e de profissionalização exógenos, que implicavam em uma recusa progressiva das narrativas históricas, sociológicas e culturalistas (LESSA, 2011). Mesmo reconhecendo a contribuição do pensamento político brasileiro anterior à institucionalização, ele propunha que a aproximação entre análise e projeção normativa, e o vínculo entre política e outras disciplinas, determinavam

¹ Para reflexões recentes sobre a história, o contexto, as escolas e as vicissitudes que perpassam o percurso de formação disciplinar e institucionalização da Ciência Política no Brasil, ver: LYNCH, 2013; 2016. Nos debates sobre os marcos da institucionalização da sociologia no Brasil, Alberto Guerreiro Ramos já havia polemizado com Florestan Fernandes em termos análogos. Cf.: BARIANI, 2006.

uma ruptura entre esse tipo de pensamento e o processo que viria a ser designado como “institucionalização da ciência política”, sendo este último associado, mais especificamente, à montagem de um sistema de pós-graduação na segunda metade dos anos 1960 (LESSA, 2011). Sérgio Miceli (1987), por sua vez, defendia o critério da institucionalização de forma a recusar a legitimidade do pensamento político carioca elaborado no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), posteriormente, no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), sob a justificativa de que somente a partir da constituição de centros universitários de pesquisa, seria possível adquirir uma postura neutra em relação à prática política e ao Estado². Como citado na epígrafe enunciada por César Guimarães (2000), críticas advindas de outras esferas também foram mobilizadas para obnubilar contribuições de tradições de pensadores políticos que desenvolveram suas obras antes da efetiva institucionalização do campo. No rescaldo da teoria do populismo, invocando a crítica marxista à ideologia, Toledo (1982), Mota (1978), Franco (1977) negavam a validade do pensamento nacionalista tido então como dissimulador e mistificador das classes trabalhadoras.

Durante as décadas de 1960 e 1970, Wanderley Guilherme dos Santos publica uma série de escritos dedicados ao estudo da teoria e história do pensamento político brasileiro: *Preliminares de uma controvérsia metodológica* (1965), *A imaginação político-social brasileira* (1967), *Raízes da imaginação política brasileira* (1970), *Paradigma e História: a ordem burguesa na Imaginação Social Brasileira* (1975) e *A Práxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa* (1978). Em oposição às interpretações que sujeitavam o critério de validade da reflexão política no Brasil a partir da perspectiva institucional, cientificista, universalista, apartada das outras ciências sociais e da narrativa histórica; o autor corrobora a importância do estudo da produção da “velha ciência política” (LYNCH, 2016) para a compreensão do desenvolvimento disciplinar da Ciência Política no Brasil³. No caso do

² “Enquanto em São Paulo os cientistas sociais se tornam cada vez mais profissionais acadêmicos, metidos de roupa e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das ciências sociais cariocas são, em sua maioria, e com as exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. Para tanto, basta confrontar os integrantes do núcleo central da escola sociológica paulista com as figuras de proa do IBESP e adiante do ISEB” (MICELI, 1987, S/p).

³ O presente trabalho se aproxima e presta o devido tributo às teses desenvolvidas por Wanderley Guilherme dos Santos, não por considerá-las definitivas ou terminantemente corretas – o que seria uma atitude epistemologicamente, ou mesmo ontologicamente, equivocada para um estudo deste gênero –; e nem na busca de justificativas na história para narrativas ou opções políticas pertinentes ao tempo presente – esforço que o próprio autor alertara ser inútil. A alusão explícita ao autor que, como se poderá notar, anima parte central da reflexão proposta nessa tese, se dá pois entendemos que, dos estudiosos que estabeleceram os cânones sobre a história do pensamento político no Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos se destaca por uma atitude historicista e epistemologicamente compreensiva, particularmente atenta aos condicionantes do pensar político na periferia, sem que isso implique no afastamento do debate teórico em alto nível de abstração. A disposição de “ler a sério” os autores brasileiros e capacidade de transcender a persistente distância – unanimemente percebida e sempre

pensamento nacionalista, objeto de referência no pensamento do autor, chamavam sua atenção, especialmente, as reflexões sobre os condicionantes à produção do pensamento político periférico: como se davam as relações entre teoria e *práxis* política, o recurso instrumental à história e a atenção aos elementos infraestruturais nas análises do desenvolvimento político feita por pensadores brasileiros, além das vicissitudes que compunham o processo de instauração da ordem burguesa no país. A abordagem histórica compreensiva permitia conceber uma linha de continuidade entre o pensamento político produzido antes da institucionalização e a disciplina que se organizava formalmente. E um dos fatores centrais para a compreensão desse movimento de continuidade implicava na observação da intrincada relação existente entre os intelectuais brasileiros e a esfera política concreta, sem que isso figurasse como um fator de deslegitimação daquele pensamento. É possível delinear na obra do autor a premissa de que “ao contrário da teoria sociológica ou da filosofia, a teoria política está sempre vinculada à prática e, por esse motivo, seu estudo não pode nunca ser eliminado a priori a pretexto de sua dimensão não-científica ou ideológica” (LYNCH, 2013, p. 33). O entendimento da história do pensamento político, e mesmo do próprio desenvolvimento político brasileiro, demandava um olhar a partir de categorias condizentes com a história do país. Como exemplo da relação entre história do pensamento político e a compreensão da política brasileira em seu tempo, recorreremos a uma citação em que Lynch (2013) analisa a motivação de Wanderley Guilherme dos Santos ao se debruçar sobre tradição do *autoritarismo instrumental*:

Em síntese, enquanto produzia a sua pesquisa sobre o pensamento político brasileiro, Wanderley Guilherme não estava encantado pela agenda autoritária instrumental que descobrira, mas preocupado com romper o dilema entre ordem liberal oligárquica e autoritarismo progressista em que a história política do Brasil parecia aprisionada, distinguindo entre liberalismo político e liberalismo econômico para condenar o Estado autoritário sem condenar o Estado intervencionista, que era indispensável para reduzir o imenso passivo social do país (LYNCH, 2013, p. 36).

O recurso à história e à teoria com fins práticos não deslegitimava a produção teórica, antes, remetia toda uma tradição do pensar político no Brasil. Em *Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira* (2017 [1975])⁴, Santos afirma ser possível detectar, já em meados do século XIX, especialmente entre os conservadores do Império, autores pautados pelos cânones do direito constitucional, que se dedicam ao estudo das

denunciada, mas efetivamente inexistente -, entre a periferia e a teoria, e a história, e a modernidade, etc., nos inspira a seguir hipóteses e pistas deixadas por Wanderley Guilherme dos Santos em nossa investigação do pensamento político no Brasil.

⁴ Quando pertinente para o argumento, iremos indicar o ano original de publicação do texto entre colchetes. Ex.: (Autor, data de referência [ano original da publicação]).

doutrinas política e econômicas para a orientação de gabinetes políticos, mas que é nas primeiras décadas do século XX que se torna possível observar reflexões mais substantivas no plano “pensamento político-social brasileiro”. Amparadas pela emergência e generalização de teorias sociológicas mais estabelecidas, e tendo em vista o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil, estes rompem com o “individualismo metodológico” a-histórico, centradas na análise de política de gabinetes, característico do pensamento político anterior, e passam a elaborar importantes hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social e o desenvolvimento político no país. Os trabalhos passavam a versar sobre temas como: a interação entre forças sociais, sociedades de desenvolvimento retardado, o papel das elites e das massas no desenvolvimento social, a emergência de movimentos autoritários, o papel dos partidos, das massas e das elites, a evolução do sistema nacional, etc.

O autor levanta então uma das hipóteses que tomamos de ponto de partida em nossa investigação. Ao afirmar que tratavam-se das “mais argutas análises sobre o processo político nacional” (SANTOS, 2017 [1975], p. 143), Wanderley também pontuava que estas seriam retomadas e reeditadas pelos intelectuais nacionalistas da década de 1950, constituindo as raízes da “imaginação política brasileira” (Cf. SANTOS, 2017 [1970]). Ambiente social, elementos de uma perspectiva epistemológica, concepção de desenvolvimento e projeto político aproximam o pensamento de uma específica vertente do pensamento autoritário de 1930 e alguns intelectuais nacionalistas de 1950:

Irônica mas compreensivelmente, é com a ordem burguesa como paradigma no fundo da mente que os autoritários de 30 se opõem às instituições liberais, assim como será o mesmo paradigma que dará suporte conceitual à pregação democrática e nacionalista da década dos 50 (SANTOS, 2017 [1975], pp. 159-160).

Não é só na temática que a agitação intelectual da década dos 50 e início de 60 irá se assemelhar à produção dos 30. Igualmente as análises dos *Cadernos do Nosso Tempo*, e depois do ISEB, estão aparentadas às análises de 30 pela mesma concepção de sociedade que lhes serve de paradigma e que as orienta na formulação de estratégias de ação. O objetivo é estimular a expansão de uma ordem burguesa, agora acrescentada de um qualificativo, nacional, em face das pressões externas que sofre. Em busca desse alvo impõe-se novo tipo de alianças onde as camadas operárias urbanas não podem ser desconsideradas. Uma das chaves das disputas políticas do período será a aceitação ou não da hipótese de que a instauração de uma ordem burguesa nacional seria impossível sem o suporte de todas as classes urbanas (SANTOS, 2017 [1975], p. 162).

Se Wanderley Guilherme, em esforço de grande erudição, atuou em suas obras sobre a imaginação política brasileira como desbravador, levantando questões e fazendo conexões entre uma miríade de autores de diversas tradições e representantes de diferentes ideologias, por nosso turno, propomos o empreendimento de uma análise mais restrita e específica, que segue

a trilha de algumas de suas intuições, para se aprofundar em um estrato da tradição nacionalista periférica, com foco no que julgamos ser um processo de desenvolvimento de uma teoria política. Em artigo sobre o que qualifica como o “fantasma da condição periférica”, Lynch (2013) problematiza e se propõe a refletir sobre as distinções postas entre pensamento e teoria no âmbito da ciência política nacional. Toda uma remissão histórica é deslindada e o autor acaba inferindo que essa distinção se estabelece em razão de uma auto-representação depreciativa por parte dos autores brasileiros, decorrente da percepção da condição atrasada e periférica do conhecimento produzido no país; eis o onipresente fantasma do pensamento político brasileiro. Ainda que não seja colocado nessas palavras, visto que o autor não se compromete em defender a utilização de um termo em detrimento do outro, podemos extrapolar a análise e concluir que, eliminado o fantasma - diga-se, o julgamento depreciativo baseado na exaltação do conhecimento cêntrico e universal -, o pensamento político pode ser compreendido como a teoria política produzida na periferia.

A partir dessa perspectiva, recuperando a premissa de Wanderley Guilherme dos Santos do recurso à história do pensamento político brasileiro como forma compreender a *práxis* política nacional, e seguindo a sugestão de Chaloub e Lima (2018) de que o estudo do pensamento político-social brasileiro pode assumir o lugar de uma *epistemologia das humanidades brasileiras* (CHALOUB; LIMA, 2018, p. 24), propomos como nossa hipótese principal que a análise das obras de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado, compreendida como uma rede discursiva, conceitual e semântica, em seus vínculos sincrônicos e diacrônicos, permite reconstituir o processo, ainda que não expresso formalmente, de forja de uma teoria política no Brasil; no caso, uma teoria política nacionalista periférica⁵. Como encaminhamento secundário dessa hipótese, defendemos, e disso decorrerá a forma da narrativa dessa tese, que essa teoria política se expressa na obra dos autores em três dimensões, mediadas pelo conceito do nacionalismo periférico e experimentadas no processo de democratização do período: 1. a *dimensão epistemológica*; 2. a *dimensão histórica/historiográfica*; 3. a *dimensão política*. Todos os capítulos, incluindo o capítulo de discussão teórica/historiográfica⁶, estão

⁵ Nesse ponto vale esclarecer que, quando qualificamos essa teoria política de “nacionalista periférica”, o primeiro qualificativo – nacionalista - se refere a uma característica objetiva e expressa dessa teoria política, já o segundo – periférica – alude a um atributo específico desse nacionalismo. A ressalva se faz necessária para que não se impute a ideia de uma distinção essencial entre a teoria política produzida no centro e na periferia, quando não é o caso. Este autor poderia citar de memória um comentário do próprio Wanderley Guilherme dos Santos, proferido em uma orientação informal, quando ele afirmava: “Jamais disse que o pensamento desses autores era uma jabuticaba, mas sim teoria política”.

⁶ O fato de contarmos com um capítulo teórico/historiográfico nos permite fazer uma introdução mais explicativa e menos detalhada nestes sentidos.

organizados nesse mesmo sentido, ainda que o encaminhamento dado ao primeiro capítulo seja um pouco distinto e demande algumas considerações.

Sobre os capítulos analíticos, sua organização tem o seguinte sentido:

Por *dimensão epistemológica*, compreendemos o que tange os esforço dos autores no enfrentamento da reflexão sobre as determinações colocadas à produção do conhecimento no campo político, dada a condição periférica. Todos os três autores que selecionamos convergem na adoção de uma perspectiva nacionalista-periférica, crítica à adoção irrefletida de teorias, conceitos e modelos político importados, e preocupada em formular um exame dos condicionantes ao pensar político produzido na periferia. Essa perspectiva reflete-se numa abordagem historicista dos fenômenos políticos, demandando a elaboração de um arcabouço conceitual próprio e uma compreensão particular do condicionamento político das ciências sociais. Neste sentido, tratamos a divisão a partir da noção de *epistemologia periférica*.

A *dimensão histórica/historiográfica* se expressa no empreendimento da elaboração de uma interpretação do processo histórico brasileiro calcada no conceito de desenvolvimento. Como ficará evidente na análise da obra dos autores, a divisão entre desenvolvimento econômico, político, social e cultural se faz somente para fins explicativos, pois, em termos teóricos, eles consideravam que estas eram áreas mutuamente correlacionadas. Uma hierarquia causal entre elas é por vezes estabelecida em sentido pragmático, ou seja, tendo em vista uma finalidade política prática. Entretanto, entendemos ter sido possível delinear um foco no plano narrativo de uma interpretação histórica do desenvolvimento político brasileiro na obra dos autores. O sentido atribuído ao desenvolvimento na interpretação de todos os autores é dado pela experiência de democratização que eles julgavam estar presenciando. A perspectiva epistemológica nacionalista-periférica refletia-se em uma interpretação que pretendia-se mais descritiva que normativa, visto que negava modelos prévios. Já no plano historiográfico podemos compreender esse processo como o empreendimento da democratização do ideário nacional-estatista. Distintamente do que posteriormente se buscou inferir, essa tradição do nacionalismo-periférico cultivava uma interpretação crítica da história do desenvolvimento político brasileiro, mas, ao mesmo tempo, não a compreendia como um desvio de modelos ideais, considerando haver, portanto, encaminhamento a ser dado a esse processo; e este encaminhamento passava objetivamente pela habilitação da política e do planejamento estatal como instâncias legítimas da ação para o desenvolvimento. O que levava os autores a voltarem-se para a análise histórica da política brasileira, tanto em seus aspectos materiais, quanto superestruturais, com vistas na posterior construção de um plano de ação. Os componentes e as questões abordadas por eles sobre o tema variam significativamente, porém acreditamos ser

possível qualificar esse recorte a partir da ideia de uma *interpretação crítica do desenvolvimento político*.

Finalmente, o que concebemos como *dimensão política* engloba primariamente o projeto político manifesto e encampado pelos autores (visto que cultivavam um ideal de atuação direta na realidade política), pautado e coincidente com a mesma perspectiva do processo histórico afirmado acima - um processo/projeto de democratização do país -, e a essa esfera atribuímos a qualificação de *práxis política*. Sendo a outra esfera dessa dimensão política, um esforço de teorização dos autores sobre o próprio processo de democratização que eles julgavam presenciar e ao qual defendiam. Essa teorização exprimia-se, indiretamente, em fragmentos de uma teoria democrática que, como veremos, cada uma com suas particularidades, guardava em comum - e com isso se distinguia de outras interpretações - o que chamamos de uma *compreensão conflitiva da democracia*. Tendo essa compreensão da democracia como arcabouço institucional passível de viabilizar a manifestação dos conflitos decorrentes do próprio processo de democratização, os autores avançavam em relação à concepção mais restrita de “democracia social”, presente no ideário nacional-estatista, também à formulação da “democracia autoritária” de Azevedo Amaral e Francisco Campos⁷, bem como à forma igualmente limitada defendida pelo liberalismo conservador do período⁸; todas baseadas em uma razão elitista, de participação limitada e/ou aversão ao conflito social. Esse recorte político que engloba as duas dimensões brevemente esquadrihadas será nomeado como *Teoria e práxis democrática*.

Precedendo essa segunda parte, que contém os capítulos de análise das obras que constituem os objetos específicos dessa tese, elaboramos uma parte inicial com reflexões de ordem teórica e historiográfica com o objetivo de embasar as análises posteriores e evitar que as exposições e argumentos tenham de ser repetidos no debate de cada caso, em cada capítulo. Esperamos que essa discussão preliminar oriente e confira sentido à exposição mais específica e detida elaborada a seguir.

Referencial metodológico: para uma abordagem historicamente fundamentada do Pensamento Político Brasileiro

⁷ Adiante refletiremos sobre o ideário político e o foco na dimensão social da cidadania na obra de alguns autores dessa tradição. Para uma reflexão mais centrada no desenvolvimento e nos sentidos atribuídos ao conceito de democracia no Brasil, ver: CINTRA, 2013.

⁸ Cf. CHALOUB, 2015.

Nossa análise do Pensamento Político Brasileiro terá como referenciais metodológicos formulações de autores que se dedicam a uma análise histórica do discurso político, pautada pela relação entre textos e contextos linguísticos, nos quais esses discursos são produzidos e enunciados. Esse recurso visa assegurar uma reflexão historicamente embasada, de forma a evitar problemas diversos a que estão suscetíveis aqueles que se dedicam ao trabalho de análise de documentos históricos e do discurso político de autores do passado. A esse marco referencial, podemos associar ao menos duas correntes teórico-metodológicas diferentes: o “Contextualismo Linguístico” da Escola de Cambridge, cujos representantes mais relevantes para a nossa pesquisa são Quentin Skinner e John Pocock; e a “História dos Conceitos” (“*Begriffsgeschichte*”) de Reinhart Koselleck. Estudos recentes (Cf. JASMIN; FERES JR., 2006) têm apontado para a possibilidade de diálogo entre essas interpretações, e se, a princípio, seus idealizadores já perpetraram embates, paulatinamente esses mesmos foram admitindo essa aproximação. Em contextos distintos, a grande motivação para a formulação das propostas metodológicas referidas relacionava-se com a elaboração de críticas à forma como operavam as análises sobre o pensamento político até a década de 1950 e 60. Os três autores defendem métodos que impõem a necessidade de se adotar um caráter historicista e contextualista para a análise dos conceitos, do contexto linguístico ou do discurso político⁹. Vamos apresentar brevemente as propostas desses autores e pontos que julgamos pertinentes para clarificar nossa abordagem.

Skinner e Pocock sistematizam suas propostas metodológicas a partir do debate que se perpetrava no contexto anglófono em torno da viabilidade do estudo das ideias enquanto objetos da análise histórica. À época, as discussões giravam em torno de dois eixos antagônicos: as abordagens textualistas como a “*History of Ideas*” de Arthur Lovejoy, na qual as ideias eram estudadas em uma sucessão de apropriações por autores diversos, como se constituídas de uma lógica linear e independente de qualquer referência ao contexto de sua enunciação; e as abordagens, como a das correntes namierista e marxista, que menosprezavam a pertinência de uma história do pensamento político, afirmando que esse seria mero epifenômeno retórico/ideológico, determinação imediata de uma realidade material. A partir das críticas às abordagens textualista e contextualistas, os autores da Escola de Cambridge elaboram propostas historicamente embasadas e fundamentadas na ideia de um contextualismo linguístico. O contextualismo linguístico skinneriano recupera elementos da tradição intencionalista da filosofia da história de R. G. Collingwood, que preocupava-se em reconstituir as ações

⁹ Para uma reflexão em torno das abordagens metodológicas propostas por Q. Skinner, J. G. A. Pocock e R. Koselleck, ver: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J., 2006.

históricas do ponto de vista dos próprios autores. Adaptando-a para a aplicação na interpretação de textos históricos, políticos e filosóficos, Skinner busca compreender o significado dos textos a partir da perspectiva do autor/ator no sentido da busca pela compreensão de suas intenções. Estabelecendo um diálogo da tradição intencionalista, com contribuições da tradição da filosofia da linguagem de L. Wittgenstein e J. L. Austin, ele propõe que os textos de teoria política deveriam ser interpretados enquanto “atos de fala” (*speech acts*), e que a compreensão histórico-filosófica de sua enunciação se daria pela apreensão de seu significado e das intenções do autor a partir da análise da sua força ilocucionária¹⁰:

[...] the study of what someone says can never be a sufficient guide to understanding what was meant. To understand any serious utterance, we need to grasp not merely the meaning of what is said, but at the same time the intended force with which the utterance is issued. We need, that is, to grasp not merely what people are saying but also what they are *doing in saying it* (SKINNER, 2002, p. 82).

Diferentemente dos motivos e causas externas, as intenções dos autores estariam incorporadas às suas ações linguísticas. Por outro lado, a busca por traços publicamente apreensíveis nas intenções autorais denota que não são perseguidos desejos ou elementos puramente subjetivos e hermenêuticos do pensamento do autor, mas o significado daquela ilocução quando proferida em dado contexto linguístico. Inicialmente, Skinner tem uma posição rígida quanto à necessidade da recuperação da intenção autoral para a compreensão do significado dos textos. Segundo essas propostas iniciais “uma interpretação deve alcançar algo que o próprio autor aceitaria como uma descrição correta do que ele quis dizer ou fazer”, instituindo uma “exclusividade da autoridade do autor”¹¹. Com o desenvolvimento de sua abordagem o autor torna-se menos inflexível em sua aceitação de métodos para se chegar ao significado dos textos, buscando-o na investigação de convenções linguísticas e vocabulários compartilhados, aproximando-se da proposta de J. G. A. Pocock.

Defendendo uma “história dos discursos políticos”, Pocock reforça uma mudança de ênfase em sua análise do contextualismo linguístico da “intenção” para a “efetivação”. Quando afirma que “a história do pensamento político é uma história do discurso”, e que de fato “ela tem uma história justamente em se tornar discurso” (POCOCK, 2003, p. 28) ele pretende apontar para a importância do estudo das “performances” – enquanto ações linguísticas - e

¹⁰ Ricardo Silva sistematiza a proposição de J. L. Austin quanto às dimensões dos atos de fala: “Austin distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está *fazendo* ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo.” (SILVA, 2010, p. 307).

¹¹ Para um aprofundamento da análise sobre esse debate, ver: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, 2006, p. 17.

“jogos de linguagem”, no interior dos contextos linguísticos. Esses “jogos de linguagem” se dariam pela interação dos elementos *langue* e *parole*. A interação neste “jogo” entre linguagens (*langue*) e atos de fala (*parole*) na acepção de Pocock se daria da seguinte forma:

Essas ‘linguagens’ terão sido, a rigor, sublinguagens, idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica) e retóricas mais do que linguagens no sentido étnico” [...] “nós estamos em busca de modos de discurso estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador. Isso nos possibilitará considerar o modo pelo qual os jogadores exploram as regras uns contra os outros, e, no devido tempo, como atuaram *sobre* as regras com o resultado de alterá-las (POCOCK, 2003, p. 34).

A história do discurso político teria seu foco voltado para a análise das linguagens compartilhadas enquanto “chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto” (Ibid., p. 35). A partir do estudo de como são mobilizados os conceitos dentro de determinado vocabulário compartilhado, podemos captar como e quando são perpetrados “lances” que visam intervir sobre essa linguagem comum, ou seja, como uma *parole* incidiu sobre a *langue*. Outro ponto importante para demarcarmos é o caráter referencial atribuído à linguagem. Ele denota a aproximação entre o contexto linguístico e o contexto político, social e histórico vivenciado pelo autor, ou entre a linguagem e a experiência:

[...] a linguagem é referencial e alude a vários objetos. Ela alude a elementos de uma experiência da qual ela provém e com os quais ela torna possível lidar, e de uma linguagem corrente no discurso político numa sociedade institucional e política, pode-se esperar que ela aluda a instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados que ela apresenta como parte da política dessa sociedade e dos quais deriva muito do seu próprio caráter. [...] Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social e histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida (Ibid., p. 37).

No contexto intelectual germânico, Reinhart Koselleck (2006 [1979]) elabora uma proposta metodológica contextualista que voltava-se contra o caráter anacrônico e a suposta condição essencialista da história das ideias (*Ideengeschichte*) e da história do espírito (*Geistesgeschichte*), cujo principal representante era o historiador F. Meinecke (Cf. JASMIN; FERES JÚNIOR, Op. Cit. p. 22). É possível notar que a motivação e a demanda por uma ênfase historicista das reivindicações de Skinner e Pocock se aproximam da proposta de Koselleck elaborada cerca de dez anos antes. E Koselleck explicita, de forma simplificada, o que nos remete a esse arcabouço metodológico de historicista para a análise do pensamento político:

A isso se segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das limitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Assim como o contextualismo linguístico, a história dos conceitos de koselleckiana apresentam-se como instrumentos teórico-metodológicos para a crítica documental de textos históricos. Porém, o caráter polissêmico dos conceitos sociais e políticos ampliaria e sofisticaria as possibilidades de análise para além da esfera do estudo dos conteúdos históricos empíricos:

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito. [...] Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e da teoria. Por isso a história dos conceitos é capaz de investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica (KOSELLECK, 2006, pp. 109-110).

A riqueza das experiências contidas em um conceito conferem a possibilidade de ele ser analisado enquanto *índice/fator*, atributo que informa e constrói sobre a realidade histórica, sendo o próprio tempo compreendido como uma construção cultural. Se a proposta do contextualismo linguístico de Skinner e Pocock é focada na dimensão sincrônica do discurso¹² – ainda que não se despreze a dimensão diacrônica e menos ainda a observação das mudanças conceituais¹³ - o autor alemão propõe como potência do campo particular da história dos conceitos, a viabilidade do acesso a uma perspectiva diacrônica de dado conceito, a partir da conexão entre distintas temporalidades, orientadas pelas categorias meta-históricas do “*espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*”.

Em primeiro lugar, as propostas metodológicas apresentadas pelos atores que selecionamos nos servem de referência para a realização de uma crítica documental apropriada, baseada nos pressupostos contextualistas e historicistas determinados por eles. Ademais, esse tipo de abordagem amplia o alcance da pesquisa histórica sobre linguagens e conceitos para

¹² “Aqui a primeira coisa a ser dita parece ser que, desde que linguagens ou discursos são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar no sincrônico.” (POCOCK, 2006, p. 85).

¹³ Sobre as técnicas históricas para reconstituição de um mundo de linguagens, Pocock (2006) irá afirmar que tanto ele quanto Skinner as empregam com uma ênfase dupla: “uma voltada para a linguagem que circunda os agentes humanos em situações históricas específicas, e outra voltada para os próprios humanos, agindo e reagindo no interior das linguagens disponíveis para eles. Há aí uma série de possibilidades para explorar tanto as inovações e outros atos criativos realizados pelos usuários individuais da linguagem, [...] quanto o processo de mudança mais lento, multi-autoral, e os processos de mudança social ou historicamente induzidos que tem lugar no interior de, e entre, linguagens disponíveis em sociedades e culturas específicas ao longo de períodos específicos de tempo e de duração variada” (p. 84).

além do campo etimológico, ou filológico, na direção do que entendemos como uma “pesquisa sobre a consciência humana no seu enfrentamento com as condições de possibilidades da existência, daquilo que se é, e daquilo que se pode vir a ser” (JASMIN, 2006, p. 12). Julgamos que esse recurso é particularmente interessante para a investigação de textos políticos que, como é o caso dos analisados na presente pesquisa, buscavam estabelecer projetos e uma linha de ações que interferissem diretamente no contexto da época. Ao fim, é importante explicitar que não pretendemos desenvolver de forma modelar uma *história dos conceitos* ou uma análise do *contexto linguístico*, segundo as prescrições de Skinner, Pocock ou Koseleck, antes, mobilizamos essa metodologia de forma instrumental, enquanto recomendações que conferem um rigor histórico para a análise do Pensamento Político Brasileiro.

Tendo em mente as recomendações de Wanderley Guilherme dos Santos e César Guimarães, expostas nas epígrafes, que estimularam o pensar dessa tese, reforçamos que não pretendemos que esta se constitua numa “história” última das ideias políticas e sociais do Brasil. O que buscamos, efetivamente, é apresentar uma contribuição, ainda que limitada, sobre o processo de refinamento teórico e o sentido histórico do pensamento político brasileiro da forma como apresentada por alguns autores que participam do que qualificamos como pensamento nacionalista periférico.

1 UM EXERCÍCIO TEÓRICO E HISTORIOGRÁFICO: EPISTEMOLOGIA PERIFÉRICA, O SENTIDO DA DEMOCRACIA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

1.1 Elementos de uma epistemologia periférica

Na primeira parte de nossa reflexão teórica vamos expor o que compreendemos como o componente epistemológico da teoria política expressa pela tradição que recortamos do nacionalismo periférico. Não pretendemos aprofundar nossos argumentos ou suas repercussões nas obras dos autores, pois estes serão propriamente analisados nos respectivos capítulos referentes às obras de cada um deles. Cumpre-nos, portanto, nesse momento inicial, apresentar algumas das discussões e dos conceitos com os quais operaremos ao longo da tese, começando com a ideia do nacionalismo periférico; conceito fundamental para compreendermos a dimensão epistemológica que pretendemos destacar da teoria política que emerge do pensamento dos autores analisados. Começamos dialogando com o artigo *Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)*, de Christian Lynch (2013).

Neste artigo, o cientista político Christian Lynch apresenta uma reflexão crítica à tradicional divisão entre Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro. Na busca pelo sentido originário dessa divisão, o autor faz uma remissão à separação entre *filosofia política* e *pensamento político* segundo exposição de Leo Stauss. A ideia de *Teoria* ou *Filosofia* era mobilizada para se apontar um conjunto de proposições lógico-abstratas que almejavam descrever leis de funcionamento de um determinado fenômeno. A *filosofia política* voltava-se, nessa interpretação, à questões perenes da humanidade, sendo disposta na forma de grandes tratados sistemáticos, abrangentes e abstratos; em última instância, tratava-se de uma forma de pensar rigorosa voltada à compreensão do plano universal. Já o *pensamento político*, voltado para a dimensão mais prática, contingente e localizada do conhecimento, “não tinha o mesmo rigor, a mesma coerência, a mesma universalidade” [...] e “se manifestava por meio de leis, códigos, poemas e história das ideias, panfletos e discursos públicos (LYNCH, 2013, pp. 733-734). Por extensão dessa tese, depreendia-se que a *teoria política* teria validade universal, enquanto o *pensamento político* compreendia somente a dimensão nacional dos fenômenos políticos.

Para além desses elementos distintivos entre as duas esferas do conhecimento político, Lynch elenca outra possibilidade ao propor ser componente da ideia de *pensamento político* a

percepção difusa de tempo atrasado decorrente do lugar periférico no qual é produzido, em comparação ao pensamento do centro localizado no Atlântico Norte. Essa percepção difusa de que o atraso em sentido material influenciara diretamente no atraso ou inferioridade da produção cultural, quando não representava a percepção de uma separação completa, se expressava na ideia de uma “inserção subalterna” (LYNCH, 2013, p. 747) do pensamento periférico em relação à teoria cêntrica. Da mesma forma, com o desenvolvimento das filosofias da história e cronosofias orientadas por um *telos* universal - com Condorcet, Hegel, Comte, Spencer e Marx, para ficar em alguns exemplos -, a percepção predominante era a de que a periferia se encontrava em um estágio anterior do desenvolvimento pelo qual haviam passado os países centrais. Cumpria aos *pensadores* e às elites das nações periféricas, receber e interpretar a obra dos grandes *filósofos* e implantar suas ideias em teorias da modernização de gostos diversos, no que Lynch qualifica muito propriamente como uma “divisão internacional do trabalho intelectual” (LYNCH, 2013, p. 734). A reflexão pode ser sintetizada na citação:

Havia implícita uma espécie de divisão do trabalho intelectual: os países cênicos produziam a “teoria”, ou a “ciência”, ou a “filosofia”, ou seja, reflexões de alcance “universal” e, portanto, mais densas, mais abstratas, mais generalizantes, ao passo que os países periféricos produziam somente “pensamento”, reflexões de alcance puramente particular ou local, de caráter menos abrangente e contingente, orientado para a ação prática. Quem produzia teoria era um autor, isto é, um especialista, um acadêmico, um cientista. Quem produzia pensamento, ao contrário, era um ator, voltado para a aplicação da teoria para um contexto mais circunscrito no tempo e no espaço. O pensamento se caracterizaria pela aplicação prática, por parte dos atores dos países periféricos, à sua realidade política específica, concreta e particular, da teoria político-social produzida por autores que, instalados nos países cênicos, elaborariam uma reflexão dotada de um nível maior de abstração e uma pretensão de validade universal. O pensamento era considerado um subproduto da teoria, tanto quanto se considerava a periferia um subproduto do centro, e os atores políticos, subproduto dos autores. O pensamento periférico, entendido como um ramo de segunda ordem, qualitativamente inferior ao europeu, porque examinado por meio de critérios como “originalidade”, só teria serventia para os membros da própria comunidade igualmente periférica que o produzira (LYNCH, 2013, pp.758-759).

Se, até as primeiras décadas do século XX, era hegemônico o paradigma civilizacional liberal e cosmopolita amparado sob a lógica de um processo de desenvolvimento linear, universal, emanado do centro para as áreas coloniais e periféricas, após a Primeira Guerra Mundial, este sofrerá um abalo em suas estruturas e será desafiado em diversas frentes. A ideia de um desenvolvimento natural movido pelo impulso civilizatório, sob auspícios econômicos e intelectuais dos grandes centros metropolitanos começava a contar com antagonistas. O movimento bolchevique e as diversas expressões do fascismo, por exemplo, ganhavam força pela Europa e antagonizavam com a cronosofia do progresso impulsionado meramente pelas forças de mercado. No Brasil, há muito circulava o sentimento cultivado pelas elites intelectuais

de que, apesar de constituído um Estado, não havia se configurado uma cultura e um povo brasileiro. As interpretações sobre essa questão começarão a se tornar mais plurais, bem como as propostas para sua superação. É então que se estabelece de maneira mais organizada e se torna hegemônico no pensamento político brasileiro¹⁴ o que Lynch qualifica de paradigma nacionalista periférico:

A crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade da cultura de cada nacionalidade. Essa crítica matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria; que não havia linearidade, mas pluralidade das linhas de evolução nacional. Por outro lado, a singularidade da trajetória de cada país se refletia na especificidade de sua cultura, que ganhava também, ao menos potencialmente, o selo de “originalidade” (LYNCH, 2013, p. 745).

O nacionalismo periférico se revestia de uma concepção culturalista, referenciada ao pensamento perspectivista e historicista de Dilthey e Ortega y Gasset. Nessa concepção, o culturalismo remete à percepção da existência de “vínculos intrínsecos do pensamento com as circunstâncias histórica”, em fórmula que ajudava a elucidar uma série de impasses colocados até então ao pensamento periférico, como, por exemplo: a compreensão de uma “via intermediária entre o nacionalismo reacionário e o cosmopolitismo modernizador”; a percepção da dimensão simultaneamente nacional e universal de qualquer conhecimento; e a possibilidade de superação do atraso por atitudes intelectuais concertadas (LYNCH, 2013, pp. 746-747). Alberto Torres e Oliveira Viana, foram dois dos autores brasileiro que mais enfaticamente expressaram essa linha de pensamento de recusa ao transplante institucional dos países cênicos e da defesa do estudo da “realidade nacional”, como forma de viabilizar politicamente a superação do atraso social, cultural, econômico da nação¹⁵. Apesar da emergência desse novo paradigma, continuava a prevalecer por muito tempo nas diversas correntes de pensamento a já aludida ideia da “inserção subalterna”. Os autores nacionais reconheciam a possibilidade da produção de conhecimento na periferia, porém, mantinham a compreensão de que essa cultura e esse conhecimento era de natureza inferior ao conhecimento produzido nos grandes centros

¹⁴ Importante demarcarmos que isso não implica que o paradigma do cosmopolitismo periférico tenha desaparecido. Assim como durante a hegemonia cosmopolita subjazia um pensamento nacionalista, com os conservadores do Império, por exemplo, o mesmo ocorre no período posterior. Interpretações de chave liberal, positivista e mesmo marxista continuam existindo e voltam a tona em momento posterior.

¹⁵ Lynch (2016) aponta que parte dessas características já figurava na obra dos conservadores do Império, que em meados do século XIX rompiam com a orientação liberal idealista, separando política e moral, e buscavam orientar seu pensamento pela prudência, pelas circunstâncias e pela experiência (pp. 88-89).

culturais, visto que o primeiro não escapava da perspectiva localizada, exótica; por fim, percebida subalterna.

Continuando em diálogo com a apresentação de Lynch (2013), constatamos que a ideia de inserção periférica se mantém assombrando o pensamento brasileiro por décadas, perpassando diversas escolas de pensamento e instituições, fossem elas de orientação nacionalistas ou cosmopolitas. No campo nacionalista, o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), em seu “autonomismo conservador”, sob as tintas de Miguel Reale, Antônio Paim e Cruz Costa, buscou, sem sucesso, superar o dilema da inserção periférica, acabando por concluir que “devido ao passado colonial brasileiro, não era adequado falar em *filosofia brasileira*” (Ibid., p. 749). Logo, Djacir de Menezes recorria à ideia de *pensamento brasileiro*, porém, seu estudo era defendido sob uma chave pedagógico-patriótico de objetivos ufanistas. Reale, Paim e João Camilo de Oliveira Torres, utilizavam a nomenclatura “*história das ideias políticas*” ou “*história das ideias filosóficas*” denotando a adesão à percepção geral de inserção subalterna. Representando outra vertente do pensamento nacionalista periférico, os intelectuais vinculados ao ISEB (Instituto Superior de Estudo Brasileiros), também acabavam reiterando a ideia da inserção periférica, especialmente em relação à produção intelectual pretérita, ao mobilizar a chave interpretativa da *alienação*¹⁶. Essa leitura derivava da interpretação de que o passado colonial brasileiro deixara resquícios que haveriam de ser superados para possibilitar a elaboração de um pensamento autêntico que contribuísse para o estabelecimento de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Os isebianos distinguem-se do autonomismo conservador do IBF ou do nacionalismo conservador culturalista de Gilberto Freyre, por nutrirem uma visão mais progressista do desenvolvimento e da possibilidade de, então, produzirem um pensamento nacional capaz de intervir na realidade do momento, mas, ainda sim, em sua maioria, tinham reticências quanto à utilidade da produção intelectual anterior.

Da perspectiva cosmopolita, Lynch destaca a posição cultivada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) a respeito do pensamento produzido no Brasil. Dada sua “formação afrancesada”, baseada em ideais cosmopolitas universalistas, seus representantes “não tinha[m] pruridos em reconhecer a

¹⁶ Para uma crítica sobre a utilização do conceito de alienação no plano epistemológico: “Ainda no plano estritamente lógico, todavia, seria possível mostrar que a hipótese de que o passado cultural brasileiro foi alienado, combina com a hipótese de que a história possui uma lógica, conduz a uma aporia. Vejamos: se toda a produção teórica do passado foi alienada e se ainda assim o Brasil resolveu uma série de questões decisivas em sua história (a abolição da escravidão, por exemplo), defrontamos a seguinte alternativa: ou as teorias de que se valeram os intelectuais e condutores políticos do país ajustavam-se de algum modo à realidade brasileira - o que contradiz a hipótese da alienação tomada como conceito -, ou a evolução histórica brasileira se fez aleatoriamente em relação à consciência nacional - o que, hegelianamente, contradiz a hipótese de que a história possui uma lógica” (SANTOS, 2017 [1965], p. 61)

inferioridade da produção brasileira” (LYNCH, 2013, pp. 754-755). Fernando Azevedo, João Cruz Costa e Antônio Cândido, atestavam a ideia de superficialidade da cultura nacional, ou da ausência de uma filosofia original e a inferioridade da literatura brasileira em relação à produzida nos centros de referência. Nos anos 1950, então sob os auspícios do positivismo derivado da leitura de Comte e Durkheim, Florestan Fernandes recusava a produção cultural brasileira anterior à fundação da Universidade de São Paulo, tomada então sob o epíteto de não científica, logo, sem valor heurístico. Da mesma forma, já sob predomínio da filosofia marxista, e, especialmente após o Golpe de 1964, a FFLCH-USP “renovou os antigos obstáculos para a superação da perspectiva da ‘inserção subalterna’ do pensamento brasileiro” (LYNCH, 2013, p. 756). Com o advento do Golpe perpetra-se também uma virada historiográfica na qual o nacionalismo começa a ser tratado por ideologia - falsa consciência - e a própria *história das ideias* passa a ser lida como uma *história das ideologias*, com vistas na denúncia de seus traços autoritários. Ainda no contexto do mesmo instituto, com o desenvolvimento da teoria da dependência, voltava-se para a compreensão de como eram recepcionadas as ideias cêntricas no Brasil, e a conclusão que ganha força remete ao caráter desviante das ideias dos países centrais em seu aporte em meio periférico. Sobre a hoje clássica formulação das *ideias fora do lugar* de Roberto Schwartz, Lynch conclui:

A imagem da periferia a desfigurar as ideias cêntricas reaparecia no célebre ensaio de Roberto Schwarz, *As ideias fora do lugar* (1972), em que o autor afirmava que a importação da ideologia liberal burguesa europeia para uma sociedade escravista e latifundiária, como a brasileira, resultara numa verdadeira “comédia ideológica” (Schwarz, 2000:25). Em outras palavras: o pensamento político, ou permanecia estranho ao meio e passava a ser empregado pela elite culta para fins de ornamentação, ou, se aplicado, terminava “deformado” em relação à sua matriz europeia (LYNCH, 2013, p. 758).

Em outra vertente cosmopolita, agora de corte francamente liberal, Raymundo Faoro, em seu *Existe um pensamento político no Brasil?* (1987), acaba por, ironicamente - visto que é um autor que se propõe a pensar a política brasileira -, atestar a impossibilidade da existência de um pensamento político no Brasil, visto que aqui o liberalismo não pudera “se desenvolver autenticamente” (FAORO, 1987, p. 55). Configurando o que já fora qualificado como uma sociologia da ausência, estabelecida sobre uma teoria da história calcada no “eterno retorno da ausência do desejado” (JASMIN, 2009, p. 364), Faoro irá afirmar não ser possível a existência um pensamento político na ausência de um liberalismo autêntico (Cf. FAORO, 1987). A partir de um arcabouço metodológico que compreende as ideias de uma perspectiva hegeliana, isto é, desencarnadas, universais e passíveis de aplicação uniforme em distintas realidades, Faoro

reduz o conceito de pensamento político a um sinônimo de um liberalismo pautado por relações entre sociedade civil e Estado características dos sistemas do Atlântico Norte (LYNCH, 2016, p. 82).

Finalmente, chegamos no ponto em que contrapomos a narrativa apresentada até o momento com o que julgamos compreender a partir da análise da obra dos autores; objeto dessa tese - Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Da exposição realizada anteriormente, depreendemos que os intelectuais que se propuseram, a partir da década de 1950, a compilar e analisar as raízes do pensamento político brasileiro, não importa se vinculados ao pensamento cosmopolita ou ao pensamento nacionalista, dentre liberais, positivistas, marxistas, conservadores ou desenvolvimentistas, todos cultivavam uma visão crítica ou mesmo depreciativa com relação à possibilidade, ou à qualidade, da produção do conhecimento político na periferia¹⁷. Um ponto de partida para nosso argumento é a proposição de que nossos autores estabelecem efetivamente a recuperação e o desenvolvimento do ideário nacional-reformista do início do século XX, promovendo uma ruptura com a chave da inserção periférica. Eles acreditavam que uma concepção instrumental de nacionalismo no plano epistemológico seria um meio nacionalista de alcançar a universalidade. O que qualificamos de nacionalismo epistemológico, rompendo com que os autores compreendiam como teorias da modernização emanadas dos centros desenvolvidos - como o liberalismo e o marxismo¹⁸ -, apresenta-se nas obras como chave para a compreensão da realidade e para a formulação de um projeto de superação da condição subdesenvolvida, em movimento que podemos qualificar - ainda que de forma um tanto ampla - como uma orientação pós-colonial¹⁹. Já fora bem colocado, que essa imaginação pós-colonial se manifesta em tentativas de construção teóricas críticas aos limites da linguagens e repertórios conceituais da teoria social e política europeia (MAIA, 2010, p. 71). E é justamente no caráter instrumental do nacionalismo epistemológico por eles defendido, que,

¹⁷ Uma exceção, como poderemos acompanhar, será Guerreiro Ramos que, explicitamente dedica-se a inventariar e valorizar pensadores políticos que atuaram de forma crítico-indutiva e refletiram a partir das condições dadas pela realidade nacional. Ele cita expressamente autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, dentre outros.

¹⁸ Nesse caso, não estamos designando por teoria da modernização a literatura que, após a década de 1960, fica conhecida por esse epíteto; caso de obras de S. Lipset, W.W. Rostow, S. Huntington, G. Germani, etc. Nomeamos o liberalismo e o marxismo como teorias da modernização sem qualquer viés depreciativo, por basearem-se em uma perspectiva universalista do desenvolvimento, cuja manifestação, supostamente, já fora elucidada e descrita, e cujo cerne encontrava-se no plano econômico. É antes a essas formulações que os autores nacionalista se opõem. De fato, Jaguaribe, Guerreiro e Furtado, acabam por dialogar com os autores que hoje conhecemos como teóricos da modernização; mas o fazem, contudo, sem processar uma crítica direta - visto que esse ainda não era um cânone estabelecido -, ainda que possamos traçar correspondências entre suas críticas à interpretação liberal ou marxista da modernização e a obra desses autores posteriores.

¹⁹ Recentemente, alguns autores já avançaram na direção da qualificação da manifestação de alguns expoentes do Pensamento Político-Social Brasileiro como um pensamento pós-colonial; sobre esse ponto, ver: LYNCH, 2015; MAIA; 2010, 2015; DOMINGUES; BRINGEL, 2015.

defendemos, se viabiliza a superação do paradigma nacionalista essencialista e conservador. Assimilado especialmente em seu caráter epistemológico e pragmático, ele mobilizava a história enquanto subsídio para a compreensão do quadro social e econômico, não se confundindo com expressões ufanistas (como do nacionalismo culturalista) ou depreciativas (como no caso da interpretação liberal). Na década de 1950, a recuperação da sociologia política, nacionalista e historicista de autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida se somava aos ventos terceiro mundistas, à sociologia do conhecimento e à economia política cepalina na busca por alternativas ao que compreendiam como teorias da modernização eurocêntricas, dotando o pensamento periférico de uma autopercepção mais altiva. Como afirmamos, algumas bases desse movimento²⁰, como a consciência do condicionamento periférico e a atribuição de finalidade política para as ciências sociais, características epistemológicas centrais do nacionalismo periférico, se encontram na obra dos nacionalistas brasileiros já do início do século XX, como se pode ver no trecho de Oliveira Viana sobre Alberto Torres:

Havia um ponto em que a nossa identidade de pensamento era completa. Torres não queria o estudo da sociologia no sentido da ciência pura, de investigação desinteressada das leis da vida social -- da investigação pela investigação; mas, sim, como uma base de orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais. E nisto ele tinha toda a razão, pelo menos no Brasil ou em povos da mesma formação que o nosso -- ainda sem autonomia de cultura e de consciência política. [...] Daí, para ele, no que concerne à metodologia científica, todas as investigações, estudos e observações da nossa realidade social deveriam ser conduzidas para este fim superior: -- encontrar neles a chave para a solução de todos os problemas da nossa organização social e econômica e da direção política e administrativa do país. Ele punha, assim, a Ciência Social a serviço da Ciência Política (VIANA, 1999, p. 405).

Em reflexão voltada para o plano dos horizontes da sociologia periférica - mas convergentes com nossa análise sobre a teoria política -, Domingues e Bringel (2015), reforçam o sentido do movimento de “descentramento” epistemológico que, iniciado por volta da década de 1930, sofre importante guinada nas décadas de 1950 e 1960, e, em meio às lutas anticoloniais e à “emergência dos nacionalismos periféricos”, questiona os limites dos conhecimentos eurocentrados e impõe-se na defesa da construção de “instituições e debates próprios da dos

²⁰ Reforçamos o caráter parcial dessa afirmação, pois não julgamos possível atribuir ao pensamento desses autores nacionalistas do princípio do século XX o qualificativo de pós-coloniais. O que queremos reforçar é que Jaguaribe, Guerreiro e Furtado, recuperam/herdam referências, direta e indiretamente, dessa tradição pretérita que começa a questionar o sentido unidirecional do conhecimento dessa partir da chave do nacionalismo instrumental, desenvolvendo-o e incorporando todo um arcabouço político/epistemológico que permite, a nosso ver, a classificação adequada. Ressalvas à possibilidade de cair em “armadilhas” que infram um sentido moderno pela simples oposição ao eurocentrismo são colocadas em: MAIA, 2010, pp. 71-72.

contextos periféricos” e da “busca por uma ciência autóctone, autônoma e nacional” (DOMINGUES; BRINGEL, 2015, p. 60). Karl Mannheim (1956; 1972) também trazia grande contribuição para a transformação no plano epistemológico da época fazendo uma mediação entre constructos teóricos weberianos e marxianos, em sua sociologia do conhecimento. Ao negar a “metafísica do espírito grupal” universal e atrelar o conhecimento sociológico a termos contextuais, Mannheim compreende o pensamento sociológico como, ao mesmo tempo, fruto de condições de tempo e espaço, e propõe que ela deve “orientar cientificamente a vida política” (MANNHEIM, 1956, p. 4); contribuindo para o que podemos entender como uma atualização do historicismo culturalista gassetiano. Sua “concepção total de ideologia”, pressupõe a compreensão do “caráter inerentemente ideológico de todo pensamento” (MANNHEIM, 1956, p. 49), rompendo com certa tradição marxista que a compreendia como falsa consciência e a atribuía especificamente à classe burguesa. Caracterizando toda uma época, o estudo das ideologia pela sociologia do conhecimento permitia relacionar os modos de pensamento das classes sociais aos processos históricos de mudança social, em chave que aproximava o pensamento sociológico do pensamento político (Cf. MANNHEIM, 1956, p. 76). Essa perspectiva introduz uma nova epistemologia que sugere que todo conhecimento é um conhecimento relacional e, portanto, as ideologias e o próprio conflito de classes deveriam ser analisado pelos intelectuais de um ponto de vista histórica e geograficamente localizado (Cf. MANNHEIM., pp. 246-247)²¹. Em frente diversa, ainda que complementar, Mannheim se torna um grande crítico do economicismo liberal, advogando pela necessidade de intervenção estatal e pela planificação democrática da economia (MANNHEIM, 1972). É, porém, o economista argentino Raul Prebisch (2000 [1949]) um dos grandes responsáveis por organizar desde a realidade periférica as críticas ao *laissez-faire*, à teoria neoclássica e à divisão internacional do trabalho, contrapondo as realidades socioeconômicas dos países centrais e periféricos, questionando a teoria da modernização liberal e sugerindo a necessidade de uma compreensão política do fenômeno do desenvolvimento.

Essa breve alusão a algumas das ideias de autores e correntes de pensamento que servem de referência para Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Furtado, ilustra como se configuravam as bases epistemológicas do pensamento nacionalista periférico desenvolvido por eles. O mais interessante do pensamento da vertente que estamos destacando, é justamente a consciência que eles demonstram ter da dimensão epistemológica em suas obras, e sua expressão, ao mesmo tempo, voluntária e refletida. Toda a interpretação histórica e os projetos políticos por eles

²¹ Para uma análise da relação entre ideologia e teoria política, Cf.: FREEDEN, 2006, p. 26.

delineados, são precedidos de um intenso debate sobre os condicionantes impostos ao pensamento político, ou, à teorização da política na periferia. No momento, nos restringiremos à enunciação um tanto esquemática - e por isso limitada -, de categorias que elaboramos para caracterizar elementos epistemológicos do pensamento dos autores que iremos analisar; são elas:

1. *Soberania epistemológica*: primeiramente é importante advertirmos que não se trata de um conceito nativo e nem sua utilização demonstra que nós aderimos acriticamente ao objetivo enunciado pelos autores. Utilizamos o conceito analítico para expressar qual era a intenção manifesta por eles ao mediar a construção do pensamento a partir da perspectiva nacionalista instrumental então mobilizada. O ponto central, e que remete até aos autores nacionalistas da década de 1930, pauta-se na recusa da importação, tanto de instituições, quanto de teorias da modernização e ideologias dos países ditos desenvolvidos. O conceito busca, portanto, expressar o que os autores contrapunham à ideia de *alienação*, que implicava, como vimos, em uma ruptura com o passado, quando de fato eles cultivavam uma relação com a história nacional que não se constituía nem na base da rejeição ao passado - por mais que pudessem elencar críticas -, e nem por uma avaliação panegírica. A ideia de soberania epistemológica não pretende ser compreendida como a busca por um conhecimento provincialista, exótico ou exclusivista (a metáfora da jabuticaba). Da mesma forma, não pretende refletir a ideia de ausência de conexões com tudo o que é estrangeiro. Antes, deve expressar a proposição de que o conhecimento importado deveria ser mediado por uma compreensão política²². Portanto, o conceito de soberania é recuperado em sua acepção anti-imperialista e pós-colonial. Assim, fica evidente a relação mutuamente condicionada entre conhecimento e política da forma como concebida pelos autores.

2. *Historicismo materialista*: como exposto anteriormente, os autores aderem a uma concepção historicista do pensar, no sentido que promovem uma ruptura com a interpretação das cronosofias, buscando uma percepção que julgavam mais acurada a respeito dos deslocamentos entre o plano das ideias e das condições materiais na relação entre centro e periferia. A ideia de

²² Daí deriva nossa opção pela ideia de soberania em detrimento da noção de autonomia, visto que a segunda nos parece emitir um sentido mais necessariamente apartado e exclusivista. Soberania na acepção proposta, não implica em impermeabilidade a tudo que é exterior, mas pressupõe, justamente, um intrínseco condicionamento político à problemática abordada.

materialismo²³ diz respeito à valorização dos componentes sociológicos e econômicos para a análise política em detrimento daqueles que operam primordialmente sobre o plano cultural. A cultura e os antecedentes históricos são considerados, entretanto, não se constituem em impedimentos perenes ao desenvolvimento. Em consequência do rompimento com os modelos e as interpretações essencialistas, que reduziavam as explicações a poucas variáveis, e sobre as quais, em geral, havia pouca possibilidade de agência, os autores revelam uma consciência da efemeridade/transitoriedade das fórmulas/teorias/projetos políticos, o que os impele a conceder grande atenção às condições materiais momentâneas e à contingência.

3. *Pluralismo disciplinar totalizante*: o que chamamos de pluralismo disciplinar totalizante diz respeito ao plano dos saberes sociais e às divisões disciplinares. Há na obra de todos esses autores o que podemos qualificar de uma consciência do condicionamento político a qual as ciências sociais estariam submetidas. Não se trata de minimizar as outras ciências sociais, mas de compreender que, as teorias sociais, econômicas e as interpretações históricas são politicamente determinadas. Neste sentido, história, sociologia e economia são mobilizadas pelos autores de modo instrumental, como saberes acessórios - mas nem por isso menores - para a compreensão de dada realidade, com objetivo de atuação sobre o plano político. A política não é considerada simplesmente epifenômeno das condições materiais, e, ao mesmo tempo, não se trata da defesa da ideia de autonomização absoluta da política, mas da busca por uma visão totalizante e integradora das ciências sociais. Se é fato, como afirmamos no item anterior, que os autores se pautam especialmente por dados do plano material - social e econômico -, também o é, e, por isso não utilizamos o conceito de estruturalismo, que eles estão efetivamente empenhados em análises que abarcam prioritariamente o plano político, voltando-se para reflexões sobre a conjuntura política, ideologias, movimentos e manifestações políticas; tais como o populismo, golpes, revoluções e processos de desenvolvimento político.

Propomos, ao fim dessa breve explicação, que a investida dos autores para uma reflexão que configura uma teoria política nacionalista periférica inicia-se pelo plano epistemológico,

²³ Utilizamos o conceito de materialismo em detrimento da ideia de estruturalismo, conscientes, porém, que ambos são insuficientes para expressar plenamente o caráter que queremos iluminar. Nos dois casos se estabelece uma prevalência das relações econômicas e sociais sobre o plano cultural, o que, de fato, corresponde ao defendido pelos autores, mas colateralmente também se passa a ideia da determinação automática destes sobre o plano político; o que é um problema, visto que os autores exaltam o papel da agência política. Os três autores dedicam-se à análise de fenômenos políticos - o populismo, por exemplo - e recusam a ideia de que o desenvolvimento das instâncias políticas seria consequência automática do desenvolvimento econômico ou da industrialização. O desenvolvimento econômico e a industrialização figuravam como elementos necessário, porém insuficientes para a efetivação do desenvolvimento político. Essa relação não se dava unilateralmente ou de maneira automática, mas a partir de um condicionamento mútuo, como veremos adiante na análise das obras.

quando da aquisição da consciência do condicionamento político das ciências sociais. É então, sob a recuperação da crítica ao transplante de fórmulas e ideologias cêntricas, somada à economia política cepalina e às manifestações terceiro mundistas, que Jaguaribe, Guerreiro e Furtado desenvolvem suas reflexões epistemológicas - respectivamente o historicismo faseológico; a sociologia política nacionalista; e a teoria do subdesenvolvimento - que embasam, cada qual, tanto suas interpretações críticas do desenvolvimento político-social brasileiro, quanto seus projetos políticos nacionalistas pós-coloniais. Isto é, sob uma perspectiva periférica e nacionalista, motivados pela ideia da soberania epistemológica e política, os autores direcionam suas reflexões para temáticas e abordagens que convergiam com o que havia de mais avançado na produção da Ciência política e da sociologia política da época. Assim como Joseph Schumpeter (2016 [1943]), Seymour Lipset (1967 [1960]), Karl Polanyi (2000 [1944]), Samuel Huntington (1975 [1968]), Shmuel Eisenstadt (1968 [1966]), Robert Dahl (1997 [1971]), Jaguaribe, Guerreiro e Furtado estão refletindo sobre as relações entre democracia e conflito social, elites políticas, burocracia e democracia, Estado e sociedade civil, desenvolvimento econômico, político e social em sociedade periféricas, etc. Acontece que então, o nacionalismo periférico desses autores, supera seu espectro fantasmagórico, no sentido que, apesar de reconhecer os problemas decorrentes de um passado colonial em suas implicações epistemológicas, econômicas, políticas e sociais, esses não mais figuram como impedimentos inultrapassáveis ou desvios. A dimensão epistemológica do nacionalismo periférico permitia reconhecer os problemas decorrentes desse passado colonial, mas como não tinha compromissos de ordem culturalista e essencialista, essa permissão implicava em buscar sua superação, a partir de uma análise histórica e da atuação no plano da efetiva ação política.

1.2 Historiografia e teoria do desenvolvimento político periférico: para uma alternativa à teoria do populismo e à teoria do patrimonialismo

O segundo movimento a se analisar na presente tese diz respeito a uma contribuição no plano historiográfico, das interpretações e da história do desenvolvimento político no Brasil. Acreditamos que a reflexão sobre o desenvolvimento político brasileiro por parte dos autores analisados pode oferecer uma interpretação alternativa a duas das mais estabelecidas chaves historiográficas mobilizadas para a compreensão do desenvolvimento político - ou mesmo da cultura política - no Brasil. As teorias do populismo e do patrimonialismo se constituíram em verdadeiras chaves interpretativas/historiográficas totalizantes, sendo mobilizadas para explicar boa parte das agruras que permearam o processo político do período focalizado, ou mesmo

extrapoladas para a compreensão dos problemas políticos do presente. Faremos algumas considerações sobre essas interpretações para propor como a narrativa esboçada por nossos autores pode ser compreendida como uma alternativa, ou contraponto, de forma a enriquecer o debate sobre as vicissitudes do desenvolvimento político brasileiro. De pronto, propomos que a tomada do populismo e do patrimonialismo como chaves interpretativas justificadoras do insucesso no estabelecimento da democracia liberal no Brasil derivam de distintas, porém análogas, tentativas de aplicação *ex-post facto* de teorias da modernização de corte universalista - sob o manto de um ecletismo teórico weberiano, por um lado, e do marxismo acadêmico (Cf. SANTOS, 2017 [1975], p. 148) de outro - à história do desenvolvimento político brasileiro. De fato, ainda que essa assertiva careça de uma análise mais aprofundada - que não caberia nessas páginas -, nos parece que, tanto a teoria do populismo, como a teoria do patrimonialismo, aproximam-se das teorias da modernização latino-americanas desenvolvida por Gino Germani e Torquato di Tella, na medida em que compreendem o desenvolvimento do processo político brasileiro (e mesmo no plano epistemológico) como um desvio ou “defasagem” (DOMINGUES, 1992) em relação a um paradigma de desenvolvimento liberal ou marxista, ambos idealizados e emanados das nações centrais²⁴. Em última instância, é importante apontar que as teorias do populismo e do patrimonialismo acabam por se estabelecer como base historiográfica e epistemológica de importantes correntes do pensamento social e político, cujo cerne está apoiado na crítica ao nacionalismo e ao Estado, tomados como óbices ao estabelecimento de uma verdadeira democracia (liberal ou proletária) no Brasil. Autores de variadas vertentes liberais e marxistas, apesar de distantes no plano do espectro político, acabam se aproximando numa crítica de caráter estadofóbico ao nacionalismo, ao interpretar o processo de desenvolvimento político no Brasil pelo prisma do desvio em relação a modelos universalistas que pressupõem um curso natural, seja baseado no aumento da expressão de uma cultura cívica na sociedade civil com o estabelecimento de uma autêntica ordem de mercado, seja no aprofundamento da luta de classes a partir da organização autônoma da consciência da classe proletária. No caso, como demonstraremos, ambos irão desqualificar o pensamento nacionalista, a partir de formulações que antagonizam a relação entre Estado e sociedade civil, e culminam com interpretações do desenvolvimento político brasileiro pautadas na chave do

²⁴ Sobre Germani, Domingues afirma: “A continuidade de uma concepção que percebe nossa especificidade como uma defasagem em relação aos países do capitalismo central - compreendida a noção como inerente ao processo histórico e não como balizada por projetos sociais determinados, elaborados por grupos sociais e coletividades - promete, todavia, a perenidade da idealização do Ocidente, nos diversos ângulos e esferas em que essa operação pode ter lugar. No terreno científico, vale notar, a acumulação necessária à cristalização de uma comunidade de pesquisadores não é, por si só, capaz de levar à superação da ocidentalização idealizada, reproduzida através dos mecanismos analisados na seção anterior.” (DOMINGUES, 1992, p. 283).

desvio autoritário. Esquemáticamente, adiantamos que, no caso da crítica marxista delineada, a chave populista de leitura desta relação implicava em afirmar que o Estado e a ideologia nacionalista impediram a organização autônoma e autêntica da classe trabalhadora; na crítica liberal, o Estado patrimonialista figurava como elemento que impedia a separação entre público e privado na cultura política e instâncias representativas das instituições no Brasil. Os marxistas defensores da teoria do populismo irão qualificá-lo no plano político como ideológico - falsa consciência - e alienado - que inibe o desenvolvimento da consciência de classe do proletário; no plano epistemológico das ciências sociais, mais adiante, essa tese irá amparar a gênese do debate sobre os movimentos sociais e o sindicalismo no Brasil (Cf. SZWAKO; ARAUJO, 2019), a teoria da dependência e a famosa tese das “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2000)²⁵. Os liberais adeptos da tese do patrimonialismo associarão diretamente o nacionalismo, no plano político, ao autoritarismo (Cf. LAMOUNIER, 1977), à cooptação (Cf. SCHWARTZMAN, 2007) e às permanências da tradição ibérica, cujos vícios originais atuavam no plano político como impedimento ao desenvolvimento de uma cultura cívica e, no plano epistemológico como a impossibilidade do desenvolvimento de um pensamento político brasileiro (Cf. FAORO, 1987). Nos deteremos sobre as distintas - porém análogas, no que nos diz respeito à crítica ao Estado e ao nacionalismo, e intercâmbio de conceitos - interpretações a respeito da história do desenvolvimento político, e mais especificamente sobre o processo de desenvolvimento da democracia no Brasil, propostas por essas duas correntes, e suas implicações no plano político. Posteriormente, vamos apresentar as bases que sustentam a interpretação alternativa que julgamos ser possível extrair a partir da análise da obra de Jaguaribe, Guerreiro e Furtado. A fundamentação da interpretação teórica/historiográfica que iremos deslindar passará pela recuperação das contribuições de Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida como eixos basais de sustentação de uma interpretação do desenvolvimento político

²⁵ Para uma arguição da crítica epistemológica da teoria da dependência em relação ao nacional-desenvolvimentismo, ver: PALTÍ, 2014. “Todas as precisões que introduz se orientam, com efeito, para um único objetivo: demonstrar que as ideias marxistas não estão fora do lugar no Brasil, que, embora resultem originariamente estranhas a este meio, podem ser reelaboradas de modo que resultem compatíveis com ele. [...] Enfim, o ‘falso problema’ dos nacionalistas se converteu, subitamente, no problema crucial não só para uma teoria cultural, como para todo o desenvolvimento histórico na região. [...] Em última instância, por trás desta contradição, tão óbvia como inadvertida por Schwartz, se transluz um problema mais fundamental: que seu modelo não oferece alternativa alguma; que dentro de seus marcos não há forma de evitar condenar as ideias marxistas como inadequadas à realidade brasileira, segundo ele se propõe, sem apelar ao que chama ‘um dos piores lugares-comuns do nacionalismo conservador’. Seu labor crítico se reduziria assim a tão só inverter seu signo (as ideias fora do lugar, neste caso, seriam as nacionalistas-desenvolvimentistas, enquanto as marxistas dependentistas seriam, para ele, em contrapartida, descrições adequadas à realidade local), preservando, no essencial, seus mesmos pressupostos” (pp. 83-84).

brasileiro mediada pelos conceitos de *trabalhismo*, *cidadania regulada* e *nacionalismo democrático*.

1.2.1 Para uma análise crítica da teoria do populismo

A importância do conceito de populismo nas chamadas interpretações do Brasil, e sua frequente mobilização por parte de analistas pensamento político brasileiro, levam Angela de Castro Gomes a afirmar ser este “um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação” (GOMES, 1996, p. 2) da cultura política brasileira. Não nos interessa realizar uma análise do conceito, suas origens e usos diversos, visto que este exercício já fora satisfatoriamente realizado por outros autores (Cf. GOMES, 1996; FERREIRA, 2001; MAIA, 2001, REIS, 2007), mas demonstrar como este é alçado a peça central para a compreensão do período ao qual nos dedicaremos a analisar, de forma a apontar algumas de suas limitações; o que, por sua vez, corrobora com a ideia de que uma interpretação alternativa se faz pertinente. Já é bem estabelecido que o primeiro a utilizar o conceito no Brasil (ou, ao menos, aquele que primeiro se celebrou por isso) fora Hélio Jaguaribe, no ensaio *Que é o ademarismo?* (1954), publicado na segunda edição dos *Cadernos do nosso tempo*. O conceito ainda é, como veremos mais adiante, mobilizado pelos dois outros autores cuja obra é objeto da presente análise, figurando no livro *A crise do poder no Brasil* (1961), de Alberto Guerreiro Ramos, e no ensaio intitulado *A dialética do desenvolvimento* (1964), de autoria de Celso Furtado. Entretanto, é somente após o golpe de 1964, sob a pena de intelectuais do que se convencionou chamar de Escola Paulista de Sociologia, que o populismo ganha o *status* de chave explicativa, não somente de todo o processo político brasileiro, desde ao menos a década de 1930, como igualmente de sua derrocada com a implantação da ditadura militar a partir de 1964. Antes de apontar para as divergências substantivas entre as interpretações, principal objetivo a que nos propomos nessa seção, cumpre apontar os elementos em comum entre as diversas interpretações. Para tanto, observemos a síntese proposta por Angela de Castro Gomes:

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o

que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe (GOMES, Op. Cit., p. 4).

E prosseguindo:

Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder. (Ibid.)

Isto posto, podemos compreender que os elementos perenes, ou consensuais, da teorização do populismo no Brasil - isto é, que estão presentes desde os textos isebianos até a formulação da teoria uspiana - são: a ideia de que este é um fenômeno típico de um momento de transição para uma sociedade industrial, cuja expressão se dá pela existência de massas que não constituíram uma consciência de classe devido à rapidez desse processo; a percepção de que este decorre de uma “crise de hegemonia”, quando as classes dirigentes não se mostram capazes de impor seu domínio; e, a existência de um líder carismático que estabelece um diálogo direto com as massas. Postos esses elementos comuns, partiremos agora para uma reconstituição da formação da teoria uspiana do populismo.

Fundada sob os auspícios das elites oligárquicas antivarguistas e cultivando os preceitos de uma “comunidade científica mertoniana” (VIANNA, 1997), dedicada, portanto, a manter-se imune às ingerências e influências estatais, temas vinculados ao nacionalismo foram sempre estranhos ao ambiente intelectual da Universidade de São Paulo (MAIA, 2001, p. 35). Não é estranho, entretanto, que, com a derrocada do regime de 1946, a Escola de sociologia da USP venha a se tornar a primeira trincheira crítica ao nacionalismo desenvolvimentista, sendo o conceito de populismo seu principal cavalo de batalha. Antes mesmo do golpe de 1964, sob legenda do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), o departamento de sociologia da USP dedicava-se especialmente aos temas que circundavam o mundo do trabalho e as relações entre empresários e operários, partir dos trabalhos seminais de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Aziz Simão e Fernando Henrique Cardoso, que defendiam que o processo de normatização sindicatos pela ação estatal reforçava o viés burocratizante e corporativista, sendo, ao fim, essencialmente autoritário e desorganizador da autonomia dos trabalhadores (MAIA, 2001, pp. 37-40).

Somente nos artigos *Política de massas* (1978a), de Francisco Weffort, e *Processo político e desenvolvimento econômico* (1965), de Octávio Ianni, que, sob a mesma chave crítica da histórica participação estatal na organização dos trabalhadores no Brasil, em um

antagonismo inconciliável entre Estado e sociedade civil, o populismo assume a primeira fileira das críticas ao nacionalismo e ao reformismo dos intelectuais da esquerda pré-1964, dentre eles, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado, conformando uma interpretação histórica do desenvolvimento político, das relações sociais e do capitalismo no Brasil. A vigência da política populista, cuja gênese as interpretações remetiam à década de 1930, instaurara o que Weffort chama de “Estado de compromisso”, que atuava perpetuando o poder das oligarquias baseado em uma operação de conciliação de classes, cuja expressão ideológica se manifestava no nacionalismo varguista. É neste sentido que Weffort afirma: “Nascido no âmbito do Estado, o nacionalismo se tornou um populismo teórico.” (WEFFORT, 1978a, p. 42). Os próprios autores nacionalistas eram tidos como intelectuais “dependentes do Estado” e, por isso, suas obras caracterizavam-se pela ineficiência devida à ambiguidade de sua ideologia (Ibid.). Não contando com “qualquer ligação profunda com as massas”, os nacionalistas se colocavam como “força auxiliar do Governo federal” e seu reformismo refletia a ideologia pequeno burguesa contida em um limite contraditório entre a participação popular e a demanda por “assegurar o poder burguês” (Ibid.). À primeira vista, o que parece contraditório na interpretação é a noção de que o centralismo do nacionalismo do varguista, instituído pelo “Estado de compromisso” populista, apesar de representar interesses pequeno burgueses, acabava por beneficiar as oligarquias, visto que não promovia a efetiva e necessária ruptura com o modelo político precedente. Cumpre-nos demonstrar que então começa a se gestar uma interpretação profundamente crítica, ou mesmo avessa, à política institucional, tratando-a como um mero arranjo de interesses burgueses e oligárquicos, que desvalorizava a possibilidade de agência dos trabalhadores, ao passo que o nacionalismo era compreendido somente uma “mitologia” voltada para a manipulação, mistificação das classes e impedia a expressão do verdadeiro conflito de classes em direção à insurgência proletária. Nas palavras de Weffort:

Os nacionalistas, e o conjunto da esquerda predominantemente influenciada por eles, fecharam os olhos à natureza real do conflito e se agarraram firmemente à sua própria mitologia. [...] Na ótica pequeno-burguesa do populismo nacionalista as intenções de representação geral do Estado obscureceram completamente sua realidade como instrumento de dominação. [...] Deixaram-se fascinar também pela sistemática oligárquica dos arranjos e compromissos dentro do parlamento e do jogo dos partidos dominantes. (WEFFORT, 1978a [1965], p. 43).

Em interpretação no mínimo anacrônica, o Golpe Militar de 1964 começava a ser entendido como único fim possível ao projeto de “revolução democrático-burguesa” e ao reformismo conciliatório dos nacionalistas. Ao fim, nessa interpretação, a história do desenvolvimento político brasileiro, de 1930 a 1964, é explicada como “a continuidade

transformada de um autoritarismo” (GUIMARÃES, 2019, p. 60); ou uma transição, nas palavras de Weffort, do “autoritarismo institucional da ditadura Vargas” ao “autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do após-guerra” (WEFFORT, 1978, p. 61). Um tanto mais grave (para não dizer injusto) é que, sob essa proposta, a própria democratização figurava como um limite à democracia²⁶, pois o autor afirma que o populismo ficara premido entre as pressões liberais oligárquicas e as pressões das massas populares (Id. Ibid.). Por mais que seja possível reconhecer pressões desses dois polos na antessala do Golpe, não concordamos ser razoável justificá-lo a partir/apesar do reconhecimento do desenvolvimento democrático. Do contrário, acreditamos que o Regime de 1946 foi derrubado justamente porque o sentido da democratização não foi tolerado pelas elites políticas brasileiras do período²⁷. Nesse ponto se explicita a chave de interpretação fatalista do populismo e este começa a adquirir *status* de conceito explicativo de um processo de evolução histórica malfadado, ou mesmo predestinado ao fracasso:

Esta forma peculiar de revolução democrático-burguesa que se realizou através do populismo e do nacionalismo, só poderia estar concluída com o seu próprio desmascaramento. Com o golpe de 1964, o Estado projetou-se sobre o conjunto da sociedade e parece dirigi-la soberanamente. Esta transformação da imediata representação contraditória do povo é o ponto de chegada da evolução histórica anterior e o começo de uma nova etapa (WEFFORT, 1978a, p. 44).

Com o livro *O colapso do populismo* (1975), de Octavio Ianni, consagra-se de vez a interpretação do golpe de 1964 como desfecho final inevitável de um processo de decadência da “democracia populista” estabelecida após 1945. Assim como os isebianos e Francisco Weffort, Ianni compreendia o populismo como um fenômeno decorrente do processo político de massificação ocorrido com a rápida industrialização e urbanização. Porém, um ponto que

²⁶ Sobre esse “paradoxo democrático” posto pela teoria do populismo que, portanto, implicava na compreensão de que as únicas opções legítimas eram “alternativas radicais”, Angela de Castro Gomes afirma: “a interpretação é a de que se exauriram as condições históricas que permitiam o funcionamento da manipulação populista - da incorporação tutelada das massas -, chegando-se ao momento em que estas ganhavam autonomia, transformando-se finalmente em sujeitos políticos. Ou seja, a dependência originária estaria sendo rompida e o anacronismo vencido, o que teoricamente apontaria para uma situação favorável ao desenvolvimento de uma democracia não mais limitada, de uma democracia não mais populista. Contudo, e este é o paradoxo que análises posteriores irão apontar, são exatamente as condições tidas como próprias à democracia (industrialização, urbanização, informação e mobilização), que vão inviabilizá-la no Brasil de meados dos anos 60. Nestes termos, e em uma leitura sem dúvida perversa, não foi o populismo que limitou nossa experiência democrática, mas o que a possibilitou. Ora, é preciso deixar claro que este tipo de perspectiva não estava nos horizontes das formulações intelectuais dos anos 50, marcadas pelo otimismo do crescimento econômico e da participação política popular, inclusive por via eleitoral, embora igualmente atentas à ascensão de novas lideranças populistas” (GOMES, 1996, p. 10).

²⁷ “No Brasil, a futura teoria do populismo, não obstante o eventual brilho de seus esforços, ocultará, por suas limitações analíticas, que não é Vargas, nem o nacionalismo que dão o ‘tom da política brasileira’. É a direita que tem esse papel: tergiversa sobre a legitimidade do regime, veta, golpeia, encerra-o em 64. Como não vê-lo!” (GUIMARÃES, 2019, p. 56).

cumprir destacar, e que será caro para toda a tradição de análise do mundo do trabalho, dos movimentos sociais e do desenvolvimento da democracia no Brasil esquadrihada posteriormente por essa vertente sociológica, diz respeito ao fato de Ianni destacar que o desenvolvimentismo nacionalista se baseava na ideia de conciliação, em detrimento do acirramento do conflito de classes. Deste deriva toda a discussão sobre o peleguismo, a “configuração não competitiva da ordem social brasileira e a fraqueza dos atores sociais e de suas identidades” (MAIA, 2001, p. 49), pois, nessa ótica, o regime de 1946 figura como uma ditadura de classe velada, em uma ênfase interpretativa que pode ser compreendida como a legitimação teórica do ideário da esquerda radical do pré-1964 (como o mobilizado pela POLOP, por exemplo) em sua crítica à esquerda nacional-desenvolvimentista e ao PCB (Ibid.).

Como bem demonstram Szwako e Araujo (2019), até a década de 1980, persiste um processo no qual a leitura estatofóbica, em contraponto à ideia de uma sociedade civil essencialmente virtuosa, se torna o eixo central da gênese dos estudos sindicais em São Paulo. A compreensão da relação entre Estado e sociedade civil, balizada por interpretação autonomista, pela pena de Weffort e Moisés, restringe, em grande medida, a política ao plano das relações entre trabalhadores em oposição ao Estado burguês sob a forma da greve enquanto expressão legítima da luta de classes. Sob essa matriz obreirista e autonomista, a política basicamente não tinha espaço legítimo fora do chão de fábrica, visto como *locus* puro que anteriormente havia sido poluído pela política institucional e populista. As críticas de Cardoso (1964) ao nacional-desenvolvimentismo e a posterior teoria da dependência desenvolvida por Cardoso e Faletto (1970) também operam sob uma lógica deslocada e anacrônica, que tomava como obviedade a impossibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional e do êxito da pauta reformista²⁸, quando, em seu tempo, esse era mais um projeto político em disputa, cuja rejeição de antemão não poderia ser concebida senão por justificativas doutrinárias²⁹. Em outra

²⁸ Para uma análise da produção inicial de Fernando Henrique Cardoso, a reflexão sobre o “empresário industrial” e suas vinculações com a teoria da dependência, ver: PRONE, 2010.

²⁹ O argumento dos “capitães da indústria”, a reprodução da ideia de que São Paulo seria o *locus* da modernidade e a suposição de que a inserção de empresas estrangeiras era o caminho para o aperfeiçoamento e introdução de uma lógica burocrática moderna (CARDOSO, 1964) repisam a ideia do desvio do capitalismo na periferia. Sobre o abandono da concepção nacionalista pela adesão à teoria da dependência, diz Bresser-Pereira: “A perda da ideia de nação ocorreu inicialmente entre os intelectuais brasileiros a partir da hegemonia da teoria da dependência associada” nos anos 1970. Entre 1968 e 1973, no quadro de um regime militar nacionalista e repressivo, ocorreu o “milagre econômico” durante o qual as taxas de crescimento econômico foram em média de 10%. A reação dos intelectuais progressistas foi ver na política do regime militar a confirmação que não podia haver no Brasil uma burguesia identificada com a nação. Mas, segundo essa visão, a ausência de burguesia nacional não impedia o desenvolvimento econômico, que agora seria “assegurado” pelas empresas multinacionais. Assim, abandonaram a interpretação nacional-desenvolvimentista e anti-imperialista do ISEB, da CEPAL e do Partido Comunista Brasileiro e, na prática, se subordinaram ao Norte. Ao invés de entenderem que a dependência tornava a burguesia

frente, as acusações de marxistas, vinculadas à tradição sociológica paulista, contra a produção nacional-desenvolvimentista, e, de forma mais específica, ao ISEB, se materializa nas obras de Toledo (1982), Mota (1978) e Franco (1976). O nacional-desenvolvimentismo era então renegado por apropriar-se, de forma heterodoxa e indevida, de conceitos marxistas - em especial, os conceitos de alienação e ideologia - para, na prática, elaborarem um pensamento alienado e ideológico. Nas palavras do autor, “foram incapazes de se livrarem da ideologização da própria ideologia” (TOLEDO, 1982, p. 49), cuja finalidade direcionava-se para a conciliação de classe em nome da dominação populista³⁰. Sobre essa crítica à apropriação de conceitos marxistas e, de modo geral, à produção isebiana por cooptar os trabalhadores obnubilando a consciência revolucionária:

[...] os autores isebianos são culpados por escamotear a luta de classes por intermédio de seus conceitos deturpados - em sua grande maioria extraídos da teoria marxista - resultando num arrefecimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora que, por sua vez, foi cooptada pela ideologia nacional-populista, elaborada e propagada pelo ISEB. Portanto, a obra isebiana deveria ser remetida ao *index* para ser definitivamente banida do circuito acadêmico das ciências sociais e do pensamento social progressista, devido a sua inconsistência, tanto do ponto de vista teórico como político. (MOTTA, 2000, p. 128)

Tratavam-se, portanto, de críticas formalistas que pretendiam possível remissão a uma interpretação única, legítima e universal do marxismo, indiferente a qualquer condicionamento ideológico e refratária às condições nacionais específicas. Quando, de fato, a remissão e diálogo com autores que propunham interpretações da obra de Marx sob a chave da libertação nacional

nacional ambígua e contraditória, ora nacional, ora dependente, e que era legítimo firmarem um pacto político com ela, preferiram uma interpretação purista que conduzia os socialistas de volta às origens do seu pensamento baseado no internacionalismo e na luta de classes. Mas afinal, nos anos 1990, a maioria dos que nos anos 1970 adotaram as teses da dependência associada e rejeitaram o nacionalismo, abandonaram o socialismo que haviam partilhado na juventude” (BRESSER-PEREIRA, 2012, pp. 21-22).

³⁰ Sobre o recurso ideológico mobilizado como forma de deslegitimar determinada experiência, isto é, como arma linguística, Koselleck (2006) propõe: Nessa situação, a temporalização mostra sua face oculta, oferecendo subterfúgios. A crítica ideológica, como arma linguística, provém do arsenal do historicismo. Baseia-se em uma espécie de historização elementar, em que, com ajuda de conceitos de movimento, até mesmo o presente é desdobrado. Pois à crítica ideológica agrada — não só, mas de preferência — distribuir no decurso do tempo o ônus da prova do discurso político. É exatamente sobre esse modelo do "antes que" ou do "depois de", e, sobretudo, do "cedo demais" ou do "tarde demais", que podem ser explicadas "ideologicamente" atitudes de consciência, e isto diferentemente de outros processos de discussão. Mesmo que alguém argumente de uma forma racionalmente consistente, é possível atribuir-lhe uma falsa consciência do assunto de que está filando ou testemunhando. Subjetivamente ele pode não estar nem mentindo nem se enganando, pode mesmo refletir sobre seus preconceitos, e não obstante sua compreensão ou seus conceitos podem ser relativizados pela classificação temporal, e com isso ideologizados. Uma crítica ideológica que procede assim argumenta com conceitos de movimento, cuja prova só pode ser apresentada no futuro. O adversário cai em um dilema argumentativo. A escala histórica do tempo, com que ele é medido, é uma escala móvel. Por um lado, declara-se que sua posição atual é historicamente condicionada, de modo que ele não pode a ela escapar, nem ultrapassá-la. Por outro, a mesma posição pode se inscrever no futuro, como utópica, de modo que não seja realizável, ou então no passado presente, de modo que de fato já está superada, atrasada, vencida.” (p. 302).

de países periféricos, como Balandier, Sartre e Myrdall, era algo próprio da literatura política daquele período (PÉCAUT, 1990). A chave interpretativa do populismo, crítica à obra de autores como Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado, baseia-se em concepção que estigmatiza a política, ao atribuir o Golpe Militar de 1964 à política reformista em oposição à alternativa revolucionária, e ignora que estava em curso um processo que progressivamente constituía os trabalhadores como atores político relevantes, apontando para uma situação favorável ao desenvolvimento de uma democracia mais ampla, que tinha em vista, ela mesma, a superação do populismo (GOMES, 1996, p. 10).

1.2.2 Para uma análise crítica da teoria do patrimonialismo

A interpretação patrimonialista do desenvolvimento político brasileiro tem como seu principal difusor o livro *Os donos do poder* (2001), de Raymundo Faoro, cuja segunda e mais célebre edição fora publicada no ano de 1973, e, por sua vez, dá origem a toda uma série de interpretações de cunho culturalista desse desenvolvimento, circundando os temas do autoritarismo, do corporativismo e da cooptação dos trabalhadores. Podemos situar Faoro na tradição do culturalismo americanista (VIANNA, 2004) ou Luzia (LYNCH, 2011) do pensamento político brasileiro, cujo mais célebre predecessor fora o pensador do Império Tavares Bastos³¹. O americanismo liberal de Bastos servira de referência a Faoro em sua empreitada que busca na cultura da antiga metrópole e na transmigração da cultura política portuguesa o gérmen da barbárie e do autoritarismo brasileiro (VIANNA, 2004, p. 163). Para Tavares Bastos, um processo de transplantação de uma cultura atávica, às margens da civilização, e do Estado centralizado nos moldes ibéricos, decorrentes da colonização, inibia o desenvolvimento do espírito público e contribuía para a persistência do despotismo no Brasil. Segundo o autor, a superação dessa condição e a constituição da modernidade política no Brasil passava pelo incentivo à imigração, na expectativa que aumentando o contato com “o sangue puro das raças do norte venha desenvolver e remoçar a nossa raça degenerada” (BASTOS, 1863, p. 38). Bem como pela promoção de reformas políticas instauradas por cima (VIANNA, 2004, p. 160), que atuassem no sentido da descentralização administrativa e do livre mercado, tendo por objetivo incentivar o desenvolvimento do capitalismo em bases agrárias,

³¹ Segundo LYNCH (2011), a ideia de uma herança maldita, transposta pela migração do Estado português, culpada pelo atraso do Brasil é tema antigo e recorrente no pensamento político brasileiro. Antes de Raymundo Faoro poderíamos citar Diogo Feijó, Tavares Bastos e Campos Salles como representantes dessa interpretação (p. 30).

configurando o que Vianna chama de um liberalismo político autoritário (Ibid.). Antes mesmo de abordarmos a forma mais acabada da interpretação patrimonialista, cumpre citar a interpretação de Sérgio Buarque de Hollanda que, no mesmo sentido projetado por Faoro, fará uso do aporte teórico e conceitual weberiano para compreender o processo de formação da cultura política brasileira. Ainda que não seja o cerne de seu argumento, e não se possa atribuir um sentimento anti-iberista tão ferrenho como o de seu sucessor³², Sérgio Buarque utiliza a chave culturalista e o conceito weberiano do funcionalismo patrimonial, em oposição ao racionalismo burocrático, em seu clássico *Raízes do Brasil* (1995). Esse aparece como elemento que ampara o tão celebrado conceito de cordialidade, visto que o mesmo ímpeto personalista que sustenta a ideia do funcionário patrimonial, compõe a noção culturalista de que o legado do Brasil ao mundo seria a cordialidade; componente fundamentalmente decorrente do personalismo cultural ibérico que se espriava em todo tipo de relações em terras brasileiras. Se a partir da segunda edição do livro a cordialidade não mais figura como elemento intrínseco que levava à recusa do transplante da democracia liberal - mote da primeira edição -, ela continua a figurar como obstáculo à democracia. Agora, com vistas na modernidade política, a cordialidade se torna um elemento com o qual devia-se romper, em movimento evidencia a chave do desvio ibérico, uma “dialética sem síntese, na qual o polo da cordialidade desaparece e reaparece sem se encontrar com sua antítese” (WEGNER, 2000, p. 223). A democracia passa a ser tomada então como *telos* desejável e elemento configurador da modernidade política, mas, não à toa, permanecia sendo compreendida como “um lamentável mal-entendido”. Para além das incongruências devidas às significativas mudanças no teor do ideário ao qual o autor se filiava no decurso do tempo, salientamos que vigorava, especialmente nas reedições do opúsculo, a tônica culturalista do desvio e do contraste entre a cultura ibérica e o referencial do gênio racional, efetivamente moderno, anglo-saxão.

Da mesma maneira, Raymundo Faoro recorre a categorias weberianas para propor uma mais densa narrativa da história portuguesa, a partir da análise da sucessão das formas políticas de dominação. Decorrencia da ausência histórica do modelo feudal em Portugal, e da existência de suas “confederações políticas”, a gradual implantação da economia de mercado e a formação

³² A primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936), por sinal, se notabiliza por uma valorização da herança ibérica, tomada como dado com o qual haveria de se constituir uma modernidade própria. Uma série de mudanças podem ser notadas a partir da segunda edição (1948) até o seu formato mais célebre na edição seguinte (1956), quando podemos perceber uma adesão de Sérgio Buarque a um modelo de modernização que adere mais diretamente aos cânones liberais. Ainda assim, não se redime totalmente a ideia da possibilidade de suplantação do iberismo, permanecendo este como empecilho a ser superado, no que Wegner (2000) nomeia de “dialética sem síntese”. O *telos* anunciado passa a ser a democracia, mas ela será percebida, essencialmente, como algo “fora do lugar”. Sobre as mudanças nas distintas edições de *Raízes do Brasil*, ver: FELDMAN, 2013.

de um quadro administrativo determinam, segundo a interpretação faoriana, a passagem das formas de dominação tradicionais, como o tradicionalismo patriarcal, para a dominação patrimonial e estamental, caracterizada pela apropriação privada dos poderes do Estado em benefício de um estamento privilegiado. Na ausência do feudalismo não existira, por suposto, seu sucessor, o Estado Absolutista, no qual, sob trâmites clássicos, sucederia a “separação entre a coisa pública e os bens do príncipe” (FAORO, 2001, p. 61), abrindo caminho para o estabelecimento de “um rumo antiaristocrático”; essa ausência possibilitava o estabelecimento de uma nova aristocracia estamental, ou estamento burocrático. A tese central do livro propõe que a dominação patrimonial se perpetua através de toda a história brasileira, subsistindo diante dos diversos regimes, e, a partir da persistência dessa base social e espiritual, se constitui o que é nominado como um “capitalismo politicamente orientado”, que atuava como impedimento para uma economia de mercado e de livre empresa:

O capitalismo politicamente orientado, estruturado sobre o estamento, não haure energia íntima para se renovar, tornar-se flexível e ensejar a livre empresa. [...] O estamento, cada vez mais de caráter burocrático, filho legítimo do Estado patrimonial, ampara a atividade que lhe fornece os ingressos, com os quais alimenta sua nobreza e seu ócio de ostentação, auxilia o sócio de suas empresas, estabilizado a economia, em favor do direito de dirigi-la, de forma direta e íntima. (FAORO, 2001, pp. 75-76)

Em oposição, na concepção do autor, existiria um desenvolvimento natural do capitalismo, fundado numa economia racional na qual o Estado não interviria materialmente³³. Sem interferência política, os atores sociais tornavam-se capazes de organizar seus interesses segundo as regras impessoais de mercado. A ausência desses autores livres e racionais, por sua vez, determinava a obstrução do pensamento político liberal, que ficava restrito ao centro do capitalismo moderno. Em última instância, esse raciocínio implicava em uma rejeição de qualquer possibilidade de ação política do Estado em prol da nação no capitalismo periférico:

A análise elabora assim uma estrutura de dominação que cinde Estado e nação, tornando o primeiro termo o polo exclusivo de toda a iniciativa social, econômica e política, e relegando a segunda à condição de espectadora informe das consequências deletérias do capitalismo politicamente orientado. A anemia econômica é também a anemia política, e se a falta do capitalismo industrial é a razão do subdesenvolvimento, a inexistência das classes sociais autônomas explica o caráter autoritário e excludente da política nacional. O resultado é que não há uma sociedade civil independente, pensamento liberal ou capitalismo racional - signos pressupostos da realidade - mas dominação patrimonial, estamental e burocrática. (JASMIN, 2003, p. 361).

³³ Sobre a assertiva liberal de um caminho natural para o desenvolvimento político, naturalmente, derivado das experiências cênicas, Wanderley Guilherme dos Santos afirmava: “Os liberais doutrinários sempre acreditaram que o desenvolvimento de um sistema capaz de produzir, naturalmente, contínuos e justos resultados, requeria apenas algumas regras removendo os obstáculos que o impedem de operar de maneira liberal” (SANTOS, 1998 [1978], p. 42).

Novamente, estamos diante de uma interpretação que, sob uma trajetória distinta, alcança a mesma chave do desvio, ou, como propõe Jasmin (2003), do desvirtuamento do capitalismo decorrente do pecado original da formação portuguesa. A teoria da história nacional, sob a ótica faoriana, figurava como uma “não-história”, uma tentativa de justificar a frustração na formação cultural nacional (Ibid.). O conceito de Toynbee, civilização de parentesco, era mobilizado por Faoro para explicar a sociedade inerme e a cultura atrofiada no Brasil que, apegada ao seu passado e às estruturas herdadas de Portugal, reproduzia circularmente os padrões patrimoniais: “A cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Souza, reiterada na travessia de dom João VI” (FAORO, 2001, p. 886). A democracia, por sua vez, também constituía mal entendido, ou ideal jamais alcançável; o povo condenado à dominação, ao parasitismo e à existência, se muito, envolta em ações inócuas e irrelevantes. Faoro não fornece solução teórica ou política, do contrário, o iberismo parece condenar o Brasil a repetir o “passado inexaurível, pesado, sufocante”, suas estruturas e formas de dominação pelo Estado, a despeito do regime político vigente, do desenvolvimento econômico e da mudança social³⁴; a política como instrumento de ação efetiva sobre a realidade não tem lugar em seu pensamento³⁵. Do patrimonialismo ao estamento, de Avis a Vargas, a “viagem redonda”, que

³⁴ Distintamente da tradição que chamaremos aqui de liberalismo doutrinário (SANTOS, 1978) - sem com isso desmerecer os atores, mas visando abordar justamente a questão do transplante da doutrina liberal -, que, em maior ou menor grau, defendia o transplante das instituições liberais como forma de cultivar uma cultura política moderna, Faoro não parece acreditar na efetividade desse processo frente à impermeabilidade do estamento burocrático e à impossibilidade de efetivas mudanças políticas. “Faoro enxerga em tais impulsos externos um vetor de mudanças econômicas e sociais, mas tanto os impulsos externos quanto as mudanças não conseguem tocar a estrutura política de dominação, pois são operados pelo estamento, que instrumentaliza, descaracteriza e doméstica a agressividade inovadora das ideologias alienígenas e das mudanças socioeconômicas internas.” (CAMPANTE, 2003, pp. 174-175). Outra interpretação na mesma direção e que atesta a inexorabilidade do domínio político do estamento burocrático, contrastando, dessa vez, justamente com Tavares Bastos, é proposta por Ribeiro (2009): “Diferentemente de Tavares Bastos, que postula na modernização o caminho para constituir no Brasil uma ordem moderna e democrática, Raymundo Faoro, partindo do evolucionismo teórico, procura demonstrar como as modernizações engendradas no Brasil não foram capazes de instituir uma ordem moderna e democrática. De acordo com Faoro (1992) a modernidade comprometeria toda a sociedade, revitalizando e modificando papéis sociais. A modernização se diferenciaria da modernidade pelo seu toque voluntário, ou mesmo voluntarista, conduzido por um grupo específico privilegiando os grupos dominantes.” (RIBEIRO, 2009, p. 13).

³⁵ Sobre a inviabilidade da ação política, seja do Estado, seja da sociedade em Faoro: “[...] Faoro, depois de identificar a opressão do Estado sobre a sociedade como o principal problema brasileiro, não defende a reforma institucional. Até porque, se não há muita dúvida quanto ao retrato fortemente negativo que *Os donos do poder* fornece do estamento burocrático, sua caracterização dos grupos identificados com a sociedade também está longe de ser positiva. Talvez em razão dessa maneira de entender o Estado e a sociedade, o livro não oferece propriamente um programa político para o Brasil. Mais que programa, Faoro fornece um retrato desesperançado da política e da sociedade brasileiras, em que não enxerga muito espaço para a ação, o que o afasta de Oliveira Vianna e de praticamente todos os intérpretes do Brasil” (RICUPERO, FERREIRA, 2005, p. 227).

intitula o último capítulo do livro, de onde retiramos a citação a seguir, denota a dramaticidade desse movimento:

O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza de toda e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno. O patriciado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder - a soberania nominalmente popular - tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. [...] O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência quando necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais e, como o bom príncipe, dispensados de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou. (FAORO, 2001, pp. 885-886).

Os conceitos de patrimonialismo e estamento burocrático, e as decorrentes implicações teóricas da análise faoreana, adquirem *status* de interpretação do Brasil e permitem o desenvolvimento de uma série de trabalhos a partir desses motivos. A chave teórica do patrimonialismo embasa o desenvolvimento de estudos, de uma perspectiva liberal, sobre a herança ibérica e o Estado autoritário na história do Brasil e a permanência desse legado, dos quais destacamos a obra de Simon Schwartzman (1970; 2007)³⁶. Assim como Faoro, o sociólogo mineiro também mobiliza o arcabouço weberiano para pensar o desenvolvimento político brasileiro sob o fundamento do “neopatrimonialismo”. Herdado do “padrão de colonização portuguesa”, esse teria promovido a apropriação de órgãos e setores públicos por interesses privados, ainda que dependentes do poder central, e formou o que Faoro qualificava de “estamento burocrático”. Nestas condições de prevalência do poder do Estado neopatrimonial, e frente a uma sociedade civil anêmica, Schwartzman argumenta que o jogo político no Brasil não se pautava pela representação, e sim pela cooptação. Quando todos os benefícios e privilégios são controlados pelo Estado, as principais lideranças seriam cooptadas pelo sistema político:

³⁶ Luiz Werneck Vianna (2004) propõe uma relação entre o liberalismo de Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Para uma reflexão mais aprofundada, que também inclui como integrante dessa linhagem o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ver: RIBEIRO, 2010. Poderíamos adicionar também os trabalhos de história do pensamento político brasileiro elaborados por Bolívar Lamounier (2006) que, sob a chave do “pensamento autoritário”, irá contrapor Estado e mercado como indutores das ideologias políticas no Brasil. Para uma análise do pensamento político na obra de Lamounier, conferir LYNCH; PASCHOETO, 2018.

É pela perspectiva weberiana que podemos ver que o Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma ‘sociedade civil’ (classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza etc.) fraca e pouco articulada (SCHWARTZMAN, 2007, p. 11)

Diferentemente de Tavares Bastos e Raymundo Faoro, o autor irá propor uma ênfase em diferenças e clivagens regionais do desenvolvimento político brasileiro. O maior exemplo dessas clivagens era representado pelo contraste entre São Paulo e o restante do Brasil. Nessa interpretação, ao contrário de outras regiões do país, São Paulo não conheceu um período de bonança colonial seguido por uma decadência. Sendo região marginal durante esse período, São Paulo teria se desenvolvido sob relações contratuais que culminaram com a forma da efetiva representação. Ocorria que, na visão de Schwartzman, “o principal Estado da Federação brasileira” não contava com um protagonismo político equivalente a seu poder econômico. No Brasil, afirmava o autor, dando nova forma à tese das ideias fora do lugar, “as ideologias políticas liberais tendem a se localizar predominantemente entre grupos relativamente restritos, ainda que social e economicamente bem postos e sempre tiveram um conteúdo social bastante reduzido” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 37). O patrimonialismo burocrático tratava de deturpar a ideologia liberal exacerbando componentes conservadores, como ocorrera no caso da Primeira República, que, em sua interpretação, não representava a hegemonia da oligarquia de São Paulo, mas uma coalizão de outras oligarquias com o Estado. O reformismo e o planejamento econômico, por sua vez, eram associados a ideologias centralizadoras inerentemente autoritárias³⁷. Diferentemente de Faoro, o autor acreditava na possibilidade de superação do neopatrimonialismo e da implantação da lógica capitalista moderna no Brasil. As soluções propostas para viabilizar esse fim passavam pela universalização do modelo de representação contido em São Paulo e a adesão às pautas que promovessem a federalização e a descentralização político-administrativa. Supostamente, a difusão desse modelo favorecia a organização contratual típica de uma dominação racional legal, baseada em lógica mais afeita ao mercado, em um esquema evolucionista pautado por etapas referenciadas em modelos exógenos³⁸. Porém, da mesma forma que as outras narrativas indicadas, vigia nessa

³⁷ “Os componentes conservadores do liberalismo brasileiro debilitam a legitimidade de suas bandeiras libertárias, que só adquirem maior ressonância em períodos de autoritarismo mais exacerbado; enquanto isto, o eventual conteúdo social e reformista com que se apresentam as diversas ideologias centralizadoras, em todo o espectro da sociedade, tende a se perder e a se esvaziar pelo seu inerente autoritarismo.” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 37).

³⁸ Para uma crítica à apropriação de Weber por Schwartzman, ver: RIBEIRO, 2010. “Apesar de Simon Schwartzman afirmar que sua proposição de neopatrimonialismo está pautada pela teoria weberiana demonstraremos que a construção teórica do sociólogo mineiro não possui, de fato, nada de weberiano. Ao

interpretação, de forma explícita e permanente, a lógica do desvio ou da deturpação das ideologias e instituições cêntricas que, quando transplantadas para a realidade brasileira, meio que contaminavam-se com os resquícios ibéricos, e não atuavam da forma ótima como em sua latitude de origem, o Atlântico Norte:

Por razões que este trabalho trata de entender, o fato é que, no Brasil, as ideologias políticas liberais tendem a se localizar predominantemente entre grupos sociais relativamente restritos, ainda que social e economicamente bem postos, e sempre tiveram um conteúdo social bastante reduzido. Os componentes conservadores do liberalismo brasileiro debilitam a legitimidade de suas bandeiras libertárias, que só adquirem maior ressonância em períodos de autoritarismo mais exacerbado; enquanto isto, o eventual conteúdo social e reformista com que se apresentam as diversas ideologias centralizadoras, em todo o espectro da sociedade, tende a se perder e a se esvaziar pelo seu inerente autoritarismo (SCHWARTZMAN, 2007, p. 37).

Ao fim, as teorias do populismo e do patrimonialismo, apesar da distância de suas raízes ideológicas, literalmente se retroalimentam, fornecendo, de um lado a outro, conceitos intercambiáveis. As ideias de manipulação e cooptação pelo Estado em oposição à lógica da autonomia da sociedade civil - seja nos termos da consciência de classe, seja nos termos da ordem de mercado - foram chaves centrais das vertentes do pensamento marxista e do pensamento liberal que mobilizam o argumento. No Brasil, ambas derivam da compreensão de origem teórica universalista de que o desenvolvimento político brasileiro sofreu um desvio de rota. Concluimos essa parte propondo a construção de uma crítica que deriva numa interpretação que julgamos superar os limites detectados nessas chaves interpretativas de desenvolvimento político periférico. A superação da concepção universalista teleológica, marcadas pela ideia do desvio, da cultura impermeável ao liberalismo ou da ideologia do Estado populista e, portanto, da deturpação do processo de construção democrática pelo Estado populista ou patrimonialista, será construída pelo campo do nacionalismo periférico.

contrário desta pretensa base na teoria weberiana, a proposição de Schwartzman é pautada por um evolucionismo teórico que singulariza sua proposição e, ao mesmo tempo, a limitada fortemente. Quando analisamos a obra de Raymundo Faoro, caracterizando-a como evolucionista, demonstramos a partir afirmação de Jessé Souza (1999), pautado pelas proposições de Jürgen Habermas e Wolfgang Schluchter, que Max Weber estruturaria sua teoria por um evolucionismo formal ou neo-evolucionismo. Neste sentido, a sociologia weberiana não se enquadraria, por exemplo, no evolucionismo material, como o existente em Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Portanto, não existiriam etapas necessárias ao desenvolvimento com validade universal como postula a interpretação estruturada por Simon Schwartzman” (RIBEIRO, 2010, p. 137).

1.3 A democratização do sentido e o sentido da democratização

Em oposição à ideia de desvio ou de um sentido anômalo ao alegado desenvolvimento político “natural”, iremos propor uma interpretação diversa para o processo de desenvolvimento político brasileiro, ou, mais especificamente, o processo de democratização da experiência brasileira, que perpassará tanto a esfera teórica/historiográfica, como a esfera efetivamente política. Com isso queremos dizer que, para embasar nossa hipótese da estruturação de uma teoria política nacionalista a partir da análise da obra de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Celso Furtado, iremos começar com uma reflexão sobre o desenvolvimento político brasileiro assentada sob bases diversas daquelas mais usualmente frequentadas pelas análises políticas e historiográficas – cumpre apontar novamente, as teorias do populismo e do patrimonialismo. Se as novas bases propostas são efetivas na sustentação de uma interpretação alternativa, será algo fundamentalmente colocado à prova na segunda parte da tese, onde figuram os capítulos de análise das obras dos autores. Por ora, cumpre que apresentemos essas hipóteses secundárias e seu desenvolvimento de forma a servir de contorno e fornecer embasamento para a narrativa que sustenta a interpretação mais geral e, posteriormente, a análise do pensamento dos autores propriamente dita. A primeira dimensão tem um caráter mais especificamente historiográfico e, embora também conte com nítidas implicações políticas, a estamos denominando de *democratização do sentido*, no caso, o sentido historiográfico. Propomos que o movimento perpetrado por nossos autores pode ser compreendido como um processo teórico de democratização do ideário nacional-estatista. Seguindo, portanto, a indicação já posta por diversos autores de que as raízes do pensamento de Jaguaribe, Ramos e Furtado remete à chamada tradição do pensamento caracterizada pelo “autoritarismo instrumental”, iremos apresentar os argumentos que permitam, posteriormente, a compreensão dos elementos de permanência e ruptura entre as distintas configurações desse ideário. Em especial no que tange suas interpretações sobre os condicionamentos infringidos ao pensamento periférico, o processo de desenvolvimento político brasileiro e seus projetos políticos³⁹. Tendo isso em vista,

³⁹ Daniel Pécaut, em seu estudo *Intelectuais e a política no Brasil* (1991) atribui importância singular ao fenômeno/recorte sobre o qual iremos nos debruçar. Ele afirma a relevância do encontro de gerações e interpretações, especialmente no que tange uma teorização da mudança social, para pensar a relevância e existência de uma cultura política nacional-popular. Sem o recurso ao conceito, propriamente dito, pretendemos uma contribuição para essa complexa reflexão: “Porém o conceito de ‘cultura política’ não tem nenhuma utilidade exceto na medida em que se estabelece que representações com sinal oposto conseguem se entremear. Não é necessário aplicá-lo quando se trata apenas de frisar a difusão, no Brasil de 1960, de uma percepção de mudança social. Isto implicaria uma redundância, pois designaria somente o amplo consenso nacional-popular. Em contrapartida, sua utilização nos parece justificada a partir do momento em que se articulam concepções políticas

iremos nos debruçar brevemente sobre os quais julgamos ser os mais pertinentes - para os fins desse estudo - pontos do pensamento de alguns dos mais notáveis pensadores nacionalistas das primeiras décadas do século XX, mais especificamente: Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida. A segunda dimensão do tema que iremos propor diz respeito ao que chamamos de *sentido da democratização*, e remete à apresentação de interpretações que buscam compreender a democratização no Brasil como um processo histórico singular. Por óbvio, essa abordagem não implica na rejeição aos estudos baseados em comparações com processos análogos de desenvolvimento político, mas sim na rejeição da ideia da existência de um modelo teórico exemplar, emanado da história dos países cêntricos, no qual qualquer experiência distinta implique na leitura do desvio ou da falta. Argumentaremos que interpretações amparadas pelos prismas da *Cidadania Regulada*, da *Invenção do Trabalhismo* e do *nacionalismo democrático* figuram tanto como suporte teórico para a presente tese, quanto como horizontes teóricos possíveis a se apreender a partir das interpretações dos autores que estudamos⁴⁰. Balizados, portanto, por esses paradigmas teóricos – melhor desenvolvidos adiante -, concluímos que Jaguaribe, Guerreiro e Furtado, baseando-se em uma análise específica da história política brasileira, se percebem defronte a um longo e tortuoso processo de democratização. E, devido ao tipo de orientação epistemológica que abraçavam e desenvolviam, julgavam pertinente, além de refletir teoricamente sobre este processo, atuar efetivamente em sua condução. Neste sentido, argumentamos que, durante as décadas de 1950

distintas. Se há uma cultura política, esta se fundamenta no encontro de gerações de 1930 e 1960. Um encontro que se manifesta nas representações do plano político e, mais precisamente, na visão da evolução histórica, do povo e da nação. Encontro que é o coroamento de um processo histórico concreto: seu pano de fundo é a contradição entre certos integralistas e o Partido Comunista. Por meio do ISEB, mostramos a virada de antigos integralistas em direção ao ‘povo’ e, em seguida, a um marxismo ‘humanista’ onde o homem ‘desalienado’ tem os traços do ‘homem genérico’ do jovem Marx. Através do movimento ‘queremista’ e, mais tarde, da adaptação doutrinária introduzida após 1954 e sobretudo 1958, assistimos à recuperação da tradição getulista pelos comunistas. Outras mutações ocorreram: a dos jovens católicos que se colocaram nos postos avançados da revolução, a dos estudantes que abraçaram o marxismo. São esses percursos em sentido contrário que asseguram aos esquemas sancionais-populares o caráter de uma cultura política, mas assegurando também a coesão relativa de um meio que se estendia muito além dos militantes propriamente ditos, dando origem a uma vigorosa produção cultural, ficando subjacente ao conjunto dos debates da esquerda, incorporando os estudantes ao movimento dos intelectuais de maior envergadura. (PÉCAUT, 1991, p. 185).

⁴⁰ Essa proposta de interpretação pode parecer um tanto temerária pelo risco de incorrer em anacronismo, caso não pormenorizada. Pretendemos assegurar que ela não implica na afirmação de que os autores que analisamos antecipam as teorias a serem desenvolvidas anos mais tarde. Entretanto, afirmamos serem perceptíveis afinidades eletivas entre elas, em relações múltiplas e em ambos os sentidos. Assim como as teorias desenvolvidas por Wanderley Guilherme dos Santos, Angela de Castro Gomes e César Guimarães operam no sentido de legitimar, isto é, conceder o que podemos chamar de uma dignidade histórico-sociológica ao processo do qual autores como Jaguaribe, Guerreiro e Furtado estão participando, promovendo interpretações que superam os estigmas do desvio e da falsa consciência, a obra desses autores, ainda que não tenha sido objeto dos estudos mencionados, certamente colabora teoricamente para, indiretamente, balizar as ideias centrais neles desenvolvidas, visto que também tratam das vicissitudes e particularidades do processo de democratização no Brasil. A consistência dessas hipóteses só poderá ser avaliada a partir das análises efetivas deslindadas no decorrer da tese.

e 1960, os autores desenvolvem um movimento de habilitação da política - nos planos institucionais, da cidadania e da mobilização - como legítimo espaço para a manifestação dos conflitos inerentes à sociedade. A implicação no plano da teoria política se manifesta como uma ruptura, tanto com o ideal de política demofóbica da Primeira República⁴¹, quanto com o ideal elitista do nacional-estatismo. No que diz respeito ao segundo, conseguimos traçar uma linha de continuidade no sentido da ampliação da concepção de cidadania, até então calcada na ideia de democracia social, para uma compreensão mais ativa, referente ao plano da participação, e cuja expressão teórica se expressa na compreensão do conflito como elemento fundamental da democracia. A ideia de desenvolvimento democrático então deslindada passa a propor, guardadas as especificidades da política nacional, interlocução principal com elementos colocados pela experiência da social-democracia europeia. Em estrapolação última, para utilização de um conceito da teoria da história, essa passa a figurar como *telos* de um processo histórico que os autores julgavam presenciar. Processo esse, diga-se, concebido como parte/decorrente da disputa e da *práxis* política, e não como necessidade histórica/natural/providencial.

1.3.1 Do nacional-estatismo ao reformismo radical nacionalista: As contribuições de Alberto Torres, Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida

Neste momento da apresentação pretendemos expor a trajetória do que chamamos de ideário nacional-reformista (LYNCH, 2015), tomado como distintas manifestações do nacionalismo periférico brasileiro, suas inter-relações e contribuições nos planos epistemológico, histórico e político. Para apresentar o processo de permanências e rupturas entre essas manifestações no plano diacrônico, iremos dividi-las esquematicamente em três momentos: 1. o nacional-estatismo: momento que remete à obra de Alberto Torres e Oliveira Viana, cuja principais características passam pelo estabelecimento de um nacionalismo que, se não rompe, modula o caráter culturalista que caracterizava os nacionalistas predecessores, passa a valorizar interpretações de cunho histórico, focadas especialmente no plano material (econômico e sociológico), para compor suas explicações, e irá apostar principalmente em soluções políticas para os problemas diagnosticados; 2. o reformismo radical: nesse caso, iremos focar na obra de Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida que durante a década de 1930, partindo de referências colocadas por Torres e Viana, enfatizam a pauta reformista de

⁴¹ Sobre o caráter demofóbico do pensamento oligárquico da Primeira República, Ver: LYNCH, 2014, pp. 249-279.

forma mais contundente e já concebem a ideia da mudança social por uma chave mais positiva e menos elitista que seus predecessores; 3. o nacionalismo democrático: defendemos que este é efetivamente elaborado em sua forma mais acabada, e com variações, por Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Quanto a esse último estrato do nacionalismo periférico brasileiro, ele será apresentado nos capítulos subsequentes, cabendo, na última seção desse capítulo, um encaminhamento sobre o prisma teórico que iremos mobilizar para enformar nossa análise de forma a conectá-la a toda a reflexão proposta no presente capítulo.

1.3.1.1 Estratos do nacionalismo periférico: o nacionalismo-estatista de Alberto Torres e Oliveira Viana

Das vastas obras de Alberto Torres e Oliveira Viana, grandes representantes da vertente do nacionalismo estatista do pensamento político brasileiro (LYNCH, 2015), nos interessa compreender o caráter teórico de seu nacionalismo na crítica à importação de instituições e teorias da modernização, nas determinações epistemológicas pautadas pela ideia da necessidade do estudo da realidade nacional, e na defesa da centralidade da política derivada de uma interpretação específica do papel do estado no desenvolvimento político periférico. Um dos cerne de suas ideias está no fato de ambos compreenderem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento (Cf. SANTOS, 1998, p. 45), derivando daí a importância atribuída pelos autores à ação política e ao Estado no processo de desenvolvimento na periferia. Esse ponto é fundamental pois contribui para explicarmos uma das principais distinções teóricas em relação à teoria do patrimonialismo e à teoria do populismo. Ao defender ideias que giram em torno do papel essencial atribuído ao Estado na fundação da nação e na organização da sociedade no Brasil, e afirmando ser impossível transplantar instituições liberais em uma sociedade que não é liberal - o argumento seria o mesmo extrapolado para a tese de que é impossível transplantar uma teoria da revolução em um país que não tem uma ordem burguesa estabelecida -, ao tempo em que se recusa a ideia de uma ordem natural de desenvolvimento, também se estabelece uma outra relação não depreciativa com o passado nacional, estabelecendo a base da distinção concreta em relação à tese do desvio. O cânone liberal ordinariamente atribuía o desvio da ordem liberal à cultura ibérica. Ao tornar o Estado demiurgo elemento onnipresente, promovia a confusão entre público e privado. A teoria do populismo, por sua vez, condenava o Estado por impedir o curso do desenvolvimento da luta de classes e a conscientização dos trabalhadores. Em ambos os casos não há espaço para a agência política, e, no limite, a política é uma impossibilidade. Os autores que aderem a uma

concepção de nacionalismo pragmático também têm uma interpretação crítica do desenvolvimento político e da própria história nacional: eivada de conflitos internos, poderes descentralizados, uma economia anêmica, sem integração, concentrada nas mãos de oligarquias e clãs, etc. Entretanto, nessas interpretações, o Estado era visto como ator político necessário à realidade periférica, pois, apesar de imperfeito e, por vezes, problemático, figurava como o único ente capaz de intervir na organização dos trabalhadores, sobrepujando os interesses privatistas e viabilizando o desenvolvimento de uma economia nacional – principal mote dos autores que, à época, se debruçavam sobre a questão do desenvolvimento político-social do país. Essas interpretações, portanto, não se eximiam de reconhecer problemas no desenvolvimento histórico brasileiro, sendo o diferencial que esses problemas figuravam, primordialmente, como questões de ordem material, ou seja, manifestos, em especial, nos campos social e econômico, para só então refletir no desenvolvimento político⁴². Uma alternativa às interpretações baseadas na ideia de que um Estado todo poderoso limitava de forma absoluta o desenvolvimento de uma cultura cívica, segundo o liberalismo, e da consciência de classes para a revolução, segundo a leitura marxista posterior. Por outro lado, o nacionalismo estatista das décadas de 1920 e 1930 afastava-se de um ufanismo acrítico ao enumerar problemas do desenvolvimento histórico nacional e interpretar que o tipo de ocupação colonial, a lógica política por ela fundada e perpetuada nos primeiros anos da República gerava uma ordem política autárquica e não integrada, favorecendo a organização de clãs, impedindo o desenvolvimento do mercado interno e, em última instância, da nação. A constituição de um mercado interno, por sua vez, era compreendida por essa vertente como expressão econômica do nacionalismo e condição para a consolidação nacional, tomada por inviável na falta de integração econômica (SANTOS, 1998, p. 47). De tudo isso, um ponto fundamental ao nosso argumento, é o de que a interpretação crítica do passado colonial e da história do desenvolvimento político pelos nacionalistas são centradas em causas materiais, portanto, passíveis de mudança a partir da intervenção política. Há então o que compreendemos como um movimento de habilitação da política - ainda que estes autores todos sejam particularmente críticos aos políticos profissionais (sem dúvida um traço autoritário de seus ideários) -, que abre um horizonte de expectativas para a compreensão do desenvolvimento sob chave reformista. Como veremos, o nacionalismo dos autores se expressa em conceitos e formulações que terão

⁴² Nesse ponto específico, a hierarquia causal entre os fenômenos coloca a política como decorrência. Isso, porém, não significa que esta é vista como epifenômeno do mundo material. Como já citamos, e veremos mais detidamente adiante, a possibilidade de agência política sobre a mudança social e a construção nacional nos parece importante característica dessa linhagem de pensamento.

longa duração e refletirão no pensamento dos nossos autores da década de 1950 e 1960, por exemplo, nos termos: da crítica ao imperialismo; do questionamento do domínio oligárquico; da defesa do papel do Estado na organização nacional e da constituição de um mercado interno; da defesa de uma pauta de reformas sociais, etc. Voltemos então nas raízes desse ideário.

Em 1914, Alberto Torres publica duas de suas mais relevantes obras de reflexão política: *O problema nacional brasileiro* (1914) e *A organização nacional* (2019). Logo na introdução do primeiro citado, Torres esclarece que o foco de seu interesse é pautar uma reflexão política com fins de intervenção efetiva na realidade sob uma perspectiva nacionalista e, mais especificamente, o que poderíamos chamar de uma epistemologia nacionalista:

Estudos desordenados me tinham feito entrever a tremenda confusão das ideias em nossa época. Insubmisso ao despotismo mental da autoridade, formar consciência própria sobre os problemas que me interessavam, como homem e como brasileiro, foi a ardente aspiração que me dominou; e, abandonando sistemas, categorias e divisões de conhecimentos; despreocupado de ser filósofo, sociólogo, economista, ou cultor de qualquer outra ciência, abri caminho às minhas pesquisas políticas e sociais, tomando por guias os primeiros ideais da minha vida e a ambição de cooperar praticamente por sua realização, através de ciências e de sistemas, mas, principalmente, através das realidades e dos factos, à proporção que as interrogações se iam formulando em meu espírito. Esclarecendo a inteligência, e resolvendo as dúvidas, eu ia chegando, assim, a formar juízo meu e a educar o critério, para solver com os dados correntes da vida os problemas da prática. (TORRES, 1914, pp. 9-10).

Esse apelo nacionalista na obra do autor não derivava de concepção xenófoba, essencialista, de exaltação étnica ou cultural, mas advinha de uma crítica ao colonialismo motivada pela percepção da condição periférica ocupada pelo Brasil no plano epistemológico e político. O nacionalismo de Torres figura como uma reação ao colonialismo, ou melhor, como uma necessidade história de reação política da periferia a esse colonialismo; e esse era o cerne do “problema nacional” mencionado no título da obra. Poderíamos dizer que o problema nacional, da forma como colocado por Torres, é expressão do que de mais próximo se pode chegar, à época, de uma crítica pós-colonial⁴³, no sentido que, diferentemente do ideário liberal

⁴³ Já tratamos dos limites a essa interpretação, mas a crítica de Torres ao imperialismo também se aproxima das formulações posteriores nesse sentido. No plano político e econômico, afirma ser patente a “luta entre a imperialismo financeiro e a liberdade econômica dos países fracos; a luta do imperialismo militar, com a independência, ou, pelo menos, a autonomia, destes países” (TORRES, 1914, p. 114). No plano da crítica às teorias racialistas e a superioridade cultural europeia, recusa também o nacionalismo fundado em um mito cósmico e numa interpretação ufanista, reafirmando a necessidade de uma perspectiva compreensiva da história e da realidade objetiva do país: “É esta a pátria pela qual temos de lutar. É a pátria de nossos pais, a pátria de nossos filhos. Se fossemos fiéis de algum mito cósmico, poderíamos prender nossos afetos e esperanças no esqueleto territorial da Pátria e... ‘laissez faire, laissez aller, laissez passer’, certos de que a Providência, ou a Evolução, iria trazer-nos, mais cedo ou mais tarde, para vestir os ossos nus da terra natal, a carne pura e a sangue rico do aryu. Se nos deixássemos dirigir por qualquer adoração mística, confiaríamos à fé simbólica, ou mágica, na bandeira, ou no hino nacional, a missão de prescrever nossos destinos e disputar de nosso futuro. Mas nós somos um povo

culturalista, de inspiração weberiana - cultivado por Buarque ou Faoro, por exemplo -, o autor nega que tenha havido uma transplantação automática da cultura política metropolitana para a colônia, ou mesmo que esta seja a raiz do impedimento à modernidade. Não, o colonialismo é compreendido como um empreendimento político de conquista e dominação. Por isso, e não por fraqueza cultural, que a organização aqui instaurada operava em dinâmica distinta e com objetivos distintos da forma como operava na metrópole:

As nações de origem remota e de lenta evolução não conheceram nem conhecem, o problema nacional, pela mesma razão por que os herdeiros de grandes fortunas desconhecem o problema da subsistência e cada individuo desconhece a problema da formação estrutural do seu organismo. As nações surgidas por descobrimento e formadas por colonização são improvisos sociais do acaso, ou de factos excepcionais do progresso. Se fosse possível conceber que os governos metropolitanos ou as camadas colonizadoras transplantassem para as suas novas possessões a estrutura e organização das metrópoles, poder-se-ia, também, admitir que as colônias teriam prolongado sobre os novos territórios o organismo das sociedades metropolitanas integradas, nem tal porém, se dá, nem, ainda seria de supor - o que, aliás, não seria bastante - que as forças ativas na manipulação das novas sociedades: governos das metrópoles, seus delegados e colonos tivessem agido sobre estes meios, obedecendo aos mesmos estímulos que Ilhes impeliam os passos, na vida ordinária sobre a solo natal. (TORRES, 1914, p. 26)

Não é a herança ibérica que impõe barreiras e dificuldades à constituição da nação, e sim os resquícios da lógica colonial: “governos coloniais e colonizadores fazem invasões e conquistas: não fundam nações; são exploradores: não são sócios” (TORRES, 1914, p. 26). Herança pode dar um caráter dinástico ou étnico que também não é o foco implícito na argumentação de Torres, antes, é a perpetuação de um modo colonizado de pensar e agir. O colonialismo atuava como óbice à teorização autêntica e à política soberana. O nacionalismo, na obra de Torres - assim como na obra de nossos autores posteriores -, já figura como um imperativo político posto aos povos periféricos (“países novos”), distinguindo-se, portanto, do nacionalismo - “exacerbação mórbida do patriotismo” - que se manifestava nos “países formados” (Ibid. p. 27).

Ainda no plano político e epistemológico, Torres era um crítico ao transplante de doutrinas ou teorias da modernização, tais como o liberalismo e o marxismo. O liberalismo, “perito na destruição”, não contribuía com a organização nacional e, transplantado em termos

inteligente e sensato como poucos; podemos confiar as qualidades que honraram os próceres da nossa História e distinguem a nossa geração a missão de defender, preservar e melhorar um trecho da Terra e uma sociedade e, que representam, justamente pelos caracteres de sua formação, a tipo mais aproximado da sociedade ideal no futuro de civilização e de cultura humana, que iniciamos”. [...] “O problema das raças, como problema de seleção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência de outros. Nós sabemos, porque a temas verificado em cinco séculos de vida, que as diversas, variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir a mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual” (TORRES, 1914, pp. 60-61).

doutrinários, haveria de ser rejeito “no juízo de espíritos práticos”. Da mesma forma, evolucionismo, positivismo e reacionarismo, eram negados como parâmetros para crítica ao liberalismo (Cf. Ibid. p. 14). Do outro lado, em sua interpretação, o mecanicismo automatista do materialismo histórico de Marx impingia a ideia da “insignificância, da ação dos governos e dos indivíduos, na marcha dos acontecimentos e na direção da vida social” (Ibid., p. 127). Se as forças materiais e coletivas continham o poder decisivo sobre a sorte das nações, os governos eram “meros produtos, no presente, e da operação de tais forças; os indivíduos, órgão ou instrumentos do poder mágico desses elementos, cegos e inconscientes...” (Ibid.). Ele concluía mais uma vez pela ênfase na política sobre os determinantes eminentemente místicos ou imateriais, afirmando que a “fase da vida humana a que chegamos tem sido caracterizada pelo predomínio do fator político sobre os fatores cósmicos e sociais do desenvolvimento” (Ibid., p. 128). Mas essa política, haveria de rejeitar os doutrinarios e ser constituída a partir da realidade material objetiva⁴⁴:

Com tal espólio de doutrinas e de imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático. Os problemas da terra; da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social, ficaram entregues ao acaso; o Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos — doutos parlamentares e criteriosos administradores — não eram políticos, nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas; digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas; tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da armada, da instrução, das repartições, das secretarias, das finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus. Sob a impetuosidade do primeiro monarca e o academicismo do segundo⁴⁵, o mecanismo governamental trabalhou sempre, desorientado e sem guia, estranho às necessidades íntimas, essenciais, do nosso meio físico e social (TORRES, 2019 [1914], pp. 35-36).

No plano econômico, é curioso que a rejeição de Torres ao capitalismo, ao imperialismo e ao colonialismo passa por críticas diretas à distribuição de renda nos países periféricos, e mesmo em relação ao consumo das classes dominantes, em formulações análogas às que serão desenvolvidas bem posteriormente por teóricos desenvolvimentistas. Nas sociedades novas, afirmava o autor, “sem costumes e sem organização econômica favoráveis à distribuição das

⁴⁴ “Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum” [...] “Estudar o Brasil, eis o que devera ser o lema do patriotismo e do zelo pela sorte de nossa terra”. (TORRES, 2019 [1914], p. 37).

⁴⁵ Interessante notar que, diferentemente de Viana, Torres se apresenta como um republicano convicto - apesar de questionar às instituições da Primeira República -, e um crítico mais mordaz à Monarquia. Como veremos, Viana exalta Pedro II e parte de seus auxiliares como exemplos de estadistas a serem seguidos.

riquezas” (Ibid., 107), reproduz-se fenômeno análogo à organização feudal, baseadas em vínculos como a suserania e a vassalagem, o que compromete a produção para proteger “elementos parasitas”. O capital, vinculado aos interesses estrangeiros, em “associação” com “interesses nacionais ativos e dominantes pende para o elemento mais forte, contra o elemento explorado”, evidenciando que este “não é um produtor de riqueza, senão um simples motor da exploração e da circulação” (Ibid.). Quanto aos hábitos de consumo das elites, ele afirma que, “imitando as tendências das sociedades europeias”, se estabelecem processos e instrumentos para a emigração das riquezas nacionais de maneira a não contribuir para a produção de riquezas, e sim para “avolumar as correntes de drenagem” [...] “sobre a planta robusta da exploração colonial” (Ibid., pp. 107-108)⁴⁶. Neste sentido, Torres negava a adesão automática às doutrinas de sociólogos e filósofos estrangeiros, afirmando ser necessário observar as “verdades tiradas do concreto e do vivo” para que se formasse no país “um espírito e uma diretriz prática” capaz de livrá-lo do jugo de tendências particularistas, permitindo então “pôr em movimento suas próprias forças” (Ibid., p. 21). Movimentar as próprias forças tinha o sentido de investir organização nacional, cujo elemento central era a ideia de “fundar a economia da nossa pátria” (Ibid., p. 32), porém, recusando a ideia da inserção automática na divisão internacional do trabalho e do espontaneísmo liberal, mais uma vez, destacava-se a importância da política. Sobre a fundação da economia pátria, Torres evidenciava a importância da política: “Para isso, só há um caminho a seguir: traçar a sua política; e para conceber a sua política, é mister formar uma consciência nacional” (Ibid.); ou seja, a formação de um mercado interno integrado era condição para o estabelecimento da nação, e cabia ao Estado promover o desenvolvimento de uma consciência nacional que habilitasse a integração necessária à formação do mercado interno. As leis de formação baseadas em uma sociedade parental e gentilícia não permitiam a manifestação plena das virtudes cívicas nacionais e obstaculizavam a integração sendo necessária a intervenção estatal para viabilizar o desenvolvimento e então a civilidade e a cidadania a nível nacional.

⁴⁶ Obviamente não se pode atribuir a Torres um pensamento desenvolvimentista, do contrário, ele era em grande medida desconfiado do desenvolvimento do capitalismo e advogava por uma concepção agrarista - ainda que sob a chave da modernização e do desenvolvimento nacional. Ele também não desenvolveu essas reflexões sobre a distribuição de renda e o “efeito demonstração”, como fizeram autores desenvolvimentistas como como Prebisch (1949), Nurkse (1957) e Furtado (1961). Sobre a teoria do “efeito-demonstração” em Prebisch: A tendência a gastos de consumo relativamente elevados nos países periféricos relacionar-se-ia com o fato de que o padrão de consumo permitido pelos elevados níveis de renda por habitante dos países centrais tenderia a ser reproduzido pelas camadas de alta renda da periferia, sob o estímulo do chamado efeito-demonstração. Analogamente, também o gasto público estaria submetido a essa pressão para o seu direcionamento não-produtivo. Caberia, pois, ao planejamento restringir esse tipo de gasto e privilegiar a aquisição de bens de capital, tanto no âmbito público quanto no privado. (MACEDO, 1994, p. 98).

Também é elemento a se destacar na produção de Torres, a exaltação do povo e das “raças da nação”. O autor opunha-se frontalmente às doutrinas racistas e aristocráticas “predominantes na ciência social” da época, tal como propostas por Gobineau, Malthus, Lapouge e suas filiações políticas com o darwinismo social, e a afirmação da “superioridade morfológica, irreduzível, de certas raças e certos povos” (Ibid., p. 47) sobre os povos colonizados⁴⁷. Sobre esse ponto ele era categórico em afirmar que “somos um dos povos mais sensatos e inteligentes do mundo”, e que isso era matéria de fácil constatação por qualquer brasileiro que tenha viajado para outros países. Havia nessa interpretação um tipo de essencialismo culturalista e conservador quando exaltava a ideia do “homem genuinamente brasileiro”, “que não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades” (Ibid., p. 44), ainda que não possa ser comparável à idealização romântica⁴⁸. Torres rejeitava a “ideia vulgar de que o brasileiro é, de natureza, preguiçoso”, atribuindo tal percepção à falta de preparo e falta de cuidado, especialmente com os trabalhadores. Em *A organização nacional* (2019), o autor refutava a tese spenceriana do “indivíduo contra o Estado” para, a partir do desenvolvimento da doutrina de Woodrow Wilson, “o Estado pelo indivíduo”, defender uma pauta de reformas e proteção social sob a fórmula “o Estado pelo indivíduo, pela terra e pela sociedade, no presente e no futuro” (TORRES, 2019, p. 226). Ele afirmava então que para a efetivação de um “regime político democrático, que se propõe a realizar o governo do povo pelo povo, o dever do Estado é formar o povo”⁴⁹ (Ibid.), estendendo as medidas de proteção,

⁴⁷ Um interessante argumento mobilizado por Torres contra as teses racista diz respeito às pesquisas que indicavam a precedência e ascendência do desenvolvimento de “povos das raças morenas do Mediterrâneo”, como Micênicos e Minoicos, ou da civilização egípcia (TORRES, 1914, pp. 47-48), perante a posição dos “idólatras do helenismo e bardos póstumos do feudalismo” que condenavam “toda gente que não traz madeixas louras nas cabeças e não teve avós comungando nas aras de Thor ou de Lorki” (Ibid., p. 55).

⁴⁸ O que havia implícito na obra do autor era uma defesa de uma relação harmônica e cordial entre as diversas “raças” que formavam o povo brasileiro e mesmo com relação aos imigrantes, em uma bem definida formulação anti-racista e anti-xenofóbica: “Brasileiros, o nosso afeto patriótico deve abranger numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, dos alemães, de todos os outros povos, que formam a nossa nação. Fora destes, não temos que reconhecer senão homens, senão semelhantes, seres da mesma natureza e do mesmo espírito, para que o nosso país teve sempre abertas, com urbanidade e franqueza talvez inigualadas, e com vivos transportes de hospitalidade, casas e almas” (TORRES, 1914, p. 9).

⁴⁹ Essa era considerada a condição fundamental para fazer efetivas as reformas. O Brasil era capaz de fazer reformas, mas para que elas alcançassem êxito e promovessem uma “transformação radical”, era necessária a organização política da nação: “A nossa história mostra que somos capazes de esforços para reformar. Temos lutado bravamente por ideais e por doutrinas. A independência política, a abolição da escravatura e a república foram obras incruentas, é certo, no primeiro momento; todas estas reformas, custando, porém, muito sangue inútil, profundos abalos e sérios prejuízos e danos a interesses consideráveis, não operaram nenhuma transformação radical, não fundaram uma ação, não deram liberdade à raça negra, não constituíram uma democracia. Erros políticos e surpresas internacionais à parte, o nosso país goza da fortuna privilegiada de ter problemas, sem ter dificuldades, possuindo o povo de coração mais brando e de mais sensato espírito, talvez, no mundo inteiro; só o não governa quem o não sabe, ou não o quer, governar; e todos os seus problemas se resumem neste objetivo: formar, construir e desenvolver a Nação, que é a nossa gente de hoje e a sua prole, a gente das nossas raças e a dos

que começavam a ser cedidas aos operários, a todos os trabalhadores de forma a “englobar tais medidas numa política social geral” para organização de um “regime social favorável a todos” (Ibid.). O Estado deveria intervir para educar e prover bem-estar aos cidadãos, garantindo uma remuneração justa: a “política econômica” era o “próprio fundamento da vida social, jurídica e moral de um povo (Ibid., p. 200). Esse tipo de política haveria de evitar a inserção e o desenvolvimento do “doutrinarismo” socialista “que tantas vezes o tem conduzido a procurar fundar utopias, e a edificar novas tiranias pretendendo destruir as velhas” (Ibid., 225). Sua teoria da organização continha, sem dúvida, um viés elitista no sentido da promoção e organização de elites nos diversos estratos sociais e categorias ocupacionais. É, porém, seu discípulo e admirado, Oliveira Viana, quem irá levar adiante e desenvolver, tendo inclusive influência política a partir da assunção de cargos público, essa teoria da organização derivada então numa teoria do corporativismo.

Vários são os pontos de contato, e poderíamos mesmo falar de apropriações e continuidades, mas Viana afirmava haver um ponto em que sua identificação com o pensamento de Torres era completa:

Torres não queria o estudo da sociologia no sentido da ciência pura, de investigação desinteressada das leis da vida social -- da investigação pela investigação; mas, sim, como uma base de orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais (VIANA, 1995, p. 405).

No que dizia respeito, portanto, às motivações metodológicas/científicas das investigações sobre a “nossa realidade social”, Viana afirmava que elas deveriam ser conduzidas por um “fim superior”, qual seja, “encontrar neles a chave para a solução de todos os problemas da nossa organização social e econômica e da direção política e administrativa do país” (Ibid.). O que podemos chamar de uma tradição do nacionalismo periférico, cujo percurso começamos agora a delinear, tinha como fundamento epistemológico a ideia da intervenção, ou do que podemos chamar de *práxis*⁵⁰ das ciências sociais, cujo fim último conduzia à ação política. Para Torres e, como veremos, para todos os pensadores cujo pensamento é objeto desse estudo, além dessa motivação prática do conhecimento, perceberemos outra característica perene: a ideia de se colocar “a Ciência Social a serviço da Ciência Política” (Ibid.). Nos

que vierem, cordial e fraternalmente, conviver conosco: a verdadeira, a única Pátria, para corações sinceros e para espíritos serenos. A desorganização política destrói uma Nação mais do que as guerras (TORRES, 2019 [1914], p. 32).

⁵⁰ Ainda que motivados por objetivos outros que o colocado por Wanderley Guilherme dos Santos (1998), sugerimos uma analogia com quando este propõe estudar a *práxis* liberal no Brasil, quando o conceito de *práxis* é compreendido como “ação política” ou “ideias políticas como guias estratégicos para a ação” (p.9).

próximos capítulos, veremos, as ciências sociais, já concebidas no plural, e, mais especificamente, a economia, a sociologia e a história, serão compreendidas por nossos autores, sem demérito por isto, sob chave instrumental, isto é, como subsidiária para a compreensão do desenvolvimento político e para a efetividade da *práxis* política.

Declarado admirador da Monarquia Brasileira, da cultura e dos expoentes da política Saquarema, e baseando-se nas críticas ao transplante das instituições liberais para o Brasil - marca do que ele denominava como *idealismo utópico* - elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Viana irá se tornar um dos mais argutos censores da política praticada na Primeira República⁵¹. Assim como Torres, Viana criticava o hábito dos transplantes sem adaptações das instituições e leis dos países cêntricos para os países periféricos, afirmando que, na maior parte dos casos, os efeitos obtidos não eram os mesmos, a variar as realidades e circunstâncias de cada caso.

Os países latino-americanos são, com efeito, países todos devastados pela praxe dos "transplantes" ou "empréstimos" culturais em uma infinidade de cousas; mas, principalmente, o são em matéria de instituições políticas e de direito constitucional. Para os estudiosos da sociologia política, a América Latina constitui a zona mais ampla e mais ativa de conflitos entre os ideais e os atos, isto é, entre as normas (ou Chartas) das suas instituições políticas e os comportamentos dos que, ou -- como simples cidadãos -- as procuram espontaneamente executar, ou -- como membros do Estado, como governantes -- são funcionalmente obrigados a isto. (VIANA, 1999, pp. 100-101).

Não se tratava exatamente de um tipo de constatação que implicava na formulação das “ideias fora de lugar”, mas sim de compreender que, por exemplo, não haveria liberalismo onde não houvesse uma sociedade liberal. Repudiando, portanto, a aplicação de doutrinas exógenas ao Brasil, Viana tinha como um de seus grandes alvos Rui Barbosa, que, em sua avaliação, acredita que a mera aplicação de instituições e códigos legais liberais seria o bastante para transformar a sociedade brasileira. Viana não discordava essencialmente dos fins apregoados pelo liberalismo - dado central que leva Wanderley Guilherme dos Santos a afirmar que Viana

⁵¹ “Essa elite dos homens de 1.000 o Império formou através desses três grandes centros de fixação dos valores no governo político: o Ministeriado, que tinha a função de um teste de experiências para as duas outras corporações seguintes, que eram -- o Conselho de Estado e o Senado, um e outro de provimento vitalício. Nestes três centros de experimentação de capacidade política e estadística, o Imperador colocava os homens da grande elite que fez o Império e a sua grandeza. Não eram homens -- repito -- que trouxessem para a formação da terceira estrutura a mensagem ou a inspiração direta do Povo. Eles traziam, todos eles, sim -- a marca do Rei: eram homens de formação carismática. Esta seleção não se deu na República -- e não se deu porque no Império havia uma força que a República -- pelo excesso do seu princípio democrático -- não pôde conseguir ter: o Rei, hereditário, soberano, colocado acima dos partidos, dos clãs e das suas rivalidades recíprocas -- e manejando os privilégios do Poder Moderador. Este poder supremo -- educado para as imparcialidades do governo pela natureza do seu próprio cargo e possuído inteiramente da "consciência da Nação" -- era quem selecionava os ‘homens de 1.000’ e formava a elite destinada ao funcionamento desta terceira estrutura do Estado Nacional, criado em 1824.” (VIANA, 1999, p. 343).

constituiria o caso mais bem acabado de representante do “autoritarismo instrumental”⁵² - defendido por Rui, mas que era necessário ter consciência que em circunstâncias distintas, os meios para obter aquele fim haveriam de ser outros. Esse tipo de compreensão nos parece derivar justamente da perspectiva epistemológica do nacionalismo periférico que, ao romper com os compromissos teóricos universalistas, é capaz de compreender os elementos contingenciais e, em dada medida, mais realistas, que enformam e limitam a produção do conhecimento a despeito do quão abrangente ela se proponha. Sobre esse ponto, em crítica à Rui Barbosa, Viana afirmava:

Na intimidade de sua consciência de publicista, certamente não admitia que fosse possível a qualquer povo atingir estes mesmos ideais (fins) usando novas técnicas ou meios novos. Para ele, a democracia, as liberdades civis e políticas, a dignidade substancial do homem, o progresso das sociedades, tudo estava identificado com aquele sistema de instituições (ditas liberdades ou democráticas), que tinham a sua realização mais alta nos sistemas políticos e constitucionais criados e praticados pelos povos que falam inglês: quem quer que alterasse ou negasse estes sistemas de *meios* repudiaria, implicitamente, aqueles sistemas de *fins* ou ideais. Como já observamos, Rui era intransigente quanto aos *fins*; mas -- se transigia quanto aos *meios* -- esta transigência era apenas em relação aos sistemas de *meios* experimentados por aquelas democracias. Era-lhe uma espécie de segunda natureza a sua fé na democracia inglesa. No fundo, não compreendia outra forma de vivência política para qualquer povo civilizado. (VIANA, 1999, p. 392).

Retratando de forma patente a consciência do condicionamento periférico à produção do conhecimento e ao processo de desenvolvimento político, Viana expõe em *Instituições políticas brasileiras* o dilema do autoritarismo instrumental em sua defesa do corporativismo, propondo a substituição do *sufrágio universal* pelo *sufrágio corporativo*; a substituição dos *partidos políticos* por *grupos profissionais*⁵³; o que, certamente, impunha restrições e amarras ao que se pode chamar de livre funcionamento e manifestação da sociedade civil - o que, considerando o estado da arte da democracia liberal atual, claramente figuram como instâncias autoritárias -, porém, dizia ele, “sem que nada disso, entretanto, significasse deixar de manter fidelidade aos ideais da Democracia” (Ibid.). Esse tipo de formulação era possível pela reivindicação da predominância do caráter social da democracia sobre seu plano essencialmente participativo e político (GOMES, 2005). Em *Populações meridionais* (2005), Viana recupera as ideias de Torres para afirmar que desde a Independência havia um dilema entre aqueles que

⁵² Abordaremos o tema mais detidamente adiante.

⁵³ Sobre esse ponto, Carvalho (1991) irá apontar para a apropriação por Viana de elementos constantes na obra de Uruguai, mais especificamente a distinção entre direitos sociais e direitos políticos, que, por sua vez, tivera como referência a Constituição francesa de 1791 e o liberalismo conservador de Guizot, mas o que marcava a ascendência de Uruguai sobre Viana era especialmente a ideada ênfase na importância da universalização dos direitos sociais enquanto os direitos políticos haveriam de se manter restritos de acordo com a capacitação dos indivíduos (p. 87); o que claramente é uma marca que perpassa a obra de Oliveira Viana.

defendiam a importação do liberalismo federalista para o Brasil, favorecendo as elites locais, e os que defendiam uma centralização em nome da consolidação nacional. Nessa obra se funda a interpretação de que as insuficiências da estrutura social brasileira derivavam de uma herança cultural materializada na lógica da organização colonial e na decorrência tendência à clãnificação da sociedade e da política do país. Se, da mesma forma que em Faoro, se identificava um problema fundacional advindo do encontro da cultura lusitana com as condições encontradas em solo brasileira, havia em sua interpretação uma possibilidade de superação desse quadro a partir da organização política corporativa promovida pelo Estado. O Estado figurava como elemento da equação que possibilitava sua resolução, enquanto, para Faoro, em interpretação posterior, o problema da organização política e social advinha da cultura do Estado português transmigrada⁵⁴. O autor se posicionava ao lado de políticos como o Visconde de Uruguai em defesa de uma maior concentração de poder nas mãos do Estado centralizado contra o “localismo” e o “provincialismo” que, em sua visão, restringiam a política brasileira ao nível da política de clãs conduzida por caudilhos (Cf. Viana, 2005, p. 312). O Período Regencial era caracterizado pelo aumento dos conflitos em benefício do “centrefugismo das províncias” e da divisão da nação (VIANA, 2005, p. 292). O estabelecimento da Primeira República e do federalismo manifesto na Constituição de 1891, “pelo excesso do seu princípio democrático” (Ibid., p. 343), desestabilizavam o quadro político pois, sem o Poder Moderador, um Conselho de Estado formado por homens públicos de escol, o Senado vitalício e, acima de tudo, a virtude pessoal do Imperador que figurava como garantia a moralidade pública e força aglutinadora, a desordem manifesta na fragmentação facciosa dos clãs ameaçava a integridade nacional. Dessa forma, Viana considerava que a sistemática defesa da implantação de instituições importadas de corte liberal havia conduzido ao aprofundamento da oligarquização do sistema político brasileiro, ao insolidarismo e à apropriação privada dos recursos públicos, sendo necessário um Estado forte e centralizador como único ente capaz de

⁵⁴ “Para Oliveira Vianna, a nossa realidade, nosso país real”, é marcada pelo que ele chama de clãnificação da sociedade e da política. A adaptação do colono português ao meio americano teria levado à sua ruralização. O principal meio para que isso ocorresse teria sido o latifúndio; mundo em miniatura, onde não haveria espaço para a solidariedade social. O clã rural seria, portanto, a célula básica da sociedade brasileira, expressão social do tipo de colonização empreendido no Brasil, pela mão do poder privado. É essa clãnificação, característica do ‘país real’, o grande empecilho à integração nacional. Para Faoro, ao contrário, a origem dos nossos males está no Estado, ou melhor, no tipo de Estado que se forma em Portugal e, através da colonização, ganha corpo também no Brasil. A história de Portugal e do Brasil seria marcada pela relação de subordinação da sociedade ao Estado. A origem de tal desenvolvimento estaria na formação, no reino lusitano, de um Estado absolutista precoce, o que teria aberto caminho para o patrimonialismo. Ao longo da história portuguesa e depois brasileira, o domínio do estamento burocrático sufocaria a nação, materializando a cisão entre Estado e sociedade. Assim, mesmo que o sistema de capitânicas hereditárias representasse uma tendência à descentralização, a colonização é vista por Faoro como obra do rei e do estamento burocrático, dentro da lógica do capitalismo politicamente orientado” (RICUPERO, 2005, p. 224).

suplantar a organização clânica do país e fundar efetivamente a nação, para só então instituir-se a ordem liberal no Brasil (Cf. SANTOS, 1998). A sociologia histórica de Viana defendia que distintas condições materiais e culturais da formação brasileira não conduziam necessariamente o desenvolvimento político ao estabelecimento do liberalismo, colocando em xeque a ideia de um processo natural e linear:

Deriva isto -- como demonstrei em *Populações* -- do fato da inexistência de fatores de integração social que levassem os clãs fazendeiros a um sistema de tradições permanentes e estáveis de solidariedade ou associação. Como já resumimos no prefácio dos *Problemas de direito sindical*, o nosso insolidarismo tem causas profundas, explicáveis culturologicamente. Não tendo necessidade de se unirem pela pressão da História, estes clãs continuaram -- tanto na Colônia, como no Império e mesmo na República -- a manter a sua insolidariedade, o seu atomismo, a sua vida de insulamento *oikal* (domínio independente). Não puderam, assim -- nem tiveram tempo histórico bastante para tanto -- de criar uma consciência provincial ou nacional (hoje diríamos 'complexos culturais da Província e da Nação') (VIANA, 2005, p. 310)

Após a revolução de 1930, Viana assume cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, onde começa a implantar, baseado nas doutrinas sociais cristãs, o que ele chama de “fundamentos legais do novo direito social”, isto é, um processo de organização do mundo do trabalho em moldes corporativistas que culminam com a promulgação da *Consolidação das leis do trabalho* e uma série de formas de regulação da participação política a partir da representação laboral. Sobre esse ponto, nos interessa atentar para a vocação política e reformista desse movimento, que ele compreendia como um impulso na direção da organização e positivação na forma de leis, do que ele compreendia como expressões e demandas legítimas, porém orgânicas e fluidas, que vinham sendo expressas pelo “povo-massa”. Baseado numa análise de base histórica e objetivos práticos, especialmente interessada nos dados políticos e materiais, Viana defendia, portanto, um reformismo elitista, ou, digamos, uma organização autoritária perpetrada “por cima”, para a organização do mundo do trabalho de forma a viabilizar a modernidade - que não se confundia com a modernidade do capitalismo industrial, pois essa modernidade não figurava como instância maculada pelo iberismo. A origem ibérica não aparecia como impedimento à modernidade, mas originava uma outra modernidade em relação à que se desenvolvia propriamente nos países anglo-saxões; apesar dessa distinção, ela em momento algum se constituía enquanto oposição, como no caso dos autores americanistas (VIANNA, 2004, p. 170). O Estado haveria de estabelecer o predomínio do público sobre o privado e fundar a nação, mas isso não alterava as permanências próprias das raízes patriarcais e harmônicas que caracterizavam a Ibéria - manifesta mesmo em uma recorrente melancolia em relação à figura do Imperador Pedro II (CARVALHO, 1991, p. 93). O objetivo de uma sociedade que conciliava os ideais ibéricos de harmonia e cooperação em um momento de

modernização, industrialização e eclosão das massas, ocorria justamente pela mediação do corporativismo e da doutrina social de origem católica. Novamente, era o Estado que se apresentava como o principal agente para, “por cima”, operar a mudança que viabilizasse a modernização sem grandes rupturas, mas, seu foco, diferentemente dos “*autoritários tour court*” (LYNCH, 2016), residia especialmente no plano da representação política e dos direitos sociais das massas por meio do corporativismo. De acordo com a interpretação de Viana em *Direito do trabalho e democracia social* (1951; [1948]), essa se constituía em uma solução de centro, que evitava os extremos políticos do fascismo e do marxismo, promovendo a incorporação e participação do povo no Estado que o liberalismo não fora capaz de efetivar:

O Estado *soi-disant* liberal-democrático - que o movimento revolucionário de 1930 destruiu - havia-se tornado, destarte, aqui, um sistema de governo cuja característica principal era justamente a ausência do povo. [...] Introduzir estas forças vivas do povo na estrutura do Estado - este foi o grande problema e esta também a grande obra propriamente política da Revolução. [...] Na verdade, o problema da presença do povo no Estado foi aqui resolvido, ou está sendo aqui resolvido, de uma maneira harmoniosa e eficiente, que bem revela a índole moderada e cauta, o senso realista e objetivo do chefe da Revolução. Não se chegou a nenhuma solução extremista: nem à rígida sistematização corporativa do Estado Fascista, para a qual não tínhamos - nem temos - estrutura adequada ainda; nem ao radicalismo plebeu do Estado Bolchevista, pela eliminação violenta das classes ricas e superiores e pela entrega dos centros de força política e administrativa às massas trabalhadoras. Para fazer com que o seja presente no Estado, fez-se simplesmente isto, esta coisa simples, racional e prática: por um lado, ampliou-se o quadro da representação popular, instituindo-se novas formas mais significativas e mais compreensivas de representação do povo, como sejam a representação sindical, a representação profissional e a representação dos interesses; por outro, justamente como campo de exercício destas novas formas de representação abriu-se largo crédito à técnica das autarquias administrativas, às instituições para-estatais e às organizações corporativas, através das quais o povo-massa e o povo-burguesia podem partilhar, diretamente - sem necessidade de delegações ou mandatos conferidos a castas políticas -, do governo e da administração dos negócios públicos. (VIANA, 1951, p. 94).

De fato, tratava-se de uma forma de organização não espontânea, autoritária e regulada, mas, há de se reconhecer que, em um momento de desorganização das instâncias reivindicatórias da sociedade civil e, frente ao liberalismo oligárquico - também autoritário e repressivo⁵⁵ - da Primeira República, o corporativismo cristão de Viana promovera, por meio da organização estatal, a possibilidade de acesso a uma legislação social, previdenciária e trabalhista⁵⁶. Havia um forte componente desmobilizador no ideário nacional-estatista; a interação entre classes partia de uma franca rejeição ao conflito - os antagonismos de classes eram tomados como influências estrangeiras nocivas -, por um apelo a um solidarismo e a

⁵⁶ Esse argumento será melhor debatido a seguir, mas, para maiores informações e amparo a esta tese, ver: *A práxis liberal e a cidadania regulada* (SANTOS, 1998).

fraternidade entre a “classe patronal” e as classes trabalhadoras”, sob uma lógica certamente elitista e filantropista, cujo princípio passava pela educação das elites, convencimento da adesão a obras sociais e a uma “preocupação dominante com o bem-estar dos seus empregados” (Ibid., pp. 34-35). Mas não há dúvidas que Viana acreditava estar adequando com “a nova política social brasileira” às diretrizes - “sem decalque” - da “política social dos demais países civilizados” (Ibid.), e que, “depois de menos de um decênio de política social”, as classes trabalhadoras encontravam-se “numa situação de segurança material e jurídica, de organização e consciência profissional, que não encontra paralelo em qualquer fase anterior da nossa história social” (Ibid., p. 68). Ademais, fora a partir das estruturas então colocadas que se possibilita uma via de acesso, ainda que controlado e indireto - por meio de associações, conselhos e sindicatos - dos trabalhadores na vida política brasileira⁵⁷. Outro ponto a se considerar para compreender o desenvolvimento do ideário nacional-reformista decorre do fato de, apesar das obras de Torres e Viana fazerem inúmeras remissões a elementos da esfera cultural - no caso de Viana, conta-se, inclusive, com livros inteiros que versavam sobre a questão étnica de um ponto de vista francamente racista⁵⁸ -, esses elementos não figuram em sua obra como impedimento à modernidade⁵⁹. Na obra de Torres, como vimos, há uma valorização da herança racial e cultural brasileira, e, em Viana, a despeito da posição explicitamente racista de alguns de seus escritos, esta efetivamente não aparece em seus livros sobre política social e instituições políticas, tornando-se pouco relevante para a compreensão das obras (CARVALHO, 1995, p. 83; VIANNA, 2004, p. 169), que constituem o cerne do argumento que estamos desenvolvendo. O iberismo esposado pelos autores, longe dos temas da “cultura libertária” valoriza positivamente a história do país e do povo brasileiro (VIANNA, 1997, p. 169).

Como propõe Wanderley Guilherme dos Santos, apesar da vasta obra e da grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento político nacionalista no Brasil, “Oliveira Vianna deixou, entretanto, muitas perguntas sem resposta”. Ele cita, neste sentido, a ausência

⁵⁷ Nesse ponto há efetivamente a ideia de que os avanços e benefícios sociais fossem percebidos como concessão em oposição a uma esfera conflitiva e reivindicatória por parte dos trabalhadores - como irá alegar posteriormente a teoria do populismo -, mas isso não nos parece suficiente para negar que houve avanços, e nem que fora possível superar esse tipo de estrutura na direção de uma maior autonomia dos sindicatos e das próprias demandas trabalhistas; como, consideramos, que de fato se sucedeu no período pós-1945.

⁵⁸ Figura com destaque a obra *Raça e assimilação* (1934), na qual Viana busca estabelecer um discurso científico acerca das diferenças raciais e de seu impacto na assimilação de imigrantes, conferindo um papel fundamental à raça como princípio explicador dos fenômenos sociais (RAMOS, 2003).

⁵⁹ Torres, Viana, Jaguaribe e Guerreiro Ramos consideravam-se culturalistas, no sentido que compreendiam que as diferenças históricas, culturais e a constituição étnica brasileira eram elementos a serem considerados para a compreensão e diagnóstico das questões que afligiam o país. Entretanto, quando aparentemente relativizamos o “peso” do culturalismo na obra dos autores, queremos apontar que a solução desses problemas não é obstada por elementos culturais perenes e intransponíveis, que, no caso das interpretações corriqueiras, implica numa eterna falta ou deturpação de conceitos e trajetórias naturalizadas.

de um desenvolvimento mais específico sobre a agenda de reformas políticas, sociais e econômicas que um Estado forte deveria cumprir para fazer da sociedade brasileira uma sociedade liberal. Por exemplo, a reforma agrária seria citada somente uma vez, já na segunda edição de seu último livro publicado em vida, *Instituições Políticas Brasileiras*. Na obra, Viana ainda estava voltado para o paradigma do Brasil rural e não se dava conta, ou ao menos pouco desenvolveu, a partir das transformações industriais e urbanas ocorridas nas décadas anteriores. Ainda tratando das incompletudes na obra do autor, Wanderley pontua que, apesar de sua atuação junto ao Ministério do Trabalho, Viana nunca explicitou quem seriam os atores políticos capazes de por em prática a transformação da sociedade brasileira por ele defendida, visto que seu pensamento parecia esperar que uma elite política especial, vinda não se sabe de onde, que transformaria a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural (SANTOS, 1998, pp. 48-49). A despeito dessas faltas, Viana será um dos autores mais apropriados e citados pelas diversas tradições nacionalistas que ganham força no debate público após 1930. Se sua obra é apropriada justamente pelo viés centralizador, autoritário e racista como fundamento para autores integralistas, como Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso, ou mesmo pelo reacionarismo católico de Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde. Existe, por outro lado, uma orientação reformista que leva Wanderley Guilherme a qualificá-lo como autoritário instrumental, e que se perpetua sob a pena de Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida. Esses são autores, hoje pouco conhecidos, mas profundamente relevantes no debate político da época, que irão se esforçar em desenvolver justamente algumas dessas mesmas questões de ordem político-sociológica não respondidas colocadas por Viana. A derivação do nacionalismo-estatista proposta por esses dois autores será por nós qualificada de reformismo radical.

1.3.1.2 Estratos do nacionalismo periférico: o reformismo radical de Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida

Os pontos que mais nos interessam destacar das obras *A desordem - ensaio de interpretação do momento* (1931) e *O sentido do tenentismo* (1976 [1932]), de Virgínio Santa Rosa, e *O Brasil errado* (1932), de Martins de Almeida, dizem respeito, justamente, ao aperfeiçoamento desse nacionalismo crítico⁶⁰ que, não se apegando às esferas essencialistas,

⁶⁰ “Há uma outra forma de abordagem do nacionalismo brasileiro que tornou-se historicamente a mais influente e que poderíamos chamar de nacionalismo crítico. Este estaria menos preocupado em ressaltar o caráter autêntico

culturalistas, ufanistas ou românticas do fenômeno, se preocupa com a análise histórica de corte materialista⁶¹ para diagnosticar os entraves ao processo de desenvolvimento e propor soluções a partir da esfera política. As principais intercessões no ideário de Torres e Viana se dão em torno da crítica ao transplante de ideias e instituições e da defesa da necessidade de manutenção de um Estado forte como ator fundamental na condução do desenvolvimento econômico e social. Santa Rosa e Almeida iam além dos seus predecessores quando, no calor dos anos subsequentes à Revolução de 1930, argumentavam que este Estado forte e a manutenção da ditadura eram condições para se contrapor ao domínio oligárquico e garantir a efetivação de “reformas profundas e radicais” (SANTA ROSA, 1976, p. 80). E nesse sentido que, para eles, vivenciava-se um movimento revolucionário. Como veremos, a ditadura varguista era evocada, em chave romana, como período excepcional, que permitia a execução de reformas fundamentais para a superação da ordem oligárquica e estabelecimento de uma ordem burguesa – nem liberal e nem fascista. A ênfase dos autores na necessidade de reformas é explicada por uma compreensão de que a mudança social no Brasil era um imperativo. Somente reformas radicais seriam capazes de alterar a estrutura social do país e garantir a emergência das classes sociais ascendentes, em movimento condizente, segundo eles, com os que ocorriam naquele momento ao redor do mundo. Havia, portanto, em Santa Rosa e Almeida, um maior sentido de urgência e, como veremos, uma maior conformidade com a ideia da mudança na composição social das lideranças da nação. Por certo, não se tratava de um ímpeto revolucionário bolchevique, mas de uma maior abertura para a compreensão da necessidade de atuação política

da nossa cultura ou a busca pelo fundamento de uma unidade imaginada – se bem que não deixe conter elementos desse tipo de compreensão – mas consiste essencialmente na valorização da ideia de nação como unidade social e política a partir da qual o atraso poderia ser superado. Dito de outro modo, o nacionalismo crítico parte de um diagnóstico sobre a realidade nacional com o objetivo de superá-lo mobilizando as forças realmente existentes em uma dada estrutura social, e não a partir de um esforço sistemático de transposição de instituições alienígenas que cumpririam a função de, pedagogicamente, adequar o atraso nacional ao sentido do desenvolvimento da modernidade cêntrica. [...] O nacionalismo seria, portanto, a ideologia dos povos periféricos”, um instrumental crítico que dotaria a nação da capacidade de reavaliar seu próprio processo de constituição histórica e de atraso relativo sem, contudo, pressupor uma uniformização universal dos condicionantes sociais, políticos e econômicos de superação deste atraso. Assim, o nacionalismo estaria essencialmente ligado a uma concepção de emancipação do Brasil que envolveria, necessariamente, certo grau de evolução social e econômica para que o país alcançasse a possibilidade da tomada de consciência do povo como agente do interesse nacional (CASSIMIRO, 2019, p. 142).

⁶¹ Novamente, reforçamos que a qualificação como uma abordagem materialista do fenômeno nacional se dá, na obra desses autores, pela ênfase concedida à análise de elementos de natureza econômica e social, em detrimento dos argumentos autodepreciativos em relação à formação étnico-racial e à impossibilidade da cultura cívica. Nossa alusão a conceitos de tradição marxista se dá por livre-interpretação com fins explicativos. É, contudo, interessante notar que Martins de Almeida já aponta para uma utilização instrumental do materialismo dialético em chave não marxista. Esse será um recurso mobilizado, posteriormente, por Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Furtado, no sentido da utilização de categorias, e mesmo perspectivas epistemológicas, ponderando a concepção cosmopolita proposta por este de acordo com os condicionantes nacionais: Erradíssimos estão todos os que julgarem que eu sou arrastado de braços cruzados na corrente do materialismo histórico. Eu me utilizo da dialética materialista como instrumento de trabalho intelectual, sentindo, entretanto, que essa dialética não resolve profundas e íntimas interrogações que vêm do fundo de mim mesmo” (ALMEIDA, 1932, p. 199).

na promoção da mudança social. Surgia então um esforço teórico de sociologia política, no qual buscava-se, mais objetivamente, elencar e nomear as classes e estratos de classes responsáveis pela superação do regime oligárquico, e a propor reformas condizentes com as novas condições materiais que se impunham:

Problemas cujas soluções não cabem dentro das nossas formas sociais de hoje, borbulham nas intimidades profundas da vida nacional. Na nossa sociedade atual vemos uma variedade enorme de quadros fechados que estão embaraçando o desenvolvimento de nossas forças produtivas. Novas e melhores relações de produção, relações de propriedade, relações sociais, relações políticas estão a pedir lugar dentro da organização interna do país. As forças mais vivas da nacionalidade brasileira já não se contêm nas antigas fórmulas constitucionais. (ALMEIDA, 1932, pp. 68-69)

Em seu livro *A desordem - Ensaio de interpretação do momento* (1931), Virgínio Santa Rosa contextualiza a Revolução de 1930 no plano de uma “crise universal” do liberalismo. A Primeira Guerra Mundial havia abalado severamente a concepção do desenvolvimento civilizacional linear que balizara o ideário liberal através das interpretações cientificista e evolucionista do século XIX. A quebra da bolsa de 1929 implicava que, mesmo nos países defensores do *laissez-faire*, fossem perpetradas práticas planificadoras do Estado na economia. A Europa do entre-guerras era palco da ascensão de movimentos fascistas e do regime comunista na União Soviética que, guardadas todas as suas diferenças, partilhavam da crítica à democracia liberal burguesa. Fracionamento, crise econômica, desemprego, este era o quadro de “Desordem” ao qual o título do livro faz alusão; porém, diferentemente do que a enunciação faz crer, Santa Rosa cultivava uma visão positiva da desordem - “essa desordem é fecunda”. Pois, segundo ele, esta despertava o homem brasileiro para o sentido da contingência histórica e da necessidade de mudança que se impunha com os “novos tempos”. O autor negava o preceito Nietzscheano do decadentismo das velhas culturas como degeneração da humanidade, afirmando que “Nunca a humanidade andou tão jovem e rejuvenescida quanto hoje, com as massas liberadas, radiantes e turbulentas, exibindo forças e jovialidade” (SANTA ROSA, 1931, p. 127). O autor mostrava-se profundamente influenciado por uma concepção do desenvolvimento histórico compreendido em chave materialista não marxista, isto é, ele associava o desenvolvimento das forças produtivas à proletarianização, ao aumento do conflito social e da demanda por participação política. Constava no escrito uma postura resignada que implicava na compreensão de que não havia condição em se opor às mudanças históricas e materiais em nome das tradições e classes em decadência. Ainda que Martins de Almeida adotasse um tom mais alarmista, que denunciava um ar de decadentismo da regência do mundo

espiritual, também lhe parecia que a “onda materialista”, gerada pelo desenvolvimento industrial, era um dado inexorável contra a qual não era possível se opor:

O próprio *processus* de transformação da sociedade atual parece ter adquirido a finalidade irresistível de uma lei natural [...] Novas formas sociais, novas combinações política, novas criações sociológicas estão sendo caldeadas, não pelo espírito humano, mas pelos fornos de alta tensão, pelas gigantescas usinas elétricas (ALMEIDA, 1976, p. 31).

Nesse momento que julgavam crítico para a definição dos rumos do país, os autores refutavam o transplante de instituições dos centros desenvolvidos e recuperavam o nacionalismo epistemológico de Euclides, Torres e Viana para afirmar que na política brasileira “nada é construído de sólido, porque nada é construído sobre o real”, derivando daí a “desarmonia profunda entre as nossas instituições e a realidade íntima da terra e do povo” [...] tudo é copiado servilmente, sem atenção às nossas características nacionais” (SANTA ROSA, 1931, pp. 49-50). Renegavam da mesma forma as teorias da modernização cêntricas e o que chamavam de “soluções extremistas” como: a “ditadura proletária com a crença supersticiosa no estatismo marxista”; a “ditadura fascista com endeusamento místico da nação”; e a “ditadura nazista com a divinização exacerbada da raça” (ALMEIDA, 1932, p. 145). Como veremos adiante, propomos essa mediação colocada na pauta reformista de Santa Rosa e Martins de Almeida configura-se como uma solução social-democrata que afirmamos estar então se desenvolvendo embrionariamente no Brasil⁶².

De acordo com essa chave epistemológica nacionalista, o processo de desenvolvimento brasileiro deveria ser analisado por uma ótica própria baseada nas condições materiais e sociais do país. A análise da visão dos autores sobre os atores sociais e políticos do processo histórico

⁶² Diferentemente dos analistas que imputam uma convergência completa do pensamento de Santa Rosa com os tenentes, e lhe atribuem o epíteto de “ideólogo” de um movimento de cunho jacobinista e autoritário (SAES, 2009), entendemos que essa abordagem não dá conta da relação tensa entre o pensamento do autor e as manifestações tenentistas. O autor deixa claro que tem uma leitura sociologicamente positiva do movimento mais geral que impulsionava mobilizações como o tenentismo. Entretanto, consideramos que Santa Rosa, ao menos nesses escritos do calor do momento, se propõe a adotar uma posição analítica, um distanciamento sociológico, em relação ao movimento, se mostrando, por diversas vezes, profundamente crítica. Por mais que o autor compreendesse o movimento como expressão das classes ascendentes que haveriam de se tornar protagonistas na política brasileira, ele afirmava que este mesmo fora conduzido por uma lógica moralista, típica do idealismo liberal e refutava veementemente as experiências legionárias, de semifascismo ridículo e pitoresco” (SANTA ROSA, 1976, p. 59) promovida por setores tenentistas, como o liderado por Francisco Campos. O ponto da social-democracia será desenvolvido mais adiante, mas, por ora, adiantamos que o conceito é nativo à obra de Santa Rosa e, no plano da teoria, levantamos uma hipótese paralela, que certamente não se esgota nessa pesquisa, que esse tipo de ideologia se desenvolve no Brasil por caminho distinto do caso europeu. Neste último, a ideologia social-democrata emerge a partir do abandono da pauta insurgente e adesão ao formato democrático representativo por partidos socialistas marxistas (SANTOS, 2009), já no Brasil, propomos que sua origem parece decorrer de um processo de longa duração, que caminha no sentido da democratização do ideário nacionalismo-estatista, passando pelo corporativismo, o reformismo radical, o trabalhismo, etc.

brasileiro nos permite depreender instâncias de suas interpretações sobre a mudança social e política no contexto periférico. A interpretação de Santa Rosa sobre a Revolução de 1930, exposta na obra *O sentido do tenentismo* (SANTA ROSA, 1976), a apresentava como estopim de uma crise no pacto oligárquico da Primeira República, quando as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, reagem à pretensão centralizadora da oligarquia paulista, representada na figura de Washington Luís. Assim, ela poderia ser entendida como expressão de ódio das oligarquias regionais dos estados preteridos pela quebra no pacto oligárquico em “revanche contra o poder Federal”. Na mesma direção investia Martins de Almeida, inferindo ainda importância ao elemento material/econômico na disparada do processo, ao afirmar que a queda no preço do café denunciava a necessidade de alterar a “máquina política” calcada no protecionismo e no jogo eleitoral das “oligarquias desagregadoras da nacionalidade”: “O café caiu. O Brasil por sua vez caiu em si mesmo. A massa bruta dos acontecimentos materiais começou a acuar a nacionalidade em todos os cantos do país” (ALMEIDA, 1976, p. 30). Em sua leitura, a Revolução de Outubro de 1930 também era compreendida como uma “manifestação violenta do espírito regionalista” (Ibid., p. 153), somada à “corrente dos tenentes” contra o poder central manifesto pela “plutocracia paulista” (Ibid., p. 160). A principal preocupação dos autores nesse momento repousava na possibilidade de uma inflexão política na direção da restauração do regime liberal oligárquico após a distensão do momento revolucionário. Vargas, parecia a Santa Rosa, fazer um governo vacilante, que oscilava entre as demandas do grupo de oligarquias que deflagrara a Revolução – e do qual seria efetivo representante - e dos militares - que garantiram sua chegada ao poder: “É o caos, é a confusão. O presidente se equilibra em verdadeiros milagres de malabarismo, como mestre exímio na arte do trapézio. Obedece a injunções várias, ora contentando uns, ora desgostando outros.” (SANTA ROSA, 1931, p. 36).

A organização do movimento se dera em torno da Aliança Liberal, um “verdadeiro saco de gatos, contendo elementos dos matizes mais variados” (Ibid., p. 23), constituído por situacionistas dissidentes, minorias estaduais e jovens militares (tenentes). Os primeiros, considerados partícipes da “escola de políticos profissionais”, ou seja, comungavam da política oligárquica e participavam do movimento por puro oportunismo, pois encontravam-se contrariados, basicamente, pela questão da sucessão presidencial. As chamadas minorias estaduais representavam políticos que exprimiam importantes demandas da opinião pública, mas que, no entanto, eram alijados de maior protagonismo na vida política nacional. O sistema eleitoral da Primeira República com a instituição do voto distrital majoritário e do regime federativo circunscrevia sua influência aos núcleos urbanos e os isolavam em meio aos

candidatos dos coronéis, que constituíam a maioria da classe política. Assim, dispersas, devido à extrema dissociação imposta pelo sistema político-eleitoral, “restava-lhes unicamente instigar as massas, atraindo-as com programas de acentuada índole liberal e promessas de reformas sedutoras” (SANTA ROSA, 1931, p. 26), tais quais o voto secreto, a representação de minorias e a liberdade de imprensa. O último grupo representava os elementos militares que aderem à causa revolucionária em decorrência de sua insatisfação com o regime oligárquico, já manifesta nas revoltas de tenentistas de 1922 e 1924. Como se tratava de uma situação revolucionária que não podia contar com classes sociais organizadas e conscientes, Santa Rosa considerava esses contingentes de jovens militares como as “melhores reservas da revolução”, por sua organização solidária construída nas revoltas anteriores e seu inconformismo com a classe política, a corrupção do regime e o status quo. Ainda que aderentes ao “idealismo dos anos vinte” e à “lógica em linha reta do jacobino” (SANTA ROSA, 1931, p. 29), estes postavam-se como defensores da obra revolucionária contra o domínio das facções políticas com as quais recentemente haviam se aliado de forma pragmática. Os tenentes seriam o elemento verdadeiramente nacional da revolução, por constituírem a parcela mais organizada das classes em ascensão no momento histórico pelo qual passava a sociedade brasileira.

Com o arrefecimento do processo revolucionário, a heterogeneidade dos quadros da Aliança Liberal manifesta-se na exacerbação de divisionismos, contra os quais o Poder Central tenta reagir sem sucesso por conta da “ausência de diretrizes políticas firmemente estabelecidas” (SANTA ROSA, 1931: 34). A posição dos tenentes que, segundo eles, repudiavam a política, adotando a ideia da “reconstrução nacional, exercida dentro do espírito exclusivista e ultrametafísico da renovação revolucionária e norteadada pelo cuidado da absoluta moralidade administrativa”, configurando uma “pretensão sumamente infantil”, visto que, ponderava o autor, “não pode haver ação administrativa duradoura sem bases de natureza política” (SANTA ROSA, 1932, pp. 62-63). Logo no primeiro ano após a Revolução, perpetrar-se uma ruptura nos quadros da Aliança Liberal, denotando a divergência de projetos políticos na coalizão revolucionária organizada em torno da legenda de ocasião. O Governo Federal titubeava entre a pressão dos quadros políticos tradicionais e dos tenentes. Os primeiros, representados especialmente na figura do senador mineiro Antônio Carlos, que tentam restringir a atuação da revolução à pura e simples reforma do regime instituído com a Constituição de 1891, exigindo a rápida re-constitucionalização. Do outro lado, os tenentes que tentam convencer Vargas da necessidade de se estender o regime de exceção para a elaboração de reformas sociais profundas que efetivamente minassem o poder das oligarquias regionais: “O nosso pobre país se encontra numa encruzilhada histórica em que, de um lado, o ‘tenentismo’

acena coma permanência da confusão e de outro lado, a corrente política promete a preponderância da antiga máquina oligárquica [...]” (ALMEIDA, 1932, p. 171).

A interpretação do contexto político pelos autores os levava à adoção da posição que julgavam pragmática: a defesa de uma “ditadura técnica” (ALMEIDA, 1932, p. 65), contrária à rápida re-constitucionalização do país, que, acreditavam, se daria sob a égide da classe política oligárquica, visto que a convocação de uma Constituinte composta pelos mesmos quadros políticos da Primeira República determinaria fatalmente a restauração do regime anterior. A efetiva superação do regime liberal-oligárquico demandava “reformas profundas e radicais” (SANTA ROSA, 1976, p. 80), que só poderiam ser promovidas por um “governo forte, ditatorial, desamoroso de velhas formas e capaz de atacar corajosamente os mais variados interesses” (SANTA ROSA, 1931, p. 137).

É infantil imaginar que uma Constituinte, certamente entregue a grupos partidários, poderá decretar medidas tão contrárias aos próprios interesses. Somente a Ditadura, isenta de peias regionais e partidárias, poderá organizar o país nas bases indispensáveis para dominar os fatores dissociativos da unidade nacional. (SANTA ROSA, 1931, p. 121).

Seguindo esse perspectiva, os autores defendem uma concepção instrumental e temporária do governo ditatorial, quando propõem que “a ditadura devia prolongar a sua duração até que fossem realizadas as transformações indispensáveis a um período de tranquilidade e progresso”; ou seja, uma ditadura - aos moldes da ditadura romana - reformista que alterasse as condições materiais (econômicas e sociais) que garantiam o domínio político oligárquico sobre a maior parte da população. A fórmula da ditadura instrumental dos autores não era pautada essencialmente por um ideal reacionário em relação à emergência da modernidade e à defesa do estabelecimento de uma ordem social pretérita; também não se revestia de caráter intrinsecamente conservador, que visasse coibir as demandas das classes subalternas e a mudança social; mas sim como instrumento, julgado então como necessário, para efetivar a ruptura com um esquema de dominação e a instituição de um regime político e social mais amplo e representativo da nação; esta última associada às classes emergentes⁶³. A

⁶³ Em nenhuma hipótese, mobilizamos essa reflexão para minimizar a defesa de um regime ditatorial, ou mesmo esvaziar de qualquer aspecto conservador que fatalmente perpassa interpretação traçada por autores do que se constituía como a elite política e intelectual do Brasil do início do século XX. Isso seria inapropriado, anacrônico e simplesmente equivocado. Mas julgamos que esses elementos, ou a objeção que reduz esse tipo de manifestação a mero discurso ideológico, classista ou autoritário, não devem constar como impedimento para uma análise detida dessa manifestação e de suas potenciais contribuições para a teoria política e/ou sociológica no Brasil. Mesmo porque esses qualificativos derivam, são determinados e dependem da ideologia do próprio emissor do julgamento; ou seja, são passíveis de serem atribuídos, por exemplo, aos autores da ideologia que

ditadura haveria de ser um recurso temporário para combater o aspecto plutocrático da “democracia burguesa” vigente, propondo reformas políticas - federalização da justiça, adoção do voto proporcional, representação classista - como forma de restringir as "excessivas autonomias estaduais" -, e reformas sociais - de caráter socialdemocrata - visando a melhoria das condições da população visando sua capacitação para a organização e luta política⁶⁴. Sobre esse aspecto instrumental, fica bem claro na citação:

Todavia, é preciso deixar bem claro, a dilatação do período ditatorial não solucionará integralmente o problema nacional. Longe disso. Somente servirá para estreitar os laços entre os Estados da União, esbatendo e amortecendo a força corrosiva dos fatores regionalistas e neutralizando-lhes a ação desintegradora. (SANTA ROSA, 1931, p. 98).

Um ponto crucial da análise autores que denota um avanço em relação aos seus predecessores se mostra na proposição de uma avaliação sociológica calcada numa interpretação particular do desenvolvimento social e da organização de classes no Brasil. E mais, eles parecem legitimar a instauração de uma ordem política baseada justamente nas classes ascendentes que haveriam de promover as reformas, cujo objetivo final seria a alteração do quadro social e do domínio político oligárquico no país. Considerando as particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil em contexto periférico, Santa Rosa afirma que, devido à transferência de capitais dos setores agroexportadores para o nascente setor industrial, decorria o aburguesamento da classe latifundiária, o que implicava na aproximação entre setores dessas duas classes. Assim, o que ele classificava como "burguesia" englobava os setores latifundiários e industriais (ou os detentores dos meios de produção); já a pequena

estamos delineando, aos vinculados ao liberalismo oligárquico ou ao marxismo revolucionário; o que não parece ser o caminho sociologicamente mais apropriado para um estudo como o que se propõe.

⁶⁴ Wanderley Guilherme dos Santos, em seu *Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira* (2017; [1975]), é quem primeiramente aponta o caráter instrumental do autoritarismo de Santa Rosa e Almeida. A partir de reflexão sobre a reconstitucionalização, ele irá criticar o estudo de Héglio Trindade por utilizar-se da categoria autoritários para homogeneizar todo um grupo de pensadores como “radicais de direita”: “E a que ideias de extrema-direita se refere Trindade? Logo ao iniciar-se o capítulo em que analisa a ascensão referida, diz: ‘A influência da expansão das ideias fascistas europeias faz da década de 30 no Brasil um período de ascensão de ideias radicais da direita’ Desde logo convém advertir que o título do capítulo se refere a ideias autoritárias, agora identificadas a ideias radicais de direita, e logo a serem identificadas como ‘literatura antiliberal’. Quer dizer, para Trindade não há distinção entre ideias antiliberais, autoritárias e radicais de direita. Elas são *cotermini*, isto é, denotam precisa e exatamente as mesmas coisas para Trindade e por isso ao longo do capítulo, sem pressentir qualquer dificuldade analítica, trata como equivalentes enquanto antiliberais, quer dizer, enquanto autoritários, isto é, enquanto radicais de direita, Plínio Salgado, Virgínia Santa Rosa, Octávio de Faria, Afonso Arinos de Melo Franco, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, e muitos outros. E por que não? Se todos os autoritários, todos os antiliberais (que, diga-se logo, não quer dizer necessariamente a mesma coisa), são radicais de direita, então, na época de 30, de acordo com a visão analista de Trindade, só não eram radicais de direita os que propunham a reconstitucionalização do país, eleições como antes e o jogo de poder come d'habitué, isto é, precisamente à parte da oligarquia autoritária e conservadora que havia sido alijada do poder (pp. 134-135).

burguesia seria constituída pelos grupos que vendiam sua força de trabalho, ou seja, empregados no setor de serviços das cidades (classes médias) e o proletariado. A Revolução teria, portanto, como substrato social o que ele chama de pequena burguesia, representada pelas classes sociais em ascensão. O desenvolvimento material particular da sociedade brasileira fizera com que se pudesse reunir a pequena burguesia e o proletariado sob uma pauta de interesses vinculada à demanda por participação política, postas em antagonismo com os setores conservadores vinculados às oligarquias e à alta burguesia:

As duas correntes antagonicas, canalizando as necessidades vitais de duas classes das populações nacionais, iam defrontar-se feroz e desapiedadamente, pugnando cada uma pela manutenção do Estado de coisas que lhe redundasse mais favorável. A alta burguesia territorial e industrial pretendia a conservação da mesmíssima ordem social e a pequena burguesia forçava e pregava a remodelação social como garantia de suas conquistas políticas (SANTA ROSA, 1976 [1932], p. 59)

O autor concebia assim que a dinâmica política se complexificava e se fortalecia com os acontecimentos recentes, visto que se instaurava uma relação de conflito entre as classes sociais ascendentes e decadentes. A urbanização e a industrialização aumentavam a demanda das classes mais baixas por políticas sociais e regulamentação trabalhista, no entanto, até então, afirmava Santa Rosa, “o problema social, entre nós, foi estupidamente baixado pela mentalidade atrabiliária dos senhores de latifúndios, à categoria de problema de polícia” (SANTA ROSA, 1976, p. 32). As reivindicações da pequena burguesia e do proletariado não contavam com representação política perante o regime da “plutocracia aburguesada” e, “ao invés de concessões e leis de salvaguarda dos interesses pequeno-burgueses, os políticos preferiam o caminho oposto da negação e do arrocho” (SANTA ROSA, 1931: 39). Evidencia-se assim uma concepção de política baseada no conflito de interesses antinômicos entre classes dominadas, reivindicando espaço político, e classes dominantes, que resistem à expansão do sistema político e social. O tenentismo era exaltado como movimento com o qual “Reolveu-se o marasmo da vida politicante”, tendo “surgido com a erupção das novas camadas sociais, remexendo a antiga placidez das unanimidades, [que] animava a renovação profunda da vida econômica e política do País” (SANTA ROSA, 1976, 105). Eram as forças materiais, o “desenvolvimento atual”, que compelia a sociedade a “agir contra a pressão social e econômica da nossa chamada aristocracia latifundiária” (ALMEIDA, 84); as “multidões dão a impressão de que já sabem de cor os seus papeis históricos” e as “conquistas das massas se multiplicam com intensidade e se radicam com profundezas”. Era, portanto, necessário adotar uma pauta progressista de reformas, rejeitando o reacionarismo para conter os extremismos - “Na verdade,

hoje se processam no íntimo da vida nacional interrogações violentas até há pouco desconhecidas” [...] “O pior é que não compreendemos ser a forma reacionária a mais perigosa maneira de combater as correntes extremistas” (ALMEIDA, 1932, p. 69).

Os autores criticavam a pauta das reformas meramente políticas, defendida pelos liberais, e a pauta moralista dos tenentes, afirmando ser “o conteúdo social que conforma as instituições e não as instituições que conformam o conteúdo social” (ALMEIDA, 1932, p. 64), e, nesse mesmo sentido, determinavam que as “reformas têm de ser processadas de baixo para cima e não de cima para baixo” (Ibid.). Ao propor que três quartos do eleitorado era constituído pela população rural, desorganizada e “submetida à vontade dos senhores territoriais”, e grande parte do país atravessava uma existência economia “pré-capitalista”, a adoção do sufrágio universal era tomada como meramente um arremedo para garantir a permanência do “regime oligárquico feudalizado” (ALMEIDA, 1932, p. 65); nessa formulação, Almeida preconizava ser necessário mudar a estrutura social antes de se adotar uma forma política baseada no sufrágio universal. Nesse ponto das reformas, podemos dizer que os autores já enunciavam o que seria a base do discurso reformista dos nacionalistas da década de 1950: 1. a defesa da necessidade de se instaurar um mercado interno como elemento fundamental de integração nacional; 2. a defesa da “função social” da propriedade e da reforma agrária como elemento central do combate ao domínio oligárquico; 3. a importância da modernização produtiva, da urbanização e da industrialização para promoção das alterações nas estruturas sociais e na consciência dos trabalhadores⁶⁵. Sobre essas reformas e sua relação com o desenvolvimento social, afirmava Martins de Almeida:

Não temos ainda um mercado nacional propriamente dito, mas pequenos mercados locais independentes um dos outros. [...] Os núcleos de nossa população, espalhados em 8.000.000 de quilômetros quadrados, permanecem dissociados um dos outros por falta de necessárias peças de ligação. As nossas pequenas cidades do interior são em geral chupadas pela força de absorção dos grandes domínios territoriais. (ALMEIDA, 1932, p. 67).

Politicamente, a nossa chamada nobreza latifundiária, dotada de vocação para o coronelício, não constitui ‘*un limite au pouvoir*’. É antes um poder que precisa ser limitado. Sobre a massa indefesa e pobre da plebe rural, do pequeno sitiante, do renteiro, do caponio sem terras, se exerce incontrastavelmente a ação oprimente do poderoso senhor das fazendas. E a extensão de sua autoridade que maneja o prestígio político, a força pecuniária, a arregimentada capangagem vai até o ponto em que atinge o direito sem igual de outro grande proprietário. Sente-se a necessidade urgente de um plano de reforma agrária. (ALMEIDA, 1932, p. 86).

⁶⁵ No caso desses autores, essas demandas figuravam como pré-condição para o desenvolvimento político; como iremos demonstrar nos seguintes capítulos, essa ordenação sofre uma alteração na obra dos autores do próximo período analisado.

Não temos a grande densidade de industrialização em cujo ambiente se aviva o instinto proletário, se fortalece o sentimento de classe, se solidificam os laços de solidariedade. [...] A nossa pálida classe média chumbada a uma situação precaríssima de dependência econômica está relegada a um plano de grande inferioridade política e social. [...] Nossas classes sociais, sem espírito corporativo e mesmo sem senso associativo, se perdem num estado de completa inorganização (ALMEIDA, 1932, p. 67).

Ainda no plano das reformas sociais, Santa Rosa irá defender o Programa do Clube 3 de Outubro, cujas bases assentavam-se sob a necessidade da ampliação de direitos e garantias sociais às classes populares, além de um conteúdo nacionalistas em relação à exploração de recursos naturais. O autor afirmava então que nas propostas do grupo “encontram-se quase todos os rumos e princípios de remodelação social, em conformidade com as diretivas mais evidentes do momento mundial, segundo a orientação da social-democracia.” (SANTA ROSA, 1976, p. 80). E o programa do Clube 3 de Outubro era resumido pelo autor nos seguintes termos:

O programa das reformas sociais do tenentismo, embora ainda em fase inteiramente primitiva, inclinava-se a uma aliança mais estrita com a pequena burguesia brasileira. E, nesse sentido, adotava uma orientação de cunho social-democrata. Programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno burguês - o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário-mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores, etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, queda d'água e do comércio a varejo. (SANTA ROSA, 1932, p. 82).

Santa Rosa se identifica com a proposta que emplacava um programa político nacionalista e reformista, associado aos interesses da pequena burguesia, chegando a afirmar que, inicialmente, considerara um erro o recuo da posição inicial dos tenentes, da ocupação efetiva do Estado para o expurgo das oligarquias, em direção à adesão à social-democracia e ao pluripartidarismo. Porém, pondera que o deficiente estágio social e econômico do país - a ignorância da população em assuntos sociológicos, a descentralização administrativa e o poder das oligarquias - não possibilitava a tomada do poder imediata pelas classes médias (SANTA ROSA, 193, p. 106). Uma vez mais, vale destacar a oposição do autor às Legiões Cívicas, tendência de inspiração fascista organizadas por setores da direita tenentista:

E o tenentismo, privado de energias ou de audácia para um golpe fulminante, assistiu ao fracasso retumbante das experiências legionárias. Ademais, sobretudo, esse movimento semifascista careceu de seriedade. Foi uma verdadeira mascarada, a formação dos nossos camisas cáquis, figurando os interesses latifundiários mineiros, sob a direção intelectual incaracterística de Francisco Campos, entre os principais encabeçadores do movimento tão ridiculamente iniciado. (SANTA ROSA, 1932, p. 106).

Após o fracasso desses experimentos o autor tinha a segurança de que “desde aí, não havia o que escolher: a social-democracia se apresentava como a única solução apropriada para o caso brasileiro” (SANTA ROSA, 1932: 106). Assim como Oliveira Viana, Martins de Almeida e Santa Rosa davam especial ênfase à necessidade de superação do domínio do latifúndio e dos clãs rurais em direção a uma política ideológica:

“Todavia, é preciso que o tenentismo não tenha a atenção unicamente voltada para os problemas das classes médias urbanas. Há, no Brasil, infelizmente, uma população ainda mais miserável, solta ao absoluto desamparo: os agregados, as massas rurais. Sem terra para cultivar, sem nenhuma feição econômica, essa gente paupérrima do nosso *hinterland* vive no nomadismo das tribos indígenas. Nada os prende ao solo. Nenhuma raiz os liga à gleba generosa. Vegetam semi-escravizados, em dependência econômica dos senhores dos latifúndios... Só o amparo dos nossos barões sertanejos livra essas famílias misérrimas de morrer de fome. (SANTA ROSA, 1976, p. 117).

De outro lado, quando nesta altura da nossa evolução, já deveríamos ter solucionado os problemas de economia agrária, vemos a terra de uma parte entregue ao desamparo mais deplorável e, de outra parte, fechada nos clãs latifundiários, entregue ao camponio bichado pela ancilostomose, sem aparelhagem técnica, sem instrução primária a trabalhar de sol a sol. (ALMEIDA, 1932, p. 50).

O latifúndio era assim considerado como um impedimento ao “desenvolvimento da vida e da economia no campo”, contribuindo para a submissão política do camponês perante o poder do latifundiário. Os autores consideravam imperativa uma legislação de terras eficaz, “medidas reguladoras da propriedade, como fonte de produção e cultura social”, prevendo o “imposto progressivo” e expropriação da propriedade improdutiva para subdivisão em lotes de pequenas propriedades destinadas aos trabalhadores agrícolas; o estabelecimento de uma política educacional a nível nacional para a instrução dos habitantes das áreas rurais. Essas condições haveriam de ser modificadas para interromper o “regime de subordinação econômica ao *landlord*” por parte dos camponeses que, sendo maioria da população, permitia politicamente “o esmagamento das massas urbanas nos prélios eleitorais” (SANTA ROSA, 1976, p. 118).

Após efetivadas essas mudanças estruturais, seria possível investir nas reformas políticas cujos principais pontos eram a federalização da justiça, a adoção do voto proporcional e a representação classista, cujo tinham caráter centralizador e corporativista, visava organizar e fortalecer politicamente as classes ascendentes urbanas em oposição às oligarquias em um momento de futura de abertura do regime. Estas reformas eram tidas como condição necessária, mas não suficiente, para a re-constitucionalização do país - que deveria se dar somente após a efetivação das reformas sociais. A defesa da adoção do voto proporcional tinha como base a ideia de resistência à cooptação eleitoral das oligarquias no plano da representação política. Em

oposição ao sistema majoritário distrital, que operava durante a Primeira República, era demandada a adoção da proporcionalidade para garantir maior preponderância às minorias urbanas. Como apontamos anteriormente, Santa Rosa associava o desenvolvimento econômico à conscientização e ao aumento das demandas políticas das classes. Assim, considerando a vulnerabilidade eleitoral dos camponeses à vontade imposta dos coronéis e seus jagunços, esta era uma fórmula elaborada para fazer valer a representação minoritária das classes urbanas perante o número superior de votos dos camponeses. Nota-se que a proposta não se funda efetivamente em uma concepção demofóbica da política - ainda que não seja possível negar seu caráter elitista -, mas em uma tentativa de resistência por meio de instituições eleitorais para se contrapor ao domínio oligárquico. O projeto de federalização da justiça remete à centralização dos órgãos de justiça, em especial a Justiça Eleitoral. Essa era uma pauta reivindicada desde os primeiros movimentos tenentistas, e supõe um maior controle das fraudes e manipulações dos processos eleitorais. Severamente crítico aos “aventureiros do profissionalismo político”, Santa Rosa defende a representação política classista para que a organização da classe trabalhadora em associações e sindicatos, sob uma lógica corporativista, fosse capaz de instituir uma “pressão sobre a atmosfera social” e influenciar nas decisões do governo.

Ao fim, cumpre apontar que delineava-se na obra dos autores a defesa de um Estado que, para além da concepção autoritária, corporativista e centralizadora, fosse capaz de conferir um caráter mais racional para o desenvolvimento. Eles diagnosticavam um movimento - em interpretação que irá se reproduzir de forma análoga até finais da década de 1950 -, de aproximação do capitalismo e do socialismo a partir da ideia da racionalização da produção e da intervenção estatal na condução do desenvolvimento - a direção da “racionalização das forças produtivas, aplicada tanto pelo socialismo como pelo capitalismo científicos” colocava-se como uma “tendência do mundo de hoje” (ALMEIDA, 1932, p. 97). Intervenção econômica, planejamento e ação política suplantavam as concepções naturalistas do desenvolvimento e o bacharelismo intelectualista. Influenciados pela “figura extraordinária de Lênin, que parou no meio da composição de um livro por julgar mais interessante fazer a revolução do que escrever sobre ela” (Ibid.) eles exaltavam o potencial revolucionário da mudança social que “vai engolindo nossos antônios carlos com todas as suas artes politicantes (ALMEIDA, 1932, p. 98).

“O Brasil é um país que está todo para ser estudado, numerado e catalogado”, afirmava Martins de Almeida, e cumpria à sociologia e à ciência política atuar para a formulação de políticas que permitissem a superação da política de clãs por uma política ideológica. Não há, nessa interpretação, fatalismo, imobilismo, ou a ideia do deslocamento de ideias que contavam

com uma origem onde operariam plenamente. O desenvolvimento econômico, político e social, em suas insuficiências, se explica histórica, política e socialmente, tendo como ponto fulcral a superação do liberalismo oligárquico pelas próprias forças sociais internas do país:

O grande trabalho da época se volta para uma racionalização do estado anárquico das forças produtivas, quer no regime capitalista, quer no regime socialista. Tanto o capitalismo como o comunismo procuram imprimir à sua política econômica um caráter rigidamente científico. E conseqüentemente o poder político caminha também para a racionalização. [...] Entre nós, o politiquismo empírico é uma resultante lógica da nossa situação de fato. Nós estamos ainda em plena fase de aventureiro capitalista, de economia, de concorrência livre e de lucro imediato. [...] A individuologia dominante na ordem política é a consequência do imediatismo individualista dominante na ordem econômica. Sem empresas comerciais tecnicamente racionalizadas, sem cooperativismo, sem organização do trabalho, temos apenas o homem de negócios que visa o lucro imediato. Do outro lado, sem ideologias políticas, sem correntes organizadas de opinião, sem formação tipicamente partidária, sem agremiação de classe, sem sindicalismo, temos apenas o chefe eleitoral, o mandão, o cacique. O nosso oligarquismo político, levemente envernizado de liberalismo, tira os seus fundamentos das intimidades profundas da vida nacional. Tem sua razão de ser e vem preenchendo a sua finalidade histórica. Está certo, portanto, até o dia em que se provar violentamente que ele está errado. (ALMEIDA, 1932, pp. 120-121).

1.4 Por uma outra perspectiva historiográfica: a democracia como processo de democratização

A esta altura, buscaremos apresentar brevemente o arcabouço conceitual que ampara nossa interpretação do sentido historiográfico e político da obra dos autores que iremos analisar daqui para frente. Basicamente, nos utilizaremos das narrativas propostas por Wanderley Guilherme dos Santos e Angela de Castro Gomes, tendo por base os conceitos de *cidadania regulada* e *trabalhismo*, para interpretar e dar um sentido ao processo de desenvolvimento político e, mais especificamente, de democratização no Brasil. Consideramos que essas chaves de interpretação permitem uma leitura diversa do processo de desenvolvimento político do país em relação às teorias do patrimonialismo e do populismo. Para um breve exercício teórico sobre o conceito de democracia e suas “intermináveis transições e sobreposições”, nos valem da contribuição de Koselleck (2006) que traça três movimentos fundamentais: 1. A original forma da democracia antiga, concebida como forma constitucional possível na *polis* cuja algumas regularidades e procedimento se mantêm; 2. O século XVIII e sua atualização para designar as formas de organização dos Estados nação moderno, quando, em decorrência da Revolução Industrial, somam-se novas valências que lhe conferem *status* de um “conceito expectativa” incumbido de satisfazer necessidade depositadas no futuro; 3. No terceiro movimento, o conceito se torna um “arquilexema”, ou conceito generalizante que “impele todos os outros

tipos de Constituição para a ilegalidade como forma de governo”; instituindo-se, por conta dessa ampliada indefinição, a necessidade de acrescentar-se qualificativos adicionais para viabilizar sua funcionalidade política (KOSELLECK, 2006, p. 107). Devido a essa grande indefinição, que, por sua vez, leva à evocação de que “um termo que significa qualquer coisa não significa nada” (DAHL, 2012, p. 3) -, somada à disputa pelo seu significado e determinação do que seria a “autêntica democracia”, na própria história política do Brasil, o conceito já recebera qualificativos diversos, desde a ideia mais usual da democracia liberal (e mesmo essa contava com interpretações também diversas sobre seu significado), até o concepção depreciativa da democracia formal, ou mesmo o oxímoro da democracia autoritária⁶⁶. Nesse primeiro momento, para fins historiográficos, em meio a uma infundável indefinição e disputas em torno do conceito, operaremos a partir de uma concepção um tanto ampliada, inspirada no ensaio *Esquerda e democracia*, de César Guimarães, que toma a “democracia como processo” (GUIMARÃES, 2019, 251). A despeito de ser propositadamente ampla, acreditamos que isso não gere empecilhos para nosso objetivo, visto que nos interessa captar justamente sua dimensão histórica, independente de um ideal normativo e acabado⁶⁷. Mais do que a adoção ou enquadramento a códigos formais e elementos institucionais – ainda que alguns parâmetros sejam efetivamente necessários⁶⁸ -, o conceito que mobilizamos não deve ser entendida como

⁶⁶ Para uma história do conceito de democracia na política brasileira entre os anos de 1914 e 1954, ver: CINTRA, 2013.

⁶⁷ Não estamos aderindo à definição de democracia como processo segundo Dahl (2012), no sentido que ele atribui à ideia de processo, algo próximo ao que poderíamos chamar de procedimentos ou práticas políticas. Ainda que a ideia de democracia que cultivamos também remeta a elementos institucionais e práticas políticas, como iremos desenvolver, nos interessa mais abordar o componente processual pela perspectiva histórica. Sobre a concepção de Dahl da democracia como processo: “Uma ilustração final: considerada como uma entidade que verdadeiramente existe, uma entidade ‘do mundo real’, a democracia tem sido percebida como um conjunto distinto de instituições e práticas políticas, um corpo particular de direitos, uma ordem socioeconômica, um sistema que garante certos resultados vantajosos ou um processo sem igual para a tomada de decisões coletivas e vinculativas. A concepção central que adoto neste livro é esta última” (Ibid., pp. 7-8). A ideia, portanto, de processo como desenvolvimento e aperfeiçoamento (ainda que não unidirecional) histórico se aproxima mais de um dos sentidos atribuídos por Dahl denomina à ideia de poliarquia. Dentre os vários modos que ele propõe para a compreensão da poliarquia, destacamos o que justamente reflete o caráter processual que almejamos; assim, ele propõe que a poliarquia pode ser entendida “como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-nação” (Ibid., p. 346).

⁶⁸ Para que essa proposta não seja vista como um subterfúgio para nos eximirmos de compromisso teórico conceitual, reproduzo algumas referências bem objetivas colocadas por Robert Dahl em seu *Sobre a democracia* (2001): “O que é a democracia? A democracia proporciona oportunidades para: 1. Participação efetiva; 2. Igualdade de voto; 3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer o controle definitivo do planejamento; 5. Inclusão dos adultos (DAHL, 2001, p. 50). Sobre as justificativas elencadas por Dahl para a defesa da democracia, constam as seguintes “consequências desejáveis”: 1. Evita a tirania; 2. Direitos essenciais; 3. Liberdade geral; 4. Autodeterminação; 5. Autonomia moral; 6. Desenvolvimento humano; 7. Proteção dos interesses pessoais essenciais; 8. Igualdade política; além de apresentarem 9. A busca pela paz; e, a prosperidade. (DAHL, 2001, p. 58). Não nos interessa fazer um uso instrumental e por demais normativo que parta desses critérios para apontá-los um a um nos argumentos dos autores que iremos apresentar, para supostamente poder corroborar nossa interpretação de um viés democratizante nas obras. Porém, julgamos ficar claro, a partir dos argumentos propostos nos termos nativos e pertinentes às questões que estavam sendo enfrentadas pelos autores - além do conteúdo manifesto nessa direção -, a adesão e a busca pelo desenvolvimento em termos democráticos em seus escritos.

algo que, em determinado momento pode se dar por estabelecido e consolidado. A democracia deve ser compreendida, portanto, como um processo de democratização, que opera em uma continuidade histórica, nem sempre linear e progressiva, sendo mesmo o Estado de Direito objeto de constante arguição, questionamento e interpelação em nome da reificação institucional decorrente de confrontações também democráticas (Ibid.).

Em seu livro *Da monarquia à oligarquia* (2014), Lynch concebe um “modelo ideal de construção estatal”, para compreender o desenvolvimento político no Brasil, dividindo-o em três etapas sucessivas: “a instauração autoritária da autoridade comum (‘a monarquia’), na qual predomina uma determinada modalidade de representação (a representação-personificação); a posterior abertura da ordem estatal às relações de mercado e a uma competição política, restrita, porém, ao âmbito das elites (‘a oligarquia’), em que já predomina um segundo tipo de representação (a representação-mandato); e, por fim, a progressiva extensão da participação política ao maior número (‘democracia’)” (p. 18). O autor se propõe a analisar as duas primeiras etapas - diga-se, monárquica (1822-1860) e oligárquica (1860-1910) - do desenvolvimento político brasileiro, as diferenças e transformações nas formas de representação política em cada uma delas. Um ponto pertinente e muito bem demonstrado na obra, é o de que a Primeira República fora, de fato, e a despeito da circulação do ideário liberal em sincronia com o que se passava na Europa, concebida para o estabelecimento de regime oligárquico sob a hegemonia da representação mandato dos setores das elites provinciais. A prática institucional estava apartada do debate contemporâneo nos países centrais sobre a democratização dos regimes oligárquicos, e a oposição entre liberais e conservadores não representava uma preocupação, de nenhum dos lados, em ampliar a esfera pública: “a divergência política girava apenas em torno da conveniência ou da possibilidade de se tornar efetiva a representação daqueles que, no quadro institucional vigente, já detinham o direito de voto” - cerca de 3,5% da população (LYNCH, 2014, p. 20). Portanto, a Primeira República não deveria ser compreendida como um “projeto democrático frustrado”, pois além do deliberado assentimento com o baixo coeficiente participativo e representativo, mesmo o problema das fraudes eleitorais, especialmente após o estabelecimento da política dos governadores, fora, em grande medida, propositadamente negligenciado pelo *establishment* republicano; nesta direção, Lynch conclui: “Assim, ao invés de apresentar o período da Primeira República como a era de um projeto democrático frustrado, mostramos que a ordem de 1891 havia sido calculadamente oligárquica e que mesmo aqueles que clamavam pela mudança imaginavam-na restrita aos limites de uma ordem liberal aristocrática” (Ibid.).

Tomamos como referência, portanto, o modelo apresentado por Lynch (2014) e sua sugestão de que entre essas três etapas arquetípicas da construção estatal houve a passagem por momentos de “transição”, marcados pela instabilidade resultante do envelhecimento das instituições políticas, por conflitos entre setores emergentes e interesses estabelecidos em torno do aumento da participação política (Ibid.). Devido ao caráter gradual do processo de estabelecimento de um regime democrático, iremos propor que, a partir de 1910, abre-se um longo período de transição entre a queda do regime oligárquico de 1891 até o estabelecimento da democracia, ainda que limitada (SANTOS, 1998, p. 50), com a Constituição de 1946. Não sem motivos, o regime e o ideário político, especialmente no tocante ao seu caráter nacionalista e corporativista, construído nesse período, é interpretado por grande parte da historiografia sob o signo do autoritarismo. Porém, como vimos, a teoria do patrimonialismo e a teoria do populismo, sob diferentes perspectiva - que, entretanto, se entrelaçam -, alimentam e amplificam essa interpretação, atribuindo ao Estado uma centralidade capaz de transformar toda a experiência de modernização, organização e manifestação de novos atores políticos em um jogo de manipulação e/ou cooptação, que dava sentido autoritário, não somente para o período compreendido entre 1930 e 1946, mas, basicamente - considerando que elas ganham maior relevância durante a ditadura militar -, para toda a história do Brasil de até então; que passava a ser lida como um *continuum* de experiências autoritárias. Sob tal espectro, todos os autores que não defendessem uma estrita ruptura entre Estado e sociedade civil - pelo lado do mercado (teoria do patrimonialismo) ou pelo lado da insurreição (teoria do populismo) -, e que cultivassem qualquer filiação a uma perspectiva política nacionalista, eram taxados de ideólogos do Estado autoritário e/ou da burguesia.

Não pretendemos negar a existência de elementos franca e obviamente autoritários dos diversos regimes que compuseram o período conhecido como *Era Vargas*, mas buscaremos, a partir do recurso a duas chaves interpretativas alternativas, caracterizar essa experiência como um percurso, em suas vicissitudes, marcado por avanços e retrocessos, na direção da ampliação da manifestação e participação de classes e atores sociais subalternos. Esse objetivo é pertinente para nossa tese pois permite, dentre outras coisas, traçar uma interlocução no plano diacrônico, mediada por essa compreensão do complexo processo de democratização, entre expressões teóricas diversas do nacionalismo reformista: iniciando com o que chamamos de nacionalismo estatista, de Alberto Torres e Oliveira Viana; passando pelo reformismo radical de Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida; até chegar no que caracterizamos como nacionalismo democrático de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado - objeto central de

nosso estudo⁶⁹. O que buscamos demonstrar, portanto, é a existência de um resíduo histórico de longa tradição na análise política no Brasil (SANTOS, 2017 [1975], p. 155), e que este resíduo expresso na obra dos atores, é, ao mesmo tempo, mediado por uma concepção epistemológica do nacionalismo periférico, pela construção de uma interpretação histórica crítica e pela experiência de democratização no Brasil. A citação de *Paradigma e história* ajuda a compreender a tentativa, daqueles que recusavam interpretações doutrinárias, de compreensão do processo e, ao mesmo tempo, de construção da ordem burguesa num contexto periférico:

Tal como os conservadores do século XIX, recusam-se os autoritários de 30, com exceção dos integralistas, os quais perseguirão diferente linha de argumentação, a aceitar o fetichismo institucional e consideram que, se as instituições parlamentares e multipartidárias foram suficientes para garantir a emergência e predomínio da ordem burguesa europeia, tal não será necessariamente o caso no Brasil, onde as peculiaridades se encarregarão de gerar as instituições aptas a instrumentalizarem a expansão da sociedade burguesa. Irônica mas compreensivelmente, é com a ordem burguesa como paradigma no fundo da mente que os autoritários de 30 se opõem às instituições liberais, assim como será o mesmo paradigma que dará suporte conceitual à pregação democrática e nacionalista da década dos 50 (SANTOS, 2019 [1975], pp. 159-160).

1.4.1 O desenvolvimento político brasileiro em duas chaves interpretativas: a cidadania regulada e a invenção do trabalhismo

Como afirmamos anteriormente, o que mais nos interessa na apresentação das interpretações baseadas na *Cidadania regulada* e da *Invenção do trabalhismo* é questionar a ideia de que a história política do Brasil consiste em um *continuum* autoritário que opõe um Estado todo poderoso a uma sociedade civil inerte e manipulável. Novamente reforçamos que isso não implica na negação das instâncias autoritárias do Estado – ou mesmo sua consideração como fundamental instrumento repressivo de classe para a manutenção do *status quo* -, e nem das evidentes limitações de ordem organizacional e reivindicatória por parte da sociedade civil nesse período. Nós somente nos recusamos a compreender que a relação entre essas duas instâncias se restringia a um tipo de interação unilateral e onipotente por parte do Estado,

⁶⁹ Àqueles que questionem o porquê da distância e do longo interregno entre as obras do princípio da década de 1930 e, a seguir, a recuperação e análise do pensamento nacionalista da década de 1950, recorremos ao argumento de Wanderley Guilherme dos Santos, um dos mais atentos leitores das obras políticas de todo esse período, quando ele afirma que o interregno imposto pela ditadura do Estado Novo atua como um impedimento ao livre pensar, e, ainda que não tenha operado com um absoluto óbice ao pensamento - algo que nem consideramos possível -, a censura restringe, explícita e implicitamente, o pensamento político crítico impelindo-o na direção do pensamento oficial do regime. Neste sentido, Wanderley propõe que “[...] fator igualmente importante na explicação da fratura, da descontinuidade manifesta, do pensamento político-social brasileiro terá sido, por certo, o interlúdio autoritário de 1937 a 1945, soterrando sob a dupla barragem da coação e da propaganda alguns dos mais estimulantes ‘esforços de teorização da realidade nacional’” (SANTOS, 2017 [1975], p. 126).

causadora de todos os males e desvios no desenvolvimento político no Brasil - seja da perspectiva liberal, seja da perspectiva marxista. As contribuições de Wanderley Guilherme e Angela da Castro, diferentemente, nos apresentam um processo complexo de construção de uma ordem democrática em meio a uma série de instâncias institucionais e de poder – e autoritárias, caso seja conveniente assim classificar -, mobilizadas por interesses resistentes à mudança social, tão próprios do desenvolvimento do capitalismo em geral; mas, nesse caso específico, do capitalismo periférico. Por si só, as distintas condições espaciais e temporais já seriam suficientes para que se compreenda os limites na possibilidade de comparações diretas, impondo necessários cuidados com o plano contextual nesse tipo de análise, e a recusa na adesão simplista à modelos de desenvolvimento baseados na experiência dos países centrais e às teorias da modernização. Tanto mais, cumpre ainda lembrar que significativa parte da obra teórica de Wanderley Guilherme dos Santos serve de amparo para compreendermos que, mesmo nos países centrais, o processo de constituição da democracia não se deu de forma “natural” e linear. Do contrário, todas experiências foram marcadas por conflitos, idas e vindas em relação a regimes oligárquicos e autocráticos, sendo muito difícil, mesmo sob uma perspectiva voltada para o estudo dos fenômenos em suas manifestações originais, compreendê-los como modelares ou reproduzíveis. Extrapolando essa observação, poderíamos dizer o mesmo para o caso das revoluções socialistas que, nos casos mais paradigmáticos, a despeito de sempre reivindicarem uma adesão ao marxismo, terem se realizado em condições bem distintas das condições concebidas inicialmente por Marx. Neste sentido, ensaiaremos uma interpretação alternativa.

1.4.1.2 A cidadania regulada e a invenção do trabalhismo: Organização, direitos sociais e a abertura de um horizonte participativo

Wanderley Guilherme dos Santos desenvolve inicialmente a ideia e o conceito de *Cidadania regulada* na obra intitulada *Cidadania e justiça: a política social em uma ordem autoritária* (1979). A desatualização dos dados leva o autor a não autorizar uma 5ª edição da obra, porém, posteriormente, ele adiciona as partes pertinentes à evolução histórica do conceito no bojo de seus estudos sobre a *práxis liberal* no Brasil, compilados em *Décadas de espanto e uma apologia democrática* (1998). É a partir desse segundo que iremos apresentar os pontos mais pertinentes a nossos objetivos e que são atinentes, justamente, à questão histórica vinculada às implicações do desenvolvimento da cidadania por meio das políticas trabalhistas e sociais varguistas. Wanderley Guilherme irá buscar compreender o processo de ampliação da

cidadania debruçando-se sobre diversos movimentos que impunham pressões sociais, próprias de períodos de transição, iniciados nas primeiras décadas do século XX, mas que ganham nova proporção após a Revolução de 1930. Desde a Proclamação da República, em 1889, até 1931, teria vigência o que o autor chama de “cidadania suposta” baseada no ideário *laissez-fairiano* e na coação às demandas dos trabalhadores (SANTOS, 1998, p. 98). Por volta de 1920, já se instituiriam leis sociais efetivas, mas que não ultrapassavam o plano do utilitarismo liberal, pois não comprometiam a dinâmica dos acordos privados entre empregadores e empregados. A partir de 1907, a permissão da livre organização do trabalho e o decorrente e substantivo aumento no número das greves operárias, resultou na promulgação de uma série de leis repressivas da atividade sindical e no abandono do primado da não intervenção estatal - retórica mobilizada quando conveniente⁷⁰ - para uma nova forma de atuação do poder público que não fosse a “pura e simples repressão” (Ibid., p. 99). Ainda assim, dizia, esse modelo estava fadado ao fracasso:

A resposta repressora do *laissez-faire* brasileiro, que já mencionamos, era ao mesmo tempo inevitável e suicida. Inevitável em razão da rigidez ideológica da elite e da estrutura dos recursos disponíveis, e suicida em virtude da impossibilidade de garantir a acumulação pela pura e simples via da coação. Tornava-se indispensável uma mudança na composição da elite, ou, pelo menos, em parte dela, que permitisse a renovação do equipamento ideológico com que se enfrenta o problema da ordem econômica e social, em primeiro lugar, e, como corolário, que se alterassem as normas que presidiam o processo de acumulação e as relações sociais que aí se davam (SANTOS, 1998, pp. 101-102).

Será somente após a Revolução de 1930 quando a elite política se volta para essa perspectiva em movimento que irá reorganizar da política econômico-social, alterando seu eixo da esfera da acumulação para a esfera da equidade, em formato que, nas palavras de Wanderley, “deitará raízes na ordem social brasileira com repercussões na cultura cívica do país e até mesmo nos conceitos e preconceitos das análises sociais correntes” (Ibid., p. 103). A essa reorganização, o autor dará o nome de “cidadania regulada”, e sua definição se funda nos seguintes termos:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade

⁷⁰ Sobre a relação entre liberalismo e defesa da propriedade, Wanderley Guilherme faz remissão ao pacto político lockeano. No caso do Brasil, as contradições do liberalismo apenas ficavam mais evidentes - também devido aos diferentes estágios de desenvolvimento da própria doutrina liberal e dos estágios políticos nos países cênicos - demandando por vezes a adoção de um ecletismo ideológico; um dos temas centrais do seu artigo *A práxis liberal no Brasil* (1998 [1978]).

que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a essas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (Ibid.).

O tipo de prática instituída com a cidadania regulada fora então a forma encontrada para romper com a ideologia *laissez-fairiana*, criando um espaço ideológico no qual a interferência do Estado na vida econômica não conflitasse com a ideia de desenvolvimento da ordem capitalista (Ibid., 104). Esse foi o recurso institucional e legal que atores políticos e intelectuais encontraram para que o Estado pudesse atuar como um dos interessados na organização dos trabalhadores que, no Brasil em vias de industrialização, contavam com poucos movimentos e organizações advindas propriamente da sociedade civil. O Estado acabava se assumindo como agente intermediário, representante do trabalhador nas relações empregatícias, mediando o conflito, e, de certa forma, equilibrando as forças desiguais entre empregador e empregado. É certo que Wanderley Guilherme não defende esse fenômeno como uma expressão absolutamente democrática, e nem como uma dádiva reivindicada pelos trabalhadores. O que nos importa da interpretação do autor é sua abordagem compreensiva, mais interessada em analisar o processo do que encaixá-lo em algum modelo de desenvolvimento prévio. Ele compreendia e ressaltava os limites e constrangimentos desse tipo de organização, por exemplo, em relação aos trabalhadores que não se enquadravam nas categorias reguladas por lei e acabavam num limbo do “pré-cidadão”; no mesmo sentido, apontava as limitações impostas à livre organização, à livre associação e à autonomia dos sindical⁷¹ (Cf. Ibid., pp. 104-105): “Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão” (Ibid., p. 106). O desenvolvimento do tema de forma muito interessante para o encaminhamento que pretendemos dar ao trabalho foi apresentado em um artigo do sociólogo Adalberto Cardoso (2010), no qual compreende o potencial da cidadania regulada como a abertura de possibilidades para a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil.

O autor reforça o sentido inclusivo - ainda que elitista e dirigido - pretendido pela legislação social elaborada por Oliveira Viana que, segundo ele, cultivava uma autorepresentação enquanto partícipe de um movimento que, a partir de 1930, mediado pelo Estado, resgatava a população abandonada da submissão em relação aos caudilhos e os clãs

⁷¹ Para uma interessante análise do conceito de cidadania regulada e um debate sobre suas apropriações pela historiografia, ver: MOREIRA, 2017.

rurais. Cardoso volta-se então para as consequências da “promessa de incorporação das massas” no processo de construção da nação promovidas pela cidadania regulada, isto é, a dinâmica social e a abertura no horizonte de expectativas potencializada por esse movimento (CARDOSO, 2010, pp. 787-788). Sobre esses efeitos o autor propõe:

a cidadania deixa de aparecer como um conjunto de direitos que demarcasse, para sempre, incluídos e excluídos da ordem em construção. Ela passa a denotar, antes, uma ordem porosa e fluida, cujas portas de entrada se abriam e se fechavam várias vezes ao longo das trajetórias de vida dos que a ela se candidatavam, e a inclusão no mundo dos direitos podia ser bem efêmera, assim como a exclusão dele, de tal modo que inclusão real, exclusão momentânea ou permanente e renovadas expectativas de nova inclusão eram parte do mesmo processo geral de regulação da cidadania, ou de sua efetividade (CARDOSO, 2010, p. 789).

Com isso ele sugere, em interpretação muito pertinente, que, se, como demonstramos, a ordem implantada pela cidadania regulada necessariamente impunha critérios que determinavam a exclusão no acesso à cidadania, o impedimento deixava de ser algo permanente, como no caso de uma ordem aristocrática, e tornava-se “uma possibilidade”, “uma promessa”, “um processo de vir a ser” (Ibid.). Ainda que baseada em uma normatividade que possa ser considerada injusta ou restritiva, o acesso passava a ser viável e alcançável por meio de critérios objetivos, assegurando-se a ideia de que estes dependiam somente da ação dos trabalhadores no sentido do enquadramento demandado⁷². Outra consequência apontada pelo autor, e correlacionada à ideia de ação por parte do trabalhador, diz respeito à legitimação da luta pelo cumprimento dos direitos sociais. Se durante a vigência da Constituição de 1891 a luta por direitos sociais esbarrava nos fundamentos *laissez-farianos* que enquadravam esse tipo de atitude como subversiva e inconstitucional, na ordem elaborada por Oliveira Viana, o trabalhador não mais precisaria lutar por direitos, mas tornava-se legítimo demandar o cumprimento dos direitos já estabelecidos (Ibid., p. 792); logo, quando o empregador se negasse a seguir a lei, o trabalhador contava com o recurso de interpelar a Justiça do Trabalho ou o sindicato para fazer valer a lei, ou seja, o Estado tornava-se acessível e ladeava-se ao

⁷² “Esse breve quadro impõe ao menos duas especificações importantes ao conceito de cidadania regulada”. Em primeiro lugar, como sugerido, o processo de instituição da legislação social gerou, por muito tempo, não uma divisão clara entre incluídos e excluídos, mas um *continuum* que fez da inclusão uma promessa mais ou menos distante segundo o lugar que o trabalhador ocupava na estrutura de distribuição de recursos monetários, bens, serviços, recompensas e, obviamente, direitos. Isso quer dizer que os direitos talvez aparecessem como ‘privilégio’ dos que conseguiam cruzar o mar bravio da burocracia envolvida na obtenção dos documentos que habilitavam a um emprego formal, sem falar no próprio emprego. Mais do que isso, como havia meios de se chegar ao ‘privilégio’, bastando para isso que o trabalhador seguisse normas que ao Estado pareciam formalmente impecáveis, como ter uma certidão de nascimento, ser bem casado e provar suas habilidades profissionais, a não obtenção do registro civil ou, depois, da carteira de trabalho era vista como fracasso pessoal, sobretudo porque outros (vizinhos, parentes ou amigos do fracassado) conseguiam” (CARDOSO, 2010, p. 780).

trabalhador incorporado na lógica da cidadania regulada. A luta de classes no Brasil transformava-se numa luta pelo cumprimento e ampliação dos direitos. Ainda que restritos - e, podemos concordar que ainda muito distantes da ideia de bem-estar social dos países cêntricos -, esse acesso atuava em um “aspecto civilizatório” e fundava a possibilidade de ação política institucional de um modo bem mais amplo - ainda que também limitada. Distintamente das interpretações que afirmavam que a atuação do Estado varguista comprometeu o desenvolvimento do capitalismo liberal por uma suposta orientação política - baseada na ideia de um desenvolvimento do capitalismo puro e natural -, ou que este corrompeu as identidades e as lutas dos trabalhadores - baseada na ideia da necessidade do acirramento das contradições do capitalismo - impedindo o desenvolvimento do socialismo, propomos uma interpretação mais descritiva, que, apesar de não eximir de críticas a forma⁷³ e o ritmo do processo de desenvolvimento político no Brasil, o compreende a partir de uma perspectiva própria de construção da cidadania e da democracia, sem idealizar ou menosprezar as instâncias estatais e societais:

Verdade ou não, ideologia ou não, o fato é que isso fez da faticidade da ordem em construção um interesse daqueles a quem a ordem dizia querer incluir, e, a partir de então, lutar pela vigência dos direitos sociais tornou-se aspecto central do processo pelo qual o Estado ganhou efetividade no Brasil. Com Vargas, os trabalhadores ganharam um centro de identificação de caráter geral e, muito importante, no interior e nos limites da ordem capitalista que o Estado varguista também tentava transformar. A partir de então, qualquer projeto de superação da penúria a que os trabalhadores continuaram submetidos pelas décadas seguintes ao primeiro período Vargas precisou competir com essa sólida aspiração dos trabalhadores por inclusão na chave dos direitos sociais. A consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência do direito a seus direitos, cuja efetividade es- teve sempre em processo e, nesse sentido, foi, sempre e renovadamente, utópica. (CARDOSO, 2010, p. 806).

⁷³ O próprio Adalberto Cardoso (2010) elenca algumas das críticas pertinentes a se fazer ao regime de cidadania regulada e suas heranças na cultura política brasileira. Por exemplo, sobre os limites impostos às aspirações dos trabalhadores: “Tudo isso se deu, repita-se, à custa da restrição das aspirações e dos projetos de parte importante dos trabalhadores. O trabalho organizado teve, em Vargas, a afirmação de seu direito à construção de identidade, mas se, e somente se, essa construção ocorresse no âmbito da ‘cidadania regulada’. Vargas enquadrou, pela violência física e simbólica, o horizonte de expectativas e a vida cotidiana dos trabalhadores, limitando-os às fronteiras mesquinhas da sociabilidade capitalista, ao prometer acesso ao mundo do consumo e aos bens da civilização liberal, muito especialmente os direitos sociais que o liberalismo renovado do século XX incorporou em sua matriz regulatória. Os símbolos da identidade operária passaram a ser o ‘operário padrão’, o pai dos pobres” e a CLT. Porém, apesar de mesquinhas, aquelas fronteiras deram significado real à vida da maioria, e razões para lutar por sua efetividade. Até pelo menos a década de 1980, nenhuma força política articulada posteriormente à morte de Vargas foi capaz de opor projetos alternativos viáveis de construção identitária para as populações que vivem do trabalho” (p. 807). Porém, não deixa de ser notável o fato de que, se durante a década de 1980, o Novo Sindicalismo emerge com potentes críticas ao trabalhismo varguista, já na década seguinte, frente ao neoliberalismo, essas críticas vão sendo matizadas e o arcabouço legal trabalhista valorizado mesmo por essas correntes que originalmente foram críticas ao Estado autoritário e defendiam a organização autonomista da sociedade civil.

Em direção análoga, mas tendo como principal contraponto a teoria do populismo, Angela de Castro Gomes publica sua tese de doutorado na forma de um livro sob o título de *A invenção do trabalhismo* (2005 [1988]). A dimensão processual de sua concepção do desenvolvimento político brasileiro, e do papel do Estado nesse movimento, fica muito clara quando a autora afirma que:

[...] a cidadania dessa classe trabalhadora, aliás, muito plural, era um fenômeno histórico apreensível pelo acompanhamento de um longo (e inconcluso) processo de lutas entre propostas distintas, elaboradas por diversos atores (entre os quais o Estado), com pesos variados. Ou seja, a linha interpretativa afirmava o protagonismo dos trabalhadores nesse processo, recusando modelos explicativos muito partilhados à época, que destacavam variáveis sociológicas e políticas de cunho mais estrutural, para afirmar um resultado marcado pela ‘heteronomia’ da ação política dos trabalhadores (GOMES, 2005, p. 9).

Tendo por objetivo analisar esse longo processo, Gomes retoma a história da “luta da classe trabalhadora por sua incorporação no cenário político” desde a Primeira República, enquanto o sistema político liberal republicano se mantinha “inflexivelmente exclusivo” (Ibid., p. 300). Em um segundo momento, sob o protagonismo do Ministro Salgado Filho, a intervenção estatal, ganha maior relevância no processo de construção da cidadania por parte dos trabalhadores; e, nesse contexto, a partir de 1932 foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil em termos de condições de trabalho, compensações sociais, mecanismos institucionais de enfrentamento de conflito de trabalho, etc. (Ibid., p. 164). Tratava-se de “um período chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando, através dela desenvolver uma série de contatos com ‘empregados’ e ‘empregadores’”, visando “ajustar os interesses em confronto” (Ibid.)⁷⁴. Mas é somente após 1942, com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a direção de Marcondes Filho, que avança o esforço político de fortalecimento da estrutura sindical-corporativa pautada com o objetivo de “consolidação de um verdadeiro pacto social com as classes trabalhadoras”, tendo em vista o diagnóstico da necessidade de superar em um futuro próximo a estrutura de representação baseada somente no sindicalismo, indicando uma “transição do autoritarismo” e uma abertura para a questão partidária que dará origem ao trabalhismo e ao PTB (Ibid., p. 265). O formato autoritário, baseado na ideia da democracia autoritária, não mais se sustentava e a “questão partidária era ao mesmo tempo um

⁷⁴ É nesse momento que Oliveira Viana ganha protagonismo como consultor jurídico do Ministério e conta com uma equipe bastante heterogênea e diversa em termos político-ideológicos, mas que concordavam quanto à necessidade de elaboração e aplicação de um conjunto de leis sociais no país (Cf. GOMES, 2005, p. 165).

item da agenda daqueles que queriam conduzir o processo de transição e uma arma de luta para os que, cada vez mais forte e abertamente, desejavam uma ruptura com o Estado Novo (Ibid.).

Portanto, segundo a autora, invenção do trabalhismo, a montagem do sindicalismo corporativista e a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) “constituíram as pedras de toque para a incorporação política dos trabalhadores” (Ibid., p. 300) no Brasil. O ponto central defendido por Gomes, entretanto, é o de que esse movimento não pode ser compreendido sem o referencial da história das condições de vida e da luta dos trabalhadores brasileiros. O Estado configura-se como “mediador por excelência” do processo de ascensão dos trabalhadores como atores políticos relevantes, no que compõe o longo processo de democratização que queremos aqui ilustrar. A relação entre esses dois entes era, segundo a densa pesquisa de Gomes, de “adesão” e “reciprocidade”, e não de submissão ou manipulação, pois, além dos benefícios mútuos, tinha como horizonte de expectativa a superação da ordem autoritária e atuou como “mecanismo de incorporação real” dos trabalhadores à vida política nacional:

A adesão dos trabalhadores, e não meramente sua submissão e manipulação, sancionou o pacto pelo qual Estado e classe trabalhadora se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema ordem não mais autoritário. Este pacto foi tanto uma ação instrumental destinada a obter certos resultados substantivos, quanto uma ação expressiva pela qual ocorreu o reconhecimento dos atores nele envolvidos (GOMES, 2005, p. 301).

Emergindo, portanto, de dentro da ordem autoritária, o trabalhismo, bem como o PTB, passa a figurar como ideologia e partido que irão atuar diretamente como instâncias populares de atuação contra as forças oligárquicas e conservadoras. Aderindo à ideologia nacionalista - que também se democratizava progressivamente -, tornam-se canais de oposição ao imperialismo e as oligarquias, em pauta francamente reformista e popular, a ponto de ser caracterizado por Celina D’Araujo como “partido de ‘libertação nacional’”. Sobre a pauta reformista do partido, essa nota oficial é publicada quando da demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho:

O PTB prosseguirá na sua luta contra a usura social e os desmandos do poder econômico, debatendo-se: a) pela adoção de novas tabelas de salário mínimo; b) pelo congelamento dos gêneros e utilidades e pela fiscalização desse congelamento através dos órgãos sindicais dos trabalhadores; c) pela extensão da legislação social ao trabalhador rural; d) pela reforma agrária; e) pela aposentadoria integral; f) pela unidade e liberdade sindical e contra a assiduidade integral; g) pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; h) pela libertação econômica nacional e contra a agiotagem internacional. (Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.02.22/1. Apud. D’ARAUJO, 1996, p. 99).

1.4.1.3 Uma perspectiva política: a democracia como conflito, a social-democracia e o nacionalismo democrático

Considerando toda a reflexão proposta até momento e partindo da análise do desenvolvimento do ideário nacional-reformista iniciada com nacionalismo-estatista de Torres e Viana, passando pelo reformismo radical de Santa Rosa e Almeida, amparada pelo caráter processual da formação da cidadania e da democratização presente na leitura de Santos e Gomes, propomos que o sentido político/historiográfico do pensamento nacionalista de Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Furtado será o da democratização do ideário nacionalista no Brasil. Esse sentido historiográfico fica claro nessa proposição ao se contrapor às teses baseadas nas chaves do patrimonialismo e do populismo, que, como vimos, compõem uma interpretação do desenvolvimento político baseada na suposta perpetuação de um Estado autoritário que impedia tanto o estabelecimento do capitalismo como sua superação. A partir de agora, iremos desenvolver brevemente as bases teóricas do que defendemos como sendo esse processo de democratização, de forma a amparar nossa interpretação da sua expressão nas obras dos autores que viremos a analisar. A ideia não é adiantar a análise, que se fará a partir de uma perspectiva mais exegética das obras, mas elencar e expor alguns dos pressupostos teóricos que fundamentam nossa interpretação, sendo o ponto mais relevante para caracterizar esse movimento de democratização a afirmação de que o conflito político passa a figurar como um fundamento positivo e toma lugar central na concepção de democracia apresentada na obra de nossos autores.

O primeiro ponto seria desenvolver um pouco melhor a ideia de democracia como processo que apresentamos brevemente para pensar o plano historiográfico, agora transposto para uma reflexão mais teórico-política. Wanderley Guilherme dos Santos é categórico em afirmar que “todas as democracias hoje estáveis foram, em seu início, oligarquias corruptas e viciadas”, e que o “antídoto” para essa corrupção e mesmo para o desenvolvimento político institucional não foi a súbita tomada de interesse por um doutrinário cívico por parte das elites ou da população, mas justamente a necessidade de ampliação da participação política (SANTOS, 1998, p. 149). Na verdade, existe uma interpretação na obra do autor - que julgamos herdada especificamente da teoria do desenvolvimento político nacionalista -, que compreende que o próprio desenvolvimento e a complexificação da economia em torno de um mercado nacional, fere de morte a própria organização oligárquica ao criar mecanismos de integração,

competição e desenvolvimento social⁷⁵. O movimento de “democratização fundamental”, segundo concepção de Karl Mannheim (1973), tem início quando da constatação por parte das elites - em meio a Revolução Francesa e a despeito de seu gosto -, do papel fulcral que as massas passavam a assumir no plano político. Portanto, é possível considerar, ainda na mesma toada proposta por Wanderley Guilherme, que “o perfil das democracias europeias não foi preconcebido por nenhum doutrinário, sendo resultado da destilação de conflitos reais” (SANTOS, 1998, p. 151). O desenvolvimento da democracia moderna é um processo que tem o conflito como elemento catalizador. Robert Dahl irá propor que, em oposição ao ideal democrático da Grécia antiga, o conflito político, e não a harmonia, “é a marca registrada do Estado democrático moderno” (DAHL, 2012, p. 28), conferindo uma conotação positiva a esse ente no plano da democracia contemporânea⁷⁶:

Enquanto na antiga visão o facciosismo e o conflito eram considerados destrutivos, na nova visão o conflito político passou a ser considerado parte normal, inevitável e até mesmo positiva da ordem democrática (DAHL, 2012, p. 45)

⁷⁵ Não se trata de tese meramente economicista, como também não julgamos ser o caso com os autores nacionalistas. Eles todos apostam na ideia do desenvolvimento do mercado interno como elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento social e político, não como um automatismo injustificado, mas por contribuir para o aumento da complexidade nas relações sociais e da dificuldade de implantação dos métodos tradicionais de dominação oligárquica. E, como dissemos, trata-se de ponto fulcral da teoria do desenvolvimento nacionalista. Sobre o ponto, Wanderley Guilherme propõe: “A expansão econômica por via oligárquica representa, em verdade, uma programação para a morte que não pode ser cancelada, exceto por retrocesso a alguma forma de autocratismo. O limite da capacidade extrativa do governo central, via impostos diretos, limite estabelecido pela facilidade oligarca de produzir desordem, obriga a expansão da base a ser taxada indiretamente, o que equivale a favorecer a expansão dos negócios. Só pelo crescimento econômico é que se compatibilizam os interesses oligárquicos de acumular renda, sem aumentar impostos diretos, mobilizando-se a estrutura coletora e redistributiva do Estado, o qual, obviamente, deve ser mínimo, tecnicamente compreendido o conceito. Lentamente, contudo, a expansão econômica gera mercados nacionais, aceleração na divisão social do trabalho e, consequentemente, o aparecimento de mecanismos de integração, minando-se imperceptivelmente o caráter compartimentalizado e regulado da produção. Um terrível fantasma passa a rondar a oligarquia: a competição. Complexidade social, concorrência e universalização da produção mercantil são os resultados inescapáveis de um sistema oligárquico bem-sucedido, sobre os quais brotam inéditas ações coletivas nas dependências de todos os cativeros. Conter essa pressão natural exige violência institucionalizada a custos crescentes” (SANTOS, 2013, p. 31).

⁷⁶ Sem enveredar demasiadamente no plano do debate da teoria democrática contemporânea, do qual Robert Dahl é um dos grandes nomes, cabe apontar que para esse autor a maioria dos regimes qualificados convencionalmente de democracias modernas, é por ele nomeada de poliarquias. A democracia seria, simplificando a concepção do autor, um estágio mais elevado da poliarquia, ainda inalcançado por qualquer experiência contemporânea. Sobre a distinção entre democracia e poliarquia: “Em poucas palavras, as instituições da poliarquia são necessárias à democracia em grande escala, particularmente na escala do Estado nacional moderno. Vistas sob um ângulo um pouco diferente, todas as instituições da poliarquia são necessárias para a consecução mais viável possível do processo democrático no governo de um país.” [...] “É uma característica dos democratas que vivem em países governados por regimes autoritários nutrir a esperança fervorosa de que, um dia, seu país vá atingir o limiar da poliarquia. É uma característica dos democratas que vivem em países há muito governados por uma poliarquia crer que a poliarquia não é democrática o suficiente e que deveria se tornar mais democrática. Entretanto, apesar de os democratas descreverem muitas visões diferentes de qual deve ser o próximo estágio da democratização, até agora nenhum país transcendeu a poliarquia e alcançou um estágio ‘mais elevado’ da democracia.” [...] “Portanto, comparada a suas alternativas históricas e reais, a poliarquia é urna das criações mais extraordinárias do engenho humano. No entanto, ela fica inquestionavelmente aquém de realizar o processo democrático.” (DAHL, 2012, pp. 353-354). Wanderley Guilherme dos Santos já buscou se apropriar da teoria da poliarquia de Dahl para pensar o desenvolvimento da democracia brasileira, porém, não iremos pelo mesmo caminho (Cf. SANTOS, 1998).

Foi, entretanto, a partir da leitura do artigo *Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília* (2001), de César Guimarães, e da identificação da crítica historiográfica que subjaz por trás da análise, que nos interessamos pela complexidade teórica que perpassava as relações entre os conceitos de nacionalismo e democracia no ideário político do período. Muitas das questões ali levantadas ainda não foram satisfatoriamente exploradas pela historiografia e pelos estudiosos do pensamento político brasileiro. O artigo compõe, segundo nosso juízo, uma brilhante, ainda que incipiente interpretação, que crítica aos limites da utilização dos conceitos de nacional-desenvolvimentismo e populismo como chaves interpretativas para a compreensão do pensamento político do período, e propõe a ideia da vigência de um nacionalismo democrático. Lentamente se formulando e estabelecendo a partir da abertura do regime do Estado Novo, adquirindo maior vigor depois da eleição de Vargas, esse nacionalismo democrático toma forma teórica sob a pena de autores como Hélio Jaguaribe, Celso Furtado e Alberto Guerreiro Ramos.

Ainda que, como nós, Guimarães atribua um caráter limitado à democracia instituída com a Constituição de 1946, ele afirma não ser possível negar os aspectos democratizantes da nova ordem, e mesmo o fato de ser “o primeiro ensaio de participação popular ampla” no Brasil (GUIMARÃES, 2001, p. 156). No plano do autoritarismo e da repressão, pondera, seria mesmo possível pensar que os estertores do regime estadonovista foram mais democráticos que os anos iniciais da nova ordem constitucional sob a batuta do general Eurico Gaspar Dutra. Ao notar a inviabilidade da manutenção do governo ditatorial, Vargas inicia um período de abertura política e social com acenos democráticos aos trabalhadores, promulgação da anistia e a adoção de “um nacionalismo econômico defensivo que em nada se assemelhava ao nacionalismo fascista” (Ibid.). Por sua vez, ao assumir, o general Dutra promove a suspensão do registro do PCB (Partido Comunista do Brasil), cassa seus parlamentares e promove intervenções severas nos sindicatos. A ironia se consuma com o fato da ampliação do caráter democrático da nova ordem se dar com a eleição do ex-ditador, e que os desafios que começarão a se colocar para o Vargas eleito serão basicamente os mesmo postos a todos os presidentes que assumirão a partir daí; sendo o nacionalismo um conceito central na disputa política e teórica daquela quadra da História.

A ideia de planejamento ganhava força desde as primeiras décadas do século XX, motivada, tanto pelo keynesianismo, quanto pelo fenômeno do desenvolvimento soviético, e parecia amenizar as diferenças entre as fórmulas capitalista e socialista. Como atesta Guimarães, sob a perspectiva de que o planejamento era técnica destituída de caráter ideológico,

o “planejamento do desenvolvimento adquire notável implicação na economia política do pós-guerra, pois empresta substância econômica a um fenômeno político - a descolonização iniciada nos anos 50 e 60 e o nacionalismo que a anima” (Ibid. pp. 157-158). O autor propõe que descolonização, nacionalismo econômico e planejamento eram os “nomes da esperança”, e, nesse ponto, tangencia tema bem importante para nosso argumento, pois ele argumenta que as políticas sociais europeias que visavam reduzir a desigualdade entre indivíduos e classes, eram o que podemos compreender como o *telos* que empolga as políticas nacional-desenvolvimentistas no Brasil - o “desenvolvimento será a social-democracia dos povos periféricos” (Ibid., p. 158).

Uma breve digressão sobre o tema da social-democracia e o nacionalismo periférico. Em texto que procura compreender a social-democracia como fenômeno histórico, Adam Przeworski (1988) elenca algumas das características dessa ideologia que são pertinentes de serem notadas em nossa análise. Ainda que não pretendamos sugerir a possibilidade de transposição ou equivalência automática entre os fenômenos, como sugerido por César Guimarães, e a despeito da origem e condições distintas, acreditamos existir paralelos passíveis de serem traçados quanto às experiências de democratização e ampliação de direitos, benefícios e participação política, que caracterizam a experiência original de emergência da social-democracia na Europa, e o contexto político brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Se as origens das manifestações são bem diversas, as pautas adotadas vão guardar semelhanças importantes de serem pontuadas por aqui. Na Europa, o movimento em direção à social-democracia se deu inicialmente de na forma de uma adesão pragmática por parte de partidos socialistas - não isenta de resistências e divergências - à democracia e à rotina eleitoral, visando benefícios imediatos em meio a uma longa luta pela instauração do socialismo - como colocado pelo autor, “ideais revolucionários podem mover a história, mas nem alimentam nem abrigam” (PRZEWORSKI, 1988, p. 46). No Brasil, como estamos propondo, essa aproximação aos ideais de uma ideologia social-democrata passou por um movimento de democratização do ideário nacionalista corporativista. Esse processo que se deu por uma longa história de pressões de trabalhadores e sindicatos, fora formulado, no plano teórico e enquanto projeto político, essencialmente, por autores nacionalistas como Jaguaribe, Guerreiro e Furtado. A partir da interpretação de Przeworski, podemos compreender a social-democracia como um movimento que fora inicialmente concebido para ser pontual, mas que vai adquirindo uma pauta permanente em torno da defesa da ampliação da participação política por parte dos trabalhadores. Do mesmo modo, foi possível conceber sua elevação enquanto uma arena

legítima para a disputa de seus interesses⁷⁷: “quando a democracia representativa que caracteriza a sociedade burguesa deixou de ser uma tática e passou a ser abraçada como a doutrina básica da futura sociedade socialista” (Ibid., p. 50). A análise do processo histórico de construção do socialismo passa a ser compreendida, não como uma ruptura com a Revolução Francesa, mas como sua realização em novas condições, a democracia transmutava-se em meio e fim, estratégia e programa do ideal socialista (Ibid.). Como veremos, esse ideal está implicitamente manifesto na obra dos três autores⁷⁸ e a estratégia política tem traçado análogo.

A ideologia nacionalista de Jaguaribe, Guerreiro e Furtado expressará um movimento análogo, de compreensão do processo de democratização e desenvolvimento político da nação, pautado na valorização da política enquanto esfera legítima para a organização da luta dos trabalhadores e das classes ascendentes. Nesse caso, a despeito das especificidades, julgamos que os processos são mesmo paralelos aos da construção da social-democracia; argumentos que pretendemos desfiar a partir da análise dos textos dos autores. Em termos iniciais e esquemáticos, podemos reconhecer essa correspondência a partir de parâmetros como: defesa da importância da disputa eleitoral pelo controle do Estado (Ibid., p. 46); organização em sindicatos e partidos, e na necessidade de constituição de alianças supraclasses baseadas na convergência de interesses econômicos imediatos da classe trabalhadora (Ibid., p. 62); compreensão de que, em um momento de emergência da política de massas, os partidos de trabalhadores e socialdemocratas perdem o apelo estritamente classista e se tornam partidos de toda a nação, sendo a política convertida em processo de estabelecimento do bem estar coletivo (Ibid., p. 63); compreensão de que reformas e revolução não são “alternativas excludentes entre si”, mas que as primeiras representam degraus em um sentido cumulativo e irreversível para a reestruturação de toda a sociedade (Ibid., p. 66); defesa da socialização e nacionalização dos meios de produção como forma de alcançar os objetivos socialistas (Ibid., p. 67); adoção de programas dedicados à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, como programas habitacionais, de instituição do salário mínimo, herança e aposentadoria, etc.

⁷⁷ Assim como no Brasil, houve questionamentos dentro do movimento socialista europeu se essa adesão às instâncias da política burguesa não atrasaria ou inviabilizaria a efetiva tomada do poder pela classe trabalhadora, visto que desviaria o foco da revolução ao dividi-lo entre luta política e luta econômica (Ibid., pp. 47-48).

⁷⁸ Como veremos, Guerreiro Ramos explicita essa tese da transição para um socialismo não-marxista (BARIANI, 2011) com a Revolução Brasileira, e, se, Jaguaribe e Furtado, nos textos até 1964, não tratam desse processo para o socialismo e estão antes preocupados com a etapa burguesa do desenvolvimento político brasileiro, ambos partilham da percepção expressa tanto em Schumpeter (2017 [1943]) quanto em Mannheim (1972 [1951]) de que a socialização do capitalismo era um processo inexorável. Na obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), Furtado passa a defender abertamente a construção de um “socialismo latino-americano” (Ibid., pp. 16-17).

Várias dessas medidas emergem já nas décadas de 1920 e 1930, ganhando corpo teórico e prática em políticas keynesianas, que fundamentaram o princípio de intervenção estatal, da adoção políticas distributivas e de bem-estar social como formas de mitigar as crises cíclicas do capitalismo. Przeworski concebe mesmo a organização do corporativismo como pauta associada à emergência da social-democracia nos princípios do século XX (Ibid., p. 72). Aqui no Brasil, como argumentamos, esse processo se constitui de forma gradual, motivado especialmente por ideólogos do nacional-estatismo⁷⁹, ganhando uma configuração efetivamente democrática somente após 1945, quando do novo espraiamento da democracia liberal e da ideologia do desenvolvimento para a periferia do capitalismo.

Voltando ao ensaio de Guimarães, um argumento sutil, porém central, então delineado, coloca que apesar da ideia de nacional-desenvolvimentismo ter prestado importante contribuição historiográfica no plano da história econômica, quando tratamos da análise política ela pode “diluir diferenças cruciais” (Ibid., p. 160). Esse argumento se desenrola com a compreensão de que o desenvolvimento planejado podia ser percebido como elemento de consensual entre os polos da Guerra Fria, ou seja, tornara-se tolerado pelas potências. Entretanto, o nacionalismo no dito “terceiro mundo” - “já definido em termos de uma economia planejada além da conta e de uma política externa independente” - dividia, e acabava despertando a compreensão por setores dominantes da necessidade de contenção - expressa exemplarmente na doutrina Truman - por quaisquer meios disponíveis: diplomáticos, econômicos ou militares. Enquanto ideologia, o nacionalismo sempre contou com a dificuldade de não se facilmente encaixada no eixo direita-centro-esquerda, portanto, assustava e permitia o recurso ao seu combate sob a chave do autoritarismo totalitário.

Guimarães propõe que o nacionalismo de apelo popular varguista, “à esquerda do espectro ideológico”, despertava agora grande desconfiança, agravada pela posse de Eisenhower e a nova política do Departamento de Estado norte-americano, pela escalada da aproximação dos militares, a partir da Escola Superior de Guerra, da doutrina estadunidense de segurança do Ocidente, e pela postura francamente golpista e subversiva adotada pelos partidos

⁷⁹ Reiteramos não ser possível a associação direta de autores como Alberto Torres e Oliveira Viana com a ideia de social-democracia. Eles estão escrevendo em um período de desmonte e crítica da possibilidade de funcionamento dos mecanismos eleitorais da democracia liberal. A ideia da organização da sociedade civil era vista com descrença e a função do Estado aparecia especialmente enquanto elemento centralizador necessário para a construção da ordem burguesa. Porém, as pautas reformistas e as medidas que atuavam na direção da ampliação da cidadania - ainda que regulada -, cujos contornos eram dados pelo que se compreendia como uma democracia social, pelo que estamos observando, permitem a compreensão de um longo processo de construção que vai se adaptando e se afastando do projeto inicial. Não deixa de ser relevante, entretanto, que, ao menos Virgínio Santa Rosa, identifica nominalmente o *telos* político a ser perseguido com a social-democracia.

da direita brasileira⁸⁰. Essa mistura dá mostras da sua potência disruptiva da ordem constitucional nas tentativas de golpe de 1955 e 1961. É o “nacionalismo democrático”, com sua pauta reformista, que passa a atuar como um elemento que dinamiza e movimenta o processo de democratização. Guimarães afirma que são justamente os “aspectos substantivos” da democracia brasileira que, juntamente com os ecos da Revolução Cubana - também uma manifestação do nacionalismo periférico - que assustam e constituem-se em “anátoma para Ocidente interno e externo” (Ibid., p. 168). Apesar da resistência de setores militares à sua posse, o governo Kubitschek constituiu um curto interregno de estabilidade e desenvolvimento econômico que, entretanto, não servira para aplacar a resistência ao movimento de democratização⁸¹. Assim, o que assistimos durante as décadas de 1950 e 1960 pode ser entendido como um amplo movimento de politização e tentativa de substantiva ampliação da cidadania social - em processo de origem mais remota - que passa a contar com o novo elemento da cidadania política. O que se perpetrava era a exacerbação do caráter conflituoso, próprio do movimento de democratização, que, por certo, havia de se processar com limites. Consideramos que, a despeito dos limites dados pela resistência de setores dominantes da sociedade, não seria justo atribuir a culpa pela ruptura institucional, como o faz a teoria do populismo, àqueles que atuavam pela ampliação de direitos legítimos, ainda que dentro da institucionalidade da “democracia burguesa”. O nacionalismo democrático representava nada mais que, no plano externo, a reivindicação por autonomia e soberania nacional aos moldes terceiro mundista; no plano interno, a concertação de alianças - política-institucional e de classes - em torno da pauta reformista da ampliação da participação política e da cidadania - uma pauta social-democrata. Seguimos com Guimarães quando ele afirma - o nacionalismo democratizante é derrotado e vale insistir: é derrotado porque é democrático (GUIMARÃES, 2001, p. 169).

⁸⁰ “Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto à sua perspectiva econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 a 1964” [...] “De 1945 a 1964 a UDN e seus aliados doutrinários, o Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP), tentaram evitar que os presidentes eleitos assumissem o poder. Quando não conseguiam, tentavam forçar a intervenção militar para que os presidentes fossem derrubados. Era, portanto, um partido subversivo, cuja liderança conspirava o tempo todo, e que não considerou impróprio participar de um governo militar, como aconteceu depois da intervenção de 1964. Existe um provérbio cínico, que eu gostaria de poder atribuir a alguém, sugerindo que a maioria dos democratas são autoritários fora do poder.” (SANTOS, 1998, p. 40). Para uma discussão mais aprofundada sobre o caráter antinacionalista, subversivo e mesmo golpista de correntes liberais da República de 46, ver: CHALOUB, 2015.

⁸¹ O governo Juscelino representou um período de estabilidade política, de desenvolvimento econômico e de relativa calma nos meios militares imprimir ao país um estatuto de nação moderna, capaz de conviver com as regras da democracia formal e de superar o subdesenvolvimento. Foi, acima de tudo, um governo de otimismo. Paralelamente ao desenvolvimentismo que o caracterizou, foi também um período de intensificação das reivindicações de reformas e iniciativas de cunho nacionalista. Estabilidade política, reformismo e nacionalismo deram a tônica do debate ideológico (D’ARAÚJO, 1996, p. 122).

A ênfase nacionalista da nova orientação não suprime reivindicações diretamente democráticas, como fim da tutela e discriminação ideológica sobre os sindicatos; a sempre aguardada regulamentação da lei de greve; a revogação da Lei de Segurança Nacional; o direito de organização no campo; o voto aos analfabetos; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres; e o combate às discriminações raciais e religiosas (GUIMARÃES, 2001, p. 172).

Do ponto de vista historiográfico, o nacionalismo de Jaguaribe, Guerreiro e Furtado - cada qual com suas nuances -, perpetrava um movimento de democratização do ideário nacional-reformista. Tratava-se, como veremos, de uma ruptura com a perspectiva elitista e autoritária da tradição, sem ignorar a necessidade da ação estatal para o desenvolvimento dos Estados-nação periféricos - agora compreendido pela chave mannheimeana da “planificação democrática” (MANNHEIM, 1972). Se podemos propor uma hierarquia causal, o nacionalismo figura inicialmente no plano epistemológico, a partir da reedição - matizada - da crítica ao transplante de instituições e teorias da modernização estrangeiras, e invocando a necessidade de uma perspectiva historicista. Eles buscavam legitimar a urgência de uma compreensão do sentido da história do desenvolvimento político pelo recurso às ciências sociais, no mesmo sentido colocado por Torres, Viana Santa Rosa e Almeida. Assim como para seus predecessores, julgavam ser necessário completar a fundação nacional pela constituição de um mercado interno que conferisse uma posição econômica soberana ao Brasil em relação ao imperialismo; fim para o qual seria necessária uma compreensão da realidade nacional por uma perspectiva autêntica e balizada pelo recurso à sociologia, à economia e à história. E, enquanto disciplinas, estas figuravam, em sua maneira de ver, como subsídios epistemológicos para a compreensão sociológica, econômica e histórica da política e sua mobilização enquanto *práxis* política. Essa história do desenvolvimento político brasileiro, construía-se essencialmente a partir de uma crítica às classes dominantes e à cooptação do Estado em nome de seus interesses. Por outro lado, todos eram unânimes em constatar a emergência das novas classes e novos atores sociais que, pelo próprio sentido histórico do desenvolvimento, haveriam de tornar-se protagonistas. Nesta interpretação, portanto, o desenvolvimento político direcionava-se para a constituição de uma democracia mais ampla e o estabelecimento da política ideológica, o que os conduzia, apesar das críticas, a avalizar e valorizar, dentre outras instâncias de atuação, a política institucional. A teoria política subjacente à obra dos autores compreendia o movimento de desenvolvimento político, que partia da política clânica/oligárquica restrita a pequenas elites, sem mobilização e sem conflito, para a construção de uma política democrática. Como veremos, ainda que não expressa formalmente, podemos reconstruir uma teoria do desenvolvimento democrático, ou uma teoria da democracia, cujo diferencial em relação às concepções pretéritas

de democracia presentes na história do Brasil, era que esta compreendia, ou melhor, se baseava na participação ampla e na manifestação dos conflitos sociais tomados então como elemento catalizador do desenvolvimento político e social. Retomado, em meados da década de 1970 por Wanderley Guilherme dos Santos nos seus estudos sobre a imaginação política brasileira, podemos dizer que os desafios postos então eram os mesmos enfrentados por os nossos autores; e que, infelizmente, não perderam a atualidade, justificando a presente investigação: trata-se, da evocação da tênue linha que constitui o diálogo entre os valores civilizatórios decantados tanto do liberalismo quanto do socialismo, e de sua formulação, no plano teórico, enquanto constituição de uma ordem política que não fosse baseada nem no “privatismo predatório” e nem no “revolucionarismo acadêmico”:

Para os demais, a questão política principal contemporânea consiste em desenhar as instituições capazes de restituir aos membros da comunidade os direitos civis e políticos que já fazem parte do patrimônio da civilização, sem entretanto permitir que o privatismo predatório, sob a propaganda do humanismo libertário, se aproprie dos mecanismos sociais de decisão. Teoricamente, trata-se de instaurar uma linha de reflexão que transcenda os limites da ordem privada, em qualquer de suas variantes, e escape às conceituações fáceis e estereotipadas do revolucionarismo acadêmico (SANTOS, 2017 [1975], p. 163).

1.5 Conclusão:

Pretendemos demonstrar com essa reflexão de caráter teórico-historiográfico que existe um componente de longa duração de uma vertente do nacionalismo periférico que pode ser compreendido enquanto uma *linguagem*, no sentido atribuído por Pocock (2003). A interpretação proposta, sobre o período de transição até a constituição de um ideário nacionalista democrático pretende se apresentar como uma leitura alternativa às propostas deslindadas pelas teorias do populismo e do patrimonialismo. A *linguagem* nacionalista periférica, cuja origem remetemos às obras de Alberto Torres e Oliveira Viana, é apropriada pelo reformismo radical de Martins de Almeida e Virgínio Santa Rosa, que reelaboram alguns de seus preceitos epistemológicos e políticos, para, posteriormente, serem retomados e amplificados, então sob o signo da democratização, por Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Fazendo coro à crítica ao transplante irrefletido das teorias da modernização cêntricas, defendendo a importância do papel do Estado nacional como agente organizador da mudança social e ampliando o escopo das pautas reformistas do plano social da cidadania para o plano da participação política, os autores constituem o que podemos qualificar enquanto representantes do ponto culminante da “velha ciência política” (LYNCH, 2016). Indo

além, pretendemos demonstrar ser possível compreender o delineamento de uma teoria política nacionalista na obra desses três autores, cujo cerne e eixo condutor é a análise e construção do processo de democratização no Brasil. Verdadeiramente motivados pelas interpretações de Wanderley Guilherme dos Santos e César Guimarães, propomos que Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Furtado estão buscando um caminho periférico para a compreensão/promoção do processo de democratização; caminho esse que não se propõe como um desvio, simplesmente porque percebem que, em verdade, não há modelo prévio⁸². Também não se trata de uma formulação ímpar, advinda do nada, mas do desenvolvimento de uma teoria política nacionalista periférica de longa duração, cultivada inicialmente por Torres, Viana, Santa Rosa e Almeida ao buscar uma via alternativa para a fundação da ordem burguesa no Brasil - ainda que esses autores não estivessem preocupados especificamente com a “democracia formal” na década de 1930. Somada às contribuições da sociologia do conhecimento e do estruturalismo cepalino, que também valorizavam a ação do Estado reformista como indutor do desenvolvimento econômico e social, e recusando o que eram compreendidas como teorias da modernização seja de corte liberal ou marxista. Na década de 1950, operando sob o signo da democracia liberal - enquanto conjunto de liberdades básicas pertencentes à herança civilizatória (SANTOS, 1998, p. 9) - nossos autores perpetravam o movimento, do ponto de vista historiográfico e político, de democratização do ideário nacional-estatista, rompendo com seu caráter desmobilizador e avesso ao conflito, para desenvolver um projeto político baseado na expansão da cidadania política e numa teoria da democracia mais substantiva, na qual, defendemos, o conflito passa a figurar como elemento catalizador do desenvolvimento econômico, social e político⁸³.

⁸² Sobre a referência teórica dos autores nacionalistas na recusa aos modelos do desenvolvimento político por Wanderley Guilherme dos Santos: “De fato, Wanderley estava longe de admirar a obra de Linz, principalmente por deixar irrefletido ou naturalizado o Estado liberal democrático e não se dar conta de que frequentemente os Estados periféricos perseguiram a democracia por outros meios, negando ‘legitimidade às instituições que clássica e historicamente viabilizaram o sistema capitalista liberal, as instituições do sistema de livre competição, o sistema multipartidário e o conflito com limites bastante largos’” (Santos, 1978: 224-255). Sua crítica derivava de sua própria pesquisa do pensamento brasileiro, segundo a qual autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, predecessores de isebianos como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, perseguiriam o ideal da democracia capitalista por meio da prévia expansão do Estado e não do mercado, julgada essencial para eliminar os entraves à formação da nacionalidade e de um mercado interno integrado. Daí que o porquê os batizara como autoritários instrumentais. (LYNCH; CASSIMIRO, 2018, p. 8)

⁸³ Muito recentemente, Christian Lynch (2020) publicou um artigo que busca organizar de forma sistemática o pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos. Um exercício interessante, em linha com a proposta apresentada nesta tese, seria relacionar as elaborações nele organizadas, com a teoria da democracia decantamos a partir da obra de nossos três autores. A título de curiosidade, se fossemos traçar uma breve correlação entre a forma como organizamos nossos argumentos e a proposta de Lynch da leitura desse processo na obra de Santos, de fato, veríamos muitas correspondências, e julgamos que isso será perceptível ao longo da leitura da tese. No artigo indicado, Lynch propõe que a teoria democrática de Santos opera segundo três dimensões: a integração, a

2 HÉLIO JAGUARIBE: HISTORICISMO FASEOLÓGICO, ANÁLISE DE CONJUNTURAL DO DESENVOLVIMENTO E PROJETO POLÍTICO NACIONALISTA

Nascido em 1923, no Rio de Janeiro, Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1923 - 2018) formou-se em direito e, por volta de 1952, passa a integrar um grupo de autores cariocas e paulistas, dedicados a pensar sobre o tema do desenvolvimento brasileiro, que se reunia na cidade de Itatiaia, e, por isso, ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. Como um desenvolvimento para uma organização mais formal, praticamente o mesmo grupo, no ano seguinte, estabelece o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), do qual tornou-se secretário-geral e diretor da revista *Cadernos do Nosso Tempo*. No ano de 1956 consegue, em intervenção junto ao Ministério da Educação e Cultura, fundar o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), onde assume como chefe do departamento de Ciência Política. Por desavenças com Alberto Guerreiro Ramos, decorrente de divergências a respeito de seu posicionamento político externado no livro *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, acaba se desligando do Instituto - assim como Guerreiro Ramos também o faz⁸⁴.

Não são muitos os trabalhos de fôlego especificamente sobre a obra de Hélio Jaguaribe. Dentre as publicações mais relevantes e estimulantes, destacamos o livro *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB* (2010), derivado da dissertação de mestrado de Angélica Lovatto, e a dissertação de mestrado de Hélio Cannone, *Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB* (2018). A presente análise é dotada de muitos pontos convergentes com as duas obras referenciadas, porém, consideramos pertinente apontarmos um ponto da obra de Lovatto, cuja interpretação divergente que iremos estabelecer é central para narrativa aqui delineada. Apesar de matizar as

participação e a distribuição. Essa organização fora uma forma de expressar a relação paradoxal entre cooperação e competição que Santos infere ao funcionamento da democracia. A dimensão da *integração* remete à relação entre Estado, mercado, trabalho, aparelhos administrativos e justiça, expressa mais especificamente no plano da organização; a *participação* trata do plano da cidadania política e ampliação do escopo participativo em relação a um regime oligárquico; e a *distribuição* era uma espécie de dimensão síntese que se efetivava quando do funcionamento das outras duas predecessoras. Nossa tese defende que a dimensão da *integração* figurava como foco central da instauração da ordem burguesa na periferia, segundo Torres, Viana, Santa Rosa e Almeida; na década de 1950 e 1960, Jaguaribe, Guerreiro e Furtado atuam para ressaltar a dimensão conflitiva (ou competitiva/participativa) como elemento central de dinamismo político. A partir da legitimação das manifestações políticas das classes ascendentes, a síntese do processo seria o estabelecimento de um capitalismo menos desigual e de forte caráter distributivo. Como dissemos, as nuances dessa argumentação demandariam uma revisão da forma do argumento geral da tese - o que não seria pertinente -, mas não deixa de ser interessante pensar na recepção crítica de Wanderley, que era leitor atento de nossos autores, dessa teoria democrática nacionalista.

⁸⁴ Sobre esse embate, ver: SODRÉ, 1978; LOVATTO, 2010.

críticas marxistas de Toledo (1982) e Franco (1976), segundo as quais o ISEB constituía-se em um aparelho ideológico de Estado que operava fundamentalmente sob uma razão tecnocrática para manter a dominação de classes, Lovatto questiona o caráter democrático da obra do autor e atribui feições autoritárias e conservadoras⁸⁵, especialmente no que tangencia a ideia do Estado Neobismarckiano de Jaguaribe. Como já foi dito, consideramos que, dado o contexto periférico e as condições políticas nacionais, o projeto político de Jaguaribe se encaixa numa proposição democratizante e progressista. Apesar de concordarmos que a formulação do Estado Neobismarckiano denota uma inflexão na obra do autor em direção a uma concepção, digamos, mais centrada no papel da burguesia industrial como ator político fundamental naquele momento, isso se baseia em uma percepção instrumental, que não dispensa a necessidade da ampliação da participação e de políticas francamente em acordo com o processo de democratização e protagonismo das classes ascendentes.

A primeira parte do capítulo procura expor o instrumental analítico proposto pelo autor - que em grande medida influenciou o ideário político nacionalista do período - e as questões epistemológicas levantadas por ele em sua preocupação de estudar o fenômeno político brasileiro de uma perspectiva periférica. Nesse sentido, analisamos como o autor reivindica uma perspectiva epistemológica historicista a partir de implicações decorrentes de uma apropriação particular do conceito de ideologia conforme delineado por Karl Mannheim. Em um segundo momento dividimos, não sem uma carga inevitável de arbitrariedade, a interpretação do desenvolvimento político brasileiro elaborada pelo autor em duas partes: a primeira versa sobre os principais conceitos criados por ele para a construção de uma interpretação crítica desse processo, diga-se, economia de exploração, a política de clientela e o Estado cartorial; e numa segunda parte que apresentamos o que chamamos de análise superestrutural do desenvolvimento político brasileiro, que remete ao esforço do autor em compreender os fenômenos do populismo, do moralismo e da alienação na realidade social brasileira. O terceiro momento, este sim, conta com um corte mais objetivo e cronológico⁸⁶,

⁸⁵ A autora estende sua análise para além de 1964, preocupando-se em deslindar a reflexão proposta por Jaguaribe a respeito do regime militar depois de instaurado, o que lhe serve para amparar sua interpretação; procedimento que não adotamos nesse estudo. Existem indícios de aproximação inicial de Jaguaribe, especialmente durante o governo Castelo Branco, mas, defendemos que até a publicação de *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (1962), sua última obra antes da instauração da ditadura, não é possível inferir um caráter autoritário a seus escritos. Isso só se daria ao definirmos um sentido muito estreito à concepção de democracia, de maneira a não reconhecer os limites colocados e os avanços tentados no momento.

⁸⁶ Como veremos, o arcabouço conceitual analítico elaborado por Jaguaribe, tanto no plano de formulação de uma epistemologia nacionalista historicista - fase, época, colonialismo, alienação, etc. - quanto no plano da análise política - economia de exploração, política clientelista, Estado Cartorial -, compõem um instrumental bem coerente que perpassa, em boa medida, todos os seus escritos do período analisado nessa tese. As variações que ocorrem

pois pretende apresentar os elementos que envolviam o delineamento dos projetos políticos que perpassam a produção do autor no recorte proposto por nosso estudo. No caso, afirmamos que é possível notar dois momentos que, por sua vez compreendem dois projetos distintos - apesar de evidentes pontos de convergência. Tendo início já no primeiro número dos *Cadernos do nosso tempo* (1953) se constrói um projeto político que coincidentemente só é formalmente batizado no último número da mesma publicação, três anos depois, como “trabalhismo produtivo nacionalista”. Posteriormente, possivelmente impactado por sua saída do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a obra do autor passa por sensíveis modificações. Abordagens são repensadas, conceitos deixam de ser tão centrais, e o próprio projeto político encamado por Jaguaribe é rebatizado de Neobismarkismo. A última parte desse capítulo busca apresentar esse projeto além do que o autor chama de uma “controvérsia ideológica”; que se trata de sua análise das ideologias principais em disputa no país do início dos anos de 1960.

2.1 Epistemologia periférica: Um instrumental epistemológico nacionalista historicista e a ciência política na periferia

2.1.1 Historicismo numa época de crise das ideologias

Na inauguração dos cursos e seminários organizados pelo IBESP, no ano de 1954, Jaguaribe proferia a aula, publicada posteriormente na segunda edição do *Cadernos de Nosso Tempo*, intitulada “A crise do nosso tempo e o Brasil” (1954). Inicialmente, nos interessa refletir sobre a compreensão do autor quanto à relação entre uma concepção epistemológica historicista e a possibilidade/necessidade da ação política naquele momento de crise, ou seja, acompanharemos o delineamento que o autor constrói entre episteme e *práxis*. O nosso tempo, dizia, era reconhecido pela quase unanimidade dos analistas como uma época de crise⁸⁷, não

são, em geral, na ênfase dada pelo autor a cada um deles de acordo com a discussão elencada em cada artigo ou texto. Portanto, nas análises que compõem duas primeiras partes do presente capítulo - que versam, respectivamente, sobre e perspectiva epistemológica e a análise crítica do desenvolvimento brasileiro na obra do autor -, não se fez necessário destacar grandes mudanças no plano diacrônico. As diferenças pontuais serão apontadas, mas não demandavam uma organização cronológica do texto. Já no plano do projeto político esboçado por Jaguaribe, notamos uma sensível mudança de orientação que começa a se evidenciar no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) e consuma-se de forma mais explícita em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (1962). Devido a essas disparidades, a última parte desse capítulo, voltada à análise dos projetos políticos elaborados pelo autor, se encontra dividida em duas subpartes que correspondem às mudanças percebidas em cada um desses dois momentos.

⁸⁷ Nesse ponto, podemos identificar uma referência direta, mais a frente desenvolvida, às formulações que cercavam o proto-existencialismo de Ortega y Gasset e o existencialismo de Kierkegaard, Heidegger e Sartre. A crise das crenças manifesta como falta de referências, o desassossego em Gasset ou a angústia dos autores

apenas no sentido da experimentação de uma crise, mas no sentido de poder ser compreendido constitutivamente como um período crítico; e esse caráter o diferenciava de quase todas as épocas precedentes. Ele então afirmava que todos os tempos foram atravessados por crises, mas se fazia necessário distinguir “a crise de uma época com uma época de crise” (JAGUARIBE, 1954a, p. 4). A etimologia do conceito de crise por ele evocada, guiado pela ideia de separação e abismo era algo que o aproximava necessariamente da própria condição humana e suas antinomias, no sentido de ser determinado e ser ator: “O homem é sujeito e objeto de si mesmo e da história e por isso é livre e é condicionado.” (JAGUARIBE, 1954a, p. 4). Jaguaribe definia o que considerava uma época crítica, como momento em que as crenças e os hábitos socialmente vigentes entram em contradição com a prática efetiva da vida social:

A crise do nosso tempo é, simultaneamente, a crise das crenças que presidem nossa vida e a crise dos modos pelo qual esta concretamente se processa. Do ponto de vista dos fatores ideais, ou seja, das crenças, a crise do nosso tempo, originalmente, é a crise do cristianismo, como religião e como cultura. Do ponto de vista dos fatores reais, ou seja, dos modos concretos de vida, a crise do nosso tempo é originariamente a crise de nossas relações materiais de convivência, como relações de produção e como relações de poder (JAGUARIBE, 1954a, p. 4).

A dificuldade de compreensão dos processos históricos se agravava pois entrava em crise uma importante crença objetiva do ocidente, diga-se, o cristianismo enquanto cosmovisão, e, simultaneamente, esgotavam-se também duas importantes crenças adjetivas (ideologias) da época contemporânea, o liberalismo e o socialismo. Nas palavras de Jaguaribe, “o que antes dispensava esclarecimento ou investigação, por ser óbvio e considerado por todos, torna-se confuso e problemático” (JAGUARIBE, 1954a, p.2). Nos momentos de crise, portanto, era indispensável “revisitar as crenças à luz de novas ideias” (Ibid.), sendo a tomada de consciência da crise o primeiro passo desse processo. Desse apelo decorre a defesa de uma perspectiva historicista para a compreensão do processo histórico e organização do esforço para a produção de mudanças e, por conseguinte, a importância do estudo da política. A autoconsciência histórica, ou a consciência do processo histórico enquanto processo de construção de cultura, na forma das cronosofias concebidas durante o século XIX, não mais colaborava em nível suficiente para a superação da crise que se apresentava. As concepções baseadas em “normas eternas e universais” (Ibid.) não mais serviam de guia para a ação, sendo necessário um outro olhar para a experiência histórica e os condicionantes à formação do

existencialistas, desembocava na percepção da responsabilidade intelectual que perpassa os escritos de Jaguaribe e, juntamente com aportes do marxismo, o impele a refletir sobre a importância da *práxis* à produção intelectual.

pensamento e à ação política por eles impostos, sendo necessária uma abordagem historicista para a elaboração de formas originais de intervenção para superação da crise:

Nossa exigência, a partir do historicismo, tem de ser outra. É preciso compreender o mundo para se operar nele eficazmente. As normas éticas são relativas e condicionadas e somente através da utilização das forças objetivamente existentes numa comunidade se pode provocar modificações nessa comunidade, alterando-se a relação de tais forças. Por outro, como proclamava Marx, não basta conhecer o mundo; é preciso transformá-lo. O mundo não está sujeito a uma ordem natural que se imponha como imutável ou se apresente como a melhor possível. O mundo resulta do uso que dele fazem os homens (JAGUARIBE, 1954a, pp. 2-3).

Jaguaribe argumenta que as ciências políticas estavam se mostrando carentes de objetividade quando deparadas com a importante tarefa do estudo da situação política brasileira. O instrumental teórico para o estudo da política como fenômeno moderno era algo relativamente novo. O aporte de teorias e instrumentos metodológicos de caráter historicistas e culturalistas haviam matizado sensivelmente essa carência, mas foram somente os trabalhos organizados em torno da sociologia do conhecimento e da sociologia histórica que “possibilitaram um tratamento realmente objetivo e científico do problema político”, sendo especialmente importante para essa finalidade a criação da teoria da ideologia (JAGUARIBE, 1958a, p. 11). Como veremos, Jaguaribe perpetra longa discussão sobre os condicionantes periféricos à produção do conhecimento no Brasil. Nesse sentido, o que o autor chama de uma perspectiva historicista e culturalista remete ao que podemos compreender como a importância de uma epistemologia periférica e nacionalista, que se mostra viável a partir do diálogo com a teoria da mannheimeana de ideologia. A concepção de ideologia adotada por Jaguaribe, a partir do referencial da sociologia do conhecimento, era definida da seguinte forma: as ideologias eram “conjunto de valores e de ideias que apresentam como razoável e desejável determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de determinada classe ou grupo social.” (JAGUARIBE, 2013[1958b], p. 65). Tal concepção seria fundamental, em sua opinião, por permitir uma posição analítica minimamente objetiva, ou seja, desvinculada de necessária adesão ou repulsa em relação aos fenômenos analisados. Dessa perspectiva, a análise das ideologias prescindiria de uma posição moral - quando a crítica à ideologia seria ela mesma ideologizada -, se impondo no sentido de um esforço analítico que buscava a situar “sociológica, histórica e politicamente, em termos de maior ou menor representatividade nas relações que a ideologia apresente com a classe ou grupo social de que é a expressão” (JAGUARIBE, 1958a, p. 12). Jaguaribe defendia, portanto, que a ideologia deveria ser estudada a partir do sentido que essa infere à mudança social no processo histórico em curso, e em sua relação com as condições materiais de dada realidade. Este último ponto

determinava sua autenticidade e, ao mesmo tempo, legitimava o estudo da política nas sociedades periféricas.

Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica. Este é um caráter que só se pode comprovar a posteriori. Mas, a priori, pode-se determinar, formalmente, as condições de que se devem revestir os valores e seu projeto de realização para que uma ideologia logre eficácia histórica. (JAGUARIBE, 1953, p. 137)

A concepção de ideologia elaborada por Jaguaribe contava com forte viés histórico e sociológico, dado que, segundo sua perspectiva, uma ideologia sempre está atrelada à ideia de eficácia histórica, ou seja, sua correspondência com as “forças ideais e reais da sociedade” em um momento específico eram requisitos para sua prevalência. As ideologias eram, portanto, manifestações situacionais e restritas, que objetivamente articulavam o plano da análise histórico-social ao plano da *práxis* política.

O problema da solução da crise, portanto, comporta dois aspectos distintos, pelo menos para fins metódicos que são, de um lado, o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressentia o país nos planos econômico, social, cultural e político, e, de outro lado; a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado (JAGUARIBE, 1953, p. 138).

Tida como “crença adjetiva de uma época”, Jaguaribe atribuía a gênese do conceito de ideologia à sua utilização por Napoleão na caracterização do grupo de Destut de Tracy. Posteriormente, Marx emprestava ao conceito “um caráter unilateral e faccioso” vinculado à reificação e legitimação dos interesses da classe dominante como interesses universais e permanentes. O autor se coloca explicitamente como caudatário do movimento que, iniciado por Scheler e Mannheim, teria corrigido a unilateralidade da concepção marxista da ideologia e, somando-se às contribuições da filosofia e da sociologia existenciais de Ortega y Gasset⁸⁸ alcançava “um conceito de ideologia puramente histórico e sociológico” (JAGUARIBE, 1953, p. 142). Histórico, justamente, pela necessidade de convergência com um contexto específico, e sociológico por sua intrínseca correspondência no plano das classes sociais.

A ideologia é a crença adjetiva de uma época. Radicada nas crenças substantivas da cultura a que pertence uma época qualquer, ela exprime no conjunto das circunstâncias existentes - inclusive e particularmente as circunstâncias configuradas pelas relações de poder e pela dinâmica da circulação de elites - o projeto social elaborado e promovido por uma elite para a sociedade a cuja liderança aspire. Nas sociedades diferenciadas por classes, como ocorre na ocidental, essa elite terá um caráter classista, embora não se reduza unicamente à dimensão de uma classe. Ainda que apoiada numa classe determinada e correspondente à aspiração de liderança dessa

⁸⁸ Para uma outra análise da contribuição do historicismo gassetiniano e da sociologia do conhecimento de Mannheim na obra de Jaguaribe, ver: CANNONE, 2018.

classe, a ideologia apta a gozar de eficácia social não se destina apenas a essa classe, mas apresenta, para as demais classes, ainda que ficticiamente, uma oportunidade de inserção no seu projeto social, que é justificado como convindo a todos em geral e ao todo social em particular (Ibid.).

Devido a esse caráter histórico e sociológico, uma ideologia sempre estará impregnada de marcas do seu próprio tempo, sendo condicionada pela cultura vigente, pelas relações de poder e situação econômica dos grupos sociais, pela circulação de elites, e “pelo projeto a que o conjunto das circunstâncias empresta validade e de que as ideologias se fazem portadoras” (JAGUARIBE, 1953, p. 142). No capitalismo, cuja estrutura social encontrava-se dividida em classes, toda ideologia estava vinculada a interesses da classe que a encampava e conduzia enquanto elite. Apesar disso, afirmava, o apelo de uma ideologia nunca era restrito a somente uma classe, mas almejava sempre ao universalismo. Nesse sentido, o autor lembra que a ideologia liberal-democrática, em sua gênese burguesa nos séculos XVIII e XIX, não mobilizava um discurso que necessariamente marginalizava o proletariado, mas direcionava-se a toda a humanidade; analogamente, o socialismo marxista dirigia-se contra a burguesia por opção estratégica, sendo a luta de classes (e mesmo a ditadura do proletariado) uma característica de uma etapa provisória que antecede a implantação do socialismo, quando então sua ideologia adquiria caráter aberto a toda a sociedade, sem distinções, visto que as classes seriam abolidas. Mas era justamente o inexorável vínculo histórico que determinava que as ideologia, ainda que se apresentassem sob perspectivas totalizantes, fossem necessariamente dotadas de limites e eventualmente enfrentassem crises que poderiam levar a seu esgotamento. A análise do autor desse processo de esgotamento das grande ideologias herdadas do século XIX é o ponto de partida para seu esforço epistemológico de compreensão do processo político na periferia do capitalismo e na busca por uma filosofia de ação condizente com as condições materiais e com a cultura nacional brasileira.

2.1.2 A crise das ideologias

Verifica-se, assim, que as crenças adjetivas do nosso tempo, que são as ideologias que o regulam, além de sofrerem os efeitos da crise mais profunda das crenças que alicerçaram a cultura ocidental, experimentaram; no seu próprio âmbito, um processo de desvalidação que esvaziou de sentido a vida em nossa época. Daí o desamparo em que nos encontramos e o caos que se instaurou em todos os valores e em todas as relações humanas (JAGUARIBE, 1954, p. 10).

Sua recuperação histórica começa pela afirmativa que processo dialético de embate entre as forças históricas havia possibilitado, ao menos desde a Revolução Francesa, a difusão pelo ocidente do paradigma liberal-democrático. No contexto de expansão do capitalismo industrial do início do século XIX, devido a condições históricas e sociais específicas -

facilidade de obtenção de matérias-primas e comercialização de produtos elaborados, abundância de mão de obra barata -, a burguesia pôde liderar o processo social a partir da mobilização da ideologia liberal-democrática que então podia ser avaliada como “historicamente representativa”, visto que capacitada para mobilizar outras classes em nome dos direitos do homem, da liberdade e do progresso, pela superação da tirania e dos remanescentes do *ancient regime*. Entretanto, avaliava o autor, a continuidade do próprio processo dialético da história levava à superação das crenças dos modos e relações de produção em que se baseavam a liberal-democracia e o capitalismo burguês. Ademais, o desenvolvimento da disciplina econômica permitia questionar contundentemente a validade dos princípios do livre-mercado, da competição perfeita ou a existência da mão-invisível como norma natural ordenadora dos processos econômicos no capitalismo. Jaguaribe atribuía à própria prática econômica e ao desenvolvimento a possibilidade de tomada de consciência da espoliação sofrida pelas classes trabalhadoras perante a burguesia, e dos países subdesenvolvidos perante o imperialismo:

[...] a continuação do mesmo processo dialético levou, tanto na ordem teórica quanto na prática, à superação das crenças e dos modos e relações de produção em que se baseavam a liberal-democracia e o capitalismo-burguês. A ciência econômica desvendou o fato de que o mercado e a competição perfeitos são abstrações irrealizáveis, ao mesmo tempo em que revelava a inexistência, no processo econômico, da ‘mão-invisível’ que assegurava a auto-ordenação e auto-correção do processo. A prática econômica, por seu lado, deu consciência às massas assalariadas, no âmbito interno dos países capitalistas, e às populações subdesenvolvidas, no âmbito externo de sua pressão colonial, do fenômeno da espoliação. (JAGUARIBE, 1954a, pp. 6-7).

A busca de novos mercados, possibilidades de investimentos e menores custos na obtenção de matéria-prima conduziu o capitalismo industrial a desenvolver no plano externo o colonialismo imperialista. Nessas condições, o Estado e a burguesia adotavam uma relação simbiótica: no plano interno, “a luta contra as reivindicações operárias e contra a sindicalização levou a burguesia a posições antidemocráticas”, e, no plano externo “o imperialismo e a supressão às manifestações das classes subalternas afastou a própria burguesia do liberalismo”⁸⁹ (Ibid.). O surgimento de tendências socialistas é compreendido pelo autor como resposta à crise do capitalismo, enquanto regime de produção, e da liberal democracia como seu estatuto justificador. Jaguaribe compreendia que um dos principais fatores que impunham a percepção crítica de seu tempo decorria do fato do socialismo ter entrado em crise como ideologia e como prática política antes do cumprimento de seus objetivos. Tendo se desenvolvido como crítica

⁸⁹ "salvo na medida em que este, como ocorreu no caso inglês, era um instrumento a serviço do imperialismo nacional" (JAGUARIBE, 1954a, p. 7)

ao regime de produção capitalista, à legitimidade da ideologia liberal-democrática e ao domínio de classe burguesa, o socialismo de matriz marxista surge em meados do século XIX e serve de base teórica e impulso político para diversos movimentos no início do século XX. O Labor Party, por meio da sociedade fabiana, a social-democracia da Alemanha de Weimar e o movimento bolchevista, sob a liderança de Lênin, derivaram de distintas apropriações do socialismo marxista, porém, Jaguaribe julgava que este último vinha adquirindo um caráter de seita, servindo assim de instrumento ideológico para propósitos diversos dos que o animavam inicialmente (JAGUARIBE, 1954, p. 8). Por demanda cultural de uma sociedade que buscava superar o pensamento iluminista, e, economicamente, parecia superar os modos de produção do mercantismo de base agrária, se elabora o socialismo marxista. Nesse sentido, como ideologia e como teoria da sociedade, ele fora fundado como uma progressão sobre a liberal-democracia (JAGUARIBE, 1954, p. 9.). Tomado como “uma das mais completas e perfeitas manifestações sintéticas da cultura do oitocentos”, Jaguaribe pontuava que o marxismo se encontrava em crise, tanto como teoria da sociedade quanto como regime político. Para avaliar o primeiro diagnóstico, o autor mobilizava a filosofia existencial, o vitalismo de Driesch, o organicismo de Whitehead, e a fenomenologia de Husserl, Scheler e Hartmann, em crítica à suposta universalidade das filosofias da história, visando exaltar as novas concepções de base culturalista da história. Em leitura análoga ao caso ocorrido com o liberalismo, Jaguaribe afirmava que, até a Primeira Guerra Mundial o socialismo de orientação marxista “constituía uma ciência da sociedade e uma programática para a ação política que podiam ser integralmente adotadas pelas forças de vanguarda” (JAGUARIBE, 1954, p. 8). Essa condição muda após a implantação do comunismo soviético junto com a postura adotada pelos teóricos marxistas. Enquanto regime político, Jaguaribe afirmava que a União Soviética fracassou em seu propósito de acabar com a exploração do homem pelo homem tendo, por fim, conduzido a sociedade a outras formas de alienação igualmente graves. O marxismo adquiria para o autor um caráter de seita, ao adotar posições sectárias em relação a outras correntes filosóficas, e de instrumento de manipulação, sendo utilizado no processo de alienação por dirigentes políticos. A crise nas crenças adjetivas do período era especialmente grave e preocupante porque a ideologia que deveria contribuir para a superação da já decadente ideologia liberal-democrática, caíra em descrédito antes mesmo de cumprir o que propunha.

O que deu ao marxismo, em nossa época, o caráter de seita e de instrumento de manipulação política, foi justamente, quanto ao primeiro aspecto, o fato de ser agora o próprio marxismo quase fecha contra as inovações da cultura contemporânea, aferrando-se a posições teóricas superadas e, quanto ao segundo aspecto, o fato de ser agora o próprio marxismo que está sendo utilizado como processo de alienação do

homem. E como o marxismo se tornou a forma mais elaborada do socialismo e o próprio fundamento teórico deste, o sectarismo da ideologia marxista e o oportunismo dos dirigentes do movimento marxista afetaram igualmente o socialismo concorrendo para levá-lo a uma situação de crise. E como, por outro lado, o socialismo não tenha logrado ultimar o seu processo de superação da liberal-democracia, como ideologia, do capitalismo, como regime da produção, e da burguesia, como classe dominante, a crise do socialismo adquire proporções muito mais graves, por sobrepor-se à crise de uma ideologia e de uma forma de produção que já eram obsoletas, ao sofrerem o impacto do socialismo, e que persistem unicamente porque este se desvalidou antes de completar sua função (JAGUARIBE, 1954, p. 9).

A ideologia liberal, assentada na perfectibilidade da razão e na inevitabilidade do progresso que sustentavam as instituições da democracia liberal e do capitalismo encontravam-se em processo de decadência e de descrédito. Entretanto, o diagnóstico de Jaguaribe apontava que o socialismo não figurava como ideologia apta a substituir a ideologia capitalista. Se, enquanto modelos, capitalismo e socialismo eram, de fato, excludentes, o autor prognosticava uma interpenetração entre ambos, em movimento típico de “épocas de transição” quando se dão trocas e compromissos entre crenças e instituições opostas.

Considerados como processos sociais, o capitalismo e o socialismo se interpenetram, a despeito de seus modelos se excluírem reciprocamente. Nesse sentido, a observação histórica mostra como nas chamadas ‘épocas de transição’ se estabelece, na prática cotidiana, um compromisso entre crenças e instituições opostas, inserindo-se no contexto ideológico e institucional anterior elementos da nova ideologia e das novas instituições. Esta é, aliás, a razão pela qual persistem, dos passados regimes, crenças e instituições residuais, que não têm sentido quando examinadas à luz dos princípios que informam o regime vigente, e que só podem ser compreendidos quando referidos aos princípios anteriormente prevalentes (JAGUARIBE, 1953, pp. 144-145).

A oposição entre os dois modelos é vista então como relativa, sendo perfeitamente possível aproximá-los quando se compreende que “tanto o capitalismo liberal-democrático quanto o socialismo bolchevista entendem que sua essência se encontra na plena realização da democracia” (JAGUARIBE, 1953, p. 145). A aproximação de ambos seria nítida com relação aos fins - a democracia -, fazendo-se distintos os meios para alcançá-la. Não era, portanto, o conteúdo ideológico que operava essa separação, mas a distinção objetiva que repousa sobre o estatuto dos meios de produção que os opunha enquanto modelos. Tomados dessa forma, a partir da distinção entre propriedade privada ou estatal dos meios de produção, era nítida sua oposição. Entretanto, afirma Jaguaribe, após a Primeira Guerra Mundial notava-se “uma crescente deformação do arquétipo capitalista proveito de uma crescente influência dos princípios socialistas” (Ibid.). Aludindo a autores como Karl Jaspers e Joseph Schumpeter, Jaguaribe adotava o que chamava de “interpretação condicionalista da História” (JAGUARIBE, 1953, p.146), que permitia à luz da análise de fatores históricos indicar tendências de sua evolução. Estes mesmos autores (a despeito de seus próprios votos) foram capazes de inferir a

tendência à “desprivatização da propriedade” que Jaguaribe julgava assistir e o fazia afirmar que “em nenhum país contemporâneo persiste o capitalismo puro” (Ibid.). Entretanto, essa tendência a socialização não implicava necessariamente na ascensão do socialismo ou da ideologia socialista nos moldes soviéticos. Apesar de sua pretensão totalizante, o socialismo marxista também fora condicionado pela história de sua época e pelas transformações no plano das ideias e da política, nesse último caso, especialmente em decorrência de sua intrínseca vinculação com a história soviética. O processo de socialização era concebido por Jaguaribe como algo que antecedia o marxismo, tendo por mérito este último o fato de ter lhe atribuído um sentido que ampliava suas potencialidades. Por outro lado, o vínculo histórico selado entre marxismo e a política do Estado soviético sob Stalin, “reduziu, ainda mais, a validade do projeto, já agora estritamente dependente da influência do Estado e da cultura russos”, efetuando o divórcio entre o processo de socialização e a ideologia socialista.

A essência da crise ideológica do nosso tempo decorre do fato de a ideologia socialista que nos legou o século passado ter, em maior ou menor grau, perdido sua validade antes de produzir seus plenos efeitos. E é a essa relativa perda de validade da ideologia socialista que se deve, em grande parte, a sobrevivência do capitalismo, numa situação tanto mais crítica quanto, a despeito de tudo, continua se desenvolvendo o processo da socialização. (JAGUARIBE, 1953, p. 148)

A crise das crenças e ideologias (poderíamos dizer, das filosofias da história) que por muito tempo apresentavam-se como guias universais para o desenvolvimento histórico geravam ao que o autor via como necessidade/oportunidade de buscar outros referenciais teóricos para a reflexão sobre a política no Brasil. Jaguaribe irá então deter-se na análise dos condicionamentos que sujeitam a produção do conhecimento na periferia, almejando que esse esforço de compreensão do processo epistemológico colabore para a formação de uma ideologia autêntica contribuindo para a formação da cultura brasileira e para o processo de desenvolvimento nacional.

2.1.3 O condicionamento faseológico do conhecimento periférico: fase, época, alienação e cultura

“Não se pode aprisionar a história em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes” (JAGUARIBE, 1953, p. 136). Essas duas assertivas do autor são chaves para a compreensão, de que a consciência do condicionamento epistemológico próprio do pensamento periférico é o elemento que inspira sua perspectiva historicista, sua interpretação crítica do processo de desenvolvimento brasileiro e o projeto político delineado ao longo de sua obra. Para além da já mencionada recusa ao transplante de

formular e teorias da modernização, fica patente outra característica decorrente da consciência periférica que é constatação dos limites e da transitoriedade de todo conhecimento. Essa percepção é especialmente importante para legitimar o estudo do fenômeno político na periferia e sua elevação ao estatuto de teoria. Não era somente o pensamento periférico que estava sujeito a uma circunscrição espacial e/ou temporal, as filosofias da história também se esgotavam apesar do mérito que obtiveram em seu tempo, quando atuaram como canal fático entre pensamento e ação. A crise das grandes ideologias se traduzia também em uma crise epistemológica, visto que estas ideologias enformavam e condicionavam os métodos e teorias das ciências sociais. A produção de todo o conhecimento passava a ser percebida como historicamente condicionada e necessariamente dinâmica, visto que estes eram formulados como respostas aos estímulos da realidade econômica e social. Isso fazia com que Jaguaribe entenda o caráter limitado ou transitório de todo e qualquer conhecimento produzido, possibilitando a recusa às fórmulas e teorias da modernização auto denominadas universalistas e avalizando o estudo de realidades objetivas em suas especificidades:

[...] a solução de um problema histórico é também um ato histórico, a elaboração de fórmulas está sujeita às condições de lugar e tempo e é impossível preceder-se a medida em que tais fórmulas permanecerão válidas, no curso do tempo, sendo certo que, em determinado momento deixarão de sê-lo (JAGUARIBE, 1953, p. 136).

Toda a ressalva em relação ao caráter dinâmico da história e o diagnóstico da crise, que aparta o reino das crenças pretéritas do arcabouço de soluções viáveis, não servem ao propósito de descarte do método histórico como subsídio para a compreensão da crise presente. Do contrário, a ideia de que “cada época conserva uma relativa permanência” advém do argumento meta-teórico de defesa do estudo das ideias por método histórico. O autor afirma que “a modificação das condições reais é presidida pelas ideias que dirigem os homens na utilização dos fatores reais a seu dispor”, e, desenvolvendo o argumento, acaba por avalizar uma concepção entre história das ideias e possibilidades de ação política de todo elaborada e rigorosa⁹⁰. As ideias eram entendidas como parte de um jogo no qual “constituem a atualização de um repertório de possibilidades eidéticas contidos nas crenças” que, ao mesmo tempo que são parcialmente condicionadas pelas “condições reais de existência”, atuam, tanto como “matéria-prima de História”, como “marcos diferenciadores das épocas” (Ibid.). Era preciso compreender os efeitos dos deslocamentos temporais e espaciais no plano das ideias, ideologias e teorias da modernização para viabilizar instrumentos teóricos adequados à produção de um

⁹⁰ Poderíamos propor uma aproximação com as proposições desenvolvidas por R. Koselleck (2006), no que tange a compreensão das ideias e conceitos como índice-fator da história.

conhecimento autêntico na periferia; o que vamos chamar de dimensão epistemológica do nacionalismo periférico.

No plano epistemológico, a perspectiva historicista de Jaguaribe, mobiliza as noções de fase e época para tentar ilustrar o deslocamento espacial e temporal que a perspectiva periférica conferia à análise histórica, no sentido da compreensão da existência simultânea de diversas temporalidades nos planos da economia e da produção do conhecimento na periferia. Disso deriva a convicção do autor de que, se a periferia não vivencia os fenômenos políticos e etapas do processo de modernização nas mesmas condições que os países centrais experimentaram no passado. Eles não deixavam de ser os mesmos fenômenos - desenvolvimento do capitalismo industrial, revolução burguesa, etc. -, porém os distintos contextos, tempos e realidades determinavam a forma como eles deveriam ser observados, ou mesmo conduzidos. Se as ideologias e instituições dos países centrais não deviam ser tomados como fórmulas, Jaguaribe defendia a importância do estudo desses processos de desenvolvimento. Não se tratava de se fechar e buscar uma fórmula única a partir de uma chave histórica introspectiva e culturalmente exotizante/exotificante. Jaguaribe utiliza os conceitos de fase e época para defender uma perspectiva periférica para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento afirmando que, “a despeito do que há de específico em nossa situação”, a análise histórica do processo de desenvolvimento dos países centrais e o estudo desses casos poderiam fornecer “padrões empíricos para orientar causal e formalisticamente nossos esforços de desenvolvimento”. A concepção faseológica do processo social permitia a compreensão de que, apesar das singularidades de cada comunidade, havia algumas possibilidades de atribuir referenciais para comparação dos fenômenos de desenvolvimento, em movimento que, por vezes, passava pela percepção da coexistência entre épocas diversas no interior de uma mesma comunidade. Esse dualismo era visto por Jaguaribe como um instrumento simplificador e rígido, incapaz de reproduzir a fluidez histórica, mas que, entretanto, servia como auxílio para o esforço de entendimento e estudo do desenvolvimento brasileiro.

Nessa fórmula, as épocas eram tomadas como os segmentos de ciclos marcados pela relativa coerência interna e prevalência de uma cultura. Constituídas como um corte no fluxo de crenças substantivas, no qual operavam diversas crenças adjetivas (ideologias) determinadas “pelas situações reais da comunidade dominante, no âmbito de certa cultura” (JAGUARIBE, 1958a, p. 12). Já a fase era caracterizada expressamente como “uma etapa no processo histórico de uma comunidade” (JAGUARIBE, 1958a, p. 13). A integração da época com o processo cultural era o que permitia a caracterização da cultura de parte das comunidades contemporâneas como ocidental, mas que, entretanto, não impedia a diferenciação na

constituição de nações com distintas formações geográficas e econômicas que estariam em diversas etapas em relação a seu momento no tempo e “seus eixos históricos de desenvolvimento”:

A fase em que se encontra o Brasil, por exemplo, corresponde àquela em que se encontravam os Estados Unidos nos fins do século XIX, não obstante o fato de o Brasil estar vivendo, como os Estados Unidos, na mesma época do imperialismo mundial. Diversamente, quando as relações entre as comunidades de uma mesma cultura são mais remotas e indiretas o tempo histórico tende a se desdobrar em vários tempos, de sorte que coexistem, na mesma cultura, diversas épocas, conforme as fases em que se encontram as comunidades que a integram (JAGUARIBE, 1956, p. 55).

Segundo essa análise faseológica de Jaguaribe, o Brasil se encontrava numa fase de transição e superação da condição colonial em direção à sua afirmação como nação autônoma. A superação desse semicolonialismo passava pelo avanço sobre os entraves no campo econômico que, por sua vez, só se fariam possíveis pela adoção do que chamamos de soberania epistemológica, isto é, a capacidade de reconhecer os problemas brasileiros a partir de referenciais próprios e conduzir sua superação a partir de formulações e ferramentas teóricas autênticas - em movimento que o autor chamava de autoconsciência. A autoconsciência significava para o autor algo como a consciência dos condicionantes históricos decorrentes do subdesenvolvimento, ou melhor as consequências epistemológicas do subdesenvolvimento. Essa consciência era condição para a transformação do conhecimento em agência política para a condução da nação. A compreensão do subdesenvolvimento como estrutura-tipo apontava para as causas políticas e sociológicas dessa condição e rompia com as interpretações históricas que atribuíam o atraso econômico-social do país a fatores psicológicos e étnicos:

De fato, até os anos 30 predominaram, em nosso país, as interpretações de sua situação e de sua história baseadas em fatores psicológicos, étnicos ou climatológicos. Tais interpretações do Brasil se caracterizaram pela atribuição, ao nosso país, de uma natureza ou vocação concebidas associologicamente e anistoricamente, julgando-se que o Brasil fosse desta ou daquela forma em virtude da predestinação que lhe era imposta por condições invariáveis, com o temperamento, a etnia, o clima etc. (JAGUARIBE, 1956, p. 56).

Se Jaguaribe afirmava que as causas do subdesenvolvimento, enquanto estrutura-tipo, tinham raízes no plano histórico e material, a perpetuação dessa condição passava, primeiramente, pelo plano epistemológico e cultural. A decorrência superestrutural do histórico colonial do país se manifestava enquanto alienação das elites dos países periféricos expressa, no plano epistemológico, como uma dificuldade de conceber instrumentos teóricos próprios para a formação de uma cultura nacional. A percepção da condição periférica aparece na reflexão do autor sobre as heranças e o deslocamento temporal e espacial inevitáveis nas trocas

culturais com os centros metropolitanos. Como país periférico, que ainda não havia se constituído plenamente em nação, o Brasil herdava a crise das crenças sem ter vivenciado seu processo de constituição. Experimentava então a crise do cristianismo sem ter participado culturalmente do processo de constituição dessa crise; a crise da ideologia e das instituições burguesas, sem ter propriamente uma burguesia e um capitalismo nacional constituído; a crise do marxismo e da influência soviética antes de se constituir um proletariado numeroso e consciente. Advinha então desses deslocamentos, “o desajustamento e o descompasso entre nossas instituições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossos verdadeiros interesses” (JAGUARIBE, 1954, p. 11). A experimentação dos efeitos das crises das crenças, sem, contudo, conhecer um contexto nem mesmo próximo ao que deu origem a essas crises, determinava “um processo multiplicador e agravador dos efeitos de tais crises” (Ibid.). A maior consequência dessa situação “é sempre a alienação de nossas ideias, em relação aos seus objetos, e de nossa atuação em relação a seus propósitos” (Ibid.). Essa alienação se expressava “em grau máximo, no pensamento e na ação das classes dominantes brasileiras”, na forma do “colonialismo”. Dessa elaboração extrai-se a crítica de Jaguaribe às classes dominantes brasileiras alienadas pelo colonialismo como causa principal do subdesenvolvimento:

Historicamente, a grande alienação de nossas classes dirigentes foi o colonialismo. Nada é mais compreensível, nas condições em que se processou a colonização brasileira e a transição para a independência e o Império, do que o colonialismo de que padecemos, até a Revolução de 1930. Mas nada foi mais fatal para nosso retardamento cultural e econômico que o colonialismo do Império e da Velha República sendo responsável por nosso atual subdesenvolvimento. (Ibid.).

No “plano espiritual”, o colonialismo impedia a formação de uma “verdadeira cultura brasileira”. A cultura brasileira era concebida por Jaguaribe como a possibilidade de formular questões e ferramentas teórico epistemológicas para a compreensão e superação dos problemas próprios da nação. Essa concepção não resvala em nenhuma ideia de exotificação e singularização da ideia de cultura brasileira, mas trata da possibilidade de contar com a capacidade de refletir sobre os próprios problemas em formulações derivadas da história ou da realidade efetivamente experimentada:

Esse colonialismo, espiritualmente, consistia num sentir-se nossa burguesia latifundiária e mercantil como representante e delegada de uma vaga elite ocidental, marcadamente francesa, que aqui vivesse algo por acaso, cumprindo-lhe adotar um estilo de vida que não traísse essa vinculação espiritual. Economicamente, o colonialismo consistia numa forma de exploração das riquezas naturais em pura função do mercado externo e sem identificação com a terra, a nação e o Estado brasileiros. Ao primeiro aspecto do colonialismo devemos o fato de não se ter formado uma verdadeira cultura brasileira, com o que não pretendemos designar uma cultura apoiada em pressupostos teóricos diversos dos da cultura ocidental, mas,

simplesmente uma cultura das coisas do Brasil e a serviço da vida brasileira. Ao segundo aspecto do colonialismo, o econômico, devemos o fato de a exploração de nossos recursos se ter processado em termos extrativos, para exportar matérias primas e importar produtos elaborados - tal como o faziam os países colonizadores em suas colônias - e não para criar um mercado interno e elevar, progressivamente, as condições de produção e o nível de vida. (JAGUARIBE, 1954, p. 11).

Com o passar do tempo, a cultura afrancesada da burguesia latifundiária do Império e da Primeira República, se transformara em reacionarismo liberal; outra forma de alienação, que, por sua vez, adotava como referencial cultural e ideológico a “burguesia ianque”⁹¹. Porém, da mesma maneira, a remissão a esse referencial consistia em um esforço por impor ao país uma orientação política e econômica liberal, tida pelo autor como “incompatível com nossas necessidades e superada pelo curso da história” (JAGUARIBE, 1954, p. 12). O que tornava o reacionarismo liberal potencialmente mais nocivo era o fato de estar se encaminhando, na interpretação de Jaguaribe, a um cenário de “dominação hegemônica e imperialista do mundo” (Ibid.), justamente pelos Estados Unidos. A burguesia brasileira sujeitava-se assim à condição de “satélite do Estados Unidos” e se opunha “reacionariamente às aspirações do movimento proletário” por temer perder sua posição social mediante a pressão externa do comunismo, a pressão interna do operariado e a interferência econômica do Estado. Jaguaribe afirmava que essas posições reacionárias foram tomadas devido a erros de compreensão das condições brasileiras e de seu potencial enquanto classe. A confusão entre a situação social e o estágio faseológico brasileiro decorriam na situação que, a burguesia brasileira podia ser entendida como uma “proto-burguesia” que vivia em um tempo “post-burguês”, sem ter, dessa forma, se constituído efetivamente em uma “burguesia plenamente realizada como classe”. Às burguesias constituídas dos países centrais só restava “resistir às forças que procuram destruí-la acentuando seus princípios e objetivos”, o que justificaria o reacionarismo da burguesia americana, por exemplo, mas não da brasileira:

[...] a burguesia brasileira, insuficientemente configurada, num país subdesenvolvido, onde as instituições liberal-democráticas já se acham desacreditadas sem jamais se terem plenamente realizado, o predomínio da burguesia decorre menos daquilo que ela possui do que daquilo que ela faz, e, portanto, se estriba menos na propriedade privada dos meios de produção do que na sua aptidão a dirigir, técnico-financeiramente, o processo de produção (JAGUARIBE, 1954, p. 13).

⁹¹ Tema posteriormente desenvolvido em seus textos sobre a alienação e o moralismo da classe média no Brasil. Estes serão objetos de análise mais adiante.

O autor tem uma leitura crítica da influência do colonialismo sobre a formação da burguesia brasileira nos planos espiritual (ideológico) e econômico (material)⁹². No primeiro caso, este seria responsável pela tradição das elites brasileiras de mimetizar e utilizar critérios estrangeiros para compreender a si mesmas, ignorando a distância efetivamente existente entre a realidade (e, por consequência, entre as próprias elites) das sociedades centrais e periféricas. Mas esse colonialismo espiritual influenciava diretamente no plano econômico, onde tinha atuação particularmente grave, pois, ao determinar a mentalidade das elites nacionais, determinava também a lógica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil em sua relação com o capitalismo internacional. Ratificado o processo de desenvolvimento e organização da burguesia brasileira em torno do latifúndio e da exportação de produtos primários, estabelecia uma inserção no sistema do capitalismo internacional sob a chave da dependência. Jaguaribe afirmava que interessava à burguesia latifundiária e mercantil a manutenção do subdesenvolvimento, visto que seu lucro se baseava na necessidade de manutenção de baixos salários e do controle da nação pelo comércio internacional, o que fazia dela uma classe “necessariamente reacionária”, cuja “tendência para o total satelitismo” lhe subordinava aos interesses estadunidenses. Assim, a burguesia brasileira auferia lucros de “operações intermediáticas e especulativas, aplicando suas rendas em investimentos não produtivos” e, por isso, reivindicava “o mais completo liberalismo econômico” (JAGUARIBE, 1954, p. 14).

Essa mesma burguesia, necessitando de mão-de-obra barata e submissa, tem, necessariamente, de ser reacionária. Enfim, formando seus lucros em operações intermediáticas e especulativas, e aplicando suas rendas em investimentos não produtivos, notadamente em imóveis, esse setor de nossa burguesia não pode deixar de reivindicar o mais completo liberalismo econômico, todas as interferências do Estado para controlar preços, defender saldos cambiais e disciplinar investimentos redundando, imediatamente, em danos emergentes e lucros cessantes para os latifundiários e mercadores. (JAGUARIBE, 1954, p. 14)

De acordo com o diagnóstico de Jaguaribe, o colonialismo também havia atuado como óbice ao estabelecimento de “condições reais necessárias para a formação da cultura brasileira” (JAGUARIBE, 1953, p. 129). A cultura portuguesa, no momento da colonização, tampouco contribuiu para o estabelecimento dessas condições, pois, não sendo atingido pela crise da Reforma, Portugal teria mantido ideias medievais, privando-se de reformular instrumentos mentais para a compreensão do mundo moderno (Ibid.). À autoridade da Igreja submergiam

⁹² Por volta de 1954, Jaguaribe tinha uma apreciação bem negativa em relação à burguesia brasileira. É notável a diferença do período posterior, no qual ele se torna mais otimista com o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia nacional. Como veremos, já existem, para o autor, setores progressistas burguesia brasileira, mas a perspectiva não é a mesma que, mais tarde, atribuirá à burguesia nacional a liderança do processo de desenvolvimento no Brasil.

todas as questões tipicamente surgidas na modernidade, sendo assim interpretadas e respondidas sob a chave dogmática da Revelação. Esse tipo de procedimento fora transposto na colonização e se perpetuava ao longo da história do Brasil, impedindo a formação de uma cultura pragmaticamente válida. A troca e o contato com culturas diversas atuava no enfraquecimento do tradicionalismo, porém, não era elemento suficiente para a formação de uma cultura nacional, sendo necessária, complementarmente, a presença dos elementos materiais que só então se mostravam disponíveis:

E desta forma a cultura brasileira, herdando as tradições da portuguesa, nasceu petrificada em crenças arcaicas e esvaziada de autênticos estímulos para uma reação original. O curso do tempo e a influência das ideias estrangeiras foram solapando, aos poucos as crenças tradicionais. Mas o pensamento brasileiro desatualizado com relação ao europeu, desabitado de reflexão própria e transmitindo às novas gerações o passivo acumulado das anteriores, somente em nossos dias esboça uma tendência a adquirir validade própria. (JAGUARIBE, 1953, p. 130).

Nessa chave, o autor compreende por cultura nacional a capacidade do “pensamento nacional” de formular “categorias para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo” (Ibid.); algo que até então ainda não havia se efetivado formalmente. Trata-se, efetivamente, do reconhecimento dos condicionamentos impostos à produção do conhecimento em um país periférico. Jaguaribe atentava tanto para a dimensão material que criava condições à formação de uma cultura quanto para os antecedentes culturais demandados para formulação de instrumentos conceituais do pensamento nacional. Assim, os processos que envolviam o funcionamento de uma economia semicolonial não estimulavam o aprimoramento de técnicas e o desenvolvimento econômico. Distintamente das interpretações weberianas mais correntes - ainda que coincidam em atestar que a cultura portuguesa não atuara como indutora da racionalidade própria ao desenvolvimento do capitalismo -, na interpretação de Jaguaribe, a cultura herdada de Portugal não figurava como um impeditivo indelével. O principal fator desse impedimento era de ordem econômica e remetia à lógica de operação da economia de exploração⁹³ e de seu mecanismo político. A superação dessa condição dependia de formulações teóricas endógenas, capazes de dar conta da crise da cultura nacional:

Vale dizer, portanto, que o esforço de superação da crise de uma comunidade determinada, como a brasileira, está referido, tendencialmente a superação da crise de nossa própria cultura. E toda a história do mundo se encontra potencialmente comprometida no processo histórico de qualquer comunidade. Nem há maneira de se realizar a história do mundo senão como efeito transcendente da história de uma comunidade, nas suas relações com as demais. Nem há outra forma de se vencer a

⁹³ A discussão sobre a “economia de exploração” será debatido na próxima seção do capítulo. Momento no qual analisamos a interpretação crítica do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

crise de uma civilização senão como efeito transcendente da superação de crise de uma comunidade (JAGUARIBE, 1954, p. 17).

Nas relações culturais, os resquícios epistemológicos do colonialismo impediam a formulação da cultura brasileira. A incompletude no processo de formação da cultura brasileira, “nossa representação do mundo, a nossa compreensão da realidade, a elaboração dos instrumentos teóricos que nos permitam operar sobre a realidade”, redundava no que ele nomeia por alienação cultural. Tratava-se da atualização da famosa crítica ao transplante teórico/epistemológico, que ganha tintas do que caracterizando como uma busca por soberania epistemológica:

A alienação cultural, que é um ponto de estrangulamento no desenvolvimento de nossa cultura, consiste na importação mecânica, na transplantação automática e crítica de categorias e princípios, de critérios e valores elaborados pelos países culturalmente desenvolvidos, para um contexto em que as premissas que subsistiam no contexto anterior não se realizam mais, e por isso implicam uma defasagem daquelas categorias. Isso conduz alguns brasileiros a raciocinar como se fossem ingleses, norte americanos, ou franceses, sem tomar consciência de que nenhum raciocínio é autêntico se previamente não situar-se na sua perspectiva real, se não assumir sua verdadeira condição. Esse fenômeno de alienação leva, por exemplo, no campo econômico, a defender teses de liberalismo econômico que eram adequadas à Inglaterra manchesteriana, mas impróprias a um país em fase de desenvolvimento, que precisa conter a superioridade econômica das nações plenamente desenvolvidas, a fim de criar o espaço necessário ao desenvolvimento da própria industrialização (JAGUARIBE, 1958a, pp. 17-18).

O autor começa a formular, a partir da concepção de uma cultura brasileira, uma epistemologia nacionalista de caráter periférico. Este se diferenciava do que qualificamos como uma manifestação especialista do nacionalismo, pois, ao mesmo tempo, que criticava o transplante e a alienação, Jaguaribe rejeitava o chamado “nativismo primário” afirmando ser esta uma manifestação diametralmente oposta à alienação, mas ainda assim ingênua: “Pura e simples afirmação de tradições folclóricas e de processos anímicos primários, pelo simples fato de serem brasileiros” (JAGUARIBE, 1958a, p. 18). O nativismo rejeita de pronto a cultura ocidental pelo fato de ser alheia, transposta e, portanto, inadequada, invocando “o revigoramento de processos primitivos”, em formulação que, na opinião do autor, não davam conta da compreensão da realidade brasileira em toda a sua dinâmica (JAGUARIBE, 1958a, p. 19). O nativismo primário era uma manifestação do embate entre formas elementares do nacionalismo, próprias dos países periféricos, que percebiam a necessidade da afirmação de “sua personalidade nacional” em face dos influxos de valores e critérios cosmopolitas. Era, portanto, uma reação nacionalista imatura, decorrente do que o autor chama de subdesenvolvimento cultural. O subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento cultural influenciavam-se mutuamente. Os países economicamente subdesenvolvidos não

dispunham das condições catalisadoras do desenvolvimento cultural, o que, por sua vez, impedia a formação de instrumentos teóricos autênticos, isto é, capazes de viabilizar a superação do próprio atraso econômico. O subdesenvolvimento cultural era, portanto, caracterizado pela incapacidade de compreender de forma original a sua própria situação. Dele decorre tanto o recurso à transplantação mecânica de categorias e de métodos desenvolvidos em circunstâncias diversas, impróprios para compreensão das condições específicas da periferia, quanto o nativismo primário que representava um nacionalismo obtuso e completamente fechado às trocas culturais e ao intercâmbio do conhecimento.

Os países culturalmente subdesenvolvidos parasitam, acriticamente, as culturas que em relação a eles funcionam como metropolitanas, e por isso deformam a visão de si mesmos, atuam de modo inconsistente e, marcados por essa alienação original, jamais alcançam autenticidade. Só é possível corrigir tal alienação mediante a superação do colonialismo espiritual e o enfoque original da própria realidade, assumida como tal, sem distorções e sem complexos. Ocorre, todavia, que, ao tentarem assim proceder, os países culturalmente subdesenvolvidos são conduzidos às limitações que lhes são inerentes, e devolvidos ao primarismo do próprio subdesenvolvimento. É o que se dá com todas as formas de nativismo cultural, que, ao reagir contra a influência alienante da cultura metropolitana, perde acesso ao nível de racionalidade e renúncia aos instrumentos teóricos que permitiriam uma compreensão consistente da própria realidade (JAGUARIBE, 2013 [1958b], p. 57).

Na interpretação de Jaguaribe, o nacionalismo epistemológico figurava como uma “exigência” decorrente da fase do processo histórico brasileiro, à transição do subdesenvolvimento e semicolonialismo para um estágio superior de organização econômica, social, cultural e política. O nacionalismo não era uma opção, mas condição para o desenvolvimento, e, em um momento de crise das crenças universalistas que guiavam o processo histórico, cumpria, para este fim, a formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Munido desse arcabouço teórico e epistemológico historicista e nacionalista, Jaguaribe irá realizar uma análise crítica do desenvolvimento político do Brasil.

2.2 *Interpretação crítica do desenvolvimento político: Instrumental conceitual e análise de conjuntura*

2.2.1 O arcabouço conceitual para análise do desenvolvimento político

2.2.1.1 Economia de exploração, clientelismo e compromisso

Nesse primeiro momento, iremos nos debruçar sobre os conceitos e análises desenvolvidos por Jaguaribe em esforço que caracteriza o que chamamos uma interpretação crítica do desenvolvimento político no Brasil. Como vimos anteriormente, a dimensão epistemológica do nacionalismo periférico de chave historicista partia do diagnóstico de crise

das crenças e filosofias da história - em diálogo com o culturalismo de Ortega y Gasset - e da teoria da ideologia de Mannheim, para fundamentar e legitimar o estudo da política no contexto periférico. Portanto, desde seu primeiro ensaio publicado na seção intitulada “Informe”, do primeiro volume dos *CNT*, denominado “A Crise Brasileira” (1953), Jaguaribe dedica-se a refletir sobre as consequências no Brasil desse contexto de crise mundial e quais seriam suas repercussões na análise do desenvolvimento político, econômico e social brasileiro. Este escrito tinha como proposta mergulhar na história brasileira e na “problemática com que se defronta o Ocidente” para compreender a relação entre os problemas condizentes com aquele momento da história mundial e suas manifestações em “todos os setores da vida nacional” (Jaguaribe, 1953, p. 120). Era uma constante no imaginário do período a ideia que o Brasil e o mundo - assim como na década de 1930 -, passavam por um período de crise. Na acepção de Jaguaribe, tratava-se de um período de transição que, para além do senso de urgência demandado, continha também um sentido positivo, enquanto abertura de um horizonte de possibilidades de modificação de estruturas a tempos cristalizadas. A proposta nesse estudo inicial tinha um cunho analítico, para posteriormente serem elencadas uma série de medidas prescritivas. Na dimensão analítica, a crise era dividida em dois “planos de profundidade”, o estrutural e o conjuntural, sendo também categorizada em quatro aspectos básicos: o econômico, o social, o cultural e o político.

A crise econômica se manifestava pela extrapolação da “tolerância” com a condição do subdesenvolvimento. Isto é, a estrutura anacrônica da economia não mais comportava as demandas de ampliação postas pelo desenvolvimento global. Se durante um longo período histórico o modelo de produção focado na monocultura para exportação assegurou capacidade aquisitiva em moeda estrangeira a nível suficiente para suprir as demandas da economia interna e satisfazer às necessidades de consumo das elites, naquele momento nem mesmo essa forma de inserção subalterna e dependente na economia global funcionava de forma satisfatória. A inelasticidade na capacidade de exportação gerava um ponto crítico de estrangulamento do desenvolvimento econômico. Em convergência com a teoria desenvolvida por Celso Furtado, Jaguaribe afirmava que se na década de 1930 a impossibilidade de importar levava a um surto de desenvolvimento industrial, porém, este não era passível de se sustentar por conta da insuficiência de insumos, fontes de energia, maquinário e capitais. A ampliação da capacidade industrial encontrava um teto devido ao custo de produção da indústria de transformação no Brasil. Alinhado a esses fatores de ordem econômica, o autor adicionava o problema do protecionismo que constituía situações de monopólios e oligopólios, “privando de concorrência a indústria nacional”, o que “lhe permitia lucros elevados apesar de seu crescente custo de

produção” (JAGUARIBE, 1953, p. 121). Os fatores econômicos assomados à vigência de um protecionismo deletério, haviam levado ao surgimento de três fatores de estrangulamento ao desenvolvimento: o impedimento à acumulação de capitais, a escassez na formação de técnicos e a incapacidade da assunção de um nível de produção compatível com as necessidades do consumo e com o aumento vegetativo da população. Por sua vez, o subdesenvolvimento nacional acabava por se reproduzir internamente, desencadeando um processo inflacionário que gerava desproporções de renda, distribuição de mercadorias e bens entre as diversas classes sociais e as diversas regiões do país, formalizando um complexo de escassez-carestia:

O subdesenvolvimento nacional, nas suas repercussões internas, provocou e acentuou, dentro do próprio país, novos fenômenos de subdesenvolvimento, que se caracterizaram, verticalmente, pela crescente desproporção entre as rendas das classes assalariadas e das classes controladoras da produção, da circulação e da distribuição dos bens, e se caracterizaram, horizontalmente, pela crescente desproporção entre as regiões mais altamente capitalizadas - Sul e Leste - em relação às de menor densidade capitalística - Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Ibid.).

Essa crescente desproporção de renda entre as classes produtoras e as classes assalariadas não era um fenômeno exclusivo do Brasil, e seu aprofundamento agravava a crise social em todo o Ocidente, tendo como consequência a “transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível” (JAGUARIBE, 1953, p. 123). Processando-se desde o fim da idade média, adquirindo contornos mais definidos com a Revolução Francesa e, posteriormente, com a expansão do socialismo marxista e a Revolução Russa, Jaguaribe atribuía a esse fenômeno duas causas: primeiro a incapacidade da “circulação de elites” se processar em ritmo suficientemente satisfatório em relação à necessidade de renovação dos quadros demandada pela pressão das vanguardas populares; e, em segundo lugar, o rápido declínio do capitalismo, enquanto sistema de valores e como processo regulador da economia acelerado após a Primeira Guerra Mundial. No caso brasileiro e dos países periféricos, havia ainda um componente histórico específico que dotava de singularidade esse processo - o colonialismo⁹⁴. Na concepção do autor, o processo de colonização brasileiro - em reflexão generalizável para a América Latina -, não se apresenta como completa integração entre colonizadores e meio ambiente (como na América do Norte), e nem como rígida separação “que faz coexistir, paralelamente, a cultura inferior do país colonizado e a superior do colonizador” (como nos casos Polinésio e Africano), mas configurou-se como uma mediação entre “fidelidade espiritual à cultura metropolitana e a adaptação material às condições locais” (Ibid.).

⁹⁴ Tratamos desse ponto anteriormente, e cabe colocar que o que autor qualificava como “economia de exploração” era a construção econômica e política derivada do fenômeno do colonialismo.

A conjunção entre o estabelecimento do antagonismo de classes, comum a todo o Ocidente, e o fenômeno do colonialismo brasileiro, gera o que o autor chama de uma “economia de exploração”. Esta era uma forma de operação da economia na qual a formação de riqueza se organizava em função “de valores ou de pessoas estranhos ao seu próprio processo” (Ibid.), e cuja vigência se estendeu para além do período de domínio colonial formal.

Portanto, Jaguaribe defendia que, mesmo após a Independência, perpetuou-se de maneiras diversas o regime de economia de exploração. No plano das relações entre as classes, a Independência expressara tão somente a substituição dos beneficiários da economia de exploração, pois esta fora motivada pela constatação das próprias forças dignatárias da Coroa portuguesa, de que elas mesmas poderiam preceder desta última e controlar diretamente o Estado brasileiro em proveito próprio. A manutenção da lógica da economia de exploração contribuiu para que o mesmo processo se repetisse na fundação da República. Esse evento marcava um primeiro ensaio de ascensão e ocupação do Estado por setores médios - burocráticos e militares - sem, contudo, provocar alteração no regime do poder econômico⁹⁵, visto que, “a classe média não pode se manter no controle do processo social, dando margem a que se reconstituísse o poder do latifúndio” (JAGUARIBE, 1953, p. 123). O latifúndio encontrava-se então impossibilitado de controlar o Estado de forma autocrática devido ao desenvolvimento das estruturas políticas impostas pela burocracia de classe média, e esta última carecia do controle do processo econômico, estabelecendo uma situação de dependência mútua que caracterizava o que Jaguaribe irá chamar de “solução de compromisso”, manifesto no clientelismo eleitoral da Primeira República (JAGUARIBE, 1953, p. 124). O controle do Estado permanecia efetivamente na mão do latifúndio, mas já dependia da confirmação da classe média pela via eleitoral, em troca de empregos em cargos na burocracia pública. Diferentemente das posteriores formulações calcadas na chave dos pactos e compromissos, ainda que a compreensão do autor seja crítica à permanência dessa manifestação, ele afirma que esses não impediram o processo de mudança social, figurando antes como característica do que como desvio ou impedimento. A crise de 1929, o surgimento do proletariado, o crescente subemprego e a insuficiente oferta para acomodar a crescente classe média são as circunstâncias que levam Jaguaribe a compreender a Revolução de 1930 como um movimento que expressava

⁹⁵ Jaguaribe faz referência direta às coincidências com a interpretação furtadeana da socialização das perdas e dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes brasileiras no controle dos processos operativos da economia numa situação que o domínio político não é mais absoluto (JAGUARIBE, 1958a, p. 24). Além da interpretação da socialização das perdas, a análise de Furtado sobre essa crise de hegemonia e o “poder administrativo”, que será apresentada no capítulo seguinte, apresenta diversas convergências com as formulações de Jaguaribe.

a demanda de classes emergentes impelidas pela pretensão da classe média em alijar a burguesia latifundiária do poder, em um contexto social que se complexificava. Em suas palavras:

Ocorreu, então, nova transformação social, semelhante à que deu margem ao aparecimento da classe média. A expansão econômica e demográfica fez aumentar as camadas inferiores da população, surgindo o proletariado brasileiro. A este incipiente proletariado incumbia, de fato, a produção dos bens e serviços de que se beneficiavam, o latifúndio e a burguesia urbana e, indiretamente, a classe média burocrática, através do fisco. Uma série de fatores, alguns de caráter gratuito, outros, de fins interessados, levaram certos grupos da classe média a tentar um novo movimento revolucionário, que excluísse a burguesia do controle do Estado e, por intermédio deste, da economia de exploração, revolução esta consistente em romper o compromisso clientelístico da velha República, chamando as massas à manifestação de seu pensamento. Propiciando tal movimento, verificava-se uma tendência crescente para o subemprego da classe média, os quadros da burocracia tornando-se insuficientes para abranger as novas gerações pequeno-burguesas, enquanto os salários públicos se tornaram inferiores ao custo da vida, o que tudo era agravado pela depressão econômica de 1929. Tal foi o sentido da Revolução de 30 (JAGUARIBE, 1953, p. 125).

Entretanto, Jaguaribe julgava que a Revolução de 1930 fora “um movimento ideológica e tecnicamente imaturo” (JAGUARIBE, 1953, p. 123), pois, antes de constituir um movimento de classes, representava um “movimento da nova geração militar” (Ibid.), e seus artífices estavam despreparados para compreender e conduzir os fenômenos sociais da época. Preocupados em “apressar a própria carreira política”, os tenentes, que representavam as classes médias, precipitaram a revolta contra o regime “sem nenhum sistema substitutivo”. Não dispendo de método, sua ideologia era “impregnada de um liberalismo que só podia convir, precisamente, à burguesia que se esforçavam por dominar” (Ibid.), e, ao mesmo tempo, o proletariado era quantitativamente pouco numeroso e carente de consciência e técnica para a tomada do poder (Ibid.). A reação e derrota do latifúndio em 1932 evidenciava, segundo o autor, a precariedade das bases políticas do regime da Primeira República, ao passo que empurrava as classes médias para a tentativa de imposição de um regime de moldes fascistas que só não logra sucesso pela mesma falta de preparação ideológica e técnica. Por sua vez, o Estado Novo é tido pelo autor como uma “fórmula atenuada” do fascismo (Ibid.) que assegurava provisoriamente a detenção do poder político do Estado nas mãos das classes médias pelo estabelecimento de um novo compromisso, no qual a burguesia permanecia com o domínio dos meios de produção, porém sob a supervisão desse Estado. Dentro dessa chave interpretativa, o “Estado Novo marca o apogeu do domínio pequeno-burguês no Brasil, dentro do sistema da economia de exploração” (Ibid.), no qual as classes médias dominam o plano político e garantem sua subsistência com cargos públicos e tentativas de inserção efetiva em carreiras capitalistas. Progressivamente, a “velha classe latifundiária e burguesa” se associa ao sistema e cala a oposição liberal. O

proletariado era incorporado “de uma forma tosca”, por meio da tentativa de aproximá-lo da classe média com “uma política de paternalismo assistencial” (JAGUARIBE, 1953, p. 125).

A tradição da economia de exploração se perpetuava, ao passo que o processo de formação de riqueza continuava a operar em proveito dos proprietários dos meios de produção e da burocracia estatal hipertrofiada com o intento de acolher com empregos públicos a emergente classe média. A razão interna para a ruína do Estado Novo era atribuída pelo autor ao afastamento dos dirigentes de classe média de sua própria classe, ao passo que a burguesia e o latifúndio também não se contentavam com o mero controle da economia privada. Essa incongruência de interesses fizera se formar uma “tendência neoliberalista” (JAGUARIBE, 1953, p. 126) que almejava, com o reestabelecimento dos ritos eletivos, restituir os altos cargos políticos e as fontes de financiamento aos detentores do poder econômico. Essa confluência de forças gera uma reação de Vargas e do Estado Novo no sentido de uma aproximação com o proletariado, “parecendo indicar a viabilidade de uma nova fórmula política proletarizante” (Ibid.). A falta de idoneidade moral e intelectual dos dirigentes estadonovistas em seu momento de declínio impedem que esse movimento proletarizante tenha penetração nas classes trabalhadoras a ponto de deter a derrocada do regime. Porém, o aceno às massas fora motivo suficiente “para tornar definitivo o rompimento entre a classe média e a cúpula dirigente do Estado Novo”, levando a primeira a lançar mão de “seu modelo tradicional de ação política” que era a precipitação das Forças Armadas contra o regime que, por sua vez, ruiu sem protestos (JAGUARIBE, 1953, p. 126).

A estrutura-tipo semicolonial, caracterizada por uma relação entre a classe dominante e a dominada, na qual as classes médias encontravam-se alijadas de participação, determinou a configuração da organização política brasileira na forma de uma “política de clientela”. As fazendas constituíam o núcleo econômico e político do país, estabelecendo ao seu redor uma rede de dependentes (clientelas) da produção e do próprio proprietário. A dependência se articulava em diversos níveis, passando pelo municípios e províncias para, ao fim, encontrar uma “homologação” no regime federativo da Primeira República. Jaguaribe critica diretamente a possibilidade de se atribuir um caráter sociologicamente progressista à federação e à República brasileira na forma como fora historicamente organizada. Pois se, na teoria buscava copiar instituições americanas tendo “como aspiração a maior amplitude para os direitos do homem”, na prática a adesão ao regime federativo atendia à necessidade do aumento da capacidade de “manipulação” política de suas clientelas pelas oligarquias regionais:

E assim, de fato, a federação brasileira, no quadro do subdesenvolvimento e semicolonialismo da República velha, operou como processo consolidador e

homologado das clientelas, estimulando aquele processo que espontaneamente se formara desde o Império, da política de favor, mediante uma barganha entre uma classe dominante que obtinha os votos do seu eleitorado, com a promessa do sempre de favor que devolvia em paga da eleição (JAGUARIBE, 1958a, p. 22).

Interessante notar que não há conflito político entre dominados e dominante, antes, o liberalismo e o federalismo garantiram a marginalidade das classes médias (que parecem figurar aqui como as classes progressistas) e a perpetuação da política de clientela. E se, por um lado, o argumento aproxima-se do argumento da manipulação, ou mesmo da ausência de conflito, caracterizando uma conciliação (e da ausência de virtude cívica), esta não ocorre por uma questão cultural, racial ou natural (como no caso da cordialidade e do patrimonialismo), mas por uma divergência entre as estruturas socioeconômicas e as instituições políticas⁹⁶. Jaguaribe narra as vicissitudes do processo político brasileiro em meio à dificuldade da assunção do protagonismo econômico e político das classes sociais emergente. Mesmo ascendendo politicamente, as classes emergentes não detêm o poder derivado do controle econômico. Essa é a marca da permanência da economia de exploração, sustentada por uma série de pactos e compromissos clientelísticos que perduram até o fim do Estado Novo. Contexto no qual parece, ao autor, se abrir uma janela de oportunidade para a superação dessa dinâmica entre poder econômico e político. É nesse que momento parecia se direcionar para a proletarização da política e para ascensão da participação das massas, o que haveria de culminar com a efetiva e necessária aproximação entre a classe média e setores populares e seu decorrente afastamento da burguesia e do latifúndio. Jaguaribe defendia que a queda do Estado Novo marcava a “última fase do processo de economia de exploração”, ainda que esta perdurasse residualmente até o presente ano de redação da redação artigo. O sistema de clientela, que remontava à “República Velha” e pressupunha um pacto tácito entre os eleitores da classe média e os representantes da burguesia, no qual o voto da primeira servia de moeda de troca na aquisição de benesses do Estado, fora reestabelecido com o retorno dos ritos eleitorais. Entretanto, “as conquistas populares da Revolução de 30, franqueando às massas a livre manifestação do pensamento”, atuavam como um obstáculo à plena execução da lógica de clientela em sua forma original, visto que essa só era efetiva em regimes eleitorais de baixa participação, e, por isso, pressupunha a possibilidade de oferta de vantagens restritas a nível individual. A interpretação de Jaguaribe conduzia à ideia de que a ampliação do sufrágio - em caráter universal e secreto⁹⁷ - limitava a manutenção desse mecanismo, caracterizando um movimento tendente à

⁹⁶ Esse ponto será importante, pois, como veremos, ele determina a viabilidade de superação desse impedimento à modernidade por meio da organização e ação política.

⁹⁷ Obviamente, estas condições não se efetivaram na década de 1930, mas o autor já compreendia o movimento ali iniciado como uma investitura na direção da incorporação das massas trabalhadoras ao jogo político.

substituição da política de clientela por uma política de massas⁹⁸, influenciada pelo socialismo e direcionada para a socialização em benefícios das classes trabalhadoras:

Toda política de massas tem de propender ao estabelecimento de condições gerais de vida favoráveis às maiorias eleitorais, que são maiorias de massa. Mas o pleno funcionamento de tal regime implica numa transferência do poder das minorias para as maiorias, transferência essa cujo último corolário tem de ser, levadas em conta as atuais condições do Ocidente e a vigência social do socialismo, expropriação da propriedade privada ou, pelo menos, a socialização do capitalismo, como ocorreu nos Estados Unidos. Tal consequência contrariava, igualmente, a burguesia e a classe média. Aquela, porque, nas condições brasileiras, a socialização da produção teria de fazer-se pela expropriação da burguesia. Esta, porque a socialização do poder político tenderia retirar da classe média o controle da máquina burocrática (JAGUARIBE, 1953, p. 127).

Nesse ponto o autor inaugura a discussão sobre o componente demagógico, presente a partir da instauração da política de massas, que será melhor desenvolvido em escritos posteriores. Esse componente consistia na utilização de “ingredientes ideológicos” para tentar preservar a política de clientela. Em síntese, o argumento do autor é o de que, em troca de adesão e apoio, as classes favorecidas pela política de clientela acenavam ao proletariado com promessas e concessões de cunho paternalista - ou mesmo medidas como o aumento de salários e benefícios - que, ao fim, não afetavam as bases do regime de economia de exploração. A burguesia permanecia no controle da produção, a classe média mantinha sua posição privilegiada junto à burocracia estatal e o proletariado era parcialmente incluído nesse regime, ainda que sem participar como beneficiário do processo de formação da riqueza. Estão postas grande parte das bases da teorização sobre o populismo como será desenvolvida posteriormente, porém, nesta formulação, existe um forte componente econômico que o caracteriza e atua como limitador dessa experiência - “a tendência à autofagia” -, indicando, ao autor, a propensão à sua superação, como será visto mais a frente. Essa tendência à “autofagia” limitava esse processo pois, segundo essa interpretação, o produto do trabalho social (ou a parcela consumível da renda nacional) era consumido pelas diversas classes em ritmo superior ao da produção, implicando na manutenção do regime econômico de exploração sob a vigência de um regime político de massas; o que só era possível por meio de um processo inflacionário indefinido e crescente. Havia portanto um desajustamento entre condições ideais (demandas sociais e político-ideológicas) e condições reais (especialmente de cunho materiais e econômicas), cujo regime

⁹⁸ Como veremos com o decorrer da análise, Jaguaribe parece delinear um percurso para o desenvolvimento político que passa pela política de clientela, para a política de massas até chegar na política ideológica. Não há uma sistematização desse desenvolvimento nos seus escritos, mas Guerreiro Ramos, cuja obra é objeto de estudo do próximo capítulo, também parece seguir uma interpretação análoga e, de fato, explicita essa teoria do desenvolvimento político em *A crise do poder no Brasil* (1961)

político de clientela não mais conseguia manejar. As ideologias de caráter social e participativo (em grande parte importadas da Europa) causavam impacto positivo, liquidando progressivamente o “espírito tradicionalista”, o conservadorismo e o liberalismo burguês, e processando o “solapamento das bases espirituais em que assentava a predominância da burguesia latifundiária e urbana” (JAGUARIBE, 1953, p. 128). Do outro lado, a expansão da economia urbana, o crescimento demográfico e a industrialização “foram impossibilitando materialmente o funcionamento da política de clientela em sua forma direta e forçando a participação das massas no processo econômico e político” (Ibid.). A conjunção desses dois movimentos compete para a “formação de um antagonismo entre as massas e as elites” manifesto, no Brasil, sob as formas de luta de classes e de “conflito entre quantidade e qualidade”. Ambos se manifestavam também nas grandes economias mundiais, mas contavam com características específicas no caso brasileiro, especialmente em termos de proporção. A luta de classes no Brasil era marcada pela imaturidade do proletariado e do campesinato, em situação que permitia sua adesão às “soluções demagógico-assistencialistas” do jogo das clientelas e da economia de exploração - ainda que fossem destas as principais vítimas -, devido à lógica da autofagia determinada pelo regime de inflação. O conflito entre quantidade e qualidade remetia à carência, devido à economia de exploração e ao parasitismo burocrático, do “desenvolvimento do espírito e das técnicas de iniciativa” nas camadas sociais formadas mais tardiamente e constituintes da maioria da população. O impedimento da modernidade política e dos métodos de constituição de quadros e seleção de valores autênticos decorre, nessa formulação, de condicionantes políticos historicamente constituídos (e, portanto, mutáveis), e não de chagas perenes remetentes a uma origem cultural impermeável à modernidade. A crise social, por sua vez, se constituía em um quadro um tanto dramático, cuja solução dependia de um diagnóstico preciso e da formulação de um projeto político que congregasse as classes modernas apresentando-lhes a possibilidade de convergência para o desenvolvimento:

Divididas por crescente antagonismo, as classes não logram encontrar um projeto de convivência que lhes inspire confiança no futuro. Sente a burguesia que o simples funcionamento do sufrágio universal e secreto implica em sua futura condenação política, ameaçando sua própria existência, como classe. Sentem as classes proletárias que todos os sacrifícios a que se as convoquem em proveito do desenvolvimento nacional, implicam no fortalecimento econômico da burguesia e, por conseguinte, na consolidação de seus vínculos de dependência para com esta. Tais circunstâncias acentuam os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas (JAGUARIBE, 1953, pp. 128-129).

2.2.1.2 A crítica ao Estado cartorial

A reflexão sobre a história e constituição do Estado no Brasil tem um papel central na obra de Jaguaribe. A complexidade do tema se mostra pois, ao mesmo tempo que o autor defende, no plano político, como veremos, a necessidade de um Estado forte e atuante, grande parte da análise do autor pode ser lida como uma crítica ao Estado brasileiro. Para compreender como se organiza essa formulação vamos nos deter sobre a concepção de Estado do autor e sua interpretação da formação e da crise do Estado Cartorial no Brasil. O Estado era analisado a partir de perspectiva dialética que concebia-o como, “simultaneamente, efeito e fator do processo histórico-social” (JAGUARIBE, 1956, p. 143) que se expressava, no primeiro plano, como “um sistema de normas e em um instrumento de ação basicamente determinado pelos interesses dominantes, aos quais enseja condições institucionais para sua preservação e para seu atendimento” (Ibid.), e do outro como “fator condicionante de tais interesses e de todo processo histórico-social” (Ibid.). Logo, por um lado, ele se aproxima da concepção marxista, que apresenta o Estado como instrumento de manutenção do *status quo*. Entretanto, o autor propõe, que o próprio processo de conversão do estatuto de direito em estatuto de fato a que se acham sujeitas as relações econômico-sociais está intrinsecamente suscetível à interferência de outras forças da economia e da sociedade civil para além dos grupos dominantes. Mesmo na tentativa de regular a sociedade civil, o Estado provocava modificações nas relações de produção e alterava as bases econômico-sociais que o fundamentavam (Ibid.). Essa interpretação não avaliava como eficiente a forma do Estado brasileiro, pelo contrário, julgava haver um descompasso entre o processo político e o econômico-social no país decorrente da perpetuação do que o autor irá caracterizar como Estado Cartorial. Para explicar esse fenômeno, Jaguaribe propõe uma reflexão histórica sobre o papel do Estado e das classes sociais no Brasil. O nome Estado Cartorial derivava da analogia ao funcionamento das instituições judiciárias dos cartórios coloniais da América luso-hispânica que atuavam como instâncias onerosas e muito pouco efetivas no sentido do serviço prestado à sociedade, subsidiando clientelas e desvirtuando a burocracia administrativa. Se então, desde a colônia, havia traços cartoriais na administração pública, com o desenvolvimento social e a progressiva expansão da participação política às classes médias, sob a vigência da política de clientela, o próprio Estado brasileiro passa a operar segundo essa lógica cartorial. O Estado Cartorial seria, portanto, “produto da política de clientela, e, ao mesmo tempo, instrumento que a exerce e conserva” (JAGUARIBE, 1958a, p. 22). A estrutura da política de clientela - “voto de favor barganhado pelo emprego de favor” -, conduziu a uma forma de Estado típica, o Estado Cartorial, cuja principal função

era a de mantenedor ou assegurador do *status quo* (Ibid.). A dependência política do latifúndio e da burguesia perante as classes médias, politicamente ainda pouco relevante, tornava-se a força dominante da opinião pública, e era sintoma da crise de hegemonia da classe burguesia latifundiária. À dominação burguesa do Estado era demandada cada vez mais incorporar a pequena burguesia, motivo pelo qual amplia-se a burocracia militar e civil, órgãos públicos. A Revolução de 1930 e o Estado Novo atuaram de forma análoga, alargando a burocracia para acomodar essas que vão se conformando como as camadas médias da sociedade brasileira.

A despeito do subdesenvolvimento, da economia de exploração e do Estado Cartorial, Jaguaribe apontava que o aumento vegetativo dos fatores de produção gerou uma crescente demanda pela “prestação de efetivos serviços públicos” (Ibid.). Mais especificamente entre 1930 e 1939 essa demanda aumentou a um ponto que o Estado cartorial mostrava-se incapaz de contemplar. O processo econômico-social pressionava o Estado cartorial pela ampliação de sua atuação como prestador de serviços públicos, e esse não conseguia suprir a demanda devido a sua ineficiência, contribuindo para a “crise nas relações entre o Estado e a sociedade”, cujo cerne estava calcado na permanência da economia de exploração, na qual o Estado atuava somente como “aparelho de cúpula do regime de autofagia” (JAGUARIBE, 1953, p. 132). O Brasil, porém, não contava com um Estado habilitado para dar conta dessa demanda, já que este fora organizado como mero “instrumento de conservação da propriedade fundiária e capitalista e como serviço cartorial de subsistência das classes médias”, alheio a um processo de seleção de lideranças e representantes diplomáticos capazes:

De tudo isso resulta experimentar o Estado brasileiro a mais completa incapacidade para enfrentar a competição internacional. Tal fato se reveste de inexcusável gravidade, não somente porque, com o fim do liberalismo, os Estados carentes de uma política internacional se convertem, automaticamente, em presa dos Estados que programam e executam coerentemente uma tal política, como porque estamos às vésperas da formação de uma hegemonia mundial, que dentro de alguns anos se imporá de um modo irresistível (JAGUARIBE, 1953, p. 133).

Em sua longa crise, o Estado Cartorial se perpetuava na política brasileira na forma de um “sistema de compromissos irresponsáveis e incoerentes, que se vem realizando às expensas dos setores mais indefesos da população e, de modo geral, às custas da depredação das reservas sociais” (JAGUARIBE, 1956, p. 139). A política era elaborada em torno de reivindicações díspares e “descoincidentes com as bases sociais em que se assentava” (Ibid.). Porém, o desenvolvimento levava à exacerbação das contradições dos interesses em relação ao próprio processo que estava em curso. Se o clientelismo e o cartorialismo se mostraram aptos a organizar a política de uma comunidade semicolonial e subdesenvolvida, esses mecanismos

não mais funcionariam para satisfazer as exigências de um país em desenvolvimento, “cujas soluções políticas tendiam a só se tornarem possíveis em termos ideológicos.” (Ibid.) Como se viu, a concepção faseológica do desenvolvimento histórico elaborada pelo autor, o conduz para a percepção da existência do deslocamento entre fases, que se expressam no desencontro entre elementos econômicos e político no desenvolvimento histórico brasileiro.

O crescimento do mercado interno conduzia a novas possibilidades de consumo e investimentos que alteravam o quadro social do país e tencionavam a política de clientela e o Estado Cartorial. Nesse momento, o descompasso entre o processo econômico e o processo político se tornava insustentável. Durante o Império e a Primeira República os grandes fazendeiros e grandes comerciantes (a burguesia latifúndio-mercantil) constituíam a “classe propulsora da nossa economia” e, também, “manipuladora, pela política de clientela e pelos instrumentos do Estado Cartorial, da política brasileira” (JAGUARIBE, 1958a, p. 26). Na década de 1950, ocorria um “divórcio” entre as forças responsáveis pelo dinamismo da economia e as classes que controlavam a política cartorial. A economia passara a ser dominada pela burguesia industrial e setores do Estado vinculados à empresa produtiva que implementavam a industrialização e a tecnificação da agricultura e do comércio, propiciando condições novas para a produção e a distribuição de bens. Porém, o Estado Cartorial perpetuava seu poder político, apesar de já não mais se constituir como setor dinâmico da economia, “estabelecendo um hiato, um intervalo entre a realidade econômico-social e as forças que a disciplinam institucionalmente” (JAGUARIBE, 1958, p. 27). Por sua vez, com esse hiato fica evidente a incapacidade do Estado Cartorial em operacionalizar e suprir as necessidades e crescentes demandas de serviços públicos pela população. Durante o período semicolonial, as baixas demandas por investimentos em infraestrutura e serviços foram supridas por capitais externos, podendo o Estado limitar sua atuação “à defesa da propriedade e à composição dos dissídios entre as pessoas por meio do poder judicial” (Ibid.).

Em tais condições, a sua estrutura clientelística e cartoriais, além de representativa da situação vigente, era perfeitamente suportável pela comunidade, dada a escassa necessidade de verdadeiros serviços públicos de que esta se ressentia. Eis que, com o desenvolvimento e a industrialização, o país passa a ter crescente necessidade de serviços públicos efetivos (JAGUARIBE, 1958a, p. 27).

Existe na formulação do autor uma crença na incompatibilidade entre a manutenção do Estado Cartorial e o desenvolvimento do capitalismo industrial. A efetividade do Estado Cartorial limitava-se assim a um momento de baixa mobilização e demanda, tanto por conta da demanda da população por serviços, quanto da parte da demanda das classes produtivas por infraestrutura e condições propícias para o investimento industrial. O Estado Cartorial “não foi

feito pra funcionar, mas apenas para contemplar as clientelas” (Ibid.), devendo ser superado por conta das novas necessidades demandadas pela fase que o Brasil atravessava. O Estado Cartorial mostrava-se incapaz de prover as necessidades de serviço público, de administração e de governo, mas ainda assim seguia dominando a política brasileira, o que refletiria a distância entre os elementos que o autor qualifica como a estática e a dinâmica brasileiras. A estática brasileira seria, ainda em 1950, a de um país subdesenvolvido e semicolonial, girando em torno dos interesse “da fazenda”, e das relações de “caráter privatista” e eleições baseadas no favor clientelístico. Porém, estava em processo uma “projeção dinâmica” de transformações que criavam a descoincidência, na qual “as forças que propulsionam o processo brasileiro não são mais as que condicionam o Estado Cartorial” (JAGUARIBE, 1958a, p. 28), que tornara-se insuficiente e obsoleto. Portanto, todas as transformações no plano infraestrutural conduziam e pressionavam na direção de uma efetiva mudança social e política no país. Entretanto, Jaguaribe irá debruçar-se sobre fenômenos que operavam no plano da superestrutura ideológica e que também atuavam como impedimentos à modernização das relações sociais, econômicas e políticas.

2.2.2 Análise de conjuntura e a superestrutura política: ademarismo, moralismo e reacionarismo da classe média liberal

2.2.2.1 O populismo reacionário de Ademar de Barros

No ano de 1954, a aproximação das eleições apontava, na opinião de Jaguaribe, para uma situação de nítida ascensão do ademarismo como força política na disputa eleitoral pelo governo de São Paulo. As raízes dessa força política se ampliavam, segundo o autor, também a nível nacional, fazendo de Ademar de Barros um possível candidato à sucessão de Vargas nas próximas eleições presidenciais. O autor considerava que a “vulgaridade pessoal do Sr. Ademar de Barros e de suas declarações” (JAGUARIBE, 1954b, p. 139) despertavam desprezo dos estudiosos da política, fazendo com que o fenômeno de sua ascensão política fosse pouco estudado. No mesmo sentido, Jaguaribe afirma que, ao primeiro olhar era comum atribuir uma falta de originalidade ideológica ao ademarismo. Dessa perspectiva pouco refletida, podia parecer que suas práticas não eram distintas “dos velhos métodos da política de clientela”, que reproduziam no meio urbano o coronelismo e da arregimentação de eleitores em troca de favores e empregos. Nas palavras do autor, a irreflexão levava a estudiosos o considerarem meramente um “pessedismo mais ativo, que procura acrescentar, ao seu eleitorado rural, um

eleitorado urbano conquistado à custa dos usuais processos demagógicos” (JAGUARIBE, 1954b, p. 139). Sua derrota para a prefeitura de São Paulo e o “espírito moralista” encampado pela burguesia conservadora e espraído pelos demais setores da sociedade, podiam sugerir que “o grande eleitorado brasileiro não aceitaria mais um candidato notoriamente marcado pela corrupção” (Ibid.). Jaguaribe desconfiava que essa perspectiva não condizia com a realidade e irá se propor a analisar esse fenômeno político.

Jaguaribe propunha, com o artigo *O que é o ademarismo?* (1954b), proceder uma distinção entre o ademarismo e as demais manifestações políticas brasileiras cujo estudo já vinha desenvolvendo há algum tempo - como o cartorialismo e o clientelismo. Em primeiro lugar ele constata que o ademarismo não devia ser compreendido como uma expressão típica da política de clientela, ainda que pudesse fazer uso de métodos clientelísticos. Estruturado no interior em diretórios locais dirigidos por chefes políticos, aproximava-se da organização do PSD, porém, a relação do próprio Ademar com o eleitorado rural diferia significativamente da forma como o faziam os chefes pessedistas. Ademar de Barros não se utilizava da intermediação dos chefes locais na sua relação com os eleitores, mas buscava o contato direto com eles por meio de sua popularidade pessoal, ainda que expressa por via remota; o que constituía o apelo emocional que mobilizava os eleitores, restando ao partido fornecer as facilidades ou proteção que garantissem o voto na eleição.

Desta forma, enquanto os chefes pessedistas dependem do jogo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral, o Sr. Ademar de Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político - salvo, talvez, o Sr. Getúlio Vargas - está em condições de exercer (JAGUARIBE, 1954b, p. 141).

Em outra dimensão, argumenta Jaguaribe, o ademarismo também não pode ser visto como expressão da política ideológica, ainda que seu apelo sobre o eleitorado tenha o caráter de “uma ideologia primária e infusa” (Ibid.). O fato de Ademar de Barros contar com um eleitorado urbano, com parcelas da pequena burguesia e do proletariado, é que pareciam apontar para o caráter ideológico de seu vínculo com o eleitorado, porém, tenciona o autor, analisadas as declarações do político e os documentos do partido, “não se encontrarão outros elementos ideológicos além dessa verborragia pseudo-social que hoje abunda em todas as manifestações políticas, por mais reacionários ou conservadores que sejam seus verdadeiros propósitos” (JAGUARIBE, 1954b, p. 141). Apesar do reconhecido esforço programático empreendido pelas forças ligadas a esse movimento, o autor afirmava que ele nunca superou o “estrito espírito do capitalismo colonialista” (Ibid.).

Nem o Sr. Adernar de Barros oculta seus propósitos de manter e consolidar o capitalismo nacional, especialmente em sua forma mercantil, nem faz segredo do fato de pretender se ajustar, completamente, à política do imperialismo americano. Assim, além de não ter um conteúdo ideológico preciso e peculiar, o ademarismo é um movimento reacionário no que se refere ao estatuto da produção e às relações entre a economia nacional e o imperialismo capitalista (Ibid.).

O ademarismo era, portanto, submisso às oligarquias fiadoras do capitalismo mercantil e ao imperialismo, configurando um movimento reacionário; constatação que levava o autor a vaticinar: “o ademarismo é um populismo” (Ibid.). O conceito de populismo era então mobilizado devido à suposta confusão no seio do pensamento da esquerda brasileira, que acreditava que os movimentos populares eram essencialmente progressistas:

O que ainda não se fez é a conceituação desse fenômeno e sua configuração, nas condições brasileiras. Por influência marxista, têm-se confundido os movimentos de base popular com os movimentos de esquerda. Presume-se que as posições reacionárias são unicamente assumidas pelos membros das classes dominantes. E há uma igual propensão a julgar que as manifestações políticas de ampla base popular têm um caráter progressista e inovador. Essa terá sido, possivelmente, a razão que levou o próprio Sr. Adernar de Barros a chamar seu partido de "progressista", com o que não empregava um artifício para ocultar o caráter reacionário do movimento que fundava - caráter esse de que não tinha nem tem consciência e para o entendimento do qual lhe faltam as necessárias categorias de compreensão - mas incidia, ele mesmo, nessa identificação entre as manifestações de massa e o progressismo (JAGUARIBE, 1954b, p. 142).

O populismo era, portanto, um fenômeno reacionário, mas sua vinculação com as massas fazia com que, sob a apreciação de chave marxista, pudesse parecer imediatamente de esquerda. Para Jaguaribe, não era possível propor uma relação direta entre movimentos de massas e movimentos de esquerda, visto que os primeiros se caracterizam como uma manifestação primária das massas, sem consciência e confusa, baseada em aspirações instintivas, que, no entanto, permaneciam dentro do âmbito de condicionamento da classe dominante e das relações de espoliação. A consciência e a organização demandadas para a superação dos instrumentos de controle das classes dominantes no sentido de sua ruptura eram pré-requisito para o que o autor concebe como movimentos de esquerda:

Os movimentos de esquerda são produto de uma ação libertadora das classes dominadas, baseadas numa consciência de classe e orientada por uma teoria da sociedade que identifique e interprete o fenômeno de espoliação social, revelando a medida em que o mesmo decorre da vigência de uma ordem político-jurídica que assegura, para a classe dominante, determinados privilégios e as condições para os manter, no âmbito dessa classe (Ibid.).

Jaguaribe se propõe então a realizar a distinção entre classe e massa no ideário político brasileiro, a partir de leitura que dialoga com a teoria da sociabilidade de massas de Gurvitch.

Nessa chave, a massa era entendida como “o produto final da espoliação de classe”, que operava como “um conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica” (Ibid.). Apesar do fenômeno das massas ser considerado como consequência da proletarização dos camponeses e artesãos, elas se distinguem do proletariado como classe, justamente por carecerem de “consciência e sentimento de classe” (Ibid.). Formadas por um processo de objetivação social, configuram o tipo humano do homem-massa cuja característica psico-social é a inconsciência de sua própria condição e a decorrente atomização de sua posição em relação à sociedade. Posição essa que tende a se espalhar para além das clivagens sociais, gerando o que Jaguaribe chama de política de massas a se generalizar por toda a sociedade.

Persistindo o fenômeno da massificação, e não se verificando a reestruturação do proletariado massificado pela consciência de classe e por sua organização como classe espoliada o tipo psico-social do homem-massa transcende o âmbito da massa e tende a se tornar o protótipo humano de toda a comunidade. Opera-se a segunda massificação, a massificação superestruturária, que atinge as classes dominantes e transforma todos os valores e padrões de conduta da comunidade na qual se processe tal fenômeno. [...] O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, Como protótipo da comunidade, o tipo psico-social do homem-massa (JAGUARIBE, 1954b, p. 143).

Compreendido então como “fenômeno político característico das massas”, segundo Jaguaribe, a emergência do populismo estaria atrelada à existência de duas condições histórico-sociais: um prévio fenômeno de massificação caracterizado pela ausência de consciência de classe e organização por parte do proletariado; e, por outro lado, ao fato da classe dirigente, convertida em classe dominante (logo, parasitária do processo social) não contar com a representatividade demandada para dirigir o processo social de forma eficiente, a ponto de contemplar minimamente as necessidades essenciais da comunidade como um todo (JAGUARIBE, 1954b, p. 143). Além dessas condições necessárias, mas não suficientes, Jaguaribe elencava mais uma condição objetiva para o surgimento do fenômeno do populismo, “o aparecimento do líder populista, do homem carregado de um especial apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder.” (JAGUARIBE, 1954b, p. 144). O apelo às massas e a capacidade de mobilizar o “homem-massa” é chamado pelo autor de “populidade” (Ibid.). O apelo carismático ocorre como decorrência da percepção de que o líder seria de um mesmo tipo psico-social do homem massa - ainda que, segundo Jaguaribe, o efetivo pertencimento a estratos sociais mais baixos fosse caso raro no perfil dessas lideranças -, somada à possibilidade de efetivação de demandas imediatas atrativas a esses grupos.

O fascismo italiano e o nazismo alemão eram caracterizados como populismos. Nessa interpretação, tanto Hitler quanto Mussolini conquistaram o poder em nome de reivindicações nacionalistas, tipicamente pequeno-burguesas, e só bastante mais tarde intentaram emplacar modificações estruturais nas relações econômicas e de dominação, nunca indo ao ponto, todavia, de suprimir as relações de espoliação entre a burguesia e as classes não possuidoras (JAGUARIBE, 1954b, p. 145). Jaguaribe utiliza o caso norte-americano para afirmar que o populismo em suas manifestações contemporâneas vinha apresentando caráter predominantemente reacionário. Nos Estados Unidos ele não adviria do impulso ideológico socializante que tomara o partido democrata desde Roosevelt, e nem do decorrente movimento de sindicalização do proletariado, mas, ao contrário, estaria ligado ao macarthismo, alçado a porta-voz das aspirações psico e sócio-instintivas das massas motivadas pelo anticomunismo; o que trazia em si, “explícita e implicitamente, um conteúdo essencialmente reacionário” (Ibid.).

Ademar de Barros representava no Brasil o equivalente ao populismo macarthista, e seu conteúdo programático também era “tipicamente reacionário, conduzindo, internamente, a um fortalecimento da burguesia mercantil e externamente, ao estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano” (JAGUARIBE, 1954b, p. 146). Segundo o autor, tais características já eram visíveis desde a campanha eleitoral de 1946, e o apoio do Partido Comunista ao político fora um “erro imperdoável” atribuído por Jaguaribe à já aludida confusão feita por marxistas entre movimentos de massa e movimentos de esquerda; “não distinguindo as formações proletárias, como formações de classe, das simples formações de massas” (Ibid.).

As bases infraestruturais do ademarismo remetiam ao rápido processo de industrialização e o decorrente processo de massificação causado pela incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Os trabalhadores urbanos, constituindo um amplo exército recrutado dos meios rurais, não dispunham de condições para a organização e formação de uma consciência de classe voltada para “a luta de liberação econômico social” (JAGUARIBE, 1954b, p. 143). Jaguaribe critica mesmo o caráter outorgado da legislação trabalhista, imposta “de cima para baixo” pelo Estado ocupado por governantes da classe média no regime varguista. Ele afirmava ainda que, com exceção do caso de São Paulo e do Distrito Federal (Rio de Janeiro), a sindicalização não era movimento espontâneo do operariado, mas produto de uma política governamental (JAGUARIBE, 1954b, pp. 146-147). Do lado da superestrutura de classes, em seu embate pela direção do poder político e da economia, Jaguaribe sustenta a tese de que, com a decadência da classe latifundiária, quem

assume a direção do processo político - por incapacidade da nascente burguesia industrial - fora a burguesia mercantil. Entretanto, defende o autor, as finalidades especulativas dessa classe eram “inconciliáveis com as necessidades de desenvolvimento econômico decorrentes das novas relações de produção” (JAGUARIBE, 1954b, p. 147), o que a conduziu rapidamente a derivar de classe dirigente para classe dominante, que, “carecendo de funcionalidade e desprovidas das tradições”, fora rapidamente afetada pela “massificação superestruturária”, configurando as condições para a emergência do populismo. Em suas tentativas de assumir a liderança do processo social, a classe média teria também contribuído para essa formação ao “destruir as bases do poder latifundiário sem modificar o regime de produção” na direção de sua socialização (JAGUARIBE, 1954b, p. 147). A falta de organização e consciência das classes ascendentes para a “luta de liberação econômico-social” e modificação do regime de produção fora o principal fator que possibilitou a emergência do populismo. Fica patente nessa digressão uma forte crítica às classes médias e a adesão a uma concepção da mudança social calcada no conflito cuja direção apontava para a ascensão das classes trabalhadoras e a socialização da economia em fórmula francamente progressista assumida por Jaguaribe:

Intervindo inconscientemente nesse processo, a classe média, em suas diversas tentativas de exercer a liderança social, a partir da revolução republicana, contribuiu para preparar as condições que hoje favorecem o populismo, ao destruir as bases do poder latifundiário sem modificar o regime da produção. Se em 1930 ou em 1937 os dirigentes da classe média, em vez de modificações puramente superestruturárias, houvessem socializado a estrutura econômica do país, teriam provocado, de um lado, a formação do espírito de classe no proletariado e no campesinato brasileiros e, de outro lado; teriam impedido o surgimento e a organização de uma burguesia mercantil especulativa e parasitária. A massificação e o populismo, dela decorrentes, tampouco se teriam verificado se a burguesia industrial houvesse substituído a classe latifundiária na liderança do país. Nesta hipótese, ter-se-iam verificado, por via privada, muitos dos efeitos que ocorreriam na outra hipótese, antes considerada, de a classe média radicalizar sua revolução (JAGUARIBE, 1954b, p. 147).

A perda de eleitores rurais pelo PSD e pela UDN compunham a principal parcela do eleitorado de Ademar de Barros, juntamente com parcelas urbanas que haviam abandonado “os partidos liberais-democráticos, controlados pelas classes dominantes” (JAGUARIBE, 1954b, p. 148). Diante desse quadro, o autor encontra-se em momento francamente crítico às classes médias e setores da burguesia nacional. Como veremos mais adiante, na próxima seção do capítulo, que versa sobre o projeto político do autor, nesse momento, Jaguaribe defende um projeto de “política radicalizante” e “luta de liberação nacional” organizado em uma “ampla frente nacional democrático de esquerda” (JAGUARIBE, 1954b, p. 149).

Em ambos os casos, o ademarismo só poderia ser neutralizado através de uma política radicalizante. Nas condições atuais, o centrismo, a que tanto se apegam os

conservadores liberais, constitui, precisamente, o terreno propício ao êxito do ademarismo, uma vez que, sob as instituições liberais-democráticas, não operam mais as forças que conduzem a esse tipo de regime, e sim as formações de massa, cuja expressão política, no Brasil, é o populismo ademaresco. Daí só haver as duas alternativas antes apontadas: para a direita, mediante um golpe militar representativo dos interesses da alta classe média, do latifúndio e de todos os setores da burguesia mercantil que ainda não se dispuseram a aderir ao ademarismo; para a esquerda, mediante a constituição de uma frente nacional democrática de esquerda, representativa da burguesia industrial da *intelligentzia* pequeno-burguesa e das vanguardas proletárias (JAGUARIBE, 1954b, p. 149).

Antes, iremos analisar o fenômeno do moralismo e da alienação das classes médias denunciado pelo autor. Trata-se de outro texto voltado para a análise da superestrutura política brasileira que passa por um forte apelo de valorização da política institucional frente a movimentos da burguesia brasileira que visavam minar essa institucionalidade e a própria política brasileira por meio de campanhas moralistas contra a corrupção.

2.2.2.2 A legitimidade da política e a antipolítica moralista da classe média

No texto intitulado *O moralismo e a alienação das classes médias*, também publicado no CNT nº 2, Jaguaribe se dedica à análise das chamadas campanhas de moralização que aconteciam pelo país. Essas campanhas pela moralização da política constituíam ao ver de Jaguaribe um dos fatos mais característicos daquele período da vida pública brasileira. O autor considerava que, apesar da alienação patente à todas as manifestações desse tipo, dentro de determinadas condições, o apelo do moralismo podia ser compreendido como a expressão sadia do inconformismo político; mas esse não era, entretanto, o caso dessas campanhas. Nas condições brasileiras, elas não se organizavam como “fenômenos corretivos marginais”, mas como a “forma mais importante e ativa de oposição ao governo” (JAGUARIBE, 1954, p. 150), cujo apelo, inclusive, acabava por suplantar como instrumento de ação, a atuação do principal partido de oposição, a UDN. Segundo a interpretação do autor, no contexto de grande pressão que antecedeu o suicídio de Vargas, o moralismo dava o tom golpista e anti-político a qual recorriam as classes médias e burguesas. Esse “surto moralista” havia se originado na campanha mobilizada por jornais concorrentes contra o jornal Última Hora:

Todos os problemas nacionais foram transferidos para o plano moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos. Tudo o que estava ligado a ‘ÚLTIMA HORA’ se transformou em mal absoluto. Tudo o que lhe era adverso, em bem absoluto (JAGUARIBE, 1954, p. 150).

Mesmo após a transferência do controle do jornal para outro grupo e da liquidação de suas obrigações com o Banco do Brasil, motivações iniciais dos protestos, a campanha

moralista se espraiava com o objetivo de “moralização completa de todo o país, entendida, naturalmente, segundo as normas fixadas pelos próprios moralizadores” (JAGUARIBE, 1954, p. 151). A formação de grupos como a “Aliança popular contra o roubo e o golpe” começa a apontar para o objetivo de deposição de Vargas, alçado à “fonte de todos os males do país, causa de todas as corrupções e ameaça permanente à legalidade”, em apelo aos militares no empreendimento de um golpe branco (Ibid.).

Percorreram, assim, as campanhas de moralização, no espaço de alguns meses, um imenso caminho. Originadas no nível modesto da luta privada entre dois jornais, e acompanhadas, de início, por um reduzido público, que seguia as peripécias da polêmica como um espetáculo divertido, lograram se transformar I) Um estado de espírito de âmbito nacional, instrumentado por forças poderosas e, já agora, em virtude do golpe desfechado pelas altas patentes do Exército contra o Sr. Getúlio Vargas, exercem, quase abertamente, o controle do país (Ibid.).

Tidas pelo autor como “fenômeno tipicamente pequeno-burguês” as campanhas moralistas eram tomadas por Jaguaribe como ferramenta de manobra dos meios de produção por um grupo que não detinha sua propriedade. Ele argumenta que o que diferenciava o pequeno-burguês (e as classes médias) do proletariado era meramente seu status. Essa separação tênue, muito mais formal que efetiva, e a demanda por distinção, instituía uma dependência psico-social que impelia esses grupos a adotarem uma “visão idealista do mundo”, cuja principal fundamento para a ação era a vontade ou o voluntarismo político - “tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimento serem bons ou maus. Tal é o fundamento do moralismo.” (JAGUARIBE, 1954, p.152). No plano da política do fenômeno do moralismo, Jaguaribe afirma que essa manifestação legitimava-se pela ignorância das “motivações reais” e dos diferentes interesses por trás das ações políticas; sendo estas concebidas em termos do bem ou do mal absoluto. Se todas as escolhas eram enquadradas no plano dessas duas variáveis absolutas, a consequência lógica é a da absorção de toda reflexão para a esfera última da moral.

Apesar do caráter pequeno-burguês do moralismo, a dimensão que atingiu esse fenômeno em sua manifestação no Brasil de meados da década de 1950, só poderia ser compreendida, segundo Jaguaribe, pelo interesse do “mais influente e ativo” setor da burguesia brasileira, a burguesia mercantil. O autor afirma que Vargas havia descuidado do progressivo “desajustamento material e espiritual” da classe média, apesar de a ela dever, em 1930 e, posteriormente, em 1937, sua chegada e permanência no poder. A despeito de ter votado em Vargas em 1950, Jaguaribe atentava para a discrepância que havia se instaurando devido ao distanciamento entre a renda e o custo de vida dessa classe. Nessa interpretação, os benefícios concedidos por Vargas ao proletariado e os aos setores mais proletarizados da classe média, fez

ascender uma hostilidade em suas camadas superiores. Como o beneficiamento a essa classe não se faria somente pelo reajuste de ordenados, mas somente por uma “equitativa distribuição, entre as classes sociais, dos ônus da inflação”, ela se viu apartada dos benefícios das políticas varguistas que, ora atendiam ao patronato, ora ao proletariado, levando a um ressentimento, pois a classe média lutava para se distinguir política e culturalmente desta última. Educada durante os anos do Estado Novo, a classe média orientava-se instintivamente para combater os grupos ascendentes aos quais fora instruída a perceber como subversivos:

[...] a atual, a classe média, sempre mais angustiada economicamente, se depara com um governo que lhe aparece como só se interessando pelo proletariado, que procura arregimentar para fins eleitorais; em nome de princípios e segundo processos que se lhe afiguram subversivos. Educada pelas tendências fascistas da era 40, tradicionalmente hostil ao proletariado, do qual se sente psicológica e socialmente tanto mais afastada quanto mais, economicamente, dele se está aproximando, a classe média vê o governo agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas e contra as quais o mesmo Sr. Getúlio Vargas, em 1937, a convocou para lutar, instituindo o Estado Novo (JAGUARIBE, 1954, p. 154).

É então que a classe média se aparta politicamente do varguismo contando com incentivo das pautas moralizantes alçadas pela burguesia latifundiária e mercantil com financiamento e difusão pelos meios de comunicação. Jaguaribe irá argumentar que, diferentemente das classes médias, cuja visão de mundo era efetivamente idealista, a burguesia mercantil não era, de fato, moralista, pois como “o sentimento burguês da vida repousa sobre a propriedade dos meios de produção”, assim como o proletariado que atinge nível de consciência, ela é conduzida “a uma visão realista do mundo”, diferindo-se esse realismo somente pelo fato de que “o realismo burguês é psicológico, enquanto o realismo operário é sociológico” (Ibid.).

Reduzido a condição de máquina que aciona máquinas, cujo trabalho é uma coisa que se compra e vende, como as coisas que dele resultam, o proletariado, na medida em que vence o entorpecimento mental de sua condição e atinge a um razoável nível de consciência, concebe o mundo em termos realistas, mas orienta o seu realismo em termos sociológicos, porque a sua experiência pessoal é a da inanidade do indivíduo e a da sua dependência para com o meio social. Diversamente, a burguesia, cujo realismo decorre da consciência do poder condicionante das coisas, desenvolve seu realismo em termos psicológicos, porque sua experiência pessoal é a da manipulabilidade dos negócios e da medida em que estes dependem da capacidade individual ou das oportunidades favoráveis (JAGUARIBE, 1954, pp. 154-155).

Se o realismo da burguesia mercantil não tende ao moralismo, a adesão dessa classe a esse tipo de manifestação política é atribuída por Jaguaribe à estratégia e à tática. Quando Vargas coloca seu governo em rumo dirigista e intervencionista, a burguesia coloca-se como classe contra o governo. Apesar de prover benefícios para grupos específicos dentro da

burguesia mercantil, o governo só consegue o apoio residual daqueles que foram diretamente beneficiados, mas como classe, formava-se a convicção de que o intervencionismo do governo “constituía um obstáculo para suas pretensões de lucro incontrolado” (JAGUARIBE, 1954, p. 155). Sendo considerada, de todas as classes brasileiras a que tem maior consciência de seus interesses e a mais dotada de meios para defendê-los, a burguesia mercantil, não podendo sozinha se contrapor ao governo Vargas, utiliza o moralismo como tática para mobilizar a pequena burguesia - e, especialmente, o apoio dos setores militares dessa classe - como massa de manobra. Por trás do moralismo, afirma Jaguaribe, a burguesia mercantil “defende propósitos muito realistas e imediatos”, como a extinção do controle governamental e o livre acesso aos saldos cambiais da exportação. O moralismo de classe ficava restrito ao espaço de tática política para atingir dados interesses, mas seu uso era instrumental e ideológico, visto que ele não era a medida utilizada para pautar os negócios e empreendimentos privados dessa mesma burguesia. O moralismo é portanto um instrumento ideológico utilizado pela burguesia para propósitos golpistas. Uma “tática política” movida pelos setores mais altos da burguesia, mas dependentes então de adesão da classe média e setores militares incitados pela propaganda.

Não podia o comércio, todavia, lutar contra o governo em nome de seus verdadeiros interesses. Estrategicamente, impunha-se à burguesia mercantil conquistar o apoio de uma classe combativa e influente, utilizando-a como massa de manobra. Essa classe só podia ser a pequena burguesia. Taticamente, era indispensável utilizar os apelos que fossem capazes de mobilizar as massas pequeno-burguesas, e de levantar, especialmente, a adesão do setor militar da classe média. Essa tática só podia ser o moralismo (JAGUARIBE, 1954, p. 156).

Como consequência, o moralismo impunha uma “concepção idealista de mundo”, que tinha à “vontade” por fundamento e as relações sociais eram determinadas pela ação e decisão individual dos líderes dirigentes. Jaguaribe afirma que não pretendia fazer a crítica filosófica ao moralismo, mas, do ponto de vista sociológico, importava compreendê-lo como “uma superestrutura ideológica da classe média”. Nessa fórmula idealista, a política também está colocada de forma submissa às normas maniqueístas da moral. O autor ressalva que é impossível não julgar a política por uma direção moral, mas não se deve julgá-la exclusivamente por essa perspectiva. Neste sentido, era preciso ter a consciência que “os fenômenos políticos não se originam, exclusiva ou mesmo principalmente, das manifestações da vontade individual”, mas de um conjunto de condicionantes e mesmo “o elemento moral, nas manifestações políticas, não constitui uma opção entre o bem e o mal absolutos”, mas deve ser compreendido a partir de uma relação entre meios e fins mediada pela análise racional dos condicionantes existentes (JAGUARIBE, 1954, p. 157). Em sua análise conjuntural da política

brasileira, a despeito de toda a crítica ao moralismo que se subtrai da análise de Jaguaribe, ele pondera ser inegável que uma série de medidas tomadas pelo governo eram passíveis de críticas, e o moralismo era, portanto, “parcialmente justificável”. Entretanto, o dado mais importante para o autor, diz respeito ao fato de que grande parte dessas atitudes questionáveis do governo advenham das contradições, no plano interno, e na sua relação com os diversos estratos da população, o que conduzia a uma crise na “autenticidade”.

Tais fatos prejudicam a autenticidade do governo, no sentido de afetarem a validade do seu poder e reduzirem, de muito, a eficácia de sua ação, assim lhe retirando as condições de exemplaridade e representatividade de que necessitaria para apoiar, num máximo de consenso, o exercício de suas funções de comando (JAGUARIBE, 1954, p. 158)

Ainda que parcialmente justificável, o moralismo também teria, nesta perspectiva, caráter inautêntico, visto que, sob perspectiva idealista e voluntarista, ignora os limites que as condicionalidades impõem à autodeterminação do governo. Sob a perspectiva moralista, todos os eventuais erros do governo eram atribuídos à malícia dos governantes, e a pretensa solução era vislumbrada pela mera substituição de homens e cargos. Ao fim, Jaguaribe atribui as práticas de corrupção e favorecimento indébito à persistência da política de clientela decorrente do subdesenvolvimento que impõe o então vigente regime de espoliação econômica. Incapazes de compreender essas causas, os moralistas de classe média atribuem os males do país à pessoa de Getúlio Vargas e demandam sua deposição, pouco se importando com a violação da ordem legal e promovendo a alienação política. O sentido da alienação pode ser compreendido como estado de deslegitimação e rejeição da política, gerado pelas classes dominantes visando a manutenção do *status quo*:

O que há de grave nas manifestações moralistas é seu caráter alienante. Pois, ao investirem contra os governantes, sob o fundamento de que são viciosos e maus, e ao se proporem a substituí-los por outros, as classes médias, *ipso facto*, deixam intactas as condições mesmas em virtude das quais elas se encontram material e espiritualmente desajustadas. Por esse motivo, o moralismo só tem sentido para os que o manipulam taticamente, ou seja, para aqueles que, estando realmente interessados em manter a situação vigente, ou seja, no fundo, um determinado regime socioeconômico de produção, pretendem obter melhores condições de usufruição de seus privilégios, ou assegurar a manutenção dos existentes (JAGUARIBE, 1954, p. 159).

O texto pode ser interpretado como um libelo a favor da política institucional que parte da crítica ao moralismo e à cruzada anticorrupção, concebidos como mecanismos de deslegitimação da política pela alienação da classe média manipulada pelos interesses dos setores retrógrados da burguesia. A política é vista como elemento constituinte da dinâmica

social antagônico ao imobilismo da alienação, que somente beneficia a manutenção do *status quo* (JAGUARIBE, 1954, p. 159).

As atuais campanhas de moralização, portanto, são, um última instância, um movimento pelo qual a burguesia mercantil se utiliza, para seus próprios propósitos, do idealismo das classes médias, alienando-as numa falsa revolução, cujo êxito importaria em consolidar as condições que asseguram o predomínio da burguesia mercantil e a espoliação das classes média e proletária, com o inevitável agravamento da inautenticidade do Estado e do governo (Ibid.).

2.3 Teoria e *práxis* democrática: entre o trabalhismo produtivo nacionalista e o neobismarkismo.

2.3.1 Trabalhismo produtivo e nacionalista: democracia, cooperação e luta de classes

Na verdade, o problema brasileiro consiste em elaborar e aplicar uma fórmula que, na base dos fatores existentes e das forças em jogo, logre assegurar o desenvolvimento econômico e cultural do país, promovendo, no mesmo passo, a elevação das condições da vida das massas e sua participação na direção do processo social. Nas atuais condições do mundo e do país, essa fórmula só pode ser posta em prática na base de uma frente comum de que participem a burguesia industrial, a classe média e o proletariado. Sem embargo do reconhecimento de que os interesses dessas classes, futuramente, tendam a se desertificar, elas se encontrarão, por um largo tempo, vinculadas por interesses comuns. O de que se trata, agora, é de consolidar e desenvolver as forças produtivas do país; de completar a formação da nacionalidade, mediante a incorporação das massas, que permanecem cultural, econômica e politicamente marginais, elevando-se suas condições materiais e espirituais de vida e assegurando-se-lhes a participação na autodeterminação da comunidade; de reorganizar o mecanismo do Estado, que permanece em estagio cartorial, ligado às suas origens latifundiárias, submetendo-se-o ao regime do planejamento científico, da execução eficiente e do controle honesto dos resultados. E para isto é necessário, internamente, um movimento de união nacional das forças de vanguarda. E externamente, a manutenção de boas relações com todos os países, desligando-se o Brasil, de uma vez por todas, de sua subordinação para com os Estados Unidos e de qualquer participação nas aventuras imperialistas dos dois Super-Estados que se disputam a hegemonia do mundo (JAGUARIBE, 1954, p. 15).

Desde seus textos publicados no primeiro *Cadernos de nosso tempo* (1953), Jaguaribe já elencava uma série de providências - superação da política de clientela e do Estado Cartorial, necessidade do desenvolvimento industrial e da consolidação de um mercado interno, etc. - a serem encampadas pelas classes progressistas, mas é a partir de seus textos de análise crítica da conjuntura brasileira - especialmente, *O que é o ademarismo* (1954) e *Moralismo e alienação da classe média* (1954) - que o autor começa a formalizar um projeto político que será finalmente nomeado em *Para uma política nacional de desenvolvimento* (1956) como “Trabalhismo produtivo nacionalista”. Na busca por essa política nacional de desenvolvimento, o autor argumentava que as “modificações estruturais” da economia levaram a uma profunda modificação da sociedade brasileira. A industrialização era considerada como parte de um processo dinâmico, não por questões ideológicas, mas porque dela dependiam o

desenvolvimento do mercado interno e do desenvolvimento tecnológico; condições para o processo global de desenvolvimento. Como consequência do processo de industrialização vivenciado, imperava a necessidade de formar-se “uma nova composição de classe” identificada com o desenvolvimento econômico e social do país, naquele que seria um momento propício para romper definitivamente com as estruturas econômico-sociais do Brasil semicolonial. O desenvolvimento industrial e a melhoria das condições de vida da população urbana operavam na direção do despertar da consciência do proletariado, que antagonizava com sua antiga passividade, e do descolamento de setores da classe média em relação à ideologia das oligarquias. O proletariado se apresentava como “uma força cada vez mais importante dentro da sociedade”, da mesma forma, a classe média, refletindo as novas tendências econômico-sociais, diferenciava-se dos antigos setores da pequena burguesia quando seus quadros técnicos-administrativos adquiriam interesses coincidentes com os da ascendente burguesia industrial. Essas classes tornavam-se menos permeáveis às ideologias das classes afastadas do processo produtivo e, dotadas de interesses condizentes com o desenvolvimento, tornavam-se atores políticos de expressão cada vez mais relevante. Entretanto, ainda persistia o descompasso social resultado do fato das forças sociais emergentes não terem alcançado “uma significação política correspondente a sua importância econômico-social” (JAGUARIBE, 1956, p. 124). As modificações no processo econômico-social iniciadas nos anos 20 ainda não haviam sido acompanhadas “por correspondente evolução do processo político e da estrutura do Estado” (JAGUARIBE, 1956, p. 145) O autor identificava essa falta de correspondência entre a forte emergência da vida civil do país e o controle da vida política pelas “velhas elites dirigentes”. Era nessa desconexão entre as forças que representavam as “tendências predominantes no plano econômico” e as forças que dominam o plano político que Jaguaribe via “o sentido mais profundo da crise social brasileira” (JAGUARIBE, 1956, p. 124) que o faziam defender a necessidade de uma revolução política para despojar o poder político das oligarquias e direcionar o Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país:

A revolução política de que necessitava e continua necessitando o país, e para a qual havia e há cada vez mais condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social, tendo por objetivo imprimir Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajustar o processo político ao econômico-social. Tratava-se e continua a se tratar de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a orientação do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país (JAGUARIBE, 1956, p. 145).

Jaguaribe compreendia que a crise social brasileira, assim como em grande parte do mundo, “decorre, basicamente, da luta de classes”. Entretanto, diferentemente do caso dos países de capitalismo desenvolvido, onde os interesses das classes sociais já se constituíam como imediatamente antagônicos, no Brasil, o subdesenvolvimento e as características semicoloniais contribuíam para a configuração de uma situação na qual “as contradições entre seus interesses se resolvem, até certo ponto, no comum e superior interesse do desenvolvimento e da emancipação econômico-sociais” (JAGUARIBE, 1956, p. 124). A viabilidade de ampliação da produção pela implantação de uma racionalidade planificadora ao processo de desenvolvimento do capitalismo, fazia com que o problema social fosse compreendido mais como decorrência da falta de investimentos e aplicações não produtivas por parte da burguesia, do que da repartição da escassa riqueza existente. Como vimos, segundo o autor, a industrialização e a urbanização contribuíam para a tomada de consciência dos interesses das classes trabalhadoras, e a crise social demonstrava a crescente demanda desses grupos, portanto, o principal problema se constituía na formação de um capitalismo cujo lucro e expansão não se baseassem na perpetuação da condição de subdesenvolvimento. Nesse ponto, nota-se a clara influência análise schumpeteriana do desenvolvimento do capitalismo, segundo a qual, “o principal motor do progresso” e fator desencadeador do desenvolvimento era a inovação, ou, em suas palavras, a “necessidade de compensar a elevação dos salários pela redução dos custos, através de melhores processos tecnológicos e de melhor organização do trabalho” (JAGUARIBE, 1956, p. 125). A organização do capitalismo em moldes schumpeterianos seria suficiente para, temporariamente, conciliar interesses no sentido da superação do subdesenvolvimento. Essa formulação dizia bem mais respeito à forma de inserção da burguesia na dinâmica capitalista, do que, propriamente, uma prescrição para as classes trabalhadoras. Queremos dizer que Jaguaribe se preocupava muito mais com assunção por parte da burguesia de uma lógica efetivamente produtiva (empresarial)⁹⁹, do que com um apelo aos trabalhadores para conter suas demandas. Neste sentido, não é possível afirmar tratar-se da mistificação dos trabalhadores por parte da ideologia burguesa, ou qualquer forma de coação aos movimentos de organização ou às demandas mais imediatas dos trabalhadores. Tratava-se da coordenação e

⁹⁹ Para um aprofundamento desse ponto, ver: LOVATTO; CANNONE; MARRECA, 2018. “O Brasil seria um país que se encontraria entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Nele, o regime vigente de capitalismo abriria para a burguesia a oportunidade de promover o desenvolvimento econômico-social. Apenas lhe faltaria a adequação às exigências da democracia social, via redução de privilégios de classe e equidade de oportunidades. A instrução ideológica nacionalista dos setores dinâmicos da burguesia preencheria esta lacuna. Com ela, a “classe revolucionária” iria perceber seu papel histórico e se transformar em uma classe de investidores e empresários eficientes, do tipo idealizado por Schumpeter”.

cooperação de esforços para a consecução de um interesse situacional que, argumentava o autor, seria momentaneamente benéfica para todo um campo interessado no desenvolvimento:

Isto não significa, sem dúvida, a despeito do que possam dizer os mistificadores das classes trabalhadoras, que para elas não tem sentido se preocuparem com seus salários ou com a melhoria de suas condições de vida. Tal preocupação, do ponto de vista social, é perfeitamente justa, pois nada autoriza que as classes proprietárias, além de disporem do poder de gestão, se arroguem o direito a monopolizar a capacidade social de consumo. E do ponto de vista econômico, tal preocupação é igualmente válida, pois o principal motor do progresso, nas sociedades de livre iniciativa, é a necessidade de compensar a elevação dos salários pela redução dos custos, através de melhores processos tecnológicos e de melhor organização do trabalho (JAGUARIBE, 1956, pp. 124-125).

Jaguaribe afirmava compartilhar com os marxistas a interpretação que concebia a sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, e mesmo que o conflito de classes na defesa de seus interesses é um dos principais elementos constitutivo da dinâmica social no capitalismo. O autor considera a chamada “irredutibilidade dos interesses” de classes e dos “elementos insuperáveis” nos conflitos de classe, mas ainda assim argumenta que, no estágio de desenvolvimento do capitalismo no qual o Brasil se encontrava, ainda havia a possibilidade de conciliação em torno de interesses situacionais comuns, ou mesmo um arranjo cooperativo de “condições mínimas de convivência das classes”. A cooperação de classes nessa concepção, se dava apesar do conflito e não substituindo o conflito e o antagonismo de interesses por um único e perene interesse geral. Em oposição ao marxismo, entretanto, o autor irá afirmar a imperfectibilidade de todas as formas associativas de comunidades socialmente diferenciadas para se contrapor à crença na possibilidade de organização de uma sociedade sem classes governada por um único poder de Estado. A consciência cooperativa das classes em um projeto de desenvolvimento adquiria “o sentido de uma revolução pacífica” (JAGUARIBE, 1956, p. 126), visto que adequaria a política às novas realidades econômicas e sociais. Jaguaribe afirmava que essa revolução botaria em prática a “política evolutiva” inscrita em preceitos da Constituição de 1946, até então não efetivados. Essa política evolutiva, que também constituía um contorno do projeto político esboçado obra do autor, passava a ser nominada como “trabalhismo produtivo e nacionalista”. Em linhas gerais era apresentado da seguinte forma:

Tal política, se lhe devemos dar uma designação identificadora, deve ser denominada trabalhismo produtivo e nacionalista. Trabalhismo, no sentido de que é pelo valor e pela produtividade do trabalho que se deve ajustar a posição de cada cidadão na sociedade. Produtivo, no sentido de que tal trabalhismo nem visa a uma suicida repartição da riqueza, nem permite que, sob o pretexto de melhor geri-a, as classes proprietárias se arroguem o direito a uma injusta concentração do poder de consumo, que enseje, a alguns poucos, a usufruição do supérfluo, enquanto a grande maioria não dispõe do necessário à própria subsistência. É produtivo, pois, o tal trabalhismo,

porque significa o comum esforço de todos com o objetivo de se reservar para fins produtivos a maior cota possível da renda nacional. Finalmente, é nacionalista, não no sentido xenófobo de nos isolar dos demais povos, desprezando as vantagens da cooperação internacional, mas no preciso sentido de organizar o Brasil para o povo brasileiro, rompendo todos os vestígios de semicolonialismo e assegurando a plena emancipação econômico-social do nosso país e da nossa gente (JAGUARIBE, 1956, p. 127)

Se fazia necessário formular a ideologia compatível com o momento faseológico brasileiro, que conferisse um sentido ao movimento das forças sociais ascendentes - a burguesia nacional, a classe média e o proletariado -, vinculando-as ao desenvolvimento. Esse sistema ideológico deveria conduzir ao desenvolvimento econômico-social, compreendido como superação do subdesenvolvimento e do semicolonialismo na direção da emancipação e autodeterminação econômica do país. A concepção do trabalhismo produtivo aparecia aqui como uma tentativa de superar a ineficiência das relações burocráticas clientelista instituindo condições mínimas de igualdade para a organização social pela capacidade e pelo trabalho. Para isso era necessário abolir todas as formas de privilégio, “limitando a um nível razoável” a capacidade de consumo dos mais abastados. O nacionalismo era compreendido no sentido da busca por uma soberania econômica e autodeterminação cultural e política. Economicamente, se colocava como necessidade dar pleno emprego aos fatores de produção do país “em função de suas próprias necessidades e interesses”; e, socialmente como “a organização cultural e política da comunidade para o atendimento de seus próprios fins e a realização de seu destino histórico” (JAGUARIBE, 1956, p. 157). Todo esse processo seria constituído e constituinte de um processo de reforma do Estado para a organização de um “Estado funcional” (Ibid.), em análise que acompanharemos adiante.

Para levar adiante tal projeto político e organizar a convivência cooperativa das classes, com vistas ao desenvolvimento e a emancipação do Brasil, Jaguaribe propunha uma programática social em 5 requisitos: 1. *democracia representativa*, baseada no sufrágio universal, secreto e igualitário de todos os cidadãos; 2. *igualdade efetiva de oportunidades* para todos os cidadãos; 3. *seleção, pela capacidade e produtividade do trabalho*, de todos os que devam exercer qualquer função social; 4. *garantia do sindicalismo livre*, assegurando-se às entidades de classe plena participação na promoção e fiscalização de seus interesses; e, 5. fixação de um *padrão mínimo de vida*, para todos os cidadãos, ajustado ao preço das utilidades.

Jaguaribe inverte a lógica das teorias da modernização correntes na época e atrela o desenvolvimento à manutenção e expansão da democracia. Ele constrói o argumento de que, nos países subdesenvolvidos, os regimes ditatoriais, “afora os reconhecidos males que engendram”, tinham como trajetória um “processo degenerativo característico”, que consistia

na adesão por parte dos ditadores aos interesses dos países dos quais se constituíam satélites sempre que perdiam apoio dos grupos que o sustentam. Isso quando não eram os próprios regimes organizados e mantidos em nome desses interesses (JAGUARIBE, 1956, p. 127-128). As ditaduras em países subdesenvolvidos não tinham a capacidade de sustentar uma política de desenvolvimento nacionalista, necessitando em algum momento de apoio de agentes imperialistas para se manter no poder. Disto decorre a afirmação do autor de que a democracia se constitui em “exclusiva condição de possibilidade do desenvolvimento econômico” (JAGUARIBE, 1956, p. 128). A democracia associada com o investimento público em educação é tida como meio de conscientização, figurando então como condição e catalizador para o prosseguimento do processo de industrialização que, por sua vez, gerava o progresso fundamental para a manutenção da democracia:

De conseguinte, assim como a planificação é a única forma de conjurar a interferência de forças antagônicas na evolução do processo econômico, a democracia, enquanto processo político caracterizado pela decisão por todos das coisas que a todos interessam, é a exclusiva condição de possibilidade do desenvolvimento econômico. Aliás é dado a explicar experiência histórica a correlação entre a excelência do regime democrático e o desenvolvimento industrial, por isso mesmo que nas comunidades altamente industrializadas é maior a possibilidade de desviar da renda nacional parcela mais vultuosa para o setor educativo, com o que se eleva o nível cultural do povo, dotando-o de espírito crítico e prevenindo-o contra as técnicas envolventes e deformadoras da propaganda. Daí não se infere, todavia, que devemos espetar o fastígio industrial para consagrar a democracia, pois, como vimos esta é o meio de que dispomos para levar o povo a tomar consciência da identidade entre o sistema democrático e o progresso do país, e é no justo momento que se viabiliza o desenvolvimento que se criam as condições psicossociais favoráveis as práticas políticas através das quais se educa para a democracia (JAGUARIBE, 1956, p. 128).

Jaguaribe dedica-se a uma veemente defesa da legalidade do regime democrático instituído pela Constituição de 1946, considerando objetivo de primeira grandeza manter a legalidade constitucional “contra os que aspiram a um retorno aos regimes de força”. Estranhamente, muitos dos defensores dos “regimes de força” - maus cidadãos -, “se haviam tornado credores da admiração pública, pela luta que mantiveram contra o Estado Novo, em nome da democracia e da soberania popular” (Ibid.). A esses Jaguaribe lançava forte críticas, acusando firmemente seus propósitos reacionários e a falsidade de suas convicções democráticas; que, em sua compreensão haviam ficado patentes na tentativa de golpe de outubro de 1945, e cuja ameaça só poderia ser dissipada com “maior e mais enérgica vigilância das forças democráticas e progressistas” (JAGUARIBE, 1956, p. 129):

A imprudente manifestação de tais propósitos serviu para desmascarar, aos olhos do povo, a falsidade das convicções democráticas desses maus cidadãos, cujas atitudes reacionárias de hoje revelam o que sempre foram oportunistas do poder, que só se opuseram ao Estado Novo porque não lograram participar dele. E se é certo que os

movimentos de 11 e 21 de novembro de 1955 desarmaram o golpismo, preservando a legalidade democrática, não é menos verdadeiro que o perigo golpista persiste, exigindo, enquanto não se modificarem as condições que o propiciam, a maior e mais enérgica vigilância das forças democráticas e progressistas (JAGUARIBE, 1956, pp. 128-129).

Além da defesa das franquias constitucionais em um momento de seguidas turbulências políticas, Jaguaribe defendia o aperfeiçoamento da democracia representativa pela complementação da Constituição com leis regulamentadoras que colocassem em prática seu espírito de política social. Ele sustenta a tese de que “não basta a democracia política para instaurar a verdadeira democracia” (JAGUARIBE, 1956, p. 129). Ainda que qualificasse a democracia como um método insuperável para promover decisões sociais coletivas, o que, em sua opinião, assegurava o conteúdo efetivamente democrático de um regime era a igualdade de oportunidades, que, por sua vez, dependia de duas condições básicas: o desenvolvimento econômico - que possibilitasse a multiplicação dessas oportunidades -; e um sistema educativo - que permitisse uma habilitação inicial comum. Dadas essas condições, deveria se instaurar um processo de seleção pautado pelo mérito que aperfeiçoaria o desempenho dos serviços públicos, conduzindo, mediante legislação apropriada, a iniciativa privada a seguir esse mesmo procedimento de abolição dos privilégios e favoritismos. No plano do sindicalismo, o autor argumenta que sua gênese no Brasil estava totalmente atrelada à iniciativa do Estado, em momento nem mesmo os trabalhadores tinham consciência da necessidade de se organizarem¹⁰⁰, e, ainda que ele pondere que naquela época não se podia proceder de forma diferente, é taxativo em afirmar que na década de 1950 tornava-se “injustificável [a] prática da interferência do governo nas associações de classe” (JAGUARIBE, 1956, p. 130). Sua “origem de cúpula” explicava as dificuldades na expansão da sindicalização e na transformação dos sindicatos em “efetivo instrumento de defesa dos interesses de classe”, cumprindo, para esse fim realizar uma reforma sindical que operasse no sentido do fortalecimento dos sindicatos para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Essa seria, na interpretação delineada, “a forma mais democrática de se institucionalizar os antagonismos de classe, permitindo que, a despeito deles, se forme um consenso mínimo entre empregadores e empregados, e se crie o sentido da responsabilidade de cada indivíduo pelas decisões coletivas de seu órgão de classe” (Ibid.)¹⁰¹.

¹⁰⁰ Argumento análogo ao desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos em *Cidadania regulada*.

¹⁰¹ As medidas a serem adotadas para um programa social visando a instituição de um “sindicalismo livre” eram assim delineadas pelo autor: “1) Estímulo à sindicalização, mediante a concessão de vantagens ao sindicalizado e de maiores prerrogativas ao sindicato; visando a que todos os trabalhadores e empregadores se filiem ao seu respectivo órgão de classe; 2) Abolição de todas as formas de interferência dentro dos sindicatos e de controle ou pressão sobre os mesmos, limitando-se o Poder Público, na forma da lei, a coibir os abusos do direito de livre associação; 3) Apoio à organização de uma entidade sindical superior que agrupe todos os trabalhadores; 4)

Jaguaribe advogava a necessidade de adoção de medidas, para além do salário-mínimo e da previdência social, que garantissem “a fixação de um padrão mínimo de vida, a ser mantido sempre atualizado com a variação dos preços, de sorte a garantir, a todos os brasileiros, condições de vida compatíveis com as nossas possibilidades econômicas e com as exigências de nossa civilização” (JAGUARIBE, 1956, p. 131). A curto prazo necessitava-se impor medidas assistenciais para elevar o padrão de vida da comunidade, especialmente destinadas à população rural, por meio de planos regionais e programas de organização das comunidades, nas áreas de assistência sanitária, médico-hospitalar e educativa. Nas áreas urbanas cumpria investir sobre a crise da moradia e necessidade de alimentação mais sadia e barata, além dos planos educacionais e médico-hospitalares. A previdência social carecia de uma revisão geral do sistema pois, a despeito dos “generosos propósitos de nossa legislação social”, sua inefetividade transformava a previdência numa “monstruosa farsa” (JAGUARIBE, 1956, p. 132). Sob esse argumento o autor defendia o aumento das aposentadorias e pensões de forma a cobrir as demandas e despesas dos aposentados.

2.3.2 Nacionalismo, Estado neobismarckiano e desenvolvimentismo

Se nos primeiro texto dos *Cadernos do nosso tempo*, Jaguaribe estava convencido da inevitabilidade de um processo de socialização e atribuía à falta de uma posição mais combativa da classe média que deveria ter se aproximado das classes trabalhadoras para pressionar a burguesia industrial como impulso ao desenvolvimento político, é possível notar uma importante mudança no paradigma do projeto político delineado pelo autor, a partir de 1958. Distintamente de Furtado e Guerreiro Ramos, Jaguaribe parecia muito mais otimista com o processo de desenvolvimento industrial vivenciado durante o governo Juscelino e o signo da crise que animara grande parte de seus escritos parece arrefecer, enquanto este ganha dimensão mais pungente na obra dos outros atores. Na compreensão proposta por Jaguaribe encaminhava-se uma convergência do capitalismo e socialismo enquanto processos históricos. O capitalismo deixava de ser um regime voltado a todo custo para a maximização dos lucros e incorporava elementos da doutrina socialista para converter-se em “processo produtivo da sociedade global” (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 112) destinado a cumprir necessidades de consumo mais

Instituição de condições que permitam aos sindicatos participar ativamente na fiscalização de convênios multilaterais regulamentadores das relações de trabalho, e na colaboração com os órgãos públicos em todos os atos que se relacionem com a orientação da vida sindical ou com a adoção de medidas para a promoção da convivência cooperativa das classes” (JAGUARIBE, 1956, p. 131).

amplas. A adoção de técnicas de programação econômica conduzia à superação da noção do Estado como “mero fiscal da propriedade econômica e da liberdade contratual para assumir os encargos da gestão social da economia”, garantindo o nível de emprego, contendo a inflação e deflação, viabilizando investimentos e a distribuição de renda. A pressão das massas emergentes e “a coordenação do proletariado pelos sindicatos e pelos partidos socialistas acabou com a possibilidade fazer funcionar, unilateralmente, o mecanismo político da liberal-democracia” (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 111). As novas condições sociais demandavam a revogação das restrições eleitorais fazendo Jaguaribe atestar que “o proletariado se converteu no grande eleitor” (Ibid.). Por sua vez, a democracia transformava-se em “democracia social”¹⁰², que determinando que a expansão do bem-estar social e igualização das oportunidades deveria se tornar “o principal objetivo da ação pública”, em quadro que configurava um “capitalismo possível” (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 129).

Nessa fase o autor está intensamente implicado na reflexão sobre o fenômeno do nacionalismo e, especialmente, na análise de sua manifestação e características no caso brasileiro. Ele então desenvolve, de forma bem objetiva, qual seria a sua compreensão do fenômeno do nacionalismo em seu livro, não por outro motivo intitulado, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (2013 [1958]). A forma como o autor mobiliza esse conceito central para sua reflexão exprime muito bem as características epistemológicas do pensamento periférico que apontamos inicialmente, especialmente quanto ao caráter pragmático e contingente das teorias, em oposição a proposições teleológicas e perenes. O nacionalismo é então compreendido pelo autor como um “nacionalismo de meios”; isto é, uma manifestação de uma consciência histórica, viabilizada pelo processo de desenvolvimento experimentado que, mediado pela sociologia do conhecimento, podia ser agora direcionado conscientemente. A partir de dada condição histórica e material, o nacionalismo podia ser convertido em ideologia do desenvolvimento, dando o sentido econômico e social para esse processo, constituindo, portanto “um movimento provocado pelo desenvolvimento do país e que tem por fim acelerá-lo e racionalizá-lo” (Ibid., p. 68).

Naquelas condições históricas, diga-se, na “atualidade brasileira”, o nacionalismo era substantivado como “meio” e adjetivado como “dialético”, o que lhe conferia caráter eminentemente político e pragmático, ou seja, não era uma “imposição de nossas peculiaridades” ou “características nacionais”, mas “um meio para atingir um fim: o

¹⁰² Note-se que o conceito é o mesmo mobilizado por Oliveira Viana, entretanto, fica claro que, para Jaguaribe, essa concepção de democracia abarcava o plano das condições sociais, preocupação também vigente em Viana, mas incluía também a cidadania política marcada pela participação popular.

desenvolvimento” (Ibid., p. 69). O exemplo constituído pelo autor é interessante. Ele afirma que a política nacionalista de monopólio da exploração do petróleo instituída pela Petrobrás, não se estabelecia por seu um valor essencial, mas porque era a forma como, no momento, esse processo traria mais benefícios ao país no sentido do desenvolvimento; mas, “em tese”, em condições diversas, uma política nacionalista do petróleo poderia ser exercida pela Standard (cf. Ibid., 70). Esse escrito já denota uma inflexão no pensamento do autor à abertura à participação do capital estrangeiro como forma de viabilizar o desenvolvimento brasileiro (LOVATTO, 2010; CANNONE, 2018), visto que um dos fundamentais impedimentos a este era a situação de baixa reserva de capitais da economia brasileira. A disputa em torno desse ponto fora fundamental para a ruptura entre ele e Guerreiro Ramos (CANNONE, 2018). O adjetivo dialético somado à sua concepção de nacionalismo indica, por sua vez, o caráter perene do nacionalismo, ou sua interpretação como um fenômeno histórico passageiro que, quando esgotadas suas finalidades objetivas, haveria de ser substituído por concepções de comunitárias mais ampla e “transnacional” (cf. JAGUARIBE, 1958, p. 72).

É necessário, pois, compreender também dialeticamente o nacionalismo brasileiro. A longo prazo, conduzir-nos-á a formas supranacionais que ainda é prematuro conceber, mas que certamente se relacionarão com a maior integração da América Latina. A prazo curto – no sentido histórico do termo –, a concepção dialética do nacionalismo brasileiro deve conduzir à compreensão de que se realizará mediante a transformação de nossas estruturas tradicionais. Constitui equívoco formalista estático, por isso, identificar o nacionalismo brasileiro com a salvaguarda de nossas presentes características. Paradoxalmente, o nacionalismo é antinativista e antifolclórico. Não significa isso o repúdio cultural às nossas tradições nem a perda de sensibilidade para as contribuições da arte popular. Significa, apenas, que tais contribuições irão passando da vida para o museu, que nós as incorporamos como compreensão do passado e não como formas aprisionadoras de nosso devenir. (Ibid., p. 73).

Como estamos observando, vai se delineando uma fase mais otimista de Jaguaribe quanto à possibilidade de avanços no desenvolvimento sob bases capitalistas. O autor adere à concepção schumpeteriana de que estava havendo uma aproximação entre capitalismo e socialismo, e chega a defender, negando o individualismo, que o processo dialético de transformação das estruturas sociais, “no plano econômico, conduz a uma posição nacionalista e socialista” (Ibid., p. 79) Em sua interpretação, isso se constituiu em uma recusa à Divisão Internacional do Trabalho, mas não antagoniza com a “função empresarial”. A partir da adaptação da teoria da mudança social schumpeteriana, o autor afirmava que as condições faseológicas do período abriam à burguesia brasileira uma “oportunidade histórica de promover o desenvolvimento histórico-social do país” mediante a adoção da “máxima eficácia da função empresarial” (Ibid.). Liderando os setores progressistas da classe média e do proletariado, a

burguesia industrial deveria perseguir o desenvolvimento socioeconômico “dentro de uma política que conduza o capitalismo brasileiro à maior compatibilidade possível com as exigências de democracia social e de massas” (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 129). Caso a burguesia brasileira, convertida “numa classe de investidores e de empresários austeros e eficientes” não se mostrasse apta a conduzir cumprimento da tarefa de promoção do desenvolvimento econômico-social, este, um imperativo da época levaria a comunidade a ser “conduzida a optar pelo socialismo, de forma tanto mais radical e revolucionária quanto maiores hajam sido o tempo perdido e o malogro da burguesia no cumprimento dessa tarefa” (Ibid., pp. 129-130). A responsabilidade histórica de eliminar o poder dos setores estáticos e parasitários recaia sobre a burguesia nacional, convertida finalmente em classe empresarial. Esta teria a possibilidade de conduzir o inexorável processo de desenvolvimento econômico e social de forma menos disruptiva e traumática. Jaguaribe passava a depositar nessa classe as esperanças de liderança da coalizão dos setores dinâmicos das classes progressistas nesse momento crítico da transição da estrutura semicolonial. A burguesia adquiria esse lugar de destaque pois, na interpretação proposta pelo autor, seu incremento enquanto classe viria necessariamente ligado ao incremento de todo o setor produtivo e do próprio capitalismo nacional; o que, consequentemente, espraíaria as benesses desse processo para os setores dinâmicos da classe média e do proletariado.

Exemplificando, observaremos que os setores dinâmicos tanto na burguesia quanto na classe média e no proletariado se encontram, igualmente, vinculados à promoção do desenvolvimento. O desenvolvimento proporciona à burguesia a carreira capitalista e empresarial que não lhe era possibilitada pela estrutura semicolonial antiga. A classe média, com o desenvolvimento, encontra a oportunidade, de que antes não dispunha, de inserir-se no processo produtivo, constituindo os quadros de administradores e técnicos que tripularão os novos empreendimentos. E o proletariado, com o desenvolvimento, se defronta com um aumento da demanda de trabalho e com sua crescente diferenciação e qualificações, que lhe asseguram novos e melhores empregos, com aumento de seus salários reais e de seu padrão de vida (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 83).

Essa era a consagração do movimento de estabelecimento de uma ideologia em seu apelo universal (ainda que pertinente ao plano nacional), ou, como qualificado pelo autor, como ideologia global¹⁰³. Jaguaribe busca, inicialmente, mediar contribuições do capitalismo e do

¹⁰³ Como vimos na primeira seção do capítulo, Jaguaribe propõe que, ao fim, era próprio de toda ideologia acenar para o que podemos chamar de um *telos* generalizante. Era essa capacidade de sintetizar um amplo complexo cultural que determinava sua autenticidade em relação à determinada situação faseológica. “[...] pesa sobre toda ideologia, da qual a capacidade de conquistar outras classes, além daquelas cujos interesses situacionais a suscitaram, depende do alcance de que para elas se revista, essa exigência se torna fundamental nas situações, como a nossa, em que a linha de representatividade das aspirações de todas as classes coincide com a linha de sua autenticidade (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 82).”

socialismo enquanto processos históricos, na construção do que ele chama de neobismarkismo para, posteriormente, sopesar a polêmica no debate ideológico brasileiro entre nacionalismo e cosmopolitismo.

2.3.2.1 Neobismarkismo, capitalismo de Estado e *welfare state*

Jaguaribe pontuava que a ideia de desenvolvimento programado podia ser observada, ainda em embrião, nos processos seguidos por França e Alemanha durante o século XIX. Mesmo que mantendo parte importante de características do capitalismo liberal, os dois países deliberadamente condicionaram politicamente a economia a partir do Estado sob formas de dirigismo. O fator destacado pelo autor se dava especialmente no plano econômico com a preservação do mercado interno para o desenvolvimento da indústria nacional, o que possibilitou, no plano político, a arbitragem das forças sociais em conflito de forma a colaborar com o Estado na promoção do desenvolvimento (JAGUARIBE, 1962, p. 22). O autor começa a esboçar aí, a partir da extrapolação elaborada por Marx quanto ao bonapartismo, sua ideia de bismarckismo. Este segundo termo conservava sua validade analítica para Jaguaribe, especialmente, por contemplar o plano econômico exercido sob a forma de um “dirigismo nacional”. Diferentemente de Napoleão III, Bismarck não adota o internacionalismo liberal britânico, levando o autor a chamar a atenção para o caráter de consolidação e emancipação nacional que possibilitou uma colaboração ativa entre empresários e Estado na promoção do desenvolvimento da Alemanha como nação. O bismarckismo seria portanto uma política alternativa de crise, cuja manifestação não se encerrara no século XIX, e, após o período nazista - que “nem chega a instaurar uma política consequente, em virtude de seu insano irracionalismo romântico” (Ibid., p. 24) -, volta a se instaurar enquanto modelo econômico, político e social, na França de Gaulle e na Alemanha de Adenauer sob a forma de um “bismarckismo consciente”. Nessa segunda onda de bismarckismo, a arbitragem social nos países com altos níveis de renda se convertia então em *welfare state*, possibilitando “verdadeira promoção social das massas” (Ibid., p.25).

Na interpretação de Jaguaribe, o *welfare state* fora constituído por políticas que visavam atenuar as diferenças de classes, e promoveu profundas mudanças nas relações entre os estratos sociais. O regime de participação política do proletariado nos países cênicos teria se equiparado ao da classe média, e, as políticas de tributação da renda, aproximado o regime de participação da burguesia, também teriam tido efeito na mesma direção. Neste sentido, a burguesia “teve de abandonar para se manter no estrato superior da sociedade, a posição de

simples proprietária dos meios de produção e houve de se converter numa classe empresarial” (JAGUARIBE, 1962, pp. 63-64). Acontece que nos países subdesenvolvidos, “as massas aspiram aos benefícios do *welfare state* e desejam repartir as vantagens de um aumento de produtividade cujo processo apenas se inicia” (Ibid.). Ainda que as reivindicações dos trabalhadores fossem legítimas, a repartição por antecipação dos ganhos da produtividade restringia a, já deficitária, capacidade de investimento desses países, condenava-os à estagnação¹⁰⁴. Uma forma peculiar às economias periféricas de impedir o agravamento do conflito pelo regime de participação era o recurso regimes autoritários. O autor irá defender que esse recurso é prejudicial para a dinâmica social e, fatalmente, dentro de condições do capitalismo periférico conduzia também à estagnação:

Na medida, bem menos frequente, em que os países subdesenvolvidos logrem evitar, de modo predominantemente autoritário, os sérios inconvenientes da repartição, por antecipação, dos benefícios do aumento da produtividade, a repressão policial e militar das aspirações das massas conduz a uma rigidificação das relações de classe e tende a fazer o país cair sob um regime de espoliação por seu estrato dominante, que terá por efeito a estagnação e a involução social (JAGUARIBE, 1962, pp. 64-65).

Dessa citação depreende-se dois pontos fundamentais para a compreensão da concepção de desenvolvimento político e social do autor. O primeiro é o de que as relações sociais são (e devem ser) dinâmicas e baseadas em disputas e conflitos de classes; em segundo lugar, é o fato de o autor associar o autoritarismo à estagnação, em tese bem próxima à proposta por Furtado, e que, posteriormente, será revista em face do “milagre econômico” perpetrado durante a Ditadura Militar. A pressão das massas era compreendida pelo autor como elemento fundamental para o funcionamento da economia capitalista, visto que impediria o monopólio pela burguesia dos benefícios auferidos pelo aumento da produtividade, ao mesmo tempo que forçava a burguesia a assumir sua função empresarial na busca pelo desenvolvimento técnico e aperfeiçoamento dos métodos de produção (JAGUARIBE, 1962, p. 63). Visando evitar a alternativa autoritária, e premidos pelo arcabouço doutrinário liberal, os países

¹⁰⁴ Esse tipo de formulação a qual, poderíamos concordar, conflui para uma aproximação com a tese economicista da necessidade de crescimento do bolo para sua posterior partilha; explicita um menor apelo à urgência da implantação de mecanismos redistributivos e participativos; e mesmo relativiza o peso da participação da burguesia nos meandros do Estado cartorial e da política de clientela, motiva uma série de duras críticas elaboradas por Simon Schwartzman (1963). Em sua resenha do livro *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, publicada à época, Schwartzman chega a afirmar que, se o professor Jaguaribe “foi um dos principais criadores” das teses nacionalistas da esquerda, “hoje, nada mais há que o identifique com a esquerda” (Ibid., p. 3). Nos parece difícil vaticinar de forma tão objetiva uma conclusão nessa direção, mas compartilhamos a percepção de que Jaguaribe “modera” sua interpretação na direção do que poderíamos conceber, ainda que com alguma imprecisão, como o centro do espectro político da época. Especialmente se comparado aos primeiros textos publicados nos *Cadernos do nosso tempo*, ou mesmo à formulação anteriormente apresentada do “Trabalhismo produtivo e nacionalista” publicada no último número dos *Cadernos*.

subdesenvolvidos adotavam outras abordagens criticáveis: a da austeridade e a da inflação. A primeira teria como princípio a manutenção do nível de preços e, decorrentemente implicava no congelamento do regime de participação das posições relativas das classes sociais; enquanto a segunda, não totalmente deliberada, consistia na permissão do aumento de salários e benefícios, somada à ausência de limitações para o investimento, tendo como inevitável efeito o crescimento da inflação (JAGUARIBE, 1962, p. 65). Ambas, na concepção de Jaguaribe, seriam políticas “falaciosas”. A “política de austeridade não leva em conta o fato de que o desenvolvimento consiste numa transformação estrutural da sociedade, que altera inevitavelmente as relações de participação” (JAGUARIBE, 1962, p. 66), condenando a sociedade subdesenvolvida a baixas taxas de investimento, ou deixando-a dependente de investimentos estrangeiros; o que poderia gerar “um conflito entre os interesses alienígenas, no comando de setores estratégicos da economia, e os interesses nacionais” (Ibid.). Já no caso da política de inflação, o autor defende que essa gerava desequilíbrios e distorções nos preços que, em longo prazo, “perturbam o intercâmbio com o exterior, pervertem a ordem de essencialidade dos bens e serviços e causam malefícios sociais imprevisíveis” (Ibid.).

Após criticar o autoritarismo¹⁰⁵ político e as usuais fórmulas econômicas para lidar com as tensões sociais com supressão do regime de participação, Jaguaribe irá defender uma solução de contabilidade social que permita uma mediação entre taxas de consumo e poupança nos diversos estratos da sociedade. Essa medida que permitia a transferência do problema do plano social para o político, seria ideal para viabilizar a superação da crise social e do subdesenvolvimento político¹⁰⁶; três modelos gerais se apresentavam como possíveis

¹⁰⁵ É interessante notar que Jaguaribe expõe brevemente uma concepção que se aproxima muito da desenvolvida posteriormente por Wanderley Guilherme dos Santos (1978), quanto ao caráter instrumental do autoritarismo nos países periféricos. Ele irá falar do “autoritarismo em relação aos meios” e do “autoritarismo como instrumento”. Ao iniciar uma reflexão sobre o processo de racionalização do desenvolvimento na periferia argumentando que, nos países periféricos, a racionalização do processo precede o próprio processo de desenvolvimento. Nessas condições, este geralmente é iniciado por via autoritária. Ele argumenta que não se tratava, entretanto, de um autoritarismo ilegítimo, mas de um autoritarismo reformista, um autoritarismo em relação aos meios, em sentido estrito, para a execução de planos”. Este era acionado quando um país não dispunha de condições para o desenvolvimento espontâneo, e o plano era então assumido por determinados grupos ou estratos sociais (Cf. JAGUARIBE, 1962, pp. 46-47).

¹⁰⁶ Sobre o conceito de subdesenvolvimento político estava relacionado na obra de Jaguaribe à baixa representatividade do sistema político dada a ineficiência de instâncias representativas nos países subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento político se caracteriza pela falta de mecanismos e processos aptos a assegurar representação política, no sentido amplo do termo, aos interesses e às expectativas sociais. No nível parapolítico, inexistem associações profissionais e regionais, sindicatos de classe e órgãos congêneres ou, quando existem, neles estão insuficientemente articulados os interesses que presumidamente representam, com o que tais órgãos tendem a ser centros de interesses por conta própria.” [...] Desligados da comunidade, os partidos, longe de representarem as diversas parcelas da opinião pública, atuam, ao contrário, como instrumentos de sua violentação e deformação. Recrutam novos elementos por cooptação, assegurando, assim, a continuidade indefinida do sistema” (JAGUARIBE, 1962, pp. 78-79).

referenciais para essa finalidade, cabendo definir qual era o mais propício para o caso brasileiro: o “neobismarckismo” (ou nacional-capitalismo), o “capitalismo de Estado” e o “socialismo desenvolvimentista”. Esses modelos eram inspirados em experiências históricas, mas somente aplicáveis em decorrência das efetivas condições de cada país subdesenvolvido. O *neobismarckismo* seria o modelo adequado aos países subdesenvolvidos nos quais a liderança do projeto de desenvolvimento recaía sobre a burguesia empresarial; nele se organizava uma arbitragem política, “baseada numa objetiva contabilidade social”, entre os estratos sociais, de forma a garantir o máximo nível tolerável de investimentos, ao mesmo tempo “regulando o regime de participação de cada estrato de acordo com sua efetiva capacidade política de reivindicação”. No *capitalismo de Estado*, de pertinente aplicação onde a classe média tecnocrática era a classe dirigente, haveria a transferência da iniciativa empreendedora e do controle dos investimentos dos atores particulares para o Estado. Também seria proposto um “acentuado nivelamento da capacidade de consumo” dos estratos e indivíduos. Ou seja, além da programação e da regulação dos regimes de participação (características do neobismarckismo), o Estado seria responsável, por meio da burocracia tecnocrática, pela gestão dos empreendimentos, distinguindo-se, porém, do socialismo, por não abolir a economia de mercado e a propriedade privada dos meios de produção. Já o *socialismo desenvolvimentista* podia ser visto como uma radicalização do modelo de capitalismo de Estado, quando, de fato, perpetra-se a supressão da propriedade privada e da economia de mercado. Jaguaribe propõe que esse modelo não pode ser confundido com a social-democracia ou o trabalhismo britânico, visto que, o conteúdo democrático desses “regimes engajados” de promoção do desenvolvimento dependia menos dos ideais políticos de seus protagonistas do que da “compatibilidade entre os objetivos a perseguir e a livre iniciativa dos agentes”, o que, no caso, fazia Jaguaribe vaticinar que “o socialismo desenvolvimentista é sempre um regime autoritário” (JAGUARIBE, 1962, p. 69). Enquanto a social-democracia e o trabalhismo britânico encaminhavam-se para a constituição de políticas de *welfare*, “o socialismo para o desenvolvimento, ao contrário, é um regime que maximiza, às expensas do consumo, a poupança para o investimento” (Ibid.).

Jaguaribe pontuava que o subdesenvolvimento político podia atuar como fator dinâmico ou fator de atraso. No caso soviético, o desenvolvimento político se apresentava a frente do desenvolvimento econômico, atuando como fator dinâmico das transformações; no caso brasileiro, o subdesenvolvimento no plano político era ainda mais atrasado que nos planos econômico e cultural. Havendo um setor dinâmico na burguesia e uma vanguarda tecnocrática na classe média, faltava ao país uma correlata transformação no plano político; o que implicava

na falta de representatividade no exercício do poder. A existência de uma burguesia empresarial fazia Jaguaribe optar, ao fim, pelo modelo de desenvolvimento do nacional-capitalismo. Haveria de se fundar um “partido do desenvolvimento” apto a liderar - com apoio das massas - uma “simultânea oposição aos partidos reacionários e aos radicais-socializantes” (JAGUARIBE, 1962, p. 90). Os exemplos históricos nessa direção podiam ser remetidos à Índia de Nehru, que adotou “um neobismarckismo, que propende tanto para a esquerda quanto o exigem as condições da época e do país, mas até o limite em que não se sacrifique a capacidade nacional de investimento e a eficácia da administração das empresas públicas ou privadas”; ou ainda, se assemelharia ao neobismarckismo, embora com índice bem menor de representação, a aliança varguista entre PSD e PTB, e o governo desenvolvimentista de Kubitschek (JAGUARIBE, 1962, p. 84)¹⁰⁷.

Na avaliação do autor, o desenvolvimento e, mais especificamente, as mudanças infraestruturais instauradas após os quinquênio de Kubitschek, desmontaram o clientelismo eleitoral, estabelecendo “bases reais e verdadeira diferenciação às aspirações próprias de cada setor social”. Porém, de acordo com o autor, o mecanismo de representações ainda não havia atingido um estágio satisfatório. Faltava representatividade às agências e aos processos políticos. Era necessário que esses passassem a promover “a articulação vertical dos interesses setoriais com as formulações políticas direcionais”. Em outras palavras, o autor defendia a

¹⁰⁷ Diferentemente de interpretações que inferem um caráter conservador, ou mesmo autoritário, à obra de Jaguaribe nesse período, e, especialmente a sua formulação em torno do neobismarckismo, compreendemos esse projeto de forma distinta. Ainda que concordemos que há uma inflexão progressiva em direção ao centro do espectro político, em relação aos seus escritos do início da década de 1950, evidentemente mais vinculados ao ideário da esquerda, ainda em 1962 e na sua exposição do neobismarckismo, percebemos que esse ainda se articula em torno do ideal do aumento da representatividade e da participação política dos trabalhadores. Distintamente de um estatismo rígido ou de propostas de cooptação da classes subalternas, o autor concebe a crescente importância da mobilização da sociedade civil. As organizações da sociedade civil e instâncias representativas como os partidos políticos mostram-se centrais no papel de controle e regulação da responsabilidade política e da execução do poder. O funcionamento formal da democracia representativa, imprimia uma tendência, segundo o autor, que oporia as aspirações das massas aos interesses das classes dirigentes e mesmo dos políticos profissionais. A possibilidade de realização das aspirações das massas dependia, entretanto, da mediação constante de organizações da sociedade civil para garantir a efetivação dessas pautas perante fortes interesses que lhe opõem. Nas duas citações a seguir fica demonstrado na citação, o caráter agonístico (isto é, com espaço para o conflito) da concepção democrática do autor, com destaque para a necessidade de instâncias efetivamente representativas (ampliação do regime de participação) demandado pela sociedade civil em relação ao Estado:

Na medida em que exista e funcione, formalmente, a maquinaria da democracia representativa, as aspirações das massas - com variável grau de exequibilidade e de consistência - tendem a contrariar os interesses das classes dirigentes e dos políticos profissionais. Não dispondo, porém, de mediação com a comunidade, através de verdadeiro partido político, o governo não logra resistir à pressão da classe dirigente e dos prolíficos profissionais, frequentemente apoiada em ameaças de sublevação militar conjugada às mais diversas formas de pressão externa, sob a liderança de uma das superpotências” (JAGUARIBE, 1962, p. 80).

Em outra passagem poderíamos interpretar que Jaguaribe concebe o papel do conflito político por uma lógica próxima a uma teoria neo-republicana: A propensão dos estratos inferiores a melhorar seu regime de participação em detrimento das vantagens detidas pelos superiores, e a propensão destes a conservar seus benefícios e a ampliá-los às expensas dos estratos inferiores, geram a tensão social entre os estratos que comandam as formulações ideológicas da sociedade” (JAGUARIBE, 1962, pp. 61-62).

obrigação da organização de meios representativos, capazes de formalizar racionalmente (agências de racionalização) aspirações e interesses amplos, coerentes com as condições do país, visando a promoção do desenvolvimento; esse movimento devia culminar com a formulação de uma ideologia (JAGUARIBE, 1962, p. 193). A superação do Estado cartorial implicava na passagem da política de clientela para a política ideológica, fundamental para balizar a reforma do Estado, que, ao invés de continuar operando para a manutenção do status quo, adquiriria o caráter de um Estado funcional, provedor de serviços públicos e sujeito à pressão de grupos e interesses muito mais amplos. O autor elabora uma complexa reflexão sobre as aspirações dos diversos setores sociais, esquematizados numa tabela intitulada “Esquema das aspirações dos setores sociais” (JAGUARIBE, 1962, p. 200). Após essa exposição ele define que existem “grandes tendências políticas contemporâneas” que podem ser organizadas em três polos duais: liberalismo e dirigismo, capitalismo e socialismo, cosmopolitismo e nacionalismo. Sendo no caso brasileiro, o debate teórico-ideológico travado em torno de duas questões centrais:

1) a questão relacionada à maior ou menor predominância emprestada à participação do capital estrangeiro ou, contrariamente, ao capital nacional, com substancial concurso do capital público; 2) a questão relacionada com a maior ou menor espontaneidade a se preservada no processo econômico, para assegurar sua eficiência ou, contrariamente, com a maior ou menor planificação estatal da economia, para acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico (JAGUARIBE, 1962, p. 201).

Para finalizar, iremos nos deter brevemente sobre a análise do que Jaguaribe concebe como a “controvérsia ideológica brasileira”.

2.3.2.2 A controvérsia ideológica brasileira e a alternativa do desenvolvimentismo nacionalista

Jaguaribe divide o que chama de “controvérsia ideológica brasileira” (JAGUARIBE, 1962, p. 203) entre posições cosmopolitas e nacionalistas, sendo que cada uma das duas era subdividida em outras duas variantes: o *cosmopolitismo liberal* e o *cosmopolitismo desenvolvimentista*; o nacionalismo socializante e o nacionalismo desenvolvimentista. A partir dessa divisão ele irá desenvolver uma análise sobre a organização dessas ideologias e seus componentes no cenário intelectual e político do Brasil. O *cosmopolitismo liberal* era concebido como uma ideologia que representava os interesses dominantes desde o período colonial e abrangia a burguesia urbana mercantil, a burguesia rural capitalista e a classe média urbana

tradicional. Essa ideologia tinha como principais representantes teóricos Eugênio Gudim e Otávio Bulhões, contando com grande influência na UDN e no PSD, como os senadores Mem de Sá e Oto Mader (JAGUARIBE, 1962, p. 203). O *cosmopolitismo desenvolvimentista* deveria ser considerado, “menos uma posição representativa de aspirações de classe, do que uma formulação teórica de membros da intelligentsia desenvolvimentista” (JAGUARIBE, 1962, p. 204), que defendiam o mínimo de intervenção do Estado na economia, mas tinham uma pauta de desenvolvimento baseada especialmente no aporte de capital estrangeiro. Com grande apoio na classe média tradicional e na classe média tecnocrática, seus principais teóricos eram Roberto Campos, Otávio Dias Carneiro e Miguel Osório de Almeida. No plano do nacionalismo, ambas as variantes pactuavam que, mesmo em face da escassez do capital nacional, era esse tipo de investimento que deveria sustentar o desenvolvimento brasileiro, sob o risco de comprometer a autonomia do processo decisório caso os investimentos estrangeiros fossem preponderantes. Defendiam o desenvolvimento nacional como “um acionamento, em regime de crescente produtividade, da economia brasileira por brasileiros, a serviço do interesse nacional brasileiro” (JAGUARIBE, 1962, p. 205). Sob o *nacionalismo socializante*, o desenvolvimento era visto como uma condição para dois processos distintos, a estatização ou burocratização da economia brasileira; sendo esses os critérios para decompor essa variante do nacionalismo em duas subdistinções. Jaguaribe afirma que o modelo estatista do nacionalismo era mobilizado por socialistas, comunistas, marxistas e socialistas cristãos, e teria a socialização dos meios de produção e a concentração dos recursos e da administração nacional como condição fundamental e etapa para a instauração do socialismo. Encontrando apoio entre os setores do proletariado urbano, rural e da “classe média tecnológica”, o *nacionalismo estatista* tinha como seus principais teóricos Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, representando o que o autor considerava “a formulação mais séria” do nacionalismo socializante (JAGUARIBE, 1962, p.206). Porém, esta encontrava-se prejudicada pela força do *nacionalismo socializante burocrático* que, segundo Jaguaribe, predominava entre os partidos de esquerda. Na interpretação do autor, o nacionalismo burocratizante contava com “intelectuais egressos da variante desenvolvimentista do nacionalismo”, como Guerreiro Ramos e Roland Corbisier e organizava-se politicamente em torno de líderes trabalhistas, sindicais e membros da Frente Parlamentar Nacionalista, sob a liderança de João Goulart. Adotando o que Jaguaribe considera uma posição voluntarista e pragmática, esse grupo acenava para “aspirações contraditórias entre si, como as de redistribuição de renda, ainda que com sacrifício da produtividade” (JAGUARIBE, 1962, p. 207). Jaguaribe deixa a entender que Guerreiro Ramos tinha a pretensão de conseguir controlar essa variante ideológica, mas que então, o nacionalismo

burocratizante era a “ideologia do proletariado cartorial”, que contando com eficiente organização e atuando em setores estratégicos, conseguiam angariar benefícios desproporcionalmente superiores à outras categorias.

Após todas essas distinções e classificações, Jaguaribe apresenta a ideologia do *nacionalismo desenvolvimentista* a qual estariam alinhados intelectuais como Rômulo Almeida, Celso Furtado, Ewaldo Correia Lima, Ignácio Rangel, Candido Mendes e outros, dentre os quais o próprio autor (JAGUARIBE, 1962, p. 210). Essa variante diferenciava-se do nacionalismo socializante por não considerar “a estatização da economia como um fim em si mesmo”, e nem que, nas condições brasileiras, a socialização dos meios de produção fossem uma condição necessária ao desenvolvimento; distinguindo-se também do nacionalismo burocratizante “por entender que a distribuição de renda sem o substancial incremento desta, além de inviável, é impeditiva do desenvolvimento” (Ibib.). O nacionalismo, segundo essa vertente ideológica, era concebido como instrumento de emancipação:

A tese central do nacionalismo desenvolvimentista é a de que a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade constituem dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório (JAGUARIBE, 1962, p. 208).

Para alcançar esse fim comum, Jaguaribe preconizava a necessidade da “mobilização da consciência nacional no sentido do desenvolvimento” e a adoção da “programação global como técnica para atingir a máxima e ótima utilização dos fatores disponíveis”. Não se opondo ao capital estrangeiro, o nacionalismo desenvolvimentista devia compreendê-lo como elemento dinâmico do desenvolvimento, resguardando-se porém de sua influência sobre “setores estratégicos e sobretudo recursos naturais”. O autor considerava que o nacionalismo desenvolvimentista era a “ideologia típica das forças novas”, identificadas com o processo de desenvolvimento: a burguesia urbana industrial, a classe média urbana tecnológica, a classe média rural tecnológica, o proletariado não cartorial, ressaltando que para o proletariado “a adesão à ideologia do desenvolvimento estava “subordinada à aspiração mais premente pela redistribuição de renda” (JAGUARIBE, 1962, p. 209). Representando, portanto, essas novas forças sociais, deveria organizar-se uma “intelligentsia engajada”, intuito ao qual ele associa remotamente os esforços de homens como Mauá, Roberto Simonsen e as articulações do Grupo de Itatiaia, do IBESP e do ISEB (Ibid.)

Jaguaribe conclui seu último livro publicado antes do Golpe de 1964, afirmando não se tratar, “como julga o professor Gudin” (JAGUARIBE, 1962, p. 211) de saber se a intervenção do Estado era positiva ou nociva à economia. Essa era uma questão historicamente superada,

mas era necessário definir qual a forma e a extensão dessa intervenção; assim como não havia dúvidas sobre se deveria buscar a igualização de condições e a redistribuição de renda, a dúvida está em como realizar tais “exigências sociais”. Nesse sentido, o autor mostrava-se otimista, ainda em 1962, afirmando que, “a despeito das crises políticas”, e superado o trauma do suicídio de Vargas, precipitado pelas “forças da extrema direita”, se configurava “uma doutrina e uma prática brasileira do Estado, da economia, da programação e da democracia social”. Embora suscetíveis a mudanças, as condições “apontavam, inequivocamente, para essa direção” (JAGUARIBE, 1962, pp. 212-213). A citação a seguir resume o projeto do autor dando um vislumbre do *telos* que este perseguia e dos desafios entrepostos a este projeto:

Essa direção, por sua vez, pode ser definida, em suas grandes linhas, como caracterizado pela democracia social e nacional, programadamente orientada para o desenvolvimento, o bem-estar social e a crescente igualização das oportunidades, entre setores, regiões e pessoas, onde a propriedade privada dos meios de produção e a gestão privada dos empreendimentos são preservados na medida em que representem condições de eficiência econômica, onde o capital público tem a principal responsabilidade pela manutenção da taxa de investimentos, mas a gestão dos empreendimentos, ainda que públicos, tende a ser exercida de forma profissional, segundo critérios de eficiência e produtividade. Evidentemente, as características acima delineadas não serão atingidas de igual modo e ao mesmo tempo. Os dois mais difíceis problemas a solucionar, provavelmente, serão, de um lado, o da equilibrada composição entre a aceleração do desenvolvimento e da distribuição da renda e, de outro lado, o da subordinação dos capitais públicos (JAGUARIBE, 1962, p. 213).

3 ALBERTO GUERREIRO RAMOS: SOCIOLOGIA POLÍTICA NACIONALISTA, HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO E NACIONALISMO PÓS-COLONIAL

O sociólogo baiano, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), é uma figura central para a compreensão do ideário político nacionalista desenvolvido nas décadas de 1950 e 1960. Técnico de administração no DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), fora convidado por Hélio Jaguaribe para integrar o Grupo de Itatiaia, e, posteriormente o IBESP e também o ISEB, onde assume a cadeira da disciplina de sociologia. Como mencionado na apresentação do capítulo sobre Hélio Jaguaribe, um embate entre os dois, leva ambos a deixarem o Instituto. Após sua saída do ISEB, Guerreiro continua produzindo e ministrando uma série de conferência, além de ter assumido a cadeira de deputado federal como suplente de Leonel Brizola; sendo afastado nos primeiros expurgos posteriores ao Golpe de 1964¹⁰⁸. Talvez Guerreiro seja o autor, dos três que selecionamos, cuja trajetória pessoal e intelectual mais evidentemente dê forma para o processo delineado pela tese. Isto porque, como veremos, o autor parte de um nacionalismo primordialmente epistemológico para refletir sobre os condicionantes à sociologia periférica, se coloca como herdeiro da tradição nacional-estatista da sociologia política brasileira dos anos 1930 - referida como autêntica ou crítico-assimilativa ou inconsciente sociológico -, recebe elementos da teoria econômica cepalina, e progressivamente vai se voltando para uma perspectiva cada vez mais política do pensar, constituindo-se num dos mais prolíficos teóricos políticos de sua época. O nacionalismo faz então o percurso completo do arco que gostaríamos de destacar: inicia-se como ciência e epistemologia, passa por uma reflexão de cunho histórica, tanto no plano da análise do processo desenvolvimento quanto do Pensamento Político Brasileiro, e, ao fim, funda uma ideologia e um projeto político nacionalista periférico.

Alguns estudos substanciais foram dedicados à obra de Guerreiro Ramos, dos quais destacamos o livro de Lucia Lippi Oliveira, *A sociologia do Guerreiro* (1995), além das teses de doutorado de Ariston Azevedo, *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos* (2006), Maria Aparecida Abranches, *Nacionalismo e Democracia no Pensamento de Guerreiro*

¹⁰⁸ “Guerreiro Ramos ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados 71 vezes no período entre 26 de agosto de 1963, quando, na condição de suplente, assumiu a cadeira de deputado federal por força de licença concedida ao deputado Leonel Brizola, a 17 de abril de 1964, já com o mandato cassado pelo comando revolucionário. Só conseguiu eleger-se graças à avalanche de votos concedidos ao ex-governador do Rio Grande do Sul pelos eleitores do então estado da Guanabara, em meio a uma campanha pobríssima de recursos. Durante esse período, apresentou dois projetos de lei: o que dispõe sobre o processamento e averbação de licenças de patentes de invenção no Departamento Nacional da Produção Industrial (1381 sessão, 26 ago. 1963) e o que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de administração (1491 sessão, 4 set. 1963)” (PIZZA, 1997).

Ramos (2006), e Edison Bariani Junior, *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil* (2008). Estes quatro trabalhos realizam análises bem densas e interessantes sobre a obra de Guerreiro, sendo as duas primeiras, mais dedicadas a aspectos sociológicos do pensamento do autor, já Abranches e Bariani buscam estabelecer relações entre esses aspectos e suas implicações no plano político, aos moldes do que procuramos fazer aqui também. Entretanto, julgamos ser pertinente nossa empreitada, na medida em que permite traçar os vínculos diacrônicos - para além da referência manifesta - com a tradição nacional-estatista e seus desenvolvimentos, bem como as vinculações sincrônicas da linguagem nacionalista periférica que se constitui na troca entre Guerreiro, Jaguaribe e Furtado.

3.1 Epistemologia periférica: Nacionalismo epistemológico e a legitimidade histórico-sociológica do estudo do fenômeno político na periferia

3.1.1 Uma sociologia nacional e a teoria científica da realidade social

Desde seus primeiros textos na busca pela renovação da sociologia no Brasil - *Cartilha do aprendiz de sociólogo* (1953) e *Notas para o estudo crítico da sociologia no Brasil* (1954) - até sua formalização com *A redução sociológica* (1958), a perspectiva epistemológica fora uma das principais motivações para as investigações propostas por Guerreiro Ramos. Isso fica patente no plano da sociologia, visto que encontra uma síntese teórica na já citada obra de 1958. Entretanto, é em meio a esse período que as circunstâncias impelem o autor a deslocar essa mesma motivação em compreender o processo de formação e desenvolvimento das ideias e ideologias políticas no Brasil. Como veremos, a reflexão em torno do pensamento sociológico gradativamente irá migrando para o plano da sociologia política em movimento que remete à tentativa de compreensão e intervenção efetiva na realidade política do país. A própria análise das condições de produção de conhecimento teórico no plano da sociologia opera de forma a legitimar a incursão do autor no estudo do pensamento político brasileiro, concebido sob o estatuto de teoria política periférica. Guerreiro afirmava que a “tomada de consciência da situação da sociologia no Brasil era fato recente, na evolução do nosso pensamento sociológico” (RAMOS, 1995, p. 36), pois até pouco tempo careciam “pressões reais” que favorecessem o desenvolvimento da disciplina. A lógica colonial seria a responsável por essa falta de consciência que, em grande medida, incapacitava a sociologia brasileira de “tornar-se o suporte de uma interpretação objetiva da sociedade brasileira” (Ibid.). Essa situação colonial era entendida como “um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de

psicologia coletiva às populações colonizadas” (RAMOS, 1995, p. 37), impedindo a identificação do colonizado com sua circunstância histórica e social imediata. A lógica da exploração econômica impunha também “formas de dependência” no plano epistemológico, como a *assimilação*, a *aculturação* e a *associação*. Guerreiro demandava do sociólogo brasileiro, para superação desse colonialismo epistemológico, que este “se dispusesse a um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua particular circunstância nacional” (RAMOS, 1995, p. 36); uma sociologia “em mangas de camisa” em oposição a uma sociologia enlatada, segundo formulação apresentada em sua *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995). A orientação doutrinária e pautada por influências exógenas, cultivada nos centros de estudo de sociologia do Brasil e da América Latina, impediam, a seu ver, o desenvolvimento de um pensamento científico autêntico, compatível com a história particular de cada país¹⁰⁹.

Tomando, com confessa arbitrariedade, a fundação de “Sociedade Positiva” de Benjamin Constant, em 1878, como marco inicial formal dos estudos acadêmicos de sociologia no Brasil, Guerreiro elenca uma série de problemas com a produção sociológica que se evidenciavam após a análise desses mais de 70 anos de história até então. Ele irá apontar uma série de hábitos que o “sociólogo indígena” adotava para atestar sua suposta atualização em relação aos referências teóricas metodológicas praticados nos países centrais. A tendência à *hipercorreção* com a língua, que descartava critérios comunitários e vivos de expressão, optando arbitrariamente por outros importados; a tendência à *simetria* que consistia na constatação de que as orientações teóricas surgem aqui na mesma ordem que nos centros - “Nossos adeptos de Comte são sucedidos por spenceristas, estes por durckheimianos e tardistas e assim por diante” (RAMOS, 1995, p. 38). Guerreiro apontava que Sylvio Romero já se mostrara um crítico do *sincretismo*, tomado então como um “servilismo mental” e as tentativas de conciliar doutrinas estrangeiras incompatíveis ou justapô-las às interpretações nacionais. O *dogmatismo* manifestava-se na “adoção extensiva de argumentos de autoridade” pelos pensadores na periferia e na avaliação dos fatos por alusão a argumentos elaborados por autores

¹⁰⁹ Guerreiro mobilizava como tema exemplar para ilustrar suas crítica aos padrões provincianos na sociologia brasileira, o tema dos estudos raciais no Brasil; o qual nomeava provocativamente de “O problema do negro na sociologia brasileira”. Sobre essa discussão, Cf.: RAMOS, 1995, pp. 163-202; *Ibid.*, pp. 215-249. No plano da crítica ao “bovarismo” (RAMOS, 1996, p. 27) e ao academicismo, isto é, a tendência a distanciar o plano acadêmico do pensamento sociológico da realidade efetiva das coisas, Guerreiro cultivava como principal opositor e interlocutor nessa polêmica, o sociólogo Florestan Fernandes. Tendo como marco inicial a contenda sobre os padrões científico da sociologia brasileira perpetrada no II Congresso Latino-Americano de Sociologia (1953), esse embate perpassa grande parte dos escritos de Guerreiro, visto que Florestan encarna, na concepção do autor, em momentos distintos, duas vertentes sociológicas das quais ele se mostrará profundamente crítico: o positivismo e o marxismo. Para um resumo dessas críticas epistemológicas de Guerreiro em relação a Fernandes, em momento relativamente adiantado e consolidado, Cf., RAMOS, 1996. Sobre a polêmica entre os dois no II Congresso Latino-Americano de Sociologia ver: BARIANI, 2006.

prestigiosos. O autor consagrado mobilizado por Guerreiro como exemplo maior do dogmatismo na história das ciências sociais brasileiras era Nina Rodrigues, sendo sua obra sobre o negro no Brasil tomada como “um ato de fé na santidade e na veracidade da ciência social europeia”, capaz de figurar como “estudo de caso do dogmatismo no trabalho sociológico” (RAMOS, 1995, p. 39). O *dedutivismo* figurava como decorrência do dogmatismo e, ao tomar os sistemas estrangeiros como verdade absoluta, transformava-os em ponto de partida para explicar socialmente o Brasil, identificando o presente do Brasil com o presente de países em distintos estágios de desenvolvimento. A busca de explicação do Brasil por leis gerais da evolução levada a cabo por positivistas e a aplicação mecânica de categorias supostamente universais por alguns marxistas mostrava a abstração da contingência histórica que é marca desse dedutivismo, enquanto expressão epistemológica da situação colonial. A *alienação* dos estudos e estudiosos brasileiros era compreendida como uma decorrência do fato da sociologia no Brasil não ser fruto de esforços voltados para “promover a autodeterminação de nossa sociedade” (RAMOS, 1995, p. 41). O sociólogo brasileiro olhava para o Brasil como um estrangeiro, o que determinava uma posição “quietista-contemplativa”, que aproximava-se do beletismo e do diversionismo. Nesses pontos, o grande exemplo era a obra *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado (1928). Ela expressava, “de modo paroxístico, certo sadomasoquismo de nossas camadas letradas para as quais o caráter do povo brasileiro está marcado de notas pejorativas”, caracterizando o brasileiro pela tristeza, luxúria, cobiça, romantismo e servilismo. A imersão na realidade perpetrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, por sua vez, ilustrava a possibilidade de ruptura com essa perspectiva e, “apesar de seus erros de técnica científica e de seu tributo ao dedutivismo”, era obra de contribuição não excedida pela capacidade de identificação do intelectual brasileiro com o objeto de seu estudo. A socioantropologia do negro também era fortemente criticada por Guerreiro, por seu caráter etnocêntrico que via o negro como algo estranho à comunidade, algo exótico ou problemático - tema desenvolvido em outro artigo do mesmo ano. Enfim, a inautenticidade era a resultante de todas as características anteriores, efeito da falta de amparo do trabalho sociológico em “genuínas experiências cognitivas”. A situação colonial era portanto um condicionante da sociologia e do conhecimento produzido na periferia, e manifestava-se em todas aquelas características, vistas por Guerreiro como inevitáveis, mas não insuperáveis. O desenvolvimento da sociologia compreendido como um produto histórico do desenvolvimento europeu, dependia, portanto, de condições específicas. Essas não seriam exatamente as condições que haveriam de ser buscadas no Brasil para a manifestação de uma sociologia autêntica, mas as “transformações materiais” eram, de fato, fundamentais para viabilizar a possibilidade de autodeterminação no plano

epistemológico e ideológico. Não se tratava, portanto, de afirmar a superioridade dos pensadores contemporâneos em detrimento dos predecessores brasileiros, mas da possibilidade de compreender todos esses condicionamentos aos quais o pensamento periférico estava submetido, somente sendo possível adquirir essa consciência a partir de determinada configuração econômico-social, que lentamente vinha se conjugando e finalmente se apresentava de forma madura naquele momento. Nesse contexto era possível empreender a superação da inautenticidade epistemológica do pensamento brasileiro com a organização de uma “sociologia nacional”:

São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, que se inicie, de modo plenamente consciente, o trabalho de formulação de uma sociologia nacional. E também o presente momento da história universal, em que o imperialismo entre em crise e as chamadas áreas atrasadas se empenham no caminho de autoafirmação (RAMOS, 1995, p. 44).

Ao definir o que entende por “sociologia nacional”, Guerreiro irá afirmar que, como toda a ciência, a sociologia era universal, mas fora, porém, somente a partir do momento em que se descobre a historicidade do pensamento, tornando possível a crítica ao etnocentrismo intrínseco do desenvolvimento inicial da disciplina, que ela efetivamente atinge o plano científico. Ainda assim, afirma Guerreiro, a “universalidade da ciência, como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente” (RAMOS, 1995, p. 45). O próprio sociólogo se relaciona em sua existência com o referencial da nacionalidade e, “na medida que seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive” (Ibid.). A sociologia brasileira deveria se propor a realizar uma reflexão crítica sobre os condicionamentos históricos e políticos que se impunham à produção do conhecimento no Brasil e, se situando juntamente com a “mais genuína teoria social científica”, como a mobilizada por Hegel, Marx e Dilthey, efetivar sua “tarefa essencial - a de tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional” (RAMOS, 1995, p. 46). A forma inicial na qual se manifesta o nacionalismo na obra de Guerreiro é, portanto, de caráter epistemológico: “A sociologia, no Brasil, será autêntica na medida que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade” (Id. Ibid.).

Guerreiro, é profundamente crítico à divisão disciplinar das ciências sociais, em detrimento, como veremos mais adiante, do que o autor chama de uma concepção global das ciências sociais. Ele atribuía essa divisão a um desvio na evolução da teoria social colocado por Comte no século XIX. O êxito desse formato nas cátedras acadêmicas se dava justamente por

seu sentido conservador. Porém, afirmava que, “na presente época, está em vias de formar-se nova teoria científica da realidade social” (RAMOS, 1996, p. 184) baseada em contribuições e convergências advindas da dialética, da sociologia do conhecimento, do historicismo e do culturalismo (Ibid.).

É cada vez mais perceptível que as disciplinas academicamente definidas como Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia Social, etc. são diferenciações do saber científico decorrentes de imperativos de um período histórico senão já ultrapassado, em vias de ser superado. Corresponde aquele esquema à fase em que uma minoria de empresários capitalistas europeus constituíam não apenas o centro dominante do Ocidente como de todo mundo. As Ciências Sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia dessa dominação, na medida em que os seus enunciados gerais estão afetados do que se pode chamar de ilusão etnocêntrica ou ptolomaica e, ainda, na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo (RAMOS, 1996, p. 159).

Em interpretação tributária à sociologia do conhecimento, a perspectiva epistemológica periférica e pós-colonial¹¹⁰ defendida por Guerreiro propunha que as “ciências não são imunes ao condicionamento histórico” (RAMOS, 1996, p. 160). Com isso ele pretendia afirmar que toda forma de conhecimento, especialmente as ciências sociais eram natural e necessariamente determinadas pela cosmovisão do período histórico em que são produzidas. Guerreiro acreditava que aquele momento representava o início de um “novo período histórico” (Ibid.) que levava ao questionamento da perspectiva universal atribuída ao conhecimento emanado dos grandes centros do Ocidente capitalista. Ele pontua que, a partir do protagonismo de intelectuais que adotam uma postura crítica baseada em uma perspectiva epistemológica historicista e nacionalista, povos marginais se libertavam da servidão epistemológica associada ao colonialismo e à dominação capitalista:

Os promotores da reação têm sido intelectuais que assumiram uma posição crítica em face da ordem capitalista e descobriram o caráter histórico de suas leis. Por outro lado, decorre a referida crise da formação de recentes quadros nos países subdesenvolvidos, dotados de uma consciência crítica que os habilita a tirar partido de novos horizontes que lhes dá a sua condição, rica de virtualidades. Ao assumirem o ponto de vista dessas virtualidades aqueles quadros percebem o papel criador que hoje lhes cabe na revisão do patrimônio científico da humanidade (RAMOS, 1996, p. 160).

¹¹⁰ A reflexão sobre o caráter pós-colonial da sociologia de Guerreiro Ramos já foi recentemente objeto de outros estudos; Cf. LYNCH, 2015; BRINGEL; DOMINGUES, 2015; MAIA, 2015. Reflexões sobre a epistemologia na obra de Guerreiro pode ser encontrada em: LIPPI, 1995 e AZEVEDO, 2006. A contribuição original que pretendemos oferecer nessa parte inicial do capítulo se justifica pois os estudos citados são focados principalmente na perspectiva sociológica de Guerreiro. Nós iremos demonstrar que, progressivamente, o autor vai se voltando para a adoção de uma reflexão sobre a política e o pensamento político brasileiro, e quais são as implicações decorrentes dessa mudança no plano epistemológico de sua produção.

O Brasil encontrava-se no limiar de um momento que permitia a superação da condição colonial e de sua consequente alienação epistemológica. Aqui delineia-se uma faceta do nacionalismo periférico expresso pelos autores que estamos analisando que nomeamos soberania epistemológica. Sua expressão se apresenta na busca por um perspectivismo passível de permitir o reconhecimento dos problemas pertinentes a uma realidade mais imediata, referida a uma comunidade mais próxima, que determina uma funcionalidade ao pensamento intelectual, remetendo-o a questões concretas advindas da prática social. Porém, essa manifestação nacionalista, em sua proposta funcional, não denota nenhum tipo de provincialismo e nem “exclui das cogitações do sociólogo as tarefas teóricas” (RAMOS, 1996, p. 126), mas rejeita os fatores ociosos, decorativos, consulares, próprios de um saber baseado na reprodutividade de técnicas alienígenas. Distintamente da operação intelectual em uma situação colonial, abre-se ao cientista social a possibilidade de “contribuir para o desenvolvimento científico, não apenas como fornecedor de material, mas como criador no plano dos conceitos”. Nesse sentido, o cientista abandona a mentalidade colonizada, deixando de ser meramente “consumidor passivo de ideias importadas” para tornar-se “produtor de novas ideias destinadas à exportação” (Ibid.). Guerreiro mostrava-se profundamente otimista, vaticinando que brevemente o Brasil teria condições de superar a sociologia norte-americana, pois, encontrando-se em uma fase de “depuração crítica” e “purgação da consciência ingênua”, viabilizada pela técnica da redução sociológica, a sociologia brasileira não cometeria os mesmos erros típicos da produção do conhecimento nos países cêntricos: confundir a dinâmica de uma sociedade em particular com a dinâmica social geral, adotar uma excessiva especialização e cometer grosseiras simplificações dos fenômenos sociais. Além do que, contávamos em nossa história com intelectuais que, sem tomar conhecimento da técnica da redução sociológica, já adotavam postura crítica e metodologicamente competente:

Mais uma vez, ocorre a noção proposta do ‘ser-do-mundo, a qual, para o cientista, define a única postura capaz de tornar a sua produção realmente funcional. É nessa postura que se fundamenta uma sociologia nacional, mais do que propriamente a natureza dos temas. É nessa atitude, à qual já se chamou de empática, não sem felicidade, que se baseia o que há de melhor em nossas letras sociológicas, mesmo no passado, e que está associado aos nomes de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, estudiosos que praticaram a redução sociológica, embora não tenham refletido sobre ela (Ibid., p.128).

Como vimos, essa sociologia nacional não implicava numa perspectiva ultra especializada ou provinciana, mas numa forma de compreender a produção do conhecimento na periferia, seus condicionantes epistemológicos e políticos. Essa reflexão baliza os textos do autor a partir de 1953 e tem sua formalização em 1958. Porém, nesse intervalo, por volta de

1955, Guerreiro começa a migrar seu foco do plano do pensamento sociológico para assuntos e temáticas mais objetivamente políticas. Adiante, iremos analisar esse movimento embasado nessa perspectiva nacionalista que conduzirá Guerreiro Ramos a se aproximar de reflexões cada vez mais atinentes aos temas políticos. Defendemos que será a partir de reflexão já suscitada nos escritos anteriores que ele irá buscar uma legitimidade sociológica para o estudo do fenômeno político na periferia a partir do que chamará de uma “teoria global da sociedade local”.

3.1.2 A legitimidade histórico-sociológica do estudo da política na periferia¹¹¹

A problemática da realidade brasileira (1960 [1955]) e *A dinâmica da sociedade política no Brasil* (1995 [1955]) são escritos que representam a culminância da discussão, anteriormente elaborada por Guerreiro, sobre as especificidades do fazer sociológico na periferia mundial e a formulação de uma teoria sociológica de corte nacionalista e pós-colonial. Neste sentido, o autor vai procurar estabelecer as bases do que ele compreender como uma sociologia dinâmica, historicamente fundamentada e politicamente orientada, que servirá para sua posterior apresentação de uma interpretação histórico-sociológica da política brasileira. Ao fim, a consolidação das partes sociológica e epistemológica de sua teoria da sociedade brasileira¹¹², legitimam seu mergulho na história política brasileira em busca de uma teoria da dinâmica da sociedade política no Brasil.

Em *A problemática da realidade brasileira* (RAMOS, 1960), proferido originalmente, no ano de 1955, como conferência inaugural do curso extraordinário oferecido pelo ISEB no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Guerreiro inicia sua análise criticando as insuficiências e incorreções das formulações sociológicas correntemente utilizadas para a compreensão do tema das sociedades nacionais. Em diálogo com George Gurvitch, Hans

¹¹¹ Parte dessa seção é baseada em discussão inicialmente traçada em *Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento político* (1955-1958) (LYNCH; MARRECA, [no prelo]).

¹¹² No prefácio de seu livro *A crise do poder no Brasil* (1961) Guerreiro afirma que sua obra podia ser compreendida como “incidência de uma teoria da sociedade brasileira” ainda não totalmente formalizada em um escrito único: “Desde 1953, quando escrevi os estudos reunidos na Cartilha brasileira do aprendiz do sociólogo, que meus trabalhos sucessivos procuram traduzir, de modo sistemático, a novidade radical do processo brasileiro em sua presente etapa. À Cartilha, republicada com outros estudos em *Introdução crítica à sociologia brasileira*, se seguiram *A redução sociológica* e *O problema nacional do Brasil*. Esses e o presente livro são momentos de uma teoria da sociedade brasileira cuja apresentação em obra especial, na base de notas, observações e pesquisas que há alguns anos venho fazendo, as circunstâncias ainda não me permitiram (RAMOS, 1961, pp. 17-18). Lynch (2015) afirma que, a partir de uma análise sistemática dessas obras reconstituir a partir dos fragmentos teóricos essa teoria de forma acabada. Nesse mesmo artigo, o autor se propõe a fazer uma reconstituição, especialmente, das etapas epistemológica e sociológica dessa teoria. Em nosso trabalho, buscamos aprofundar a análise dessas duas partes e integrá-las à terceira parte, política, dessa teoria da sociedade brasileira.

Freyer, Hermann Heller, György Lukács e Ernst Bloch, estabelece as bases do que chamará de uma sociologia dinâmica que irá amparar sua interpretação histórico-sociológica da realidade brasileira. Inicialmente, ele traça uma crítica à sociologia positivista que, em contraste, será caracterizada como estática, coisificadora, desinteressada, ultrapassada e, portanto, inadequada para compreender a realidade nacional. Guerreiro afirma então que, aqueles que, sob essa orientação, tentaram definir a sociedade nacional e outros países a partir de termos globais, produziram formulações precárias, pois se limitaram a reiterar orientações sociológicas ultrapassadas, que admitiam “uma noção empírica da realidade social, considerando-a como algo ‘coisificado’, objetivado, exterior ao homem” (RAMOS, 1960, p. 80). A sociedade era assim concebida como algo produzido e descritível, como se se tratasse de um objeto passivo e estático. Esse vício de origem, que começara com Comte e seguira com Durkheim, criava o culto dos fatos sujeitos a um determinismo absoluto ou a leis naturais invariáveis. Tratava-se de uma sociologia dogmática, à francesa. Por outro lado, a tentativa “americana” de compreender a sociedade nacional limitava-se a colecionar fatos, estudando comunidades ou fazendo surveys locais. Também essa perspectiva empirista tornava impossível a formulação de categorias compreensivas da totalidade, sendo necessário conceber uma “teoria global de uma sociedade” como “requisito prévio para a compreensão de suas partes” (RAMOS, 1960, p. 83). Dogmatismo e empirismo eram pois as faltas da sociologia praticada no Brasil pelo sociólogo de mentalidade colonizada.

Por essas regras metodológicas (são minoria os que delas se liberaram) ainda se pauta o trabalho sociológico nos Estados Unidos, na Europa e nos países colonizados, ainda sem consciência crítica, como o Brasil, onde é extensa a influência da teoria sociológica e antropológica norte-americana, precisamente a menos capaz de transpor os marcos empiristas em que se encontra (Ibid., p. 81)

Em contrapartida, Guerreiro afirmava a necessidade de elaboração de uma teoria global da sociedade local, historicamente orientada e politicamente motivada, capaz de apreender o caráter dinâmico da realidade estudada. Essa chave dinâmica para a interpretação da sociedade nacional remetia a estudos perpetrados por intelectuais como George Gurvitch, Hans Freyer e Hermann Heller, que compreendiam a liberdade humana e os ingredientes peculiares de cada nação como elementos condicionantes do pensar sociológico. Na mesma direção, György Lukács e Henry Lefebvre eram mobilizados para argumentar que os fatos não passavam de momentos de uma totalidade, ou do conjunto social que se transformava ao longo da história. Por esse motivo, afirmava ser inútil o trabalho sociológico miúdo, que não partia de uma concepção prévia da totalidade social em que ele era praticado: “Não deveríamos partir para

estudos de pormenor antes de termos consciência crítica da realidade social do país. Aqui também é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes” (RAMOS, 1960, p. 85). Neste sentido, Guerreiro também criticava as interpretações sociológicas que, aspirando àquela condição de teoria da sociedade nacional, limitavam-se a interpretá-la a partir do estudo de um único aspecto isolado, uma monocausa, como a raça, o clima, a economia, a cultura, a alma ou o caráter nacional. A realidade social não poderia ser explicada por uma única causa porque seu sujeito era o homem, e este, por mediação, a efetivava conforme as possibilidades do contexto em que se encontrava. O caráter dinâmico e orgânico de cada sociedade só seria apreensível por meio de outra concepção de sociologia, entendida como *práxis*, no sentido conferido Ernest Bloch. O pensamento deveria partir dos fatos, não considerados em si mesmos, mas como elementos de um processo. Guerreiro propõe então que a sociologia surgira justamente do propósito reformador de homens que queriam solucionar os problemas de sua época e de sua sociedade. Por esse motivo, o cientista social deveria sempre especular a partir de um engajamento político efetivo, sendo estéril a especulação puramente acadêmica - dizia ele, “a sociologia sem *práxis* é um non-sens. Apenas professores de sociologia e literatos a admitem” (RAMOS, 1960, p. 85). A conclusão do raciocínio introdutório é a elaboração de um vínculo entre uma epistemologia nacionalista e a função das ciências sociais no Brasil: “Nessa ordem de ideias, isto é, partindo de um sum (sou brasileiro), procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sobre qualquer outra, no domínio das ciências sociais em nosso país” (RAMOS, 1960, p. 85).

Notamos, portanto, que a concepção de sociologia nacionalista de Guerreiro, dinâmica, recortada espacial e historicamente, e politicamente motivada, é a mesma desde 1953. Porém, à sua interpretação, vão sendo incorporados autores estrangeiros que confirmam sua orientação¹¹³. A novidade que esse texto apresenta, e não por acaso fora proferido em conferência no ISEB, é uma primeira análise das categorias que conformaram o processo de formação do conhecimento no Brasil. A problemática brasileira era sistematizada tipologicamente em algumas características compreensivas debatida a seguir. A *dualidade* (estrutural) fora concebida originalmente no campo econômico por Inácio Rangel e era uma característica global do país, cuja condição colonizada organizava de forma distinta os setores de produção voltados ao plano interno e externo. Aquilo que éramos para o exterior era faseologicamente superior àquilo que éramos internamente, configurando o fenômeno da

¹¹³ “Um produto sociológico qualquer (sistema, teoria, conceito, técnica de pesquisa, método), a menos que seja fruto de uma atividade lúdica ou ociosa, é sempre elaborada para atender a uma imposição. Esse *para* é que constitui o sentido do produto sociológico” (RAMOS, 1996 [1958], p. 115).

“contemporaneidade do não coetâneo”¹¹⁴; assim, a estrutura produtiva operava por lógica moderna e a outra ainda estaria atrelada à fase em vias de superação. Nessa interpretação, o dualismo não constituía patologia causada por uma deficiência psicológica das elites, mas era em verdade um fenômeno puramente histórico resultante da conexão histórico-universal da qual o país participava, e que tendia a ser superada desde que houvesse condições objetivas. Essas condições seriam geradas pela industrialização, pela urbanização e pelo surgimento de um mercado interno integrador do território nacional capaz de lhe imprimir uma tendência irreversivelmente centrípeta. A *heteronomia* era um fenômeno cultural vinculado à dualidade e inevitável de ocorrer em um país colonizado. Nos países sem tradição cultural, o processo colonizador suscitava a adesão aos moldes culturais e tecnológicos de maior prestígio, praticado nas metrópoles. O *mimetismo* daí resultante amortecia “a capacidade de avaliação crítica dos produtos culturais e tecnológicos importados” (RAMOS, 1960, p. 91). Guerreiro afirmava que os padrões culturais brasileiros não derivavam da análise da realidade nacional, mas eram mimetizados dos grandes centros e, na história política brasileira fora a ação que alguns estadistas que buscou isolar a heteronomia de modo prático. O Visconde de Uruguai, o Visconde de Mauá e Pandiá Calógeras, tendo como principal pauta a defesa nacionalista da centralização contra o “federalismo livresco”, foram os pensadores que primeiramente se deram conta da heteronomia da sociedade brasileira e conceberam a necessidade de convertê-la no sentido da elaboração de um conhecimento prático e da ação política, pois, nas palavras de Guerreiro, “somente a práxis, realmente, ontem como hoje, converte o pensamento aos fatos” (RAMOS, 1960, p. 93). A *alienação* era o conceito que o autor mobilizava para discutir a questão dependência. Entendida como o antônimo da autodeterminação, resultava tanto da falta de condições psicológicas quanto materiais vigentes no país. A dependência dos centros econômicos ainda era uma realidade e, a despeito de já ter começado o processo de autodeterminação, sendo sua consequência a percepção da sociedade brasileira sobre a si mesma tomada a partir de uma ótica emprestada, modelando a condução de seus designios afastando-os desse processo. O *amorfismo* derivava de concepção de Roberto Cuneo, e afirmava que, na América Latina, as energias psíquicas do homem se dispersavam sem alcançar objetivos, não se acumulando ou acabando por se introverter de modo estéril, por falta de formas que lhe organizassem o esforço e lhe dessem antecedentes e consequentes. Esse fato

¹¹⁴ A reflexão sobre o dualismo político-social e a contemporaneidade do não coetâneo são formulações partilhadas por uma série de autores nacionalistas; Cf. JAGUARIBE, 1956; RANGEL, 1957; FURTADO, 1962. Sobre a origem da concepção na obra de Ernst Bloch (*Gleichzeitigkeit der Ungleichzeitigkeit*), durante a década de 1950, ver: PAIVA, 2000.

seria resultante da inorganicidade das instituições, que se alteravam simetricamente conforme as sucessivas influências do exterior. “A tradição, a famosa tradição, que impõe tantos limites à vida europeia, se evapora no trópico e mesmo os simples costumes cotidianos sofrem forçosas aberrações e adaptações” (RAMOS, 1960, p. 94). Era o fato colonial como fenômeno total que impedia, por sua dinâmica, “os processos de forma a forma que assegurariam e canalizariam a produção de um contínuo vital, dando origem a uma verdadeira evolução, conforme um jogo bipolar de potência e resistência” (RAMOS, 1960, p. 95). A *inautenticidade* era categoria existencialista, tomada de empréstimo de Heidegger, e se referia a toda espécie de “existência falsificada ou perdida, em mera aparência”. O país deixava-se guiar em todos os seus aspectos por normas que não permitiam “a atualização de suas possibilidades e que vigoram à custa de contínuo déficit do seu ser”. Os valores vigentes no Brasil não correspondiam a “uma apropriação racional e simpática dos acidentes de nossa imediata moldura natural e histórica”, devido à condição alienada. No entanto, a consciência crescente dessa inautenticidade testemunhava o advento de um impulso renovador, ou seja, da existência de suportes objetivos (materiais) de uma consciência crítica da realidade nacional, que vinha sendo, desde longa data, assimilada em manifestações isoladas por personagens como Uruguai, Mauá, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Pandiá Calógeras. Eram aquelas manifestações isoladas que agora começavam a generalizar-se, já que a consciência crítica de uma nação também era produto histórico.

Segundo a interpretação esboçada, o aspecto fundamental da problemática epistemológica e sua transposição para o plano da política do país consistia na duradoura e aguda tensão entre forças centrípetas (unitárias ou integradoras) e centrífugas. Essa tensão sempre existira e, até 1930, prevaleceram as forças centrífugas pela falta de “suportes objetivos” (materiais), não tendo passado os antecedentes centrípetos de “episódios singulares”, que não chegaram a corporificar tendência definida e consistente. Depois de 1930, porém, a tendência centrípeta se torna preponderante, condicionada pela expansão da produção para o mercado interno em vez de o ser pela exportação (força exógena). Em meados da década de 1950, aquela oposição primordial, se materializava no embate entre uma sociedade velha, comprometida com o passado e as forças centrífugas, e uma sociedade recente, implicando um novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado. Esse embate levava o país a enfrentar uma grande crise, todavia, Guerreiro defendia que, era “vivendo profundamente a crise brasileira que podemos ganhar em lucidez e compreendê-la” (RAMOS, 1960, p. 88). As condições objetivas ou materiais deixavam claro para Guerreiro que o impasse que se colocava perante a sociedade brasileira haveria de ser solucionado no plano da política. A interlocução com Gurvitch, Freyer

e Heller balizava sua concepção de realidade social nacional, enquanto Lukács, Bloch e Lefebvre, amparam sua perspectiva totalizante e dialética do desenvolvimento social e político. A evocação desses autores por Guerreiro, tem como objetivo amparar a compreensão do caráter histórico e da motivação política como características intrínsecas e legítimas das ciências sociais na periferia e, por conseguinte, da urgência empreitada na direção do estudo da Dinâmica da Sociedade Política Brasileira.

Em dezembro de 1955, Guerreiro participa de uma série de conferências sobre assuntos brasileiros, sob o patrocínio do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, das quais resulta o texto, *A dinâmica da sociedade política no Brasil* (1995; [1955]). Seguindo o direcionamento indicado ao fim do texto anterior, Guerreiro dialoga com autores estrangeiros visando legitimar o estudo do Pensamento Político Brasileiro para, em seguida, elaborar uma interpretação do desenvolvimento político-social brasileiro, vinculando a emergência de grupos sociais e ideologias políticas, às mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira. Era preciso insistir na elaboração de interpretações globais suscetíveis de aplicação prática no contexto de uma sociedade periférica como a nossa, imatura social e economicamente. Não se tratava de uma repulsa ao pensamento estrangeiro, ou da exigência de um pensamento original; essa tarefa implicava “menos numa criação no plano teórico, do que instrumentalização crítica da ciência importada” (RAMOS, 1995, p. 59). A ideia defendida posteriormente na *Redução Sociológica* sugeria que, naquele momento, “começamos a deixar de refletir simetricamente as mudanças do pensamento científico estrangeiro e a valer-nos dele como ferramenta, numa elaboração teórica tendente a permitir a autoconsciência da nossa sociedade” (RAMOS, 1995, p. 60). As frações epistemológica e sociológica da Teoria da Sociedade Brasileira já se encontravam bem delineadas, agora era necessário compor a parte política a partir do estudo da dinâmica da sociedade política no Brasil.

O primeiro movimento do texto consiste na elaboração de “um módulo abstrato da dinâmica da sociedade política, induzindo de ocorrências históricas efetivas, aproveitando as contribuições de Marx e Timasheff”, ou seja, um modelo teórico geral extraído da experiência empírica, para, a seguir, propor uma análise da história política brasileira à luz daquele modelo. Para adentrar no terreno da análise da sociedade política no Brasil, Guerreiro irá propor ser necessário distinguir entre dois tipos de teorização da realidade social: a teorização ideológica e a teorização sociológica ou científica. A teorização ideológica teria cunho propriamente político-partidário, visando à justificação dos interesses particulares de um grupo ou classe social. Tal caráter não a impedia de eventualmente atingir alto grau de sofisticação, assumindo a aparência de ciência de validade universal. Já a teorização sociológica ou científica (i.e., da

“sociologia política”), consciente da influência de fatores irracionais no pensamento, se aplicava na compreensão global da sociedade e por isso transcendia o caráter ideológico, restrito à defesa dos valores de um único segmento social. A teorização sociológica era condicionada social e historicamente, porém, a consciência do caráter historicamente condicionado do afazer científico possibilitava a ela transcender de modo radical a dimensão puramente ideológica do pensamento. À Mannheim, Guerreiro negava novamente a preponderância absoluta de um fator específico ao longo do processo histórico (economia, raça, geografia, etc.), entendido por ele como dialético, mas a admitia-a ocasionalmente em determinado período, como resultante da análise da dinâmica total do processo societário. Era essa radicação da sociologia política em um “radicalismo empírico-dialético”, segundo formulação de Gurvitch, que impedia o cientista social de se confundir com o ideólogo de partido. Por isso, o exame sociológico do pensamento político transcendia a descrição ou aceitação do conteúdo imanente deste último, indagando as situações existenciais de que decorrem, que classe ou grupo as representa e em que momento elas aparecem. Nesse sentido, a análise das correntes políticas deve se focar na posição na estrutura econômica-social dos que as representam e a época em que eles vivem (RAMOS, 1995, p. 62).

Na formulação de um modelo abstrato da dinâmica da sociedade política, Guerreiro irá afirmar que na etapa capitalista das sociedades ocidentais as posições dos grupos dentro da dinâmica podiam ser esquematicamente reduzidas a três: ascendente (progressista), dominante (conservadora) e decadente (reacionária). Cada uma dessas posições condicionava formas específicas de pensamento político. As classes ou grupos ascendentes focavam sua ação política no futuro, traduzindo em suas ideologias “um impulso renovador de libertação” e assumindo uma atitude crítica diante da situação estabelecida. Suas ideias-chave eram razão, progresso e liberdade, e elas aspiravam ao fim da história e ao reinado da razão. Orientadas por uma visão teleológica da história, perdiam de vista “a dialética infinita da realidade social” (RAMOS, 1995, p. 63). Por sua vez, as classes e grupos dominantes tendiam a considerar o estágio atual da estrutura social como definitivo, admitindo a mudança apenas em chave reformista ou evolucionista de atualização da situação existente. Enfatizando o valor da ordem, acreditavam na naturalidade ou eternidade das leis de funcionamento da realidade, em uma concepção quietista e estática da sociedade. Já as classes e grupos declinantes, “aposentados da eficácia histórica” (RAMOS, 1995, p. 64), vencidos pela dinâmica do processo histórico social, se esforçavam por retornar ao passado e ao período em que dominavam, tendo por palavras de ordem a restauração ou a recuperação. As posições de ascensão, dominação e declínio, com suas respectivas ideologias, seriam posições de coexistência e sucessão, ou seja, existem

simultaneamente e são brandidas sucessivamente pelas classes conforme ocupem a primeira, a segunda ou a terceira daquelas posições. Esse modelo geral da dinâmica da sociedade política se organizava a partir de alguns preceitos organizados por Guerreiro em diálogo com alguns autores preferenciais. Ele utiliza chave interpretativa weberiana para propor que em qualquer sociedade o centro conformaria o complexo social com seu domínio, sendo ocupado por um determinado grupo social capaz de pautar as relações de sociabilidade, mobilizando Timasheff e Durverger, pontua que nem a periferia seria de todo passiva, nem o centro seria homogêneo, e, se assim não fosse, o dinamismo histórico-social deixaria de ser dialético. Todo o centro seria dividido contra si mesmo em duas metades: centro esquerda e centro direita. E, seguindo a linha marxiana, toda classe ou grupo dominante justificaria seu poder pela função social exercida, suscitando a adesão da periferia. A resistência à mudança, se daria assim em virtude da naturalização ou coisificação da dominação por meio da ideologia da classe dominante (alienação para Marx e objetivação para Timasheff). A conclusão do modelo da dinâmica da sociedade política indicava que somente quando as contradições decorrentes das transformações materiais se acentuassem, as classes dominadas se tornariam “classes para si”, rompendo a alienação e assumindo uma posição de autonomia no processo político. Com isso, Guerreiro negava mais uma vez a prevalência de fatores como psicologia individual ou coletiva para explicar a dinâmica das relações de poder, atribuindo grande relevância para os condicionantes econômicos do desenvolvimento político. A conclusão de seu modelo geral delineava uma concepção dinâmica da política, na qual a estrutura do poder estava sempre em devir impelida pelos condicionantes econômicos e sociais.

Com base em seu modelo abstrato da dinâmica da sociedade política, Guerreiro inicia uma análise da evolução da sociedade política do Brasil, relacionando as premissas e categorias anunciadas anteriormente. Segundo esta interpretação, a “classe latifundiária” teria sido ascendente até 1822 e dominado a cena política brasileira até 1930, data em que começou o seu declínio em benefício da incipiente “burguesia industrial”, ainda organicamente ligadas aos interesses da do latifúndio e da burguesia mercantil (RAMOS, 1995, p. 72). A “burguesia industrial” dominaria depois de 1945 em aliança ambígua, porque não desprovida de conflitos, com a classe latifundiária decadente; aliança essa expressa formalmente no PSD (Partido Social Democrático). A “classe proletária”, cuja gênese remetia ao surgimento das manufaturas e à abolição da escravidão, havia sido politicamente irrelevante antes das décadas de 1870-1880, mas tornar-se-ia a classe ascendente após 1930, e na década de 1950 aproximava-se do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A partir de 1930, a expansão da produção para o mercado interno e o incremento da produção de bens de capital determina “o declínio da burguesia latifúndio-mercantil como classe dominante” em benefício da “burguesia industrial”, que, entretanto, não se torna classe, conformando-se, entre 1930 e 1945, uma situação de equilíbrio de poder entre ambas diante da necessidade de expansão da capacidade regulatória do Estado; o que explicaria o intervalo bonapartista do Estado Novo poder ser definido como uma “ditadura da híbrida burguesia nacional” (RAMOS, 1995, p. 74). Conforme referido, essa tensão não era tão determinante naquele momento, ainda havendo então menos polaridade do que ambiguidade na relação entre os atores. Criticando a “concepção psicológica do processo histórico-social” que, sob chave elitista, apostava na transformação da sociedade pelo esclarecimento mental, intelectual e moral, Guerreiro adota uma perspectiva materialista de interpretação da mudança política e social, propondo que essa situação de estabilidade entre as classes dominantes era fruto de um processo de transição de estruturas econômicas e a industrialização era fator determinante, ainda que não exclusivo, da dinâmica política das classes sociais. As eleições posteriores a 1945 exprimiam de modo crescente o amadurecimento da classe proletária e sua demanda por participação política, especialmente no meio urbano. Porém, o autor atestava que, até então, “nenhum movimento político de importância ultrapassa a perspectiva da classe média” (RAMOS, 1995, p. 72). Diante da fraqueza do mercado interno, da indústria e do proletariado, naquele período o protagonismo enquanto vanguarda política coubera justamente à classe média. Ela era “uma espécie de vanguarda de todos os movimentos revolucionários durante a fase colonial”, aliando-se a movimentos progressistas durante o Império e participando ativamente da instauração da República. Porém, após 1930, com a emergência do proletariado e da burguesia industrial, a “pequena burguesia” estaria adotando tendências direitistas, abraçando sucessivamente o integralismo, e depois, partidos como a UDN (União Democrática Nacional). Por fim, desde 1945, ela seria, em linhas gerais, “uma força reacionária domesticada por uma ideologia reformista e moralista”. Haveria também um pequeno contingente dessa classe abrigado no PCB (RAMOS, 1995, p. 75).

Se, portanto, até 1930, era na classe média que se manifestava “as tendências dominantes do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira”, será na empreitada histórica sobre as ideologias por ela defendidas nesse período que Guerreiro irá buscar subsídios para a sua ideologia orgânica da sociedade brasileira. A campanha civilista, a reação republicana, o movimento tenentista, todos movimentos puramente liberais, seriam marcos “da revolução da classe média contra as oligarquias latifúndio-mercantis” (RAMOS, 1995, p. 72). Elas deveriam ser estudadas posteriormente para verificar a existência de uma ideologia

orgânica do desenvolvimento nacional, porque aqui Guerreiro não o faz. Esse exercício é realizado nos textos subsequentes, quando o autor irá empreender um mergulho na compreensão no Pensamento Político Brasileiro em busca de subsídios ideológicos para sua Teoria da Sociedade Brasileira.

3.2 *Interpretação crítica do desenvolvimento político: O desenvolvimento sociopolítico no Pensamento Político Brasileiro e a busca por uma ideologia orgânica*

À primeira vista, poderia parecer que o exame da “trajetória das ideias políticas” que caracterizariam os diversos momentos de nossas transformações de classes em ascensão, domínio era imitada de forma espelhada dos processos da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, transportando ao domínio do pensamento político, a tese, inicialmente desenvolvida para o pensamento sociológico, da inevitabilidade e necessidade da transplantação, Guerreiro sustentava que aquelas ideias (antes ideologias) deveriam ser explicadas à luz da sua funcionalidade: “As doutrinas, na luta partidária do Brasil, tem servido para camuflar as intenções e os propósitos, e a compreensão do seu sentido existencial e não meramente lógico requer que o analista as transcenda, apreciando as conexões objetivas dos que dela se utilizam”. Ou seja, as ideologias deveriam ser avaliadas não em si mesmas, descritivamente, mas sociologicamente, na sua interação contextual com os interesses dos grupos sociais que as brandiam. Partindo do estudo crítico do pensamento sociológico brasileiro como ferramenta de elaboração de uma ciência social brasileira pós-colonial, Guerreiro, munido deste instrumental teórico, enveredava para um estudo crítico do pensamento político brasileiro na busca por uma ideologia orgânica da sociedade brasileira. O pensamento político brasileiro deveria ser considerado à luz das ideologias, conforme entendidas por Marx, Lukács e Mannheim, dentro do processo histórico de progressiva tomada de consciência da condição colonial e da viabilidade de sua superação; esse exercício é proposto nos textos *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias* (1995; [1955]), *A Ideologia da jeunesse dorée* (1961; [1955]) e *O inconsciente sociológico: estudo sobre a crise política no Brasil, na década de 1930* (1961; [1956]).

No texto, *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias* (1995; [1955]), referente à conferência pronunciada na faculdade de filosofia de São Paulo, durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em junho de 1955, Guerreiro vasculha a literatura política elaborada pela classe média engajada politicamente na vanguarda da evolução política brasileira, a partir da década de 1870. No intuito de averiguar

como os grupos políticos representativos de ideais progressistas teorizaram sobre as sucessivas mudanças políticas na história do Brasil. Seu interesse está voltado especialmente para aqueles movimentos que, antes dele mesmo, agiram politicamente com base no que ele chama de uma teoria da sociedade brasileira. O intuito prático do autor é o de verificar nesses teorizadores a existência de elementos capazes de apontar a orientação dominante da evolução política e social brasileira, de forma a iluminar o processo empreendido até então, potencializando-o para, posteriormente, contribuir para a elaboração de uma ideologia orgânica da realidade brasileira. Guerreiro invoca a clássica afirmativa de Oliveira Viana¹¹⁵, segundo a qual a ação dominante de nossas elites, desde a independência, teria sido caracterizada pelo idealismo utópico, ou seja, a crença na “eficácia imanente de teorias europeias e norte americanas” (RAMOS, 1995, p. 79) e nos benefícios de seu transplante para o Brasil. Apesar do elogio ao autor a Viana que, “na parte que diz respeito às nossas elites, é, certamente, o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram, entre nós” (RAMOS, 1995, p. 79), Guerreiro reelabora a crítica que já lhe havia feito ao cuidar do pensamento sociológico brasileiro. Se, anteriormente, Guerreiro salientara que a transplantação era inevitável e necessária em contexto colonizado e dependente, agora, a respeito do pensamento político, ele frisava que a conduta idealista utópica deveria ser entendida, menos como uma patologia imitativa psicológica, do que como “um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre legítimas da sociedade nacional”. Ou seja, apesar de serem ideologias destinadas a encobrir os interesses particulares de grupos em pugna, cobrindo-as muitas vezes inconscientemente com uma capa de legitimidade, constituíram percurso inevitável decorrente da condição periférica. Portanto, segundo ele, era provável que elas nem sempre tenham contrariado a evolução política brasileira, contribuindo para a melhoria da organização social, ainda que sem ultrapassar os interesses das classes sociais que representavam. Por isso, pontuava, “o tema do idealismo utópico está a pedir, hoje, uma revisão” (RAMOS, 1995, p. 80). Com efeito, afirmava que, “no Brasil, as práticas idealístico-utópicas estiveram quase sempre aliadas às tendências positivas da evolução da sociedade”, representando “várias tentativas de teorização da realidade nacional, orientadas no sentido de possibilitar sua melhor conformação ou de dominar o processo de crescimento da sociedade nacional” (RAMOS, 1995, p. 80). Guerreiro se propõe a estudar algumas dessas tendências buscando “focalizar os esforços e, registrando o momento em que surgiram, ganhar maior compreensão ou de dominar o processo de crescimento da sociedade

¹¹⁵ Para uma análise mais detida sobre esse ponto da apropriação da Guerreiro da teoria de Viana, ver: CANNONE, 2018.

nacional” (RAMOS, 1995, p. 80). Assim, os “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados” são classificados e analisado por Guerreiro da maneira que se segue.

Segundo sua interpretação, em 1870 já se verificaria uma contradição entre as instituições monárquicas vigentes que garantiam o predomínio dos fazendeiros escravistas e as novas forças produtivas que queriam a superação daquela infraestrutura. Desde Alves Branco já havia uma industrialização em curso e essas contradições exigiam uma alteração no plano institucional. Essa contradição se exprime no manifesto dos republicanos de 1870, que enumerava os pontos de estrangulamento a serem desfeitos. Um documento expressivo das profissões liberais, que começavam a ter acesso aos postos de decisão na sociedade imperial e almejavam por mudanças políticas, representando assim o máximo de consciência possível que se podia pedir dos quadros liberais da classe média do período. Nada havia de utópico em sua demanda, tratava-se de pragmatismo destinado a fazer valer concretos interesses e propósitos, camuflado de parafernália vocabular (RAMOS, 1995, p. 83). Por sua vez, o movimento positivista fora o primeiro a colocar com toda a clareza, a necessidade da formulação de uma “teoria da sociedade brasileira como fundamento da ação política e social” (RAMOS, 1995, p. 83). Teixeira Mendes, o mais destacado autor, na busca pela elaboração dessa teoria, em seu opúsculo *Pátria Brasileira* (1883), condena o empirismo da política brasileira. A adoção literal das teses de Comte, termina por prejudicar as teses gerais dos positivistas brasileiros. Razão pela qual, como doutrinários, Guerreiro atesta que foram mesmo utópicos. No entanto, o programa de medidas por eles preconizadas apresentava frequente cunho prático, do ponto de vista da classe média a que pertenciam. Suas teorias, ao constituírem suporte ideológico das reivindicações desta classe, “deu expressão a genuínas tendências da sociedade nacional e contribuiu para a superação das contradições nelas vigentes” (RAMOS, 1995, p. 85).

Após Teixeira Mendes, Silvio Romero e a sociologia (política) da sociedade republicana foram os seguintes representantes de uma intelectualidade que respaldava sua atuação política em uma teoria da sociedade brasileira. Romero buscava compreender as leis da história para vislumbrar perspectivas de futuro, e constatava que, no Brasil, esse problema tinha duas faces: uma influenciada pela Europa e a outra orgânica, nacional. Nesse sentido, as soluções deveriam, ao mesmo tempo, atender ao que ia pelo mundo e àquilo que podia ser aplicado ao país. De acordo com a interpretação de Guerreiro, Romero não teria chegado a elaborar uma teoria configurada do Brasil, deixando pistas esparsas em várias de suas obras, mas esboçara suas linhas gerais em *O Brasil Social* (1907). Não era tarefa fácil perscrutar as suas ideias, até porque, por vezes eram contraditórias (RAMOS, 1995, p. 86). Seu livro *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*, de 1894, tinha grande importância como documento interpretativo do

início da República, porque buscava “a lei sociológica que vai presidindo à gênese e à formação das principais correntes de opinião, com o objetivo de contribuir para a orientação dos espíritos”, e figurava então como a primeira meditação sociológica sobre os partidos políticos, correspondendo precisamente ao que Guerreiro pretendia fazer. Romero sabia que se tratava de uma época inédita de câmbio político-institucional que merecia ser examinada cientificamente, e para isso traça a gênese e interpreta sociologicamente a atuação dos diversos partidos do período – o monarquista, o socialista, o jacobino, o militar e o positivista. Guerreiro conclui afirmando que o autor atingiria o máximo de lucidez para a época ao examinar o movimento socialista e afirmar que ele seria inane, na medida em que não teríamos ainda um proletariado político. Outra valiosa contribuição se daria na análise crítica das oligarquias nacionais que o levava à caracterização do país como uma vasta feitoria, verdadeira colônia.

Os ideólogos da ordem e progresso eram os nacionalistas das décadas de 1910 e 1920, como Jackson de Figueiredo e Álvaro Bomilcar, que exprimiram “em larga margem, mais por intuição do que por pura intelectualização, tendências reais da sociedade brasileira, naquele momento”. Depois, o movimento teria se radicalizado com as revoltas tenentistas, revelando autores que também refletiam “de modo mais ou menos ingênuo as tendências centrípetas de autodeterminação atuantes na sociedade brasileira naquela época” por meio de “uma concepção psicológica do processo histórico-social, a qual admite a possibilidade de transformação da sociedade pelo esclarecimento mental, intelectual e moral e muitas vezes uma certa crença na salvação pelas elites” (RAMOS, 1995, pp. 94-95). Tais limitações não os impediam, porém, de diagnosticarem acertadamente muitos dos males brasileiros, com deferência especial para Carneiro Leão, Gilberto Amado e Oliveira Viana. Guerreiro volta à tese da “consciência possível” para afirmar que, naquele tempo, não era possível ainda atingir uma “concepção configurada da sociedade brasileira”, pois faltavam condições objetivas para viabilizar uma revolução de classe média. Ou seja, as forças políticas e seus intelectuais de classe média não dispunham ainda de condições para compreender o contexto econômico e social que provocava as mudanças políticas, e por isso não puderam desenvolver um pensamento político capaz de explicar e justificar a Revolução. A Revolução de 1930 criaria afinal condições para a estruturação ideológica do país ao abrir lugar nos quadros dirigentes uma parte considerável da classe média, institucionalizar as forças econômicas pela sindicalização, liquidar a hegemonia de alguns Estados sobre os demais e firmar o princípio da intervenção estatal na economia. A partir de então, elevava-se o grau de diferenciação das classes sociais, com a ascensão da burguesia industrial, a decadência do latifúndio e o surgimento do operariado.

Para Guerreiro, o problema político contemporâneo do país – o da liquidação da política de clientela, através da estruturação ideológica dos interesses das classes sociais – se delineava na literatura do período entre 1930 e 1937, sob a marca de um esforço extraordinário de “teorização política da realidade nacional” expressas em três direções que refletiam então a necessidade de transformação dos métodos e processos políticos, observada a partir de 1930: A direção *normativo-acadêmica* a direção *indutiva* e a direção *pragmático-partidária*. A direção *normativo-acadêmica*, se orientava “por uma concepção psicológica do processo social, na linha que acreditava possível a salvação da sociedade através da tutela das massas exercida pelos mais esclarecidos, ou através da transformação do caráter do povo, pela educação” (RAMOS, 1995, p. 96); a direção *indutiva*, era aquela dentro da qual estariam os intelectuais que, a despeito da falta de instrumentos metodológicos rigorosamente científicos, “conseguiram, apesar disto, captar alguns aspectos essenciais dos acontecimentos” - entre eles estavam Martins de Almeida, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, etc.; e a direção *pragmático-partidária*, impressa por exemplo por Plínio Salgado à frente do AIB (1932) e por Prestes à frente do PCB (1935), que não interessava tanto a Guerreiro Ramos pois esta considerava que não constituíam um esforço válido de teorização, na medida em que repetiam mimeticamente o fascismo italiano e o bolchevismo russo.

A conclusão do texto indica que a “diferenciação social das classes pela expansão industrial e a reorientação da economia brasileira no sentido de um amplo mercado interno e, portanto, anticolonial” (RAMOS, 1995, p. 97) vinha se acelerando, inclusive sob o impulso da crise do imperialismo (colonialismo) posterior à Segunda Guerra. No entanto, de nenhum dos esforços de teorização estudados teria resultado “a formulação de uma ideologia orgânica da realidade nacional que refletisse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira”, a despeito “de contribuições fragmentárias, neste sentido, às vezes importantes” (RAMOS, 1995, p. 97). O resultado dessa ausência era uma crise da organização político-partidária, cujas premissas estavam desajustadas em relação às mudanças estruturais sofridas pela sociedade brasileira nos últimos 25 anos. A superação dessa crise dependia de uma teoria da sociedade brasileira, de que se pudesse formular um pensamento político (ideologia) capaz de encaminhar “as forças políticas no sentido da tendência dominante do processo de desenvolvimento do país” (RAMOS, 1995, p. 97). A seguir, Guerreiro irá se debruçar sobre o pensamento político da década de 1930, em busca de contribuições para a teoria da sociedade brasileira, nos textos: *A Ideologia da jeunesse dorée* (1961 [1955]) e *O inconsciente sociológico: estudo sobre a crise política no Brasil, na década de 1930* (1961 [1956]).

A Revolução de 1930, expondo em primeiro plano o problema da reorganização política do país, deu ensejo ao surgimento de uma plethora de livros sobre os problemas nacionais, de forma contínua, até o ano de 1937. O exame dessa literatura política permitia a Guerreiro discernir tendências diversas do Pensamento Político Brasileiro, em suas distintas expressões. A primeira dessas tendências, nomeada *jeunesse dorée*, era caracterizada por uma postura “acadêmico normativa, isto é, a de um grupo de escritores, oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastados das lutas partidárias e preocupados quase exclusivamente com a vida intelectual” (RAMOS, 1961, p. 152). Amparados pelo Estado cartorial, encarregado de dar-lhes ocupação, haviam produzido um pensamento descomprometido com “o esclarecimento mesmo da essência da estrutura social vigente e sempre de modo a evitar a total ociosidade de cidadãos que, de outra forma, poderiam converter-se em fermentos de influências subversivas” (RAMOS, 1995, p. 138). Eram eles os principais responsáveis pelo “caráter fictício da vida e da produção intelectual no Brasil”, sendo a crise alardeada pela *jeunesse dorée* depois de 1930, evidência explícita de sua decadência. Como reflexo das mudanças socioeconômicas posteriores, a pequena burguesia (classe média) e o proletariado, embora com “escassa consciência ideológica”, vinham lutando por mais lugar ao sol, impondo uma alteração nas relações de classe vigentes até então. Tomada pela angústia, pelo medo, pelo pessimismo e, claro, pela nostalgia dos bons e velhos tempos do Império, quando dominavam as classes latifundiárias, a *jeunesse dorée* buscou explicar aquele momento por um viés conservador e justificador do seu domínio ameaçado. As mudanças em curso eram por eles interpretadas como decorrência da “indisciplina mental, desordem intelectual e conseqüentemente só poderão ser erradicadas por operações psicológicas: recristianização, primado das elites letradas, melhoria do caráter nacional” (RAMOS, 1961, pp. 153-154). Por isso, a análise da *jeunesse dorée* ilustrava o que havia sido essencialmente o tipo de literatura política alienada, fabricada pelas elites dominantes até 1930, e o anacronismo que elas representavam ao serem reproduzidas na década de 1950.

Entre os integrantes mais conspícuos da geração da década de 1930 estavam Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afonso Arinos e Otávio de Faria. Por sua situação econômica e social brilhante, esse grupo apresentava em conjunto os traços clássicos da psicologia da *jeunesse dorée*, formada por “estratos de intelectuais bem-nascidos, para os quais as dificuldades materiais propriamente não existem” (RAMOS, 1961, p. 153). A cultura desses autores era marcada pela ociosidade e pela extravagância, pois haviam recebido uma noção de cultura exclusivamente por via da leitura e da absorção de ideias prontas, desconhecendo as condições objetivas de que elas haviam se originado. Eles eram “induzidos a um certo

esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição anterior pela autoanálise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disso, pela concepção do homem e da sociedade em termos preponderantemente psicológicos” (RAMOS, 1961, p. 153). Os autores da *jeunesse dorée* “tendem, assim, a conceber o mundo como uma ordem ideal, por excelência, de que seria reflexo o mundo material [...]. Por suas condições de classe, permanecem por assim dizer distante das chamadas questões práticas da vida” (RAMOS, 1961, p. 160). Como “o teste de validade de qualquer pensamento não se opera de modo silogístico, pelo confronto de teses doutrinárias, mas pela funcionalidade, pelo seu caráter necessário” (RAMOS, 1961, p. 155), a literatura produzida por esta casta nada teria de científica, valendo ser lida apenas como material subsidiário “para estudar a psicologia específica de um estrato específico da sociedade, num dado período” (RAMOS, 1961, p. 164). A autoridade intelectual por eles granjeada só se explicaria pela “incultura geral do nosso público e pelo despolicamento crítico dominante em nossos meios literários e científicos” (RAMOS, 1961, p. 160). A recristianização era a solução pregada por Alceu Amoroso Lima em seu tratado *Política* (1932), uma “espécie de geometria em que as fórmulas de salvação se deduzem de princípios formais eternos: o de finalidade, o de respeito às propriedades da matéria, o de participação, e o de autoridade”. Ele acreditava que a salvação do Brasil viria muito mais da cultura e da religião do que da técnica e da política, e que a regeneração do Brasil dependia de sua reforma moral. Havia uma incompreensão dos fatos sociais, sendo a política tratada sempre no plano dos enunciados genéricos, e nunca de forma concreta e particular. Ao confrontar Alberto Torres - “de nossos pensadores mais objetivos, apesar de seus erros de técnica científica” -, Alceu não ultrapassava o plano doutrinário (RAMOS, 1961, p. 155). Afonso Arinos, outra figura representativa da visão dorée de mundo, mantinha-se, ainda em 1955, fiel aos pontos de vista por ele expressos na década de 1930. No domínio da teoria política, seria racista, explicando, em tese pueril, o advento do marxismo em decorrência das atividades de judeus. Em *O Conceito de Civilização Brasileira*, afirmava que a sociedade brasileira só seria bem governada se o fosse por pessoas bem-nascidas ou de sangue limpo, já que os resíduos africanos ou índios seriam os fatores de desorganização da vida nacional. Afirmando o primado da tradição e dos costumes, o máximo de audácia a que os *dorées* se permitiriam era “o reformismo, os métodos evolutivos de reforma social e política” (RAMOS, 1961, p. 156); outro equívoco, já que seria “da essência do processo histórico-social a ocorrência intermitente de alterações qualitativas, no domínio do costume e da tradição (RAMOS, 1961, p. 156).

Segundo Guerreiro Ramos, falar do primado e defesa da tradição, no Brasil, era superfetação, e, remetendo à afirmativa de Alberto Torres, conclui, seríamos uma sociedade em

branco em matéria de costumes e tradições; o normal aqui teriam sido os saltos. A interpretação dos problemas nacionais pelos dorées se dava predominantemente em termos de psicologia nacional, e a atribuição de aspectos das vidas dos povos a tais entidades místicas era pseudocientífica, pois tomava “um estágio transitório da psicologia coletiva como definitivo; ou confundia uma condição faseológica de um povo com sua própria natureza” (RAMOS, 1961, p. 162). Para os autores da *jeunesse dorée*, não havia leis sociais objetivas, só o acaso e os heróis, o que levava Otávio de Faria a apelar para um Maquiavel. As forças configuradoras da sociedade, seriam apenas os intelectuais e as elites. A salvação do país pelos intelectuais e pelas elites era outra característica que explicitava o aspecto parasitário da *jeunesse dorée* e o alto conceito que ela teria de si mesma - para não falar no desprezo dedicado à plebe -, apesar de não se precisar o que fossem os intelectuais. Para Arinos, intelectual era quem publicava livros, portasse uma visão sintética e panorâmica, com hábito de ideias gerais, e tivesse grau de doutor. Preconizar o governo de intelectuais, como ele fazia, expressava, na opinião de Guerreiro, uma ingenuidade completa. Coisa extremamente rara na história, esta proposta derivava de uma confusão de elites com classes dirigentes. Mas, a principal falácia da tese da salvação pelas elites consistia em conceber as relações sociais em termos estritamente racionais, atribuindo a fatores intelectuais um papel modelador do processo histórico-social, sem perceber a sua dimensão ideológica de classe. Guerreiro conclui apontando o caráter eminentemente conservador dessa ideologia, típica de uma época de primado da estrutura social e política latifundiária. A redução do problema político a um problema moral seria uma consequência lógica de toda a concepção intelectualista do processo histórico e social. E assim resumia o sentido essencial da obra desses escritores: “A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa” (RAMOS, 1961, p. 167).

Os processos de complexificação das classes, decadência do latifúndio, industrialização e o surgimento do proletariado iniciados após a Revolução de 1930, começavam a permitir a difusão de um pensamento orgânico, autêntico, em oposição à geração *dorée*. O Brasil teria chegado “a um ponto crítico de seu desenvolvimento, ponto que assinala o momento de transformação qualitativa de sua estrutura”, e a racionalidade econômica e a produtividade estariam em vias de pôr fim à situação em que intelectuais ociosos, sem inserção econômica, ocupavam cargos públicos como prebendas e produziam literatura “sorriso da sociedade”. A emergência da sociologia como conhecimento especializado deveria substituir o intelectual beletista parasitário, representado pela *jeunesse dorée*, por uma moderna intelligentsia, prática,

com sua atividade voltada para “investigações realmente relacionadas com as necessidades de desenvolvimento do país” (RAMOS, 1995, p. 138). Ou seja, nesse novo momento, o afazer sociológico era obra de intelectuais práticos, de classe média, engajados em uma práxis política de seu tempo. Sob essa perspectiva, Guerreiro se empenha no trabalho de recuperação das contribuições aos estudos brasileiros efetuados por aqueles que não se diziam sociólogos ou antropólogos, e que estavam na tradição do pensamento nacionalista da década de 1930. Ele propõe uma profunda crítica aos pretensos estudos sociológicos e antropológicos produzidos desde a década de 1930, que timbrando em exhibir erudição e conhecimento de técnicas de pesquisa, seriam supostamente a última palavra em ciência social e, sob essa rubrica, teriam passado então a “aberta ou indiretamente, empequenecer as contribuições dos estudiosos dos problemas brasileiros que os tinham precedido” – como José Maria dos Santos, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Caio Pardo Jr e outros. Até Oliveira Viana era olhado de soslaio por esses “cientistas”, que contestavam a importância de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, carentes, na sua opinião, de método sociológico. Passaram igualmente a desestimular que outros o fizessem, a pretexto de que tal exigiria um conhecimento particular. No entanto, segundo Guerreiro, ainda não se conhecia nenhuma contribuição dessa sociologia ou antropologia para esclarecer qualquer aspecto da vida brasileira, limitando-se a glosar temas tratados no estrangeiro e a assim compor obras tipo “sorriso da sociedade” – expressão utilizada para criticar Gilberto Freire - ou tratando de antropologia de forma confusa e bizarra, sem nada de científico. Esses “sociólogos” e “antropólogos” da época não passaria de “literatos ou beletristas, disfarçados em homens de ciência” (RAMOS, 1961, p. 178).

Por outro lado, dizia, “quanta objetividade, em larga margem, nos estudos de um Azevedo Amaral, de um Virgínio Santa Rosa, de um Martins de Almeida”. A despeito de seus erros praticados decorrentes da confusão entre natureza e condição, do psicologismo, e da falta de uma “teoria social orgânica”, eles estariam entre aqueles que melhor teriam expressado “as tendências objetivas do momento em que viviam”. E, neste sentido, recomenda efusivamente sua leitura: “Muito se ganhará, porém, no estudo dos acontecimentos daqueles anos com a consulta às suas obras, pois constituem o mais bem-sucedido esforço de teorização dos fatos ocorridos naquela faixa de tempo” (RAMOS, 1961, p. 169). Então, Guerreiro envereda por várias transcrições da obra, *O Brasil Errado* (1932), de Francisco Martins de Almeida, que remetem à necessidade da formação de um mercado interno e da integração do território nacional, ao conflito entre dois estatutos de produção, ao domínio oligárquico, o desenvolvimento das classes sociais e à pressão por reformas sociais no Brasil, como exemplos

de demonstração do caráter empírico-indutivo do pensamento do autor e de sua importante contribuição ao “estudo da evolução da teoria da realidade brasileira” (RAMOS, 1961, p. 172). No mesmo quadro de objetividade estaria Virgínio Santa Rosa, cuja obra *O Sentido do Tenentismo* seria “um dos livros mais lúcidos sobre a Revolução e documento importante de nossa sociologia política”. Enquanto os autores da *jeunesse dorée* “embaralhavam-se no subjetivismo e se deixavam obnubilar pela nostalgia dos ‘velhos tempos’”, Santa Rosa via o futuro melhor que o passado e o presente, diagnosticando corretamente a diferenciação de classes e demandas que se operavam com a ascensão da pequena burguesia (RAMOS, 1961, p. 172).

Azevedo Amaral seria, de todos os escritores do período, “o mais complexo e completo”, sendo muito fiel ao tema da realidade nacional. Apesar de suas eventuais insuficiências, como o racismo e o biologismo (RAMOS, 1961, p. 173), tinha garantido seu lugar de relevo na sociologia nacional. Ele havia sido o “estudioso mais lúcido e competente da década de 1930, colocando-se sua obra ao lado da Alberto Torres, muito mais merecidamente que a de Oliveira Viana” (RAMOS, 1961, p. 179). Nenhum publicista da época excederia Amaral; nem Oliveira Viana o excederia em profundidade ou segurança intelectual na aplicação do estudo do Brasil do saber sociológico (RAMOS, 1961, p. 178). O que teria prejudicado Amaral fora sua falta de status acadêmico e sua participação ostensiva na justificativa ideológica do Estado Novo. Ele teria visto que o Estado Novo era, de fato, a culminação da obra de 1930. As análises econômicas da década de 1950, haveriam de confirmar o ponto de vista de Amaral quando constatam que a tendência centrípeta se torna preponderante no dinamismo de nossa economia, que passa a mobilizar os fatores endógenos para substituir os fatores exógenos na tarefa do desenvolvimento. Sua interpretação também se mostra correta na avaliação de que burguesia latifundiária e industrial carecia de um Estado interventor e centralizador capaz de realizar a transição da dinâmica da economia brasileira para o mercado interno sem percalços, sendo este o sentido do Estado Novo, na qualidade de ditadura da burguesia nacional. Apesar de colaborador, Amaral não tinha sido um regulo do Estado Novo, e sim “o único teórico político respeitável daquela fase de nossa evolução” (RAMOS, 1961, p. 179). A conclusão a que chega Guerreiro é a de que todas essas obras - teóricas ou não - e autores mereciam ser objetos de estudo de análise sociológica, destinados a elaborar a “teoria da sociedade brasileira” (RAMOS, 1961, p.182).

3.2.1 Uma teoria do desenvolvimento político no Brasil: do clã à ideologia

Em 1961, Guerreiro lança mais um livro composto por um compilado de textos chamado *A crise do poder no Brasil* (1961). No livro constavam artigos lançados nos *Cadernos do nosso tempo* de 1955 e 1956, algumas colunas do jornal *Última Hora* e publicações no *Jornal do Brasil* e no *Diário de Notícias*, bem como alguns textos originais que ele caracterizava como “momentos de uma teoria da sociedade brasileira”. Sob o título de *Teoria política do Brasil* (do clã à ideologia), Guerreiro avança em sua análise da história política brasileira para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento político no Brasil¹¹⁶. O autor começa o texto afirmando que a existência do povo era a “novidade radical” daquele momento, constituindo “requisito imprescindível, do ponto de vista teórico e prático” (RAMOS, 1961, p. 46) para a se pensar a política no Brasil. Esse dado era tão significativo que demandava uma reformulação da sociologia política no Brasil. O que não significava uma rejeição completa dos esforços dos autores precedentes. Porém, as antigas tentativas de análise da evolução da política brasileira perdiam a validade perante o vulto da categoria histórica que emergia. Autores como Oliveira Viana e Gilberto Amado permaneciam como os “publicistas que nos legaram as contribuições mais competentes, até agora, no referido campo do saber” (RAMOS, 1961, p. 47), mas, como se baseavam fundamentalmente no pressuposto, correto para sua época, da inexistência do povo, suas análises não mais coincidiam com a realidade social do país¹¹⁷. Da mesma forma que as análises se tornavam obsoletas em face dessa grande mudança, também as instituições e práticas administrativas deixavam de comportar ou acompanhar tamanha transformação. Guerreiro advogava a necessidade de se constituir uma “teoria da época”, baseada na indução das categorias da realidade social presente para, a partir da constatação de que o povo se tornara “agente ativo do processo político do país” da cabo da “dupla exigência” que conformavam a tão aludida (daqui por diante) crise do poder no Brasil: “reformular o Estado e as instituições político-administrativas”, e habilitar os “quadros dominantes” a adotar um projeto com o “mínimo de sistematicidade necessária para merecerem o qualificativo de dirigentes” (RAMOS, 1961, p. 46).

¹¹⁶ Ainda que essa teoria não tenha a pretensão à universalidade, a qualificamos dessa maneira porque, como veremos, ela parte de uma análise histórica com um sentido determinado, culminando com uma proposta normativa concretizada em um projeto. Este projeto começa a ser exposto nesse momento, mas será melhor apresentado, e analisado por nós, na próxima seção do capítulo.

¹¹⁷ Ironicamente, como procederam corretamente, induzindo sua teoria da realidade social de sua época, ainda que não fosse recomendado agir diferente, os escritos do autores tornaram-se obsoletos. Mesmo em seu último livro publicado em vida, *Instituições políticas brasileiras* (1949), Viana “olhava para o passado” (RAMOS, 1961, p. 66), o que o remetia a uma visão de um Brasil já ultrapassado devido à montante de transformações rapidamente processadas. Apesar de metodologicamente pertinentes, estes escritos não eram mais úteis do ponto de vista da compreensão da *práxis* política demandada pelo momento inédito. Entretanto, é sob o prisma, e através de citações e análises de Viana e Amado que Guerreiro irá recuperar as características das formas pretéritas da evolução política do Brasil que compõem a parte de recuperação histórica dessa teoria do desenvolvimento político.

O “ineditismo de nossa época”, dizia, demandava a revisão da razão sociológica básica dos textos de Viana e Amado, diga-se, “a vacuidade de motivações coletivas”, para a compreensão de que o elemento primevo da razão sociológica daquele período era o fato de que a “vida política deixou de ser privilégio e cada vez mais empolga largas camadas sociais” - daí, Guerreiro concluía: “a nova sociologia política do Brasil é algo a ser fundado” (RAMOS, 1961, p. 48). A partir desse conjunto de constatações e da proposição fundacional, utilizando-se do arcabouço metodológico weberiano da construção de tipos ideais, o autor procederá para a formulação de um modelo mais acabado do processo de evolução política do Brasil¹¹⁸. Os tipos ideais tomados como referências teóricas (e não efetivas realidades históricas), tendiam, nessa interpretação a se sucederem sequencialmente, apesar de serem passíveis de coexistir por um período; eles eram classificados da seguinte forma: *a política de clã*; *a política oligárquica*; *a política populista*; *a política de grupos de pressão*; e, *a política ideológica*¹¹⁹.

A chamada *política de clã*, cuja referência é para a interpretação, claramente, é o próprio Oliveira Viana, era característica da situação pré-política vigente no período colonial. A falta de integração nacional gerava a necessidade de existência de núcleos populacionais de organização autóctone. Ligados por laços de parentesco, à margem da vigência do direito civil, não encontrava-se distinção entre poder público ou privado, e a solidariedade política baseava-se na noção de pertencimento a uma “nobreza da terra” cuja referência central era o senhor territorial. Em grau superior de organização encontrava-se a *política oligárquica* (o que Viana chamava de clã eleitoral). Na vigência de uma unidade política nacional, era possível a reunião dos clãs em agrupamento maiores, qualificado como oligarquias. Nesse estágio, já existe o reconhecimento, do ponto de visto jurídico abstrato, da separação entre coisa pública e privada;

¹¹⁸ Chamamos de modelo mais acabado pois, como vimos anteriormente, o autor já buscara, sob diversas abordagens e recortes, proceder tal empreitada. A diferença desse momento é que nele se apresenta uma estrutura especificamente formalizada, em torno da classificação dos tipos ideais, que, como afirmamos anteriormente, configura o que chamamos de uma teoria do desenvolvimento político no Brasil, culminando com um projeto de superação da crise do poder.

¹¹⁹ Interessante observar o intercâmbio e quase complementaridade entre ideias de Jaguaribe e Guerreiro. Ainda em 1956, em texto publicado no *Cadernos do Nosso Tempo* (Nº5), Jaguaribe já esboçava uma teoria do desenvolvimento político em grande parte coincidente (ainda que não tão elaborada) com a interpretação posteriormente elaborada, por Guerreiro: “A revolução política de que necessitava e continua necessitando o país e para a qual havia e há cada vez mais condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social tendo por objetivo imprimir ao Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajuste o processo político ao econômico-social. Tratava-se e continua a se tratar de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a organização do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país.” (JAGUARIBE, 1954, p. 145). Ou, em texto de 1958, ainda no ISEB, quando afirma haver uma “tendência para a política ideológica”: “Opondo-se à política de clientela, a política ideológica é aquela que, em lugar de estabelecer uma barganha interindividual ou intergrupual do favor pelo voto, estabelece uma relação de orientação entre os interesses situacionais de determinado grupo ou determinada classe e as formulações que convém a esse grupo e essa classe” (JAGUARIBE, 1958a, p. 30).

o que não significa que essa separação fosse de fato respeitada. Os serviços do Estado são submetidos à lógica do compadrismo, pactos e políticas de compromissos entre oligarquias diversas e representantes dos poderes centrais e locais. Nessas condições, inexistia efetiva luta política baseada em questões programáticas ou doutrinárias, sendo as organizações partidárias responsivas tão somente a motivos estritamente locais e pessoais. Segundo Guerreiro, essa forma de organização vigorara desde a independência até 1930, com interregnos durante os governos militares de Deodoro e Floreano. Entretanto, pontuava o autor, “a diversificação econômica do país, o crescimento da população e, em particular, das aglomerações urbanas são fatores que progressivamente enfraquecem as oligarquias¹²⁰. O ponto central dessa teoria da modernização se ampara no plano social. A natureza do trabalho assalariado urbano resulta em menor dependência do trabalhador em relação a um chefe oligarca, especialmente pela diminuição do vínculo com a terra e em sua substituição pela solidariedade com uma categoria social - “o teor da existência dos trabalhadores urbanos é mais rico que o da vida camponesa, eleva sua consciência”¹²¹ (RAMOS, 1961, p. 54). Com o tempo, o Estado começa a ser visto como órgão prestador de serviços acessível às demandas de sua categoria social, e não somente instrumento do senhor; e os trabalhadores passam a perceber a relação de dependência do senhor em relação ao seu trabalho e mesmo a possibilidade de um antagonismo, uma confrontação, ao invés da lealdade cega e da ameaça vinda de cima. O argumento é quase maquiavélico¹²²: “O Estado começa a se lhes mostrar menos como botim de oligarcas e seus protegidos do que como órgão a serviço de categorias sociais. Procuram estabelecer com os chefes políticos um vínculo distinto do que relaciona o oligarca com os seus clientes. Veem no chefe político um homem identificado com os seus problemas e não pessoa a quem deva fidelidade e obediência” (RAMOS, 1961, p. 54). Curiosamente, é nessa conjunção de emergência de um “espírito público esclarecido” que emerge o que o autor chama de *política populista*. Consequentemente, está é compreendida como um avanço em relação aos modos anteriores, pois o apelo do líder populista não mais se baseia na consanguinidade, no parentesco ou na dependência residencial, mas numa vaga solidariedade em relação a categorias sociais que se veem, de fato, representadas e esperam benefícios por isso. Interessante notar que o populismo não é exaltado, mas também não é visto sob chave intrinsecamente depreciativa;

¹²⁰ Argumento análogo ao de Wanderley Guilherme dos Santos (2013).

¹²¹ Argumento de ordem materialista que perpassa toda a tradição que estamos delineando.

¹²² Nos referimos aqui em livre associação à clássica assertiva do autor florentino: “Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o que, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca te abandona” (MAQUIAVEL, 2001, p. 80).

justamente por se conformar como uma etapa numa teoria do desenvolvimento político, o fenômeno é historicizado e lido sob chave compreensiva, ou, poderíamos mesmo dizer, sob chave mais política e menos moralista. Vários elementos da teoria do populismo que viria a se popularizar estão presentes na análise de Guerreiro: trata-se de uma ideologia pequeno-burguesa; característica de um momento de rápida industrialização e parca consciência de seus interesses de classe por parte dos trabalhadores; opera a partir de um agregado sincrético de demandas que não favorece as lutas políticas, etc. Entretanto, como veremos com a continuidade da análise, na presente interpretação, o populismo não figura como um impeditivo ao desenvolvimento da consciência de classe (como na teoria do populismo wefortiana) e nem como desvio da trajetória natural/liberal/moderna (como expresso nas teorias da modernização)¹²³. Antes, trata-se de um momento um tanto inescapável em meio a um processo (não necessariamente linear), visto que não se supunha que a sociedade e, mais especificamente, as classes trabalhadoras, fossem capazes de adquirir consciência de seus interesses de pronto a partir de um quadro bem precário em termos de organização e representação política. Apesar de já se manifestar embrionariamente desde a Primeira República, Guerreiro localiza um maior vulto e espaço para a política populista florescer a partir de 1945, mesmo porque sua vigência “pressupõe um mínimo de probidade nas eleições” (RAMOS, 1961, p. 56), especialmente no âmbito federal. A baixa politização ou nível ideológico da política populista não era atribuída à manipulação do povo pelos líderes, do contrário, ainda que um certo nível de oportunismo não fosse negado, o autor invertia, em certa medida, a lógica justificadora do fenômeno, afirmando que os trabalhadores, recém egressos dos campos, portanto pouco conscientes de pautas políticas e de uma atuação ideológica, eram “incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes” (RAMOS, 1961, p. 57) que, por sua vez, se aproveitavam e podiam se acomodar em uma pauta política “de um libertarismo superficial” (Ibid.). João Goulart, Ademar de Barros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Tenório Cavalcanti eram associados por Guerreiro à política populista devido à falta de “rigor técnico e prático, [e] coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas” (Ibid.).

Em uma estrutura econômica mais avançada, na qual a organização de amplas camadas sociais se manifesta partidariamente e a discricionariedade do governo é constrangida por alguns controles institucionais, começa a emergir a *política de grupos de pressão*. Os grupos de pressão distinguiam-se das oligarquias pois não se viam como “donos do poder” e reconheciam seus fundamentos públicos, dirigindo-se às autoridades constituídas como

¹²³ Cf. MACHADO, 1970.

postulantes pela aquisição de decisões em proveito do que representam. Se, inicialmente, autores e políticos - Woodrow Wilson, por exemplo - alegavam que esses tipos de organizações, e mesmo as pressões sociais, “desnaturavam as instituições democráticas”, Guerreiro atribuía a elas um papel fundamental de salvaguarda do interesse geral nos governos democráticos, devido à sua capacidade de organização e atuação junto ao poder constituído. Ele alega que “nenhum direito é reconhecido, nenhuma reivindicação atendida pelos poderes públicos, quando não operam em seu favor pressões sociais” (RAMOS, 1961, p. 58). Sendo extremamente heterogênea, a sociedade industrial moderna comportava também interesses distintos, e a participação de grupos em conselhos públicos, entidades e representações de categorias na forma de pressões política e sociais figuravam como manifestações participes desse processo de democratização - “pouco a pouco, democratiza-se a ação governamental, distanciando-se da concepção dominante na República Velha, segundo a qual, ‘questões sociais são caso de polícia’” (RAMOS, 1961, p. 58). O autor ressaltava que, por certo, o poder econômico tinha um peso na hora de organizar suas demandas e, por isso, conseguia perpetrar pressões de maior vulto e, por vezes, monopolistas. Tidas como “dispositivos inevitáveis” nas sociedades em processo de democratização a política de grupos de pressão era ainda uma manifestação pé-ideológica, limitada e suscetível à ação do *lobby*. As coalizões contraditórias, que implicavam em avanços seguidos de retrocessos durante o governo Kubitschek, eram compreendidas por Guerreiro como reflexo dessas fragilidades, bem como as dificuldades pelas quais passava o governo Jânio no momento da escrita da obra. Finalmente, tomada como “exigência fundamental da presente fase do Brasil” (RAMOS, 1961, p. 60), figurava a *política ideológica*. No momento em que havia se constituído as classes sociais, cumpria que a política fosse organizada em termos equivalentes a essa fase do processo econômico-social. Esta era entendida, portanto, como uma política exercida do ponto de vista das classes sociais, na qual a adesão eleitoral dependia da efetiva representatividade dos candidatos e partidos. Os eleitores já se encontravam distantes dos condicionamentos próprios da política oligárquica e da política populista, orientando-se por critérios ideológicos, entretanto, os organismos de representação não acompanharam esse movimento de superação. Trinta anos após a publicação, por Gilberto Amado, de seu *Eleição e representação* (1931), a diversificação econômica e social havia permitido a superação da percepção do país como corpo amorfo, sem luta e sem diferenciação política, descrito pelo político e diplomata sergipano. O lastro da política ideológica era justamente a multiplicidade de interesses, decorrente da complexificação econômica e social, organizado por grupos em luta política. Lida em chave positiva, a diversidade de interesses, organizados e legitimados sob o signo da ideologia, em conflito pelo controle do Estado era o

que configurava a concepção política de democracia militante do autor. Nesse sentido, afirmava, a “ideologia é precisamente a justificação de interesses” quando “cada grupamento é compelido a procurar influenciar o aparelho estatal e mesmo a controlá-lo, proclamando a racionalidade dessas pretensões, a vantagem coletiva do prevalecimentos de seu ideário no exercício do poder” (RAMOS, 1961, p. 62).

Distintamente, portanto, da visão de Amado e Viana que viam o Brasil preso no horizonte limitado dos interesses clânicos, Guerreiro afirmava: “Hoje o povo brasileiro está historicamente maduro e constituído. A Nação brasileira está historicamente madura e constituída” (RAMOS, 1961, p. 66). Frente ao ineditismo daquela situação e à organização orgânica do povo em bases ideológicas, cumpria instaurar efetivamente a política ideológica de forma a dar fim à “crise do poder no Brasil” esta será objeto de análise na próxima seção do capítulo, quando trataremos do projeto político do autor.

3.3 Teoria e práxis democrática: ideologia nacional-desenvolvimentista e revolução brasileira.

3.3.1 Segurança nacional, crise no poder e nacionalismo militante

Se, inicialmente, o conflito político brasileiro era retratado como embate histórico entre forças centrípetas e centrífugas, e a orientação dos autores na história do Pensamento Político Brasileiro pautada por suas direções normativo-acadêmicas, indutiva ou pragmático partidária, agora, havia condições para que as ideologias políticas figurassem como importante componente na arena da disputa política brasileira. Guerreiro acredita que, ao longo da história brasileira, a diversidade política e ideológica fora estrangida pelo precário desenvolvimento econômico e social do país, relegando-o à condição de colônia no campo da cultura e da produção intelectual. Porém, com a complexificação das relações de produção e de classes no Brasil o direcionamento do desenvolvimento econômico e social figurava como tarefa política a ser encampada a partir de uma ideologia. Fica implícito que, a partir de então, Guerreiro atribui a si função de idealizador de uma ideologia própria para o momento de ascensão do “povo” à cena política. E, é somente aí que Guerreiro expõe claramente a orientação nacionalista da ideologia orgânica da sociedade brasileira que ele formulava. Visando balizar essa formulação, Guerreiro começa a delimitar conceitualmente sua teoria da sociedade brasileira, definindo seu conceito de nacionalismo, em *Nacionalismo e Xenofobia* (1995; [1956]), e de ideologia, em *Ideologia e Segurança Nacional* (1960; [1957]). A seguir, ele se

volta para a análise do conceito de *Intelligentzia*, em diálogo com Marx, Weber e Mannheim¹²⁴, buscando refletir sobre a relação entre o intelectual e o militante político. Em *Condições Sociais do Poder Nacional* (1960; [1957]) delinea-se a primeira grande tentativa de esposar sua tese geral do processo sociopolítico brasileiro, colocando o papel político do nacionalismo a comandar o desenvolvimento¹²⁵.

O ponto de partida da reflexão conceitual proposta pelo autor no texto *Nacionalismo e Xenofobia* (1995; [1956]) é o esclarecimento de que a posição nacionalista esposada crescentemente pelos “intelectuais mais representativos das tendências atuais do Brasil” nada teria de ver com xenofobia, constituindo, naquela fase atual da vida brasileira, “expressão da emergência do ser nacional” (RAMOS, 1995, p. 55). Conforme verificara Alberto Torres, a nação até pouco tempo atrás podia ser considerada mera ficção jurídico-constitucional. A constatação de Torres seria correta, apesar de seus motivos não serem passíveis de compreensão adequada pois este não percebera “o condicionamento econômico do fenômeno nacional”, levando-o a propor a “formação da nação de cima para baixo, da inteligência para as emoções, com a tutela do povo pelas elites nacionalistas”. (RAMOS, 1995, p. 56) Uma vez porém alcançadas as condições materiais para o desenvolvimento do mercado interno e a integração do território nacional, as transformações na superestrutura no país surgiam como imperativo: “o nacionalismo se torna verdadeiramente fato sociológico” (RAMOS, 1995, p. 56). Autores como Alberto Torres e Graciliano Ramos deveriam ser interpretados como referências para se forjar a “nova teoria sociológica brasileira”, reconhecendo-se que a “assunção do Brasil seria, portanto, nessa ordem de ideias, a condição prévia, necessária, para descobri-lo teoricamente” (RAMOS, 1995, p. 57). Essa “nova teoria sociológica”, formulada por alguns “profissionais de vanguarda”, não era, portanto, uma invenção arbitrária, mas a tradução das mudanças econômicas no plano teórico: “Pela primeira vez, na história das ideias em nosso país, aparece uma teoria sociológica autêntica em cujas categorias se reconhecem aqueles que estão vivendo o que é novo no Brasil”. As condições materiais e a realidade sociológica do Brasil da metade da década de 1950, pareciam a Guerreiro demandar a elaboração de uma ideologia nacionalista

¹²⁴ Sobre as contribuições de Mannheim à obra de Guerreiro Ramos, ver: CANNONE, 2018.

¹²⁵ Nota-se que grande parte dos textos analisados correspondentes a esse momento da produção do autor, cujo enfoque mais direto volta-se ao tópico da “questão nacional”, fora publicado em seu *O Problema Nacional do Brasil* (1960), cujo título fazia remissão direta ao livro de Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro* (1914). Guerreiro afirma no prefácio que essa referência é explícita e remetia à intensão de inserir-se como partícipe da “tradição de sociologia militante no país”, ao lado de autores como o Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Souza, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana, que buscaram “utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira”.

que, pautada pela autodeterminação e a segurança nacional, teria como fim promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Com essa perspectiva, Guerreiro desenvolve, em *Ideologia e Segurança Nacional* (1960; [1957]), uma reflexão sobre o conceito de ideologia, visando explicitar o necessário condicionamento ideológico de qualquer manifestação política. Toda política de segurança nacional, política de desenvolvimento ou política externa teria, em sua visão, um inescapável conteúdo ideológico, mesmo que se pretenda ideologicamente neutra. Contrário à definição “ingênua” do conceito de ideologia, seu “critério científico de análise das ideologias” reconhecia o condicionamento do pensar e do agir pela posição dos atores na estrutura social, mas considerava essa constatação sob uma perspectiva funcional; ou seja, a heterogeneidade ideológica era tida um fenômeno normal vinculado ao desenvolvimento da divisão social do trabalho (RAMOS, 1960, p. 46). No limiar entre fases históricas, o capitalismo se caracterizou pela organização do conflito ideológico entre esquerda e direita: “sempre houve, há e haverá direita e esquerda” (RAMOS, 1960, p. 65), ou “onde quer que se forme um grupo social surgirão, necessariamente, uma esquerda e uma direita”, seja no Partido Comunista Russo, no Partido Nazista ou no Colégio de Cardeais do Vaticano (RAMOS, 1960, p. 66). A compreensão desses conceitos dependeria de uma perspectiva sociológica de base histórica e contextual. Entretanto, Guerreiro propõe uma definição resumida nos seguintes termos: “A direita é principalmente uma posição de compromisso com a tradição ou o status quo e, por isso, é restauradora ou imobilista. A esquerda é eminentemente uma posição de compromisso com uma possibilidade ainda não efetivada no domínio social” (RAMOS, 1960, p. 66). A valoração de cada uma dessas posições para a formulação de uma política de segurança nacional deveria ser considerada em seu contexto histórico específico e a fundamental contribuição do sociólogo aos responsáveis pela condução desse tipo de política seria a de mostrar o conteúdo ideológico que esta deve ter em dado momento, a fim de lhe assegurar o maior grau possível de funcionalidade histórica.

Segundo a convicção de Guerreiro, aquele era um momento de transição no qual o Brasil poderia suplantar sua condição colonial, seu status agrário e situação de dependência econômica. Os antagonismo expostos naquela situação crítica, que se expressavam na opção entre a complementaridade e a autodeterminação, atingia o próprio meio militar. Cumpria garantir que a política de segurança nacional continuasse orientando o Estado a atuar, assegurando o prosseguimento do projeto de industrialização e de uma política externa autônoma, contra os interesses regressistas. Em outras palavras, ela deveria assegurar a continuidade da revolução burguesa e o desenvolvimento do “capitalismo nacional”. Era

importante criticar o uso corrente do conceito de totalitarismo, apresentado como uma simplificação tendenciosa “acolhida nos meios onde se defende um liberalismo extemporâneo, onde se considera atentado à democracia qualquer modalidade de expansão das atividades do Estado.” (RAMOS, 1960, p. 68). Outro posicionamento questionável era o “parnasianismo econômico”, ou a conduta de quem considera pensar em desenvolvimento econômico esvaziando-o de seu conteúdo político¹²⁶. A aparentemente rigorosa atitude do economista parnasiano seria comodista e primária, pois, por um lado, ela o “desobriga a pensar em termos nacionais, o que seria penoso” e, por outro, pressupõe que o pensamento econômico possa ser ideologicamente neutro (RAMOS, 1960, p. 76). Assim, o incremento da atuação do Estado na economia como forma de suprir necessidades inerentes à expansão da iniciativa privada era concebido como uma base para a viabilidade da manutenção do desenvolvimento e um dos elementos constituintes da política de segurança nacional. Entretanto era importante atentar para as consequências positivas, que garantiriam aos empresários capitalistas proteção em relação às concorrências estrangeira, mas também para as negativas, segundo as quais parte dos empresários, especialmente interessados no “crescimento para fora” fariam uso dessa intervenção para perpetuar “empreendimentos que traduzem o caráter semicolonial do nosso aparelho de produção” (Ibid., p. 68).

Naquele momento de transição e conscientização da superação da condição colonial em direção a uma política de autodeterminação, cumpria renegar os prognósticos de teorias da modernização deterministas, como de Buckle, Toynbee e Huntington, que estigmatizavam os

¹²⁶ Como visto anteriormente no plano da busca por uma perspectiva epistemológica global ou total esboçada por Guerreiro, ele será um grande crítico à compartimentalização disciplinar das ciências sociais. Assim como Celso Furtado, ele traçará uma especial crítica aos defensores de uma teoria econômica universal, neutra e sua autonomia em relação à história e à política. Eles não negam a validade do estudo da economia, mas a apresentam como instrumento para a compreensão da história e da política. Essa reflexão poderia figurar na primeira parte do capítulo, mas como ela se desenvolve em meio às reflexões sobre a política brasileira desenvolvidas em seus textos do início da década de 1960, iremos registrar algumas passagens nesse momento em forma de nota: “A economia é economia política, sempre se elaborou, nos países líderes da cultura, tendo em vista defender e incrementar o poder nacional. ‘O grande objetivo da política econômica de qualquer país - dizia Adam Smith - é aumentar suas riquezas e a potência nacional’” (RAMOS, 1960, p. 76). ; ou ainda: “Não há como negar que as correntes universitárias da ciência econômica de tradição clássica, de modo geral, estiveram sempre marcadas por uma nota inequívoca de aulicismo. O profissional treinado no processo de análise sociológica hoje facilmente discerne a nota áulica na economia universitária dos países dominantes a cujo prestígio envolvente ficam expostos muitos economistas de países periféricos. Tal subserviência resulta de um inadmissível conceito de neutralidade que não se dá conta do condicionamento histórico-cultural das interpretações econômicas, do a priori existencial que inevitavelmente preside a toda produção de ideias. Isso não implica em negar, de plano, a validade da economia universitária, mas em reconhecer a sua utilidade como subsídio. Precisamos compreender que o problema do desenvolvimento econômico de um país periférico envolve uma opção radical, cuja validade deve ser apreciada na esfera dos valores, e que transcende, por isso mesmo, a mera indagação econômica. Tal opção é um ato existencial oriundo da vontade de cada cidadão em relação ao que concebe como projeto para o seu país, e que encontra a sua expressão em um gesto eminentemente político, gesto esse que se realiza segundo um critério de urgência e de imperiosidade, ao qual a ciência econômica é, por natureza, insensível” (RAMOS, 1960, p. 31).

países subdesenvolvidos sustentando a impossibilidade “de virem atingir níveis superiores de civilização”, assim como as teses biologistas de Gobineau, Lapouge e Chamberlain, baseadas em argumentos racistas (Ibid., p. 53). Impunha-se traçar “objetivos nacionais próprios” compreendendo que a sociedade se constitui um “fenômeno total” entre elementos geográficos, biológicos, econômicos, sociais, políticos e psicológicos que operavam em chave dinâmica e eram passíveis de variação e superação (Ibid.). Guerreiro pontuava que uma colônia era “um espaço cujos habitantes globalmente considerados não existem ‘para si’” (Ibid., p. 54), operando como proletariado externo frente a potências metropolitanas sob lógica heterônoma; ou seja, organizado sob critérios exógenos à sua realidade e alheios a seus interesses. Esse caráter colonial e seus resquícios não devia ser encarado como chaga indelével, mas deveria ser lembrado e considerado no momento de elaboração de uma política de desenvolvimento, visto que, a “tomada de consciência” da situação colonial era “indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (Ibid.).

O caráter colonial, que marcava a sociedade brasileira e, em certa escala, ainda nos marca, não deve ser ocultado e nem nos avilta, como se fôssemos um povo portador de uma degenerescência específica. Apresentaram esse caráter, em maior ou menor grau, as regiões que ingressaram na história em condições semelhantes às do Brasil, e tal fato deve ser lembrado porque é relevante para esclarecer a natureza histórica da segurança nacional (RAMOS, 1960, pp. 54-55).

No plano da política externa, o autor defendia a regulação estatal do comércio exterior com o fim do monopólio privado e aproximação “principalmente com os países latino-americanos, embora sem exclusão de outros que sofrem as mesmas dificuldades que às nossas” (RAMOS, 1960, p. 72), como forma de confrontar os condicionamentos hegemônicos das grandes potências. As ideologias, para Guerreiro, não eram fenômenos patológicos; antes, eram parte fundamental a se considerar na orientação de qualquer política de segurança nacional. Essa ideologia deveria ser elaborada por método indutivo e sua orientação nacionalista empreendida na política de desenvolvimento e na política externa, garantindo o avanço da etapa do modo de produção e a consolidação da autonomia política da nação. A elaboração dessa ideologia e a avaliação de sua adequação ao momento histórico deveriam ser tarefas de um estrato intelectual específico, a *intelligentzia*.

Guerreiro se refere à palavra russa *intelligentzia* como “tipo de intelectual interessado na produção e difusão de ideias essencialmente enquanto contribuem para a reforma social ou para o processo revolucionário” para diferenciá-lo do “intelectual no sentido clássico do termo (o escritor, o sábio, o professor)” (RAMOS, 1961, p. 185). Aderindo à definição de Mannheim,

segundo a que o membro da *intelligentzia* se esforçaria para escapar às condicionantes de sua classe social, Guerreiro reúne os dois elementos que lhe serviriam para qualificar um intelectual naquele momento da história do Brasil: a militância política e o pensar independente. O pensar imune ao condicionamento social era tido por Guerreiro como algo irrealizável, porém, “o pensamento ajudado pela consciência crítica dos fatores que o condicionam, alcança necessariamente maior objetividade que o desservido de autorreflexão (RAMOS, 1961, p. 186). O intelectual se caracterizaria por sua independência e militância, não para fruição pessoal, mas para servir de instrumento de mudança da realidade. Até aquele momento, prevalecia no Brasil uma noção de que o intelectual deveria ser uma pessoa culta, o que pressupunha seu afastamento da política, típica de uma concepção aristocrática e esteticista da política. Mas, segundo Guerreiro, essa concepção era não apenas incorreta, mas as condições atuais do Brasil a tornavam anacrônica: “Num país como o Brasil, o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência terá de ser deliberadamente, intencionalmente político” (RAMOS, 1961, p. 190). Recorrendo ao exemplo do círculo weberiano, ele afirma que todos aqueles homens – Rickert, Treitschke, Mommsen, Dilthey, Jellinek, Troeltsch, e Jaspers -, por mais universais que fossem suas preocupações, estavam afetados “pela consciência da especificidade do destino alemão”, sendo o próprio Weber “um pensador militante” (RAMOS, 1961, p. 187). A preocupação de Weber quanto à falta de uma nova classe que assumisse as rédeas do governo na Alemanha face à decadência dos fazendeiros, seria análoga ao vazio de poder no quadro da sociedade brasileira que, dizia, “decorre da perda de exemplaridade das ideias, por meio das quais justificava sua dominação uma classe há quase duas décadas em processo de aposentadoria histórica” (RAMOS, 1961, p. 190). Seria, portanto, a tarefa do intelectual brasileiro “organizar o Estado Nacional, ou seja, de configurar politicamente o povo brasileiro” (RAMOS, 1961, p. 190) que emergia a cena política naquele momento, alterando significativamente o que Guerreiro irá tratar como as Condições Sociais do Poder Nacional.

A aula inaugural do curso regular do ISEB, intitulada *Condições Sociais do Poder Nacional* (1960; [1957]), compõe uma síntese dos diversos temas abordados no capítulo até o momento, apresentado a tese geral do processo sociopolítico brasileiro que afirma o papel político do nacionalismo a comandar o desenvolvimento. Guerreiro defende que a compreensão do tema do poder nacional demandava uma abordagem dinâmica, que considerasse o processo de transformação em seu condicionamento histórico, e não apenas uma abordagem jurídico-formal. Se o paradigma weberiano definia o poder como a capacidade de impor domínio legítimo sobre a maioria, logo, como uma instância essencial à existência das sociedades; e o poder nacional, segundo formulação de Mannheim, estaria identificado com um corpo político,

Guerreiro propunha que o poder nacional seria: “o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país, de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas” (RAMOS, 1960, p. 18).

Partindo de uma análise histórica sobre o tema no Brasil, Guerreiro irá propor ao final quais os novos termos do poder nacional no Brasil da década de 1950, e quais os objetivos que os titulares desse poder deveriam perseguir naquele momento histórico. A interpretação sobre a variação história do substrato do poder nacional realizada por Guerreiro principiava com a recorrente constatação de que, até 1930, o Brasil fora basicamente um enorme território de economia agrária e população ganglionar, governada por oligarquias (fazendeiros) e sujeita ao imperialismo inglês; o que lhe rendia uma posição política e economicamente periférica e complementar perante as nações desenvolvidas. Estas condições impediriam a existência de um povo e, por conseguinte, a existência de um poder nacional. Durante o período de hegemonia dos fazendeiros - sem mercado interno, sem sistema nacional de transportes, com núcleos populacionais isolados e sem classes sociais definidas - o Brasil era um país sem povo. Sem povo, não éramos nação senão no rótulo, sendo regidos pela lei estrutural da complementariedade, típica da periferia capitalista; nas suas palavras, “na situação de dependência colonial um povo não tem história” (RAMOS, 1960, p. 29). A complementariedade era um “verdadeiro princípio ordenador ou configurativo, como fato social total”, que “permeava todos os níveis de nossa existência” (RAMOS, 1960, p. 22). Assim, se, de acordo com a divisão internacional do trabalho, nosso papel era o de exportar matéria-prima para os países cêntricos; socialmente, nossas oligarquias desempenhavam o papel de seção descentralizada da área hegemônica do capitalismo; e, política e culturalmente, refletíamos a alienação que afetava nossas relações de produção (RAMOS, 1960, p. 22).

Apesar dessa constatação aparentemente trágica, a interpretação de Guerreiro sobre o tema do poder nacional na história do Brasil não era nem pessimista e nem fatalista. Ele salienta que, para o Brasil, “não havia outra maneira de integrar-se na história universal, senão começando por ser uma região periférica do Ocidente” (RAMOS, 1960, p. 20). Dentro das condições impostas por seu próprio tempo, a antiga classe dominante teria desempenhado o seu papel político dirigente de modo competente: “Desde a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, até a década de 1920, essa classe cumpriu a sua missão, não raro com admirável senso de oportunidade” (RAMOS, 1960, p. 20). Fora graças à “sua capacidade empreendedora e à sua imaginação que um espaço historicamente vazio como o nosso adquiriu um simulacro de personalidade nacional, o que o habilitou a comparecer ao mundo na mais egrégia forma a seu

alcance” (RAMOS, 1960, pp. 20-21). Ou seja, dentro da margem restrita de manobra disponível, a velha classe dirigente obrou de modo louvável, garantindo a unidade territorial e garantindo substantivo grau de integração das facções numerosas que ameaçavam desintegrá-lo. Seguindo a interpretação desenvolvida por autores como o Visconde do Uruguai e Alberto Torres, Guerreiro afirmava que em alguns casos o Estado precedeu a sociedade, “exercendo, enquanto esta não se forma, o papel de sujeito do acontecer histórico-social, como ocorreu no Brasil. Em nosso país, o Estado foi uma espécie de artefato sociológico, montado sobre o nosso poder pela antiga classe dominante e lhe permitir o desempenho de funções tutelares” (RAMOS, 1960, p. 28). De 1930 em diante, porém, a situação estrutural complementar começara a se modificar graças à formação de um mercado interno que imprimia sentido centrípeto à vida nacional. Os fazendeiros perderam suas posições hegemônicas em prol de uma burguesia empreendedora e dependente do mercado interno composto pela população obreira. Essa burguesia e esse proletariado constituíam a “matriz de um verdadeiro povo” que tornava-se então “a maior força política do Brasil” (RAMOS, 1960, p. 23). A realidade brasileira modificara-se significativamente desde 1930, sendo a emergência do povo o principal fator condicionante dos “novos termos do poder nacional”. Guerreiro está versando sobre o que ele considera ser um processo de democratização política do Estado, agora permeável às demandas da sociedade, concebida em sentido ampliado; o povo não mais era sinônimo da diminuta boa sociedade oligárquica, mas passava a contemplar as classes emergentes e na verdade fundava a sociedade como “sujeito do acontecer histórico social” (Ibid., p. 28) de forma a moldar as ações do Estado, artefato sociológico que precedia a existência da sociedade e garantia a ordem e o poder das antigas classes dominantes:

Hoje, já existe no Brasil sociedade, já existe povo, e esse fato inédito funda historicamente a nação brasileira. A nação, de forma jurídica fictícia que era, passa a ser uma realidade concreta, lastreada numa experiência popular coletiva. O Estado já não opera num vazio histórico. Agora é condicionado pela sociedade. Os termos da dinâmica do poder modificaram-se desde que o povo brasileiro saiu do limbo histórico que se encontrava (RAMOS, 1960, p. 29).

A emergência do povo como sujeito histórico da nacionalidade, indicava a Guerreiro a viabilidade do processo de democratização, visto que a política passava a ser expressão de sua *práxis*, compreendida como uma vivência comunitária fundadora da “consciência nacional”. A relação entre a efetivação da nação histórica, pela superação do colonialismo, e a

democratização era permeada pela construção dessa “consciência coletiva” formada “na prática, na luta e na decepção” que se manifestava como rebelião e mandato das massas¹²⁷.

Um dos fatos mais auspiciosos em nosso país é a ‘rebelião das massas’, a inquietação das massas, o mandato das massas. Esse mandato, exaustiva e incondicionalmente assumido, é o cometimento supremo que instalará a comunidade brasileira na apropriação do seu ser, e que promoverá a ascensão da consciência nacional do seu estado ingênuo para o seu estado crítico (GUERREIRO, 1960, p. 33).

A crise do poder no Brasil era decorrente do desajuste entre a nova sociedade de classes, as velhas instituições oligárquicas e a falta de representativa em termos das organizações e lideranças. A irrupção do povo socialmente estruturado em classes à cena política foi acompanhada pela irrupção concomitante da política ideológica. Essa dupla irrupção provocou uma crise institucional, já que as instituições foram pensadas para um contexto oligárquico e não democrático. O resultado gerado foi um desajuste entre as instituições políticas e a base social, refletida na demanda pelo fortalecimento do Congresso perante o Executivo; pela inédita derrota eleitoral sofrida pelo candidato do Executivo Federal em 1950; pela falta de representatividade dos partidos; e pela estrutura sindical parasitária. Outro traço desse desajuste residia no papel de poder moderador exercido pelo Exército, obrigado a tanto, em nome do interesse nacional. Essa crise geral só poderia ser conjurada “quando o Congresso coincidir ideologicamente com o mandato que o instaurou e os partidos, o aparelho sindical e demais instrumentos de expressão da vontade do povo se penetrar do novo sentido da evolução brasileira” (RAMOS, 1960, p. 25). A “burguesia empreendedora”, cuja atuação voltava-se para o mercado interno e já figurava como classe dominante, por seu protagonismo no processo produtivo, sem alcançar entretanto o posto de classe dirigente, o que gerava um “desencontro entre a consciência subjetiva que têm os personagens de seus papéis e a teleologia objetiva do processo a que estão presos” (RAMOS, 1960, p. 25). Esse desencontro se explicava por duas causas: a primeira era a rapidez das mudanças ocorridas desde 1930 no sentido de crescente industrialização e urbanização; e, a segunda causa residia no fato de que o desenvolvimento do país se dera de modo complementar ao centro e, portanto, espontâneo, heterônomo e reflexo, dispensando a ação política deliberada das elites econômicas¹²⁸. Disso decorria o descolamento

¹²⁷ É interessante notar que Guerreiro utiliza a ideia gassetiana de rebelião das massas em sentido auspicioso e positivo. Diferentemente, Ortega y Gasset, em sua obra homônima, estava profundamente preocupado com a emergência dessa rebelião e os perigos decorrentes da instauração da “hiperdemocracia” (ORTEGA Y GASSET, 2001 [1926]).

¹²⁸ A interpretação da vigência de um processo de desenvolvimento sem a vigência de uma política efetiva de condução desse processo está presente na obra de Furtado (1959; 1962), sendo esse ponto analisado mais adiante

da política do plano econômico e a crise do poder como expressão de uma crise de representação política das classes emergentes e da capacidade de mobilização das instituições, organizações e líderes políticos¹²⁹:

O Congresso Nacional não poderia deixar de refletir em seu nível ideológico a escassa integração dos partidos nas massas eleitorais do Brasil. Para corrigir essa carência, será necessário não só operarem os partidos como agremiações capazes de traduzir programas consistentes as aspirações populares, mas também de terem a capacidade de mobilizar a manifestação pública das tendências da coletividade, no momento em que os processos parlamentares habituais não sejam adequados para exprimi-la. Colabora, além disso, para compor o panorama de desorganização da opinião popular, a estrutura sindical vigente, toda ela marcada por um vício de origem: o de ter sido outorgada pelo Estado, implantada de cima para baixo, propiciando a formação de uma burocracia sindical parasitária, de que o peleguismo é a consequência mais notória. Tudo isso impede a representação autêntica do proletariado (RAMOS, 1960, p. 24).

Guerreiro começava a desenvolver a concepção de nacionalismo que enformará seu projeto político e a ideologia desenvolvimentista por ele defendida. O autor procurava dissociá-lo de expressões ufanistas propondo que este deveria ser entendido não apenas pelo amor à terra e à lealdade aos símbolos, mas, principalmente, pelo “projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama um ‘ser para si’” (RAMOS, 1960, p. 32). Em sua interpretação este movimento já estava em andamento na prática social brasileira e se expressava na inquietação política das massas, tratava-se de proceder “um esforço de sistematização da norma já inserida na comunidade nacional, da sua transposição da vivência punctiforme do interesse imediato, para a esfera de reflexão sistemática” (RAMOS, 1960, p. 36). Entretanto, ressaltava, ele não poderia ser cumprido por um herói, ou um líder providencial; era uma tarefa a ser desempenhada pela classe política como um todo. A emergência da nação e a emancipação não se resumia ao desenvolvimento econômico, mas também pela mudança de atitude e comportamento político das elites dirigentes em sentido nacionalista e da adoção de uma concepção ampla de desenvolvimento politicamente orientado.

Ao tratar do *Controle ideológico da programação econômica* (1960 [1958]), Guerreiro é categórico ao afirmar “o desenvolvimento econômico é atualmente problema político. Sua promoção é ato político” (RAMOS, 1960, p. 181). Ele atribui a Schumpeter a possibilidade de um adequado enquadramento pela perspectiva sociológica e política da questão do

na seção “Desenvolvimento sem política de desenvolvimento”; As vicissitudes que envolviam a transformação da burguesia industrial em classe dirigente em oposição à classe latifundiária, caracterizada como dominante também é compartilhada por Furtado (1964) e Jaguaribe (1954).

desenvolvimento econômico. Em sua opinião, com o desenvolvimento da sociologia do conhecimento tornava-se “dramática” a posição dos estudiosos das ciências sociais que buscavam sustentar que estas eram politicamente neutras. Tratando-se, portanto, de questão eminentemente política, o desenvolvimento estava intimamente vinculado e seu processo coincidia com o processo de democratização em curso. Se até períodos recentes o desenvolvimento constituía “um processo de que a massa não participava conscientemente” [...] “e seus promotores eram minorias” (RAMOS, 1960, pp. 181-182), naquele momento, havia sido concedido às massas poder de decisão que as tornou elemento decisivo no processo social de desenvolvimento.

A massa, atualmente, graças ao nível de consciência de seu papel, já adquirido, passou a pretender interferência ativa no desenvolvimento econômico. Este fato mudou a natureza do fenômeno. A massa foi promovida à esfera empresarial do desenvolvimento. Ou melhor, a programação deste não obedece mais ao só arbítrio das maiorias. Os quadros que o executam só têm autoridade para tanto, enquanto se conduzem como delegados das aspirações da massa. É a isto que conduz, em última análise, o pleno funcionamento dos regimes democráticos, sejam quais forem as suas modalidades. (RAMOS, 1960, pp. 182-183)

Na interpretação posta, a teoria do desenvolvimento, produto acabado no pós-guerra, permitia uma sistematização e teorização desse processo que antes era conduzido com base em tentativas e erros. Essa proeminência da política em relação à economia, reduzia a segunda ao plano da capacidade política¹³⁰. Guerreiro atribuía ao fato de as ciências econômicas terem se constituído como disciplina acadêmica em período no qual o peso das massas na política era relativamente baixo a dificuldade de os economistas compreenderem o “papel empresarial da massa no processo econômico” (RAMOS, 1960, p. 183) e a mudança na própria natureza desse processo. Com essa mudança “novidade radical” no plano das ciências sociais, a economia deveria figurar como uma “disciplina subsidiária de uma teoria político-social aplicada” (RAMOS, 1960, p. 184) cujo objetivo seria “orientar racionalmente a ação das coletividades na consecução de metas concretas de bem-estar” (Ibid.). O movimento a ser buscado, já demonstrado nos Estados Unidos e na Inglaterra em períodos de crise, ou em regimes socialistas como a União Soviética, Iugoslávia ou China - regimes nos quais uma teoria político-social comanda o desenvolvimento econômico e cujo sucesso do desenvolvimento provavam que essa possibilidade estava ao alcance de todos os povos -, era efetivar a ampla capacidade empresária

¹³⁰ “É essa compreensão ciência que habilita a quem dela faça uso a enxergar como a maioria das nações, em particular as periféricas, têm um estatuto de existência abaixo de suas potencialidades. Mas para que estas potencialidades se efetivem, não basta proclamá-las ou descobri-las, é necessário que, de maneira global, a coletividade seja despertada politicamente para exercitar sua capacidade econômica. Repetimos: a capacidade política gera a capacidade econômica” (RAMOS, 1960, p. 210).

da população. As experiências socialistas permitiam o questionamento sobre as formas de utilização dos excedentes, do subemprego e dos hábitos de consumo das elites. Apesar de Guerreiro afirmar a compatibilidade entre a programação econômica com “os espíritos mais abertos aos sentimentos liberais” (Ibid., p. 189), a desigualdade na periferia fazia necessário ter em mente que “toda programação econômica tem um pressuposto político-ideológico”, o que implicava em cuidar para não permitir sua condução por grupos econômicos com interesses circunscritos e nem internacionais. A programação em país periférico deveria ter sempre o qualificativo nacional, isto é, deve se basear em critérios ao alcance da coletividade e ter por certo que a “ajuda econômica externa jamais é politicamente desinteressada” (RAMOS, 1960, p. 191); portanto, concluía, “não há programação nacional sem ideologia nacional (RAMOS, 1960, p. 192)”. O movimento perpetrado por Guerreiro pode ser compreendido como um esforço de valorização da política em termos teóricos e práticos, e de uma concepção política do desenvolvimento nacional. Ele rejeita uma concepção tecnocrática de elaboração e condução da política de desenvolvimento, e cada vez começa a transparecer o seu projeto de feições socialista nacionalista e popular:

A elaboração de um programa de metas não pode ser peripécia escolástica de economistas sem mentalidade política. É um empreendimento econômico-ideológico que deve se controlar pelas forças política, dependendo de permanente consulta às correntes da opinião nacional. [...] A programação não é ato unilateral. Nem é função exclusiva da influência coletiva. Nem tampouco é função exclusiva da capacidade dos técnicos. Na programação nacional, os técnicos são parte da comunidade, existe contínua reciprocidade de influências entre os programadores e a sociedade. Mas para que essa interação se verifique é necessária adequada organização social. A plena alocação de recursos não se obtém sem alto nível de educação política-ideológica do dirigentes e do povo em geral. A programação nacional só se torna efetiva quando o seu suporte é uma organização político-partidária ideologicamente idônea e capaz de lavar às últimas consequências o caráter social da propriedade privada e dos meios de produção, em particular” (RAMOS, 1960, p. 192).

Chegava um momento no qual tornava-se “eminente política a solução do problemas econômicos nacionais” (RAMOS, 1960, p. 216). Essa constatação decorria da ideia de que as forças política emergentes não encontravam canais institucionais equivalentes às suas demandas, sendo necessário estabelecer uma organização representativa do aparelho partidário do país para garantir as condições postas pelo desenvolvimento: “A chave de nosso problema é a representatividade política” (Ibid.). As instituições deveriam operar para transformar a coletividade no “verdadeiro sujeito do acontecer histórico-social”. Era necessário um esclarecimento ideológico para aproximar as pressões sociais da comunidade das esferas decisórias governamentais. Aqui se delineia a teoria do desenvolvimento político entendida por

Guerreiro como um movimento de democratização, expresso na direção de um maior nível de ideologização da política nacional, isto é, a organização política em termos ideológicos, de forma a permitir a manifestação das demandas e pressões sociais das bases da sociedade sobre o poder constituído. A ideia de democratização é compreendida como processo no qual as pressões políticas - lidas sob chave positivada -, não mais se restringem a grupos privilegiados com acesso à cúpula do poder. A democracia é, portanto, o regime que, superando a crise de representatividade, comporta o conflito manifesto pelas bases da vida comunitária em atuação às esferas políticas:

Em que condições se verificaria a plena representatividade do aparelho partidário do País? Ela se concretizaria quando as nossas instituições político-partidárias funcionasse de tal maneira que permitisse a comunidade tornar-se verdadeiro sujeito do acontecer histórico-social. A representatividade não é exigência jurídico-formal. É imprescindível do desenvolvimento. Somente a comunidade ideologicamente esclarecida pode dar às autoridades o suporte de que precisam para a aplicação de recursos segundo critérios independentes. Enquanto estiver interrompido o fluxo de pressões da base da vida comunitária às esferas governamentais, o exercício do poder permanecerá sujeito ao envolvimento de grupos de pressão, agências e cúpulas pouco representativas e até de particulares privilegiados (RAMOS, 1960, p. 217).

A despeito da crise de poder diagnosticada, Guerreiro defendia que ela seria iniludivelmente superada com a liquidação dos falazes critérios de complementariedade, já que nenhum povo, tendo ao seu alcance a possibilidades de concretizar a “revolução nacional”, deixaria de fazê-la, não importando os custos. Parecia a Guerreiro que, no caso brasileiro, estavam presentes todos os elementos objetivos para a concretização dessa revolução, faltando apenas o subjetivo: a vontade política. Tratava-se de uma “uma escolha de caráter axiológico”, que permitia a distinção entre os movimentos por independência política do início do século XIX e a “revolução nacional no mundo contemporâneo”, da qual resultaria efetiva “conquista de um desempenho histórico independente” (CSPN). O povo já havia se tornado o “suporte efetivo do poder” no Brasil, mas não o exercia cabalmente pela falta de consciência decorrente da distância em relação ao poder determinada por instituições obsoletas, ou, nas palavras de Guerreiro, “em virtude das deficiências institucionais do sistema representativo” (RAMOS, 1960, p. 220) no país. Era necessário que as “pressões político-ideológicas” alcançassem os centros decisórios de maneira que estas se apoderassem das “alavancas do desenvolvimento” tomando o efetivo controle da programação político-econômica do país. Quando qualificamos de democracia agonística, estamos falando de um proposta de democratização da democracia brasileira, de ampliação da participação junto à tomada de decisões, da exaltação da mobilização e aproximação da população das esferas de poder. É disso que se trata a chamada

revolução brasileira, tema cada vez mais recorrente nos escritos do autor até 1964 e que iremos analisar na próxima seção. A citação a seguir demonstra o movimento perseguido de democratizar a esfera de tomada de decisões do país pela organização e pressão popular:

Larga parcela das decisões essenciais do País é cometida por titulares desarticulados do fluxo das pressões ideológicas comunitárias. Nas condições vigentes, enquanto não forem sanadas as deficiências da organização partidária, de modo a tornar onipresentes aquelas pressões, é necessário expor à luz da consciência pública todas as instâncias no âmbito decisório essencial do País, pois só assim poderemos obter a adequada fórmula política da programação do desenvolvimento brasileiro. Tal fórmula não poderá sair pronta da cabeça de ninguém. Tampouco será estabelecida de uma vez por todas. Surgirá como projeto sujeito a contínua retificação, por isso que não pode ser mera obra de gabinete, mas tarefa submetida ao controle ideológico e à discussão da coletividade (RAMOS, 1960, p. 221).

3.3.2 Nacionalismo pós-colonial, revolução brasileira e socialismo não-marxista

A saída de Guerreiro do ISEB, na virada de 1958 para 1959, marca uma mudança, não tanto nos paradigmas, mas, especialmente, no teor do posicionamento político do autor. O encaminhamento nacionalista, inicialmente suscitado mais especificamente no plano da epistemologia, começava a ganhar tintas políticas/militantes mais claras já a partir de 1957, como pudemos acompanhar na seção imediatamente anterior. Mas é possível notar diferenças ainda que dentro da mesma obra - *O problema nacional do Brasil* -, quando esse nacionalismo se torna o elemento protagonista do projeto político do autor e transborda do que chamamos de caráter militante para um postura efetivamente revolucionária a partir do artigo *Princípios do Povo Brasileiro* (1960; [1959]). O início do texto é emblemático de como o autor compreende o nacionalismo como ideologia dos povos periféricos em concepção estritamente política e progressista, enquanto chave do processo de superação da condição colonial:

O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial. Eles adquiriram a consciência de sua restrita capacidade autodeterminativa e pretendem exercê-la em plenitude. Mas a capacidade autodeterminativa, ou a soberania, não é atributo inato, dom da natureza, nem se obtém à maneira de dádiva de um poder munificente. A efetiva soberania, é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa. O nacionalismo é reivindicação essencial que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania. Aqueles que são já plenamente soberanos não carecem de fazer essa reivindicação. Proclamam-se universalistas. Têm menos a perder se o mundo se conservar tal como se encontra do que se outro for o panorama universal que resulte da ascensão histórica dos povos periféricos. O conteúdo de tal universalismo é conservador, enquanto o conteúdo do nacionalismo é revolucionário. (RAMOS, 1960, p. 225)

O nacionalismo é compreendido então como atributo histórico próprio dos povos periféricos e ideologia instrumental para alcançar uma forma de organização política determinada por seus próprios interesses, viabilizada somente por uma revolução nacional. Assim como Jaguaribe, Guerreiro proclama: “O nacionalismo não é um fim. É meio.”, denotando o caráter instrumental e político, isto é, avesso a um essencialismo exclusivista e chauvinista; este era “o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos” (RAMOS, 1960, p. 226). A constituição de “personalidades nacionais soberanas” era uma condição política para que fosse possível almejar o universalismo desejado. O autor arriscava prever que “certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional”, buscando diferenciar aquela experiência nacionalista, pós-colonial e popular das tradições nacionalistas pretéritas. Nesse ponto, este nacionalismo periférico distinguia-se do nativismo das escolas modernas, românticas e do mesmo do regionalismo.

O nacionalismo político que ele professava diferenciava-se também do nacionalismo econômico do imediato pós-independência ou mesmo dos inconfidentes mineiros por ser concebido a partir de perspectiva global, isto é, um “projeto coerente” articulado enquanto “sistema econômico, social, político e cultural” (RAMOS, 1960, p. 227); mas, acima de tudo, afirmava, “o movimento emancipacionista é, hoje, essencialmente popular e nacional” (Ibid.)¹³¹. O conceito de nacionalismo vai alcançando um lugar cada vez mais central na teoria política do autor. Nesse ponto é interessante nos debruçarmos sobre um exercício teórico proposto por ele ao traçar o que chama de uma “tipologia do nacionalismo” (RAMOS, 1960, p. 248). Nesse exercício ele busca definir o que chama de um nacionalismo como ciência, um “verdadeiro nacionalismo” em oposição a diversos tipos de “nacionalismos equivocados”. O chamado *nacionalismo ingênuo* consistia precisamente em um fenômeno primário e etnocêntrico de exaltação de um grupo em detrimento da rejeição acrítica de elementos que a ele não eram familiares, descambando para a xenofobia e para a equivalente valorização, por vezes equivocada, de algo somente pelo fato de ser nacional; o *nacionalismo utópico* ignora as condições materiais (notável a analogia à terminologia marxista) e, em geral, crenes na existência do “fato econômico puro”, ignoram o fato de que “todo capital é político”, aderindo a interesses nocivos e antinacionais sob a firme convicção de que estão defendendo o desenvolvimento nacional, mas creem verdadeiramente que essa só seria possível a partir da abertura total ao capital internacional; o *nacionalismo de cúpula* é reflexo da adesão de camadas

¹³¹ Para uma interessante leitura do conceito de nacionalismo e revolução na obra de Guerreiro, sob a chave do “nacionalismo popular”, ver: KAYSEL, 2014.

dominantes ao ideário nacionalista na busca por prestígio popular e poder político, utilizando-se de pautas populares e imperativos psicológicos para mobilizar o povo a seu proveito; o *nacionalismo de cátedra*, próprio de professores e intelectuais, consistia em “posição assumida apenas no plano verbal” por parte de próceres da pequena burguesia ou da classe média dispostos a atrelar sua solidariedade às demandas da classe trabalhadora ou da burguesia, dispondo de sua “fraseologia” de acordo com a conveniência, não sendo, portanto, nada confiáveis nos momentos de luta política; e, finalmente, o *nacionalismo de circunstância*, que, como o nome indica, “é uma modalidade de oportunismo” conduzida, mobilizada, em grande parte, por entreguistas em busca de vantagem imediata

Em contraponto a todos esses nacionalismos equivocados, Guerreiro propõe sua concepção de “nacionalismo como ciência”. Uma pontuação muito interessante é sua convicção de que, a longo prazo, “todo nacionalismo é de circunstância”, visto que é um instrumento de povos periféricos para a libertação do jugo da dependência colonial. O nacionalismo como ciência é fórmula dos “povos proletários”¹³² para superar o conformismo da condição colonial, a “atitude insubmissa” que os habilita como “as forças propulsoras mais legítimas do progresso da humanidade” (RAMOS, 1960, p. 253). O movimento retórico aqui perpetrado por Guerreiro passa justamente por apropriar-se do retórica marxiana que legitima a luta de classes, transpondo-a para o plano das nações; os povos proletários eram o futuro, constituídos da potência transformadora e moral do progresso humano. O nacionalismo utópico torna-se científico a partir da interpretação da lei do desenvolvimento histórico das nações. Na verdade, sustentava Guerreiro, esses povos representavam efetivamente o universal, posto que sua realização aponta para o futuro:

É fácil compreender que, mais do que os povos desenvolvidos, os atuais povos periféricos são portadores do ponto-de-vista da comunidade humana universal. A ciência é a atividade realizada à luz desta perspectiva. O máximo de consciência universal está hoje naturalmente à disposição dos povos periféricos e, por isso, podem ter uma ciência mais avançada do que dos povos metropolitanos. O nacionalismo, como ideologia básica desses povos, adquire assim atributos de verdadeira ciência. A ciência é praticada em cada época segundo as possibilidades históricas existentes. Sua universalidade é sempre relativa. [...] Ora, somente os povos proletários estão naturalmente votos e dispostos a este modo de ver, pois só o futuro lhes promete a realização de seus ideais que se transmutam, por imperativo de sua condição, em ideais universais (RAMOS, 1960, p. 254).

O caráter popular desse nacionalismo provém da interpretação que percebe a emergência do povo, já aludida anteriormente, como elemento central na equação nacionalista

¹³² Referências que encontrei foram Sultan-Galiev e Pontes de Miranda

daquela época, visto que sua emergência denotava a presença de condições até então inexistente no que dizia respeito à possibilidade de integração em um território tão diverso. O povo é o amálgama que permite reconhecimento e integração, apesar das diferenças; é o fator que correlaciona os problemas específicos e locais com os problemas nacionais. Mais interessante é que esse reconhecimento só se torna possível a partir da consciência partilha de um destino determinado, não por uma essência cultural, mas pelo fato político levado às claras por condições materiais comuns:

O povo é um conjunto de núcleos populacionais articulado entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins. [...] Um povo não é primeiramente uma tradição e uma consciência coletiva. Uma e outra decorrem de relações materiais de interdependência, as quais constituem a condição de possibilidade de formação de um povo. Por isso, em toda parte e em todos os tempos, populações marcadas por uma psicologia coletiva definida tiveram sempre como suporte de sua existência um sistema de atividades produtivas integradas (RAMOS, 1960, p. 228).

A emergência do povo só fora possível, na fórmula de Guerreiro, com a emergência de condições materiais efetivas, no caso, o “substrato material” do povo brasileiro era o mercado interno e a existência de um sistema produtivo integrado¹³³. Esses elementos permitiam a configuração do “povo brasileiro como ente político, apto a reivindicar e a exercer as prerrogativas típicas de uma adulta personalidade histórica” (RAMOS, 1960, p. 229), ou seja, demandas e reivindicações próprias. O povo que emergia a partir do estabelecimento dessas condições materiais diferenciava-se da concepção de aristocrática de povo que vigia até seu advento efetivo como ente político. Esse povo, liberto da tutela das classes dominantes confirmava-se como “principal ator do processo político” brasileiro e, na visão de Guerreiro, o que se demonstrava desde as eleições de 1950 era um efetivo processo de democratização da política brasileira interpretada no sentido de uma “crescente perda de eficácia dos expedientes caudilhescos, oligárquicos e clientelísticos em nossa vida partidária” (Ibid.). O nacionalismo ainda não havia se estabelecido de forma mais contundente devido ao “aristocratismo” de suas lideranças. Ele deveria ser compreendido, ao contrário, como “essencialmente uma ideologia popular” a ser formulada pela indução da prática do povo e seus verdadeiros princípios (RAMOS, 1960, p. 230). Apesar de poder contar com a participação de outras camadas, aquele era um momento de superação de uma concepção elitista da mudança social para uma concepção participativa, isto é, o conflito não mais poderia somente se dar no plano intra-elites, mas a pressão popular devia figurar como elemento fundamental da equação da fórmula da

¹³³ Mesmo argumento dos nacionalistas de 1930 que atestavam a necessidade do estabelecimento de um mercado interno como forma de superar a dominação oligárquica.

mudança política e social. Entretanto, Guerreiro reforçava que a lógica da representativa da política ainda seria mantida. Da mesma forma que a fórmula da mudança social e da programação do desenvolvimento não haveria de surgir “como evangelho” a partir da façanha individual de “um arauto iluminado”; era necessário sanar as “deficiências da organização partidária” do país ao aproximar as instâncias decisórias do “fluxo de pressões ideológicas comunitárias” da forma a “tornar onipresentes aquelas pressões” (RAMOS, 1960, p. 221). Vê-se, portanto, que se trata de tentar aumentar a influência da sociedade civil sobre os aparelhos de Estado. Por outro lado, não se tratava de uma concepção francamente plebiscitária da participação política. Guerreiro buscava reformar a lógica representativa por meio de uma reformulação dos quadros e dos modos de ação dos partidos de caráter popular em movimento que marcava a superação da “crise do poder no Brasil” por meio de um processo de revolução nacional.

O nacionalismo representado pela emergência do povo haveria de conquistar os espaços de poder para conduzir o efetivo desenvolvimento há muito defendido por Guerreiro. Sendo o novo titular do poder e mais importante ator político na concepção de uma revolucionária de Guerreiro, dadas as condições materiais, o povo não mais podia se tutelado, mas haveria de se fazer representar por uma vanguarda; “a vanguarda do povo é o dirigente direto do processo nacional. O povo como totalidade é dirigente indireto” (RAMOS, 1960, p. 230). A vanguarda do povo eram os elementos mais conscientes da sistemática e dos instrumentos demandados para a consecução do sucesso da revolução nacional. Novamente, Guerreiro pontua que a vanguarda não pode ser uma corporação aristocrática, mas deve ser selecionada por indução das práticas populares. A vanguarda deve ser uma “miniatura do povo”, e, na formulação do autor, seria composta de trabalhadores, mas não somente, contemplando elementos oriundos de outras classes, as quais ele cita nominalmente: empresários industriais, comerciais e agrícolas, quadros técnicos profissionais, outros elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais. Essa vanguarda seria então alicerce de um “movimento emancipador popular” (RAMOS, 1960, p. 246) com as seguintes características: *nacionalista*, visto que preconizava “soluções nacionais para os problemas nacionais”, rejeitando o internacionalismo, mas compreendendo-se como universalista, pois entendia o nacionalismo como um meio e admitia “ampla colaboração entre os povos, desde que sem detrimento de suas prerrogativas de soberania” (RAMOS, 1960, p. 247); um *movimento de esquerda*, compreendendo com isso o compromisso com a luta por uma pauta de possibilidades ainda não efetivadas pela sociedade brasileira, em rejeição à estagnação, o retrocesso e ao *status quo*; *transcende a realidade exclusiva de toda classe*, ou seja, “os trabalhadores” detinham “no movimento o papel

principal”, mas ele comportava a participação de outras classes; *dirigido pelo povo, por intermédio de sua vanguarda*, o que implicava numa rejeição ao sectarismo e na busca por interesses de alcance geral e coincidentes com os “reclamos da coletividade”, dispensando, ainda que não fosse proibitiva, a associação partidária ou a outras organizações; *democrático*, pois “combate manobras golpistas e toda sorte de expediente que vise interromper o funcionamento legal das instituições” (RAMOS, 1960, p. 248), pregando soluções democráticas para os problemas nacionais, segundo as “vicissitudes naturais do processo brasileiro”, como único caminho possível para a formação dos “novos quadros dirigentes de que a nação carece” (Ibid.).

Colocadas as características desse movimento de emancipação que, em grande parte, refletem o projeto e o ideário político de Guerreiro, iremos adentrar na análise da teoria da revolução nacional por ele elaborada em sua forma mais acabada em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963). Como vimos, ao refletir sobre a situação política brasileira na década de 1960, Guerreiro afirmava que suas “características justificam defini-la como revolucionária” (RAMOS, 1963, p.18). A revolução era “categoria viva da história contemporânea do Brasil” (RAMOS, 1963, p.17), e a análise da realidade brasileira demandava um olhar que não estivesse pervertido por “hábitos” e “conceitos esclerosados” (RAMOS, 1963, p.18) que orbitavam o tema da revolução. O autor se propunha realizar uma análise histórico-sociológica do conceito de revolução para que esta pudesse contribuir para a compreensão das implicações políticas do momento revolucionário pelo qual passava o país, culminando com uma teoria da revolução brasileira. Como ponto de partida habitual (não importando o tema a ser abordado), Guerreiro divergia da interpretação positivista da revolução que, inaugurada por Comte que, refletindo o mau humor de sua época com o espírito revolucionário, julgava-o como “lesão moral e psicológica” em um processo de evolução que deveria ser contido e gradativo, baseado no lema da Ordem e do Progresso. A interpretação da dinâmica social de outro fundador da sociologia, H. Spencer, também se aproximava da proposta comtiana e associava o desenvolvimento a uma hierarquia causal que partia das ideias, para os costumes e então para as instituições, em uma sucessão de formas de cooperação. Ecoando a interpretação de Mannheim, Guerreiro chamava a atenção para a importância desse paradigma sociológico da mudança social para a constituição pensamento conservador brasileiro. A falta de referenciais teóricos adequados para formular uma categoria de classe social suficientemente adequada pelos estudiosos que partiam das chaves interpretativas comtianas e spencerianas atuava como efetivo impedimento à elaboração de um “conceito objetivo de revolução”; afirmava o autor, “é impossível compreender o fato histórico-social da revolução sem referi-lo às classes sociais”

(RAMOS, 1963, p.19). Tão pouco era possível contar com contribuições mais recentes da “sociologia universitária oficial” representada por nomes como Sorokin, Brinton e Meusel, que, ao fim, tratavam da revolução como processo extinto para posteriormente descrever suas regularidades em tentativas que Guerreiro qualifica como indigentes e impressionistas. O autor afirma que as condições brasileiras o impeliam para a análise das atividades e escritos, não de sociólogos e acadêmicos, mas das concepções que influenciaram diretamente os revolucionários e os processos revolucionários.

Historicamente, Guerreiro classifica as concepções revolucionárias em três ordens: a voluntarista, a historicismo e a sincrética. A concepção voluntarista ou iluminista considerava a revolução como “criação histórica, imune da influência do passado e mesmo do presente”. Rousseau, Helvétius, Fichte, Owen e Blanqui amparavam a tarefa revolucionária em uma minoria qualificada e clarividente, que assumiria o mandato da maioria como se “estivesse a cavaleiro dos condicionamentos históricos” (RAMOS, 1963, p.25). Ao propor essa ruptura com os tempos históricos em favorecimento da formulação de uma nova forma de existir, esses autores eliminavam a possibilidade de perceber os obstáculos históricos que se punham frente a esse objetivo. Assim, não compreendiam a relação entre as ideias e ideais do presente e do passado na conformação do processo revolucionário. Em oposição, Guerreiro propõe que a revolução opera justamente essa ligação que, materialmente, se expressa em classes antagônicas:

A revolução continua o presente e, por seu intermédio, liga-se ao passado. Libera o que, no presente, está condenado pelas circunstâncias. Mas é na história que a revolução acontece, como desfecho de uma luta entre o novo e o velho, concretamente configurados, na própria realidade social, sob a forma de interesses de classes ou categorias em dissídio (RAMOS, 1963, p.25).

A concepção historicista era atribuída pelo autor ao trabalho, perpetrado por Karl Marx, de fundamentação histórica das contribuições dos autores voluntaristas. Nessa chave, Marx incorpora o sentido da crítica dos voluntaristas à ordem das coisas existente, associando-as a um plano histórico e social específico, fazendo com que a revolução fosse compreendida como culminância de um processo e não como outorga a uma minoria privilegiada, alheia ao condicionamento histórico:

Esta concepção permite tratar o processo social da revolução como objeto do conhecimento técnico e científico. A aspiração de Marx e de seu colaborador Engels foi mostrar que a transformação qualitativa da sociedade não depende unilateralmente da subjetividade, mas obedece a leis, resulta de fatores que operam continuamente na realidade social [...] (RAMOS, 1963, p. 26).

A categoria de *práxis*, entendida como atividade transformadora, intermediava a relação entre os elementos subjetivo e objetivo do fenômeno revolucionário, configurando o caráter de totalidade almejado por Marx e Engels. Essa transação, influência mútua entre sujeito e objeto, incorpora o plano voluntarista/subjetivo ao plano histórico/objetivo das condições materiais:

Em conclusão, podemos definir a revolução, segundo o que aqui chamamos de concepção historicista, utilizando as palavras com as quais Marx certa vez definiu o comunismo: a evolução não é um estado que deve ser criado, ideal destinado a orientar a realidade; é o movimento efetivo que, segundo as possibilidades concretas de cada momento, imprime a situação presente. (RAMOS, 1963, p. 27)

Por sua vez, a concepção sincrética fora criada originalmente por Lênin a partir da combinação entre o voluntarismo e o historicismo marxiano. Admirador dos teóricos voluntaristas, como Blanqui e Tkatchev, Lênin atribuía grande relevância ao elemento subjetivo manifesto em grupos organizados a se apoderarem do poder e conduzindo o povo à revolução. Entretanto, o mesmo seguia Marx e Engels no sentido da compreensão de que uma revolução só teria êxito em momento propício considerado a partir de condições objetivamente observadas. Essa convergência paradoxal fazia Guerreiro afirmar que a concepção de revolução de Lênin partia de interpretação revisionista da obra de Marx, mas revestia-se de caráter original (um tanto envergonhado, por assim dizer). Neste sentido, o autor pontuava que o líder bolchevique:

Jamais contestou Marx ou Engels, no tocante ao entendimento da tarefa revolucionária. Mas não os seguiu à risca e, a partir de seus ensinamentos, acentuou aspectos da questão, em termos que nenhum militante marxista ousou antes dele. Encarou frontalmente o lado subjetivo daquela tarefa, assinalando a contribuição positiva do pensamento de Blanqui e Tkatchev sem, com isso, ter pretendido ou declarado retificar o marxismo. Era um revisionista inconsciente ou dissimulado (RAMOS, 1963, p. 28).

Como contraponto às chaves de interpretação historicista e espontaneista, que entendiam que a consciência da classe operária se desenvolvia mediante longo processo do desenrolar da luta de classes, Lênin destacava o papel da organização, do partido e da vanguarda como elemento catalisador dessa reação. Guerreiro pontuava que Lênin, sem nenhum receio de ser arguido de aristocratismo, nunca hesitou em observar que a doutrina socialista foi elaborada por intelectuais burgueses versados em teorias filosóficas, históricas e econômicas, inacessíveis às massas; sendo lícito nomear de sincrética sua concepção revolucionária, pois esta balanceava a relação entre os elementos subjetivos, destacados pelos voluntaristas, e os elementos objetivos aos quais atentavam Marx e Engels. Ele não atribuía valor intrínseco à vontade e nem

compreendia que, dadas as condições propícias, a revolução se daria de modo espontâneo, operando uma medida entre essas duas vertentes. Utilizando as categorias de Guerreiro de forma que ele próprio não ousou, poderíamos concluir desse ponto que Lênin fora um revolucionário que procedera de forma epistemologicamente correta ao reduzir o ideário marxiano objetivando pô-lo em prática nas condições periféricas da Rússia czarista; estas muito distintas das originalmente concebidas pelo filósofo de Tréveris. É essa atitude epistemológica e o enfoque numa teoria da organização que atraem a atenção de Guerreiro para propor o próximo passo na construção de um conceito de revolução para nortear seu raciocínio até uma elaboração acabada sobre o tema da revolução brasileira.

Estamos agora em condições de formular um conceito de revolução, que, daqui em diante, norteará o nosso raciocínio. Tal conceito, em que procuramos integrar os elementos positivos contidos nas concepções anteriormente discutidas, pode ser assim emitido; revolução é o movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários (RAMOS, 1963, p. 30).

Trata-se, portanto, de um novo movimento sincrético cuja formulação, ele dirá, privilegiava quatro princípios: a *práxis*, o limite, a classe social e a totalidade. O princípio da *práxis* reforçava a relação entre os elementos objetivos e subjetivos do processo revolucionário, atestando ser inconcebível relativizar a importância da ação humana nos movimentos de transformação social, visto que o homem e o mundo objetivo se influenciam mutuamente, sendo a *práxis* criação simultânea do homem e do mundo exterior (Ibid.). Lênin havia superado a prática espontaneista ao dotar sua concepção revolucionária de “ingrediente teórico sistemático altamente elaborado” (uma teoria das organizações - partido revolucionário) que, lidando com condições específicas atuaria como maximizador dos efeitos da luta de classes e da consciência socialista. O princípio dos *limites* era expresso pela capacidade de discernimento das possibilidades viáveis em dada condição objetiva - próximo ao que Lukács qualifica como teoria da possibilidade objetiva no que concerne à consciência de classes, ou mesmo ao que Marx defende, no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao afirmar que os homens fazem sua história, mas não escolhem as circunstâncias da qual participam. Esse princípio não previa anulação da ação subjetiva e nem da agitação revolucionária, mas as limitava mediante as condições objetivas para sua efetividade, inibindo ações aventureiras sem suporte na

realidade¹³⁴. O princípio da *classe social* determinava que, como “toda revolução tem destinatários”, ela poderia ser considerada uma “verdadeira revolução” quando seu destinatário fosse “uma classe ou coalizão de classes representativa de avanço no nível das forças produtivas” (RAMOS, 1963, p. 35). Nesse sentido, para ter êxito, a organização revolucionária deve estar em permanente contato com as bases sociais que, de fato, representassem um avanço no plano econômico e social. Não mais seriam possíveis reproduzir movimentos do passado, quando as revoluções eram organizadas como “meros golpes de Estado, confinados nos setores dominantes, sem participação da maioria” (RAMOS, 1963, p. 36). As revoluções contemporâneas deviam representar efetivamente as necessidades das massas, demandando suportes sociais amplos [exemplo Jânio]. Finalmente, o princípio da *totalidade*, derivado das críticas de Lênin ao economicismo e ao sindicalismo, e das formulações de Lukács, propõe que, como movimento consciente, a revolução busca efetivar uma possibilidade objetiva que só é passível de ser compreendida como uma totalidade, ou seja, “não há modelos uniformes de revolução”, sendo cada uma delas um caso específico cuja análise seria caudatária de uma perspectiva total. Essa teria sido uma das principais contribuições de Lênin, ao avançar sobre as formulações de Marx e Engels, propondo a teoria do elo mais fraco do capitalismo a partir de uma “prévia análise da situação do capitalismo mundial como totalidade concreta” (RAMOS, 1963, p. 39), que se mostrou acertada, pois, ainda que a revolução mundial não tenha

¹³⁴ Dentre vários exemplos Guerreiro cita aqui o caso da campanha da legalidade organizada por Leonel Brizola. Guerreiro qualifica o político gaúcho como realista e populista (vimos que isso não tinha conotação tão grave no entender do autor), mas lhe parecia personagem com potencial e alguém que atuava de forma ousada segundo leitura arguta do cenário político, mas cujo destino estaria para se traçado a partir de escolha futuras. Reproduzo a seguir pois parece denotar uma certa aproximação/admiração, ainda que não explícita e cautelosa, por parte de Guerreiro: “Iniciativa realista, no campo da agitação política, teve-a também o Sr. Leonel Brizola, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Ante a disposição dos ministros militares de impedir que o então Vice-Presidente João Goulart assumisse a Chefia da Nação, o Sr. Leonel Brizola, na época Governador do Rio Grande do Sul, conclamou o povo do seu Estado e do Brasil para a resistência. O gesto criou um impasse, de que poderia resultar mesmo a guerra civil. Para evitá-la, encontrou-se a fórmula do Ato Adicional (Emenda Constitucional n.04), que assegurou a posse do Presidente João Goulart, mas diminuiu-lhe os poderes, conferindo a um Conselho de Ministros grande parcela de atribuições executivas. Por força do plebiscito de 7 de janeiro ele 1963, o Ato Adicional foi revogado e restabelecido o regime da Constituição de 1946. O Sr. Leonel Brizola teve sempre relevante papel em todas essas vicissitudes. Presentemente, o Sr. Leonel Brizola, tudo o indica, parece não estar disposto a ser agente passivo dos acontecimentos e cada vez mais nele se acentua a característica oposta- É hoje em dia, um líder populista, que persegue, de modo consistente, o objetivo de interferir na condução dos negócios públicos, segundo diretrizes e métodos que ele mesmo proclama “não-convencionais”. Sem nenhuma dúvida, dentre os líderes populistas, o Sr. Leonel Brizola se destaca precisamente por sua capacidade de iniciativa política, fundamentada nas virtualidades concretas da atual etapa em que se encontra o País. O êxito do Sr. Leonel Brizola depende da acurácia de sua avaliação dos acontecimentos, segundo o “princípio de limites”. Ser estrela ou meteoro é o dilema que virá. Poderá permanecer muito tempo em crescente eminência em nosso panorama político, se ajustar a sua conduta às circunstâncias. Caso contrário, isto é, se tentar substituir-se ao curso dos fatos ou distorcê-los em incoerente impulso subjetivo, poderá ser repentinamente expulso do proscênio político para a penumbra onde mergulham os meteoros.” (RAMOS, 1963, pp. 34-35).

se efetivado após a precipitação da Revolução Soviética, Lênin confirmara a hipótese de que ela teria forma, inicialmente, em um país cujo capitalismo não estava plenamente estabelecido.

A perspectiva nacionalista crítica à importação de modelos de revolução e ao internacionalismo não implicavam em ignorar a história e o desenvolvimento dos processos revolucionários pretéritos e contemporâneos de outros países. Também não implicava na negação da possibilidade da organização de pautas universalistas. As Internacionais eram vistas como organizações legítimas, criadas originalmente como movimentos espontâneos em decorrência do sucesso das revoluções americana e francesa, e que então reuniam Estados em torno das pautas socialistas que carregavam “efetivamente largo sentido libertário de interesse universal” (RAMOS, 1963, p. 40). Porém, Guerreiro defendia que a vida política do país não podia se resumir a um embate entre círculos de pensamento que atuavam como “teleguiados de ‘internacionais’, seja de direita, seja de esquerda” (RAMOS, 1963, p. 40). A análise da realidade brasileira deveria ser perpetrada por critérios e horizontes próprios, condizentes com um “movimento de libertação nacional”. Em paráfrase à formulação leninista, Guerreiro propunha que o internacionalismo era a “doença infantil do movimento socialista brasileiro” (RAMOS, 1963, p. 41), que só amadureceria quando concebesse a revolução brasileira a partir das condições e dos objetivos nacionais.

Como posto anteriormente, aquela era vista por Guerreiro como uma época dotada de específicas condições revolucionárias. O autor afirmava que a consciência da importância das decisões políticas nos processos de mudança social era a “principal particularidade histórica de nosso tempo” (Ibid.). A ideia proposta por Guerreiro era a de que, pela primeira vez na história, a civilização tornara-se “fato universal”, ou seja, a cultura e a técnica apresentavam-se acessíveis a todos as nações, não estando mais restritas aos países centrais. Mesmo povos mais desfavorecidos do ponto de vista material podiam se beneficiar do “alto nível de subjetividade da época, por intermédio de seus quadros dirigentes”, o que elevava, no plano da ação prática para a revolução, a importância da ação e da organização política, e, no plano epistemológico, do conhecimento objetivo e do estudo do fenômeno político. As características da época, em abertura à ação política, levavam Guerreiro a aderir e defender uma pauta socialista não marxista como modelo para a organização popular para a superação do colonialismo nos países subdesenvolvidos:

Nos dias de hoje, o socialismo se tornou processo mundial. Não é mais apenas a teoria de isolados intelectuais subversivos. Não é mais um regime concreto geograficamente segregado. É uma força mundial, que se faz sentir sob a forma de consciência reivindicadora dos povos, principalmente dos chamados subdesenvolvidos, e sob a forma de solidariedade ativa das massas, contra o colonialismo em todas as suas

modalidades. O socialismo é o modelo de toda a revolução popular da presente época, independentemente da qualidade do modo de produção (RAMOS, 1963, pp. 43-44).

Se o socialismo figurava como orientação inescapável daquele período, Guerreiro criticava o marxismo como modelo de mudança social que encadeava o percurso por subsequentes modos de produção até a conquista do socialismo por meio de uma insurreição espontânea. Esse modelo seria, em sua interpretação, anacrônico e falsamente universal, visto que, em sociedades onde havia se constituído um capitalismo nacional, consciente de sua exploração pelo setor estrangeiro da economia, a melhoria das condições do proletariado ou mesmo a revolução em direção ao socialismo, poderia ser promovida, inicialmente, de forma coadunada com o desenvolvimento das forças produtivas, sem necessidade de ruptura violenta. Por outro lado, se a classe dominante, “por temor ao fortalecimento do proletariado interno”, [...] “resignar-se à leonina coparticipação de titulares estrangeiros no processo de acumulação de capital”, e, com isso, conduzir o sistema econômico-social à rigidez, “a alternativa revolucionária se torna necessariamente imposta como tarefa insurrecional” (RAMOS, 1963, p. 44)¹³⁵.

O socialismo era para Guerreiro, não uma doutrina que determinava a propriedade dos meios de produção, mas a “lei estrutural”, ou “a tendência histórica dominante na presente época”. Em interpretação distinta da marxiana, afirmava a preferência de sua validade atual no contexto periférico, enquanto “método político e econômico, adequado para promover o desenvolvimento acelerado de nações onde o capitalismo ou não chegou a medrar, ou se encontra em condições ainda rudimentares” (RAMOS, 1963, p. 73). Sua pretensão universalista poderia mesmo se realizar, mas somente “depois que os povos periféricos tenham elevado significativamente o nível de suas forças produtivas” (Ibid.); até lá, o imperativo da revolução socialista mundial estaria subordinado às conveniências das condições nacionais do processo de construção do socialismo em cada um desses países.

Cumpria ao movimento nacionalista realizar o processo de democratização dentro de seus próprios quadros para superar a crise do poder e encaminhar o desenvolvimento no sentido da “revolução possível” (RAMOS; 1963, p. 182). O objetivo da revolução brasileira era reajustar o Estado, tornando-o reflexo da correlação de classes que expressava aquele momento do desenvolvimento e habilitá-lo para as novas funções demandadas pela presente configuração

¹³⁵ Assim como Jaguaribe e Furtado, Guerreiro afirmava que uma ruptura seria consequência da manutenção de uma estrutura política rígida e impermeável às manifestações das classes ascendentes. A ruptura não era necessária para a passagem para uma outra forma de organização social, mas seria inescapável caso as elites não compreendessem o sentido do desenvolvimento histórico.

da economia e da sociedade (Ibid., pp. 182-183). Ao mesmo tempo em que criticava o aristocratismo, Guerreiro diagnosticava uma crise de lideranças. Se as condições objetivas para a revolução brasileira estavam dadas, e as classes sociais encontravam-se maduras para a compreensão de suas funções históricas, faltavam lideranças dentro de cada uma delas para a condução do processo. Cabia à *intelligentsia* orientar essas lideranças para não desperdiçar o capital político dos já atuantes do movimento nacionalista:

O ativismo que se manifesta nos setores sindicais, na categoria dos sargentos e dos oficiais das forças armadas, e em outras esferas nacionalistas, constitui enorme capital político exposto ao malbaratamento, na ausência de liderança competente e realista, que lhe dê sentido verdadeiramente nacional.

Como dissemos, não se tratava da organização de um movimento golpista ou insurrecional, mas certamente, Guerreiro estava trabalhando com uma compreensão de uma democracia mais ativista e mobilizadora. Ele criticava o radicalismo e os “fetiches verbais” de posições comunistas que mistificavam e confundiam a organização de um processo verdadeiramente revolucionário - no que chamava de “jornada de otários”. Contudo, em seu livro de 1963, sua última publicação de relevo anterior ao Golpe de 1964, ele mesmo não consegue oferecer uma saída objetiva para aquele momento de “transação” - para usar a categoria de Justiniano da Rocha - na ausência de lideranças. A revolução era ideia força, as classes sociais estavam constituídas, bem como o povo, a pauta política era a das reformas de base e do Estado, mas faltava uma “liderança capacitada para fazer da revolução um fato nacional, manifestação coletiva do povo brasileiro, configurado de novo poder” (Ibid., pp 190-191). A imaturidade não estava mais do lado do povo, que, ao longo da história, sempre fora elemento por fazer. Agora constituído, a falta estava no plano da organização e constituição das lideranças. A ideia presente ao fim de *Mito e verdade da revolução brasileira* não deixa de ser um tanto melancólica - ainda que restasse alguma esperança ao autor -, como refletindo um diagnóstico de desperdício de uma potência revolucionária que, de forma um tanto paradoxal, visto de perspectiva retrospectiva, ilustra um momento culminante de um intenso processo de democratização prestes a ser obstado e prescrito por longos anos:

A revolução brasileira será mistificada, se e enquanto os que pretendem representá-la e servi-la não se desvencilharem de fetiches verbais. A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários - o mito. Façamos a revolução - segundo a verdade da história nacional. (Ibid., p. 191)

4 CELSO FURTADO: SUBDESENVOLVIMENTO, POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

O economista paraibano, Celso Monteiro Furtado (1920 - 2004), é um dos intelectuais mais influentes e estudados do pensamento econômico brasileiro. Sua produção é também fartamente referenciada no plano do pensamento social, sendo ele mesmo considerado um dos mais destacados “intérpretes do Brasil”. Durante décadas as reflexões acadêmicas em torno do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro orbitaram ao redor de suas formulações e interpretações. Porém, a despeito de todo esse prestígio, aspectos significativos de sua obra, ainda hoje, não foram satisfatoriamente contemplados com pesquisas e análises. Só recentemente, devido em grande parte ao repertório de possibilidades apresentado na dissertação de mestrado *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento nacionalidade e Estado democrático* (1998), da professora Vera Alves Cepêda, que mais autores dedicaram trabalhos substantivos ao tema do pensamento político na obra de Celso Furtado. Dentre esses, destacamos a tese de doutorado de Wilson Vieira, *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado* (2010); a pesquisa de Rosa Maria Vieira, *Celso Furtado: os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento* (2003); e as dissertações de mestrado de Pedro Marreca, *Celso Furtado: a democracia e o ideário nacional-desenvolvimentista* (2014), e de Pedro Borges, *O pensamento político na obra de Celso Furtado* (2007). Todas essas interpretações convergem em grande medida com a tese aqui delineada, mas acreditamos oferecer uma perspectiva original, na medida colocamos lado a lado a obra de Furtado com outros importantes autores que se dedicam a teorizar sobre a política de uma perspectiva nacionalista, elucidando os vínculos e trocas que compõem um ideário comum, a despeito das divergências de estratégias e ênfases segundo as preferências de cada um. Da mesma forma que nos outros capítulos, a lógica da organização aqui proposta segue a ideia de que a partir de uma concepção epistemológica do nacionalismo e da necessidade de se teorizar de maneira autônoma sobre o desenvolvimento periférico, se constituem uma interpretação crítica sobre o desenvolvimento político e um projeto político nacionalista e democrático na obra do autor.

4.1 Epistemologia periférica: A teoria do subdesenvolvimento, o retorno ao historicismo e a orientação política das ciências sociais

Na primeira parte do capítulo, cumpre-nos demonstrar o recurso às ciências sociais, e sua compreensão da economia sob chave heterodoxa e pluralista, para a formulação de sua teoria do subdesenvolvimento. Essa ganha, como se verá, uma conotação eminentemente política, isto é, sua configuração advém de uma interpretação histórica e ela mesma é

politicamente orientada de forma a contribuir para a percepção de mecanismos para a sua superação. A teoria do subdesenvolvimento de Furtado contribui para todos os autores que operavam no cânone do nacional-desenvolvimentismo organizarem suas interpretações do desenvolvimento econômico brasileiro. Ela também se desdobra, numa reflexão sobre as contribuições das diversas ciências sociais e dos intelectuais na teorização do processo de desenvolvimento, que, ao contrário do que supõem os teóricos da modernização, era percebido com um processo eminentemente político, portanto, que deveria ser teorizado nesse mesmo plano.

4.1.1 Economia, história e subdesenvolvimento: as bases para uma teoria do desenvolvimento nacional na periferia

Ora, a grande dificuldade que enfrenta o estudante de Economia, em um país subdesenvolvido, é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive. Essas simplificações do mundo real são muitas vezes ditadas pela mera conveniência do uso de certas técnicas de análise. Não devemos esquecer que quem analisa a realidade adota uma técnica de análise, técnica essa que preexiste à escolha do objeto analisado. E, uma vez adotada determinada técnica, ou método, é comum, em Economia, que a própria técnica, emprestada de outra ciência, passe a condicionar a marcha do esforço de teorização. (FURTADO, 1962, p. 95).

A epistemologia periférica se expressa na obra de Celso Furtado por diversos meandros, porém, seu ponto fundamental se encontra na defesa da heterodoxia e do pluralismo metodológico na constituição de uma teoria do desenvolvimento na periferia. Uma teoria do desenvolvimento na periferia, ou, nas palavras do autor, um “pensamento econômico autônomo e criador no mundo subdesenvolvido” (FURTADO, 2009, p. 18), deveria partir de uma síntese das contribuições de três correntes de pensamento: a teoria econômica clássica, cuja importância advinha de sua “disciplina metodológica, sem a qual se descamba para o dogmatismo”; as contribuições keynesianas, que contribuíram com uma melhor compreensão do papel do Estado e dos processos de reforma social; e do marxismo, por seu fomento a uma “atitude crítica e inconformista” (FURTADO, 2009, pp. 18-19) fundamental para lidar com as condições vigentes na periferia. A natureza crítica do pensamento marxista e a abertura de novas perspectivas no campo econômico para a possibilidade de reformas por parte do Estado, propiciada pelo keynesianismo, eram contribuições especialmente fortuitas em relação aos problemas enfrentados e explicavam sua difusão nos países periféricos. Entretanto, a “necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em fases diversas de subdesenvolvimento”, conduzia Furtado a aderir ao enfoque estrutural dos

problemas econômicos na forma como vinha sendo proposto na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), cujo principal pressuposto passava, no campo epistemológico, por “aproximar a análise econômica e o método histórico” (Ibid., p. 19).

Segundo a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, este não era compreendido como uma etapa que fora percorrida pelas economias capitalistas estabelecidas, mas “um processo histórico autônomo” (FURTADO, 2009, p. 161), ou, poderíamos dizer, uma condição específica resultante do contato das economias capitalistas (centrais) com regiões de antiga colonização (periféricas), cujos sistemas econômicos operavam sob lógicas pré-capitalistas. O efeito desse contato variava conforme as estruturas vigentes e a intensidade das relações estabelecidas, mas o ponto em comum que caracterizava o fenômeno era a formação de “estruturas híbridas”, nas quais uma parte operava sob a lógica capitalista moderna e a outra pela manutenção das estruturas preexistentes, constituindo-se então uma “economia dualista” (Ibid.). O subdesenvolvimento era derivado do processo de expansão da economia industrial europeia, sendo, portanto, fenômeno tipicamente periférico, isto é, ele só fora passível de existência devido à disparidade do nível de desenvolvimento econômico entre um conjunto de economias industriais já estabelecidas e outras predominantemente agrárias, integradas em uma lógica dependente. Em um mundo que se tornava cada vez mais integrado, estabelecia-se uma relação entre os centros e periferias que acabava por condicionar o desenvolvimento das partes submetidas, implicando no fato do desenvolvimento industrial da periferia ocorrer em um contexto no qual já existiam economias industriais plenamente estabelecidas. Essa situação era uma novidade do ponto de vista da história do processo do desenvolvimento industrial no capitalismo e fatalmente condicionava esse processo na periferia. Neste sentido, afirmava:

[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. [...] O caso mais complexo - exemplo do qual nos oferece o estágio atual da economia brasileira - é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; o outro voltado sobretudo para a exportação e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento (FURTADO, 2009, p. 171).

A complexidade do caso brasileiro se dava, pois, ao desenvolver sua indústria sob o impulso de substituição de manufaturas antes importadas, a maior preocupação da indústria local era competir com o exportador estrangeiro. O estímulo à inovação tecnológica se baseava em um interesse particular, pautado pelos hábitos de consumo das classes dominantes, alheio àquele que permitiria a transformação mais rápida da estrutura econômica pela absorção do

setor de subsistência (Ibid.). O resultado de tal movimento é que, mesmo com o crescimento da participação no produto do setor industrial voltado para o mercado interno e da renda *per capita* do conjunto da população, a estrutura ocupacional do país se modifica muito lentamente e, “o contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido” (FURTADO, 2009, p. 172), perpetuando por longo período a prevalência da economia de subsistência. A derivação dessa constatação apontava para a necessidade de um esforço de teorização autônomo:

Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muito economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 172).

Furtado defendia uma perspectiva epistemológica dialética, totalizante e sistemática para as ciências sociais. Economia, sociologia e ciência política, deviam retomar suas origens historicistas e interdisciplinares, como única forma de contemplar eficientemente a questão do desenvolvimento. Para traçar essa prescrição ele recorre ao empreendimento hegeliano da busca por uma lógica do processo histórico qualificando-o como “o mais importante movimento de renovação do pensamento social do século XIX” (FURTADO, 1964, p. 13.). Do filósofo germânico, Furtado tomava de empréstimo - sob inspiração da leitura sartreana e lukacsiana¹³⁶ - a concepção dialética do desenvolvimento, cuja essência ele identificava “na ideia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes” (FURTADO, 1964, p.14). Essa concepção totalizante o interessava por compreender o processo histórico através de uma síntese, em grande medida simplificadora e intuitiva, derivada da relação de interdependência entre as distintas instituições presentes em cada momento histórico. Posteriormente, a contribuição de Marx se dera a partir de uma “audaciosa simplificação” (FURTADO, 1964, p. 17) que, ao estabelecer o desenvolvimento tecnológico como elemento irreduzível da estrutura social e apresentar a realidade social a partir da oposição entre infraestrutura (forças produtivas) e superestrutura (valores ideológicos) permitiu a construção de um modelo explicativo da mudança social que concedia à dialética “extraordinária eficácia no estudo de processos históricos” (Ibid.). Replicando essa simplificação no plano da análise social, e dividindo a sociedade em duas classes em conflito - independente do afastamento da complexidade da realidade imediata -, a teoria marxiana promovera grande avanço para a

¹³⁶ O autor cita, nominal e respectivamente, a *Crítica da razão dialética*, *Marxismo e existencialismo* e *História e consciência de classe*.

análise histórica do processo de desenvolvimento na fase de formação das ciências sociais. Seguindo na mesma direção da elaboração de modelos totalizantes dos processos históricos, Furtado atentava para o grande avanço das ciências sociais que, reencontrando-se com a herança dialética deixada por Marx, ampliavam seu potencial analítico ao incorporar as noções de cultura e organização social (Ibid.). O autor vai partir então dos aportes perpetrados por B. Malinovsky, W. F. Ogburn e M. J. Herskovits para refletir sobre a interação entre a base material e a superestrutural da sociedade, terminando por afirmar que, apesar de todas as transformações sociais, a mudança social e cultural continuava operando de forma intrinsecamente condicionada pelo desenvolvimento tecnológico, o que o leva a concluir que “enquanto estivermos neste terreno, permaneceremos dentro do marco da hipótese simplificada que formulou Marx partindo da concepção dialética (FURTADO, 1964, p. 20). Avançando em relação ao modelo marxiano, mas sem se desprender desse ponto central, Furtado defende os modelos dinâmicos de análise social deveriam ser compreendidos na forma de sistemas, com diversas variáveis dinâmicas e interdependentes, cujo direcionamento poderia ser auferido ao se identificar o princípio cumulativo. Como proposto por G. Myrdal, este partiria da identificação de um *fator básico*, sempre exógeno ao sistema, que centralizava esse princípio cumulativo, atuando sobre todas as demais variáveis; e ele reiterava que esse fator seria a técnica, ou as inovações tecnológicas.

Segundo o autor, desde seus primórdios, com Smith, Ricardo e Marx, a tradição econômica estava impregnada de elementos históricos, pois, ainda que tivesse uma pretensão universalistas, se debruçava sobre uma realidade específica, diga-se, a do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus. Portanto, o debate realizado por esses autores encontrava-se intimamente ligado ao debate sobre o desenvolvimento econômico. De forma à primeira vista contraditória, fora a partir da crítica ao caráter teleológico e determinista da concepção de progresso de Marx que o pensamento econômico se esvaziara desse conteúdo histórico, gerando “a quase impossibilidade de compreender esses fenômenos como um *processo*, no contexto da mudança social” (FURTADO, 1964, p. 26). É o aporte da reflexão sobre cultura e mudança social, a qual aludimos anteriormente, que possibilita superar o “caráter a-histórico da análise econômica moderna” (FURTADO, 1964, p. 25) aproximando-a, novamente, da história e da sociologia; o que representava para teoria econômica “a volta a formas de pensamento historicista” (FURTADO, 1964, p. 26). A introdução de inovações tecnológicas aparecia na teoria da mudança social (ou teoria do desenvolvimento) de Furtado como elemento exógeno à dinâmica social, ou fator básico, que produzia o efeito cumulativo em toda e estrutura social seus decorrentes efeitos políticos, como veremos mais adiante.

Por ora, nos interessa apontar esse apelo de Furtado ao retorno à perspectiva historicista no plano da teoria econômica, cujas implicações seriam ainda mais relevantes no caso da análise do subdesenvolvimento. A consciência do condicionamento periférico em sua adesão ao debate sobre a relação entre cultura e mudança social afasta o autor do modelo marxiano, enquanto teoria da modernização de pretensão universalista. Buscaremos demonstrar que a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, em sua apropriação da teoria cepalina, cumpre a função de ser elemento aglutinador para a elaboração de uma teoria totalizante, isto é, que uma teoria integrava em uma interpretação contribuições da história, sociologia e economia para a elaboração de uma teoria política periférica direcionada para o desenvolvimento nacional. Mais nos interessa ilustrar esse esforço e seu direcionamento para uma análise crítica do desenvolvimento periférico e para o plano da efetiva ação política, do que investigar os limites e acertos de sua teoria do subdesenvolvimento no plano da análise econômica. De certo, a maior contribuição de Furtado para essa teoria política periférica passa pela inserção de elementos próprios do debate econômico, como seus conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento, para pensar os condicionantes epistemológicos econômicos e políticos ao desenvolvimento na periferia. A concepção de economia defendida pelo autor e, mais destacadamente, sua concepção de desenvolvimento será histórica e sociologicamente embasada e politicamente orientada. Defendemos que essa perspectiva se constrói como expressão da epistemologia periférica que, ao negar o universalismo de teorias da modernização de corte liberal e marxista, reivindica necessariamente uma orientação nacionalista.

A análise econômica do subdesenvolvimento demandava uma observação sistemática da realidade e a compreensão das limitações à validade das teorias econômicas “em razão do caráter histórico dos fenômenos econômicos” (FURTADO, 1962, pp. 97-98). Essa observação sistemática da realidade e o caráter histórico dos fenômenos econômicos determinavam que, especialmente em um contexto subdesenvolvido, o condicionamento periférico implicava na necessidade de superação das doutrinas em direção à formulação de teorias. A economia devia ser compreendida como uma ciência, isto é, devia operar com esquemas conceituais que, por sua vez, necessitavam de ser testados a partir da “observação do mundo objetivo”. Ao economista cumpria observar o mundo real em aspectos pertinentes a determinada investigação, e ser capaz de reduzi-lo a um número de variáveis suficientemente restrito para integrar um esquema conceitual. A ideia da simplificação não era empregada como algo problemático, mas como a forma de se proceder uma teorização original, visto que, nos países subdesenvolvidos, “o predomínio de técnicas sofisticadas de análise” contribuía para “alienar o nosso economista do mundo real (FURTADO, 1962, pp. 96). A “grande dificuldade” que enfrentava o estudante

de economia na periferia era que as teorias ensinadas “se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive” (FURTADO, 1962, p. 95). Era, portanto, o deslocamento, e não a simplificação que a alienava epistemologicamente o estudante de economia na periferia, submetendo-o ao domínio das doutrinas em detrimento da teoria científica:

A maneira mesma como se apresentam as teorias econômicas nas faculdades vem contribuindo para a alienação do estudante. A forma verdadeira de ensinar uma ciência consiste em apresentar os seus quadros conceituais como sistemas de hipóteses, cuja eficácia explicativa deve ser testada com respeito a uma determinada realidade. Esse teste, entretanto, raramente é feito no ensino de Economia, entre nós. Quando muito, procura-se demonstrar a consistência lógica interna do sistema de hipóteses, partindo de um conjunto de definições; mas raramente se aborda o problema de sua eficácia explicativa com respeito a uma determinada realidade empírica. Em outras palavras, raramente se passa do campo da doutrina para o da teoria científica (FURTADO, 1962, pp. 96).

A transposição do plano das doutrinas para o das “autênticas teorias científicas” se dava a partir da experimentação e comprovação de sua eficácia explicativa na realidade em que se perpetra a análise, ou seja, pelo seu atestado histórico e contingente. As doutrinas, por sua vez, ostentavam o caráter pretensamente universal, perene e transplantável para as mais diversas realidades.

A doutrina refere-se a um protótipo ideal, criado em nosso espírito, ao passo que uma teoria científica diz respeito a um dado mundo real. O que tem ocorrido em Economia é que uma teoria, formulada para explicar determinada realidade com limites no tempo e no espaço, é correntemente transformada em doutrina de validade universal. Assim, uma teoria formulada para explicar o comportamento da balança de pagamentos de um país como os Estados Unidos, quando universalizada, transforma-se em mera doutrina, que pode servir para justificar determinadas políticas, mas não para explicar indiscriminadamente a realidade de um país qualquer. (FURTADO, 1962, pp. 96-97).

A política tinha grande importância na concepção de desenvolvimento de Furtado, sendo tomada tanto como disciplina - ciência política -, quanto como objeto de análise e instrumento fático para a transformação social. Inicialmente, vamos tratar do primeiro caso. O autor negava a separação estrita entre economia e política e, ao mesmo tempo, não compactuava com a visão marxista de que a segunda seria mero epifenômeno da primeira. Para formular sua concepção de desenvolvimento, Furtado defendia uma aproximação entre economistas, sociólogos e cientistas políticos e suas disciplinas, afirmando ser “dever do economista, particularmente daquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos doutrinários, diagnosticar essa realidade através do pensamento

reflexivo e não do raciocínio intencional.” (FURTADO, 1962, p. 70). Essa aproximação era requisito para evitar atitudes anti-sociais - conscientes e inconscientes - por parte dos formuladores da política econômica de um país, afastando-os de modelos e doutrinas prontas. Para isso, estes deveriam buscar “alto grau de independência no plano das formulações teóricas.” (FURTADO, 1962, p. 71). Imperava, em sua visão, a necessidade de “conjugarem-se a ação de especialistas dos diversos ramos das ciências sociais”, enquanto responsabilidade daquela geração, na tarefa de diagnosticar e equacionar os vícios estruturais, definir diretrizes e elaborar “instrumentos hábeis para transformar diretrizes em ação” que teriam por finalidade última “transformar a realidade social” (FURTADO, 1962, pp. 72-73).

[...] os problemas de política econômica não devem ser discutidos em função de modelos abstratos preestabelecidos. Política econômica é política, antes de ser economia. E toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento, que configurarão, em boa medida, o futuro. (FURTADO, 1962, p. 69).

4.1.2 Ciência política, reforma do Estado e desenvolvimento social

O problema na compreensão do caráter mutuamente determinado entre economia e política e a confusão em torno da ideia de planejamento e das funções do Estado no Brasil era atribuída pelo autor à “falta de melhor entrosamento entre economistas e especialistas em ciência política” (FURTADO, 1962, p. 73). A diversidade dos métodos competentes ao Estado em economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas não era compreendida pelos economistas brasileiros que se calcavam em doutrinas exógenas e, sem interlocução com os planos da política e da administração pública, compreendiam o processo de desenvolvimento desvinculado de uma política de desenvolvimento. Os ideais políticos deveriam ser os mesmos em ambas as situações, isto é, a proposta de convivência em sociedades democráticas não podia ser eclipsada pela diferenciação na atuação do Estado, antes, afirmava, era necessário que “o problema das funções do Estado em um país de economia subdesenvolvida seja compreendido à luz dos autênticos ideais da sociedade democrática” (FURTADO, 1962, pp. 76-77); a relação entre ação do Estado e democracia será mediada, como veremos mais adiante, pela ideia de planejamento.

A ideia de que o desenvolvimento econômico era condição para o estabelecimento dos ideais de bem-estar social, ou mesmo que cumpria ao Estado algum nível de responsabilidade da promoção desse desenvolvimento era, na interpretação do autor, em grande medida, um ponto de convergência entre os economistas do período. Existia, porém, uma grande resistência à aceitação da ideia de que a atuação do Estado, na amplitude exigida por uma “política de

desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p. 77), só poderia se realizar mediante adequado planejamento econômico. Novamente a ciência política era invocada como disciplina a qual deveria se submeter o debate econômico para a compreensão do papel do planejamento e das funções do Estado nas economias subdesenvolvidas. O Brasil era refém de um “atraso relativo na evolução das ideias políticas” (Ibid.) que, ao repudiar a ideia de planejamento, entravava o aperfeiçoamento do instrumental estatal para implementar uma política de desenvolvimento econômica efetiva. Desse atraso teórico no plano da ciência política decorria o caráter improvisado que pautava o desenvolvimento brasileiro¹³⁷.

Abordei detidamente esse problema do atraso relativo em nossas ideias políticas, porque aí está a raiz dessa outra questão que nos interessa diretamente: a do anacronismo de nosso aparelho de administração pública. Se não chegarmos a um acordo sobre as autênticas funções do Estado, não poderemos saber como estruturar e equipar esse mesmo Estado. Nada tem sido mais danoso para este país, nesta fase, do que a contradição flagrante entre as múltiplas funções que, de forma improvisada e sob pressão dos acontecimentos, atribuímos ao Estado, no campo da política de desenvolvimento econômico, e a resistência que se oferece a qualquer ideia de modificar a velha estrutura administrativa, criada à imagem do ‘Estado-gendarme’ do século XIX. (FURTADO, 1962, p. 78).

A tarefa “mais urgente” no país passava por “aparelhar o Estado para a luta pelo desenvolvimento”, e isto implicava na transformação de um Estado prestador de serviços para “um dispositivo de ação com responsabilidade de transformar a estrutura econômica” (FURTADO, 1962, p. 78). Furtado elogiava o grande esforço perpetrado durante o Estado Novo¹³⁸, no sentido da racionalização do Estado e da eficácia da máquina pública, mas atribuía, novamente, à falta de “entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas e economistas” a frustração desse empenho. Ele afirmava que então - diga-se, 1962 - se configurava um movimento análogo na direção desse entrosamento e da redefinição das funções do Estado. Sua proposição crítica, em termos disciplinares, o levava a ser categórico ao afirmar, “não acreditamos em ciência econômica pura” (FURTADO, 1962, p. 81), para estipular uma indissociabilidade da economia enquanto disciplina e princípios de convivência social universais, balizados pela noção de que o bem-estar social deveria prevalecer perante

¹³⁷ Nos deteremos sobre esse ponto na próxima seção do capítulo que trata da análise crítica do processo de desenvolvimento brasileiro perpetrada pelo autor.

¹³⁸ Nota-se que o autor não elogia explícita e nominalmente o regime do Estado Novo, mas opta por referir-se de forma indireta, por meio da referência ao período temporal compreendido entre 1936 e 1946. “Realizou-se neste país, no decênio compreendido entre 1936 e 1946, um grande esforço objetivando dotar o Estado de mais racional e eficiente maquinaria administrativa. Esse esforço foi parcialmente frustrado, à falta de um maior entrosamento dos técnicos de administração com outros especialistas em ciências sociais. Algo de semelhante ocorre no presente decênio aos economistas. Estão eles empenhados em formular políticas de desenvolvimento econômico, sem se aperceberem do fato de que essas novas políticas exigem uma redefinição das funções do Estado e uma total reestruturação administrativa deste” (FURTADO, 1962, p. 79).

interesses individuais. Esse tipo de raciocínio o fazia, a despeito da consideração da necessidade de uma abordagem científica para o saber econômico (em oposição ao saber doutrinário), postular que essa objetividade científica jamais poderia ser equivalente à objetividade emprestada às ciências físicas (Ibid.). O critério científico pertinente a uma ciência econômica na periferia se estabelecia pelo compromisso com a objetividade e a realidade material específica. Esse tipo de proposta não se confundia com um apelo a um chauvinismo epistemológico pois ele mesmo afirmava que, por exemplo, os próprios economistas do FMI eram perfeitamente objetivos ao analisar a realidade das economias desenvolvidas, mas buscavam universalizar regras que conduziam a “erros de sérias consequências para os países subdesenvolvidos” ao defender a que estes deveriam submeter-se à “aplicação de critérios supostamente científicos” (FURTADO, 1962, p. 82) na condução de sua política econômica¹³⁹.

Portanto, Furtado vaticinava que, se o Brasil já demonstrava “grande progresso”, superando a tendência que o conduzia a buscar “lá fora, pré-fabricadas, soluções para nossos problemas”, e já não mais apegava-se ao complexo de que “alhores existem economistas mais capazes que aqui” (FURTADO, 1962, pp. 81-82), o que faltava era uma discussão aberta sobre os princípios de convivência social a serem politicamente erigidos para permitir a emergência de uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional. Este era um projeto político, no qual a economia adquiria um caráter especificamente instrumental. Instrumental, porém fundamental, visto que necessário para a obtenção da objetividade requerida para a compreensão da história e formulação do projeto de desenvolvimento nacional¹⁴⁰; esses dois temas serão objetos da análise apresentada nas partes subsequentes desse capítulo.

O que nos tem faltado é, tão-somente, uma discussão aberta desses princípios, discussão que faça emergir uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional, capaz de aglutinar o esforço construtivo dos homens de pensamento. Dispuséssemos dessas diretrizes e bem mais fácil seria encaminhar os homens de ação para uma tomada de consciência mais lúcida dos problemas que enfrentam tumultuadamente neste país em rápida transformação. Esta matéria, evidentemente, transcende da competência exclusiva dos economistas. A ciência política, a sociologia e outras

¹³⁹ Furtado utiliza como exemplo o tipo de política de estabilização defendida pelo FMI. O autor não a considerava um mero engodo ou instrumento ideológico. Do contrário, afirmava que esta tinha caráter plenamente objetivo e funcional quando confrontada com a realidade de uma economia desenvolvida e que atuava sob regime de livre iniciativa. A condição periférica e a estrutura das economias subdesenvolvidas faziam com que a estabilidade significasse, em termos teóricos, coisas distintas no centro e na periferia. A consciência desse deslocamento constitui o que Furtado reclama como a necessidade de objetividade do economista. Esse raro ativo epistemológico era o que tornava inconciliável a “dicotomia entre defensores do capital estrangeiro e nacionalistas”, pois cada grupo atribuía ao opositor uma postura irrealista. Sobre esse ponto, Cf.: FURTADO, C. Da objetividade do economista In: _____. A pré-revolução brasileira, 1962, pp. 80-91.

¹⁴⁰ Em diversos momentos percebe-se como Furtado concebia esse caráter instrumental da ciência econômica. Em passagem de caráter memorialístico, ele afirma que começa a estudar economia para penetrar no social, no político e na compreensão da história (FURTADO, C. 1985, p. 15). Para além desse ponto, Furtado tem lugar de destaque, juntamente com Caio Prado Jr., no plano da história econômica brasileira. Cf.: CEPÊDA, 1998; DE PAULA, 2015.

disciplinas deverão ser igualmente mobilizadas. Os ideais da convivência social, particularmente em uma sociedade com elevada diferenciação de classes, não podem ser subordinados estreitamente aos critérios do desenvolvimento econômico. O objetivo último de todos aqueles que trabalham nas ciências sociais é criar condições para o aperfeiçoamento do homem, harmonicamente desenvolvido. Não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande urgência. Não é possível educar o homem sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro (FURTADO, 1962, pp. 90-91).

4.2 Uma análise crítica do processo de desenvolvimento político brasileiro: em busca de uma política para o desenvolvimento social

“No momento presente, já não existe dúvida que as tensões causadas pelos fatores indicados alcançam um ponto crítico. Por um lado, o processo inflacionário desorganizou grande parte das atividades do governo, obrigando-o a interromper obras de importância fundamental, por outro lado, os sacrifícios impostos a grandes grupos de população estão levando ao desespero os mais resignados. Já é perfeitamente claro que o desenvolvimento não poderá continuar nas linhas que o caracterizaram no último decênio. Estamos em face de um processo histórico que esgotou suas potencialidades dentro de um determinado marco.” (FURTADO, 1989, p. 146).

Essa segunda parte do capítulo pretende demonstrar como, munido do arcabouço epistemológico periférico constituído em torno da teoria do subdesenvolvimento, Furtado apresenta uma interpretação crítica ao processo de desenvolvimento brasileiro que culmina com a exaltação da necessidade de elaboração de uma ideologia desenvolvimentista e de um “novo projeto de desenvolvimento nacional”. A narrativa elaborada pelo autor se inicia com a apresentação da crítica à forma específica como se perpetrou o desenvolvimento industrial brasileiro¹⁴¹, isto é, na ausência de uma revolução burguesa e à revelia de uma política de planejamento eficaz. A configuração política do país e a ausência de uma política de planejamento e regulação guiada por princípios sociais fez com que o desenvolvimento industrial, apesar de representar um importante fator de crescimento e modernização da economia, implicasse em um elevado fardo social. Grande parte da sociedade não teve acesso aos benefícios advindos desse crescimento, o que contribuiu para a manutenção de um regime

¹⁴¹ Nesse ponto, cabe pontuar que não iremos nos deter sobre a análise específica de um dos pontos mais conhecidos e debatidos do pensamento de Furtado, que é a análise do processo de industrialização por substituição de importações. Esse é um ponto central e, como dissemos, amplamente analisado do pensamento do autor e da reflexão sobre a história econômica do Brasil perpetrada por ele. Sem dúvida, trata-se de análise canônica e de grande importância. Nossa opção por desviar desse ponto se dá pois, no plano da política do desenvolvimento, já em princípios da década de 1960, Furtado diagnostica que esse processo e seus estímulos havia, em grande medida, se esgotado. Isso o levava a um prognóstico de que encaminhava-se um momento de agudização das tensões sociais caracterizado, em suas palavras, como uma “daquelas fases decisivas em que os problemas tipicamente políticos adquirem ascendência sobre os demais, inclusive os econômicos” (FURTADO, 2009, p. 233). Nesse sentido, nos debruçaremos especialmente sobre as questões políticas que envolvem sua interpretação histórica do processo de desenvolvimento no Brasil. Para uma análise do tema da substituição de importações na obra de Furtado, ver: BIELSCHOWSKY, 2012; CEPÊDA 1998.

de concentração de renda – caracterizando o que Furtado denomina como “custo social do desenvolvimento”. O movimento de crítica ao processo de desenvolvimento na periferia tem como principal implicação a refutação de teses automatista, - e frequentemente Furtado é acusado de ter uma compreensão automatista do desenvolvimento - segundo as quais, a industrialização e o desenvolvimento econômico derivariam automaticamente em no desenvolvimento social e político. Esse custo social somado à crise política e econômica do período teriam gerado um aumento do apelo das técnicas de mudança social de caráter autoritário, o que faz com que, posteriormente, Furtado se debruce sobre a questão da mudança social e do desenvolvimento político da democracia no Brasil.

4.2.1 Industrialização sem uma autêntica política de industrialização

O período compreendido entre as décadas de 1930 e os primeiros anos de 1960 são vistos por Furtado sob um prisma desenvolvimentista, no sentido da organização de “uma etapa decisiva de desagregação da economia colonial e de luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento”. Esse movimento diria respeito ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo baseado na exportação de produtos primários e um avanço em direção ao estabelecimento de uma política de industrialização conduzida pela ação do Estado – ainda que “descontinuada e às vezes contraditória” (FURTADO, 1962, p. 42). Se o modelo predominantemente agroexportador já começa a dar sinais de fraqueza no início do século XX, o autor argumenta que seu “complexo ideológico” – o câmbio, a dívida externa, os déficit orçamentários e os preços dos produtos de exportação – baliza a vida econômica do país de maneira incontestada, até os anos 1930. Após a ascensão de Vargas ao poder, começa lentamente a desvanecer “a miragem de um desenvolvimento impulsionado por exportações crescentes” e inicia-se um “longo período de transição” (FURTADO, 1962, p. 64):

A miragem de um desenvolvimento impulsionado por exportações crescentes somente se desvanece no decênio dos trinta. Tem início, então, o longo período de transição que vem até os dias atuais. [...] Caracterizei essa fase como de transição, porque o que nela é específico é o esforço da economia para encontrar novos caminhos, para superar o módulo colonial, dentro do qual o país havia historicamente se expandido. Esses novos caminhos teriam necessariamente de convergir para a industrialização. Contudo, só lentamente essa verdade elementar conseguiu afirmar-se como princípio básico de política (FURTADO, 1962, pp. 64-65).

O dissipar dessa miragem ganharia importante impulso com a crise nos mercados mundiais em 1929. A Revolução de 1930 renova a cúpula do poder com elementos dirigentes dispostos a afastarem-se gradativamente da economia de exportação. E são estes dirigentes que,

sem qualquer diretriz conscientemente estabelecida, buscarão formas de controlar a crise caracterizada pelo declínio das exportações e da capacidade de importar. Furtado caracteriza esse movimento como um “período de realismo político”, isto é, de um pragmatismo improvisado que irá consolidar o capitalismo industrial no Brasil. Estimulada essencialmente por fatores externos, a industrialização no Brasil não decorre da efetiva e espontânea superação do modelo agroexportador pelo capitalismo industrial conduzido por uma burguesia modernizante como fora nos países cêntricos. Na ausência de uma “revolução clássica” no país, que marcasse a ruptura derradeira no interior das classes dominantes, se estabelece, do contrário, uma íntima conexão entre o capital agroexportador e o financiamento das empreitadas industriais. O “realismo político” cuja expressão máxima fora a compra e destruição dos excedentes da produção de café pelo Estado, preservava os lucros do setor cafeeiro, permitindo investimentos e a manutenção do emprego em um período de crise, transferindo para o conjunto da população os prejuízos do setor agroexportador, e criando as condições para a acumulação, em processo caracterizado por Furtado como “socialização das perdas” (FURTADO, 2009)¹⁴²:

A partir de 1930, com o colapso da economia colonial, o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance somente muito mais tarde será percebido. A política de ‘defesa’ do café é levada adiante, a despeito da impossibilidade de conseguir-se qualquer tipo de apoio externo. Estoques vultuosos serão acumulados e cerca de oitenta milhões de sacos destruídos num ritual de realismo político que se prolonga por mais de um decênio. O objetivo dessa política era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio da capacidade para importar. Assim, como subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores, criaram-se condições extremamente favoráveis aos investimentos ligados ao mercado interno. Parte daí o processo de industrialização que permitirá a definitiva superação da economia colonial em crise. Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise (FURTADO, 1964, p. 117).

Assim, o desenvolvimento industrial no Brasil teria sido iniciado, especialmente, pela conjuntura de decadência da economia agroexportadora e uma tênue mudança na composição das classes dirigentes, que adotam um conjunto de medidas de um “improvisado oportunismo

¹⁴² O recurso que permitiu a acumulação capitalista a partir da manutenção do nível de emprego e da concentração de renda foi descrito por Furtado como “socialização das perdas” ou “socialização dos prejuízos”. Este importante conceito na obra do autor foi descrito pela primeira vez em *Formação econômica do Brasil* e incluiu, dentre outras medidas, desde as políticas estabelecidas pelo Convênio de Taubaté (1906) até a queima do excedente da produção cafeeira. Não pretendemos nos estender sobre todas a complexidade e implicações que envolvem o conceito. Para uma discussão mais aprofundadas sobre o conceito e a questão da distribuição de renda na obra do autor, Cf.: ALVARENGA; MATTOS, 2015.

político”. Essas medidas, que tinham por objetivo salvaguardar os interesses da cafeicultura, acabam por gerar na economia brasileira um centro dinâmico apoiado no mercado interno, favorecendo uma industrialização calcada na substituição de importações.

Na fase de transição que se inicia em 1930, as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior. Passarão muitos anos antes que se tenha consciência das modificações ocorridas na estrutura econômica e de que uma política visando a consolidar a industrialização se torne imprescindível. Contudo, o oportunismo político dos novos dirigentes, muito menos rígidos em seus esquemas ideológicos que os homens de Minas e São Paulo que antes haviam governado a República, abriu indiretamente a porta à industrialização. A partir de então, a economia brasileira já não depende, apenas, para crescer, dos impulsos vindos do exterior (Ibid.).

Muito mais que uma ruptura causada pelo surto industrial e suas consequências, essa fase de transição (1930 – 1953) constitui-se como recurso das classes latifundiárias que adotam o capitalismo industrial como forma de sobrevivência e manutenção de sua hegemonia num contexto que a economia não mais era capaz de operar por estímulos externos; assim, Furtado reforça a ideia de que esse processo se dá na ausência de uma “autêntica política de industrialização”. Portanto, ele afirmava que, até 1953 prevaleceram no poder político e na condução econômica da nação “forças ligadas às linhas de pensamento com raízes na velha estrutura colonial”. Nesse sentido, as medidas adotadas para favorecer a industrialização, resultavam somente de “reações apoiadas em óbvios fracassos da política tendente a preservar a velha estrutura.” (FURTADO, 1962, pp. 67-68). O desenvolvimento industrial se apoiava, basicamente, na conjugação de dois fatores: substituição de importações e transferência de recursos por meio da inflação. Essa última propiciara a acumulação necessária à classe capitalista para a migração dos seus investimentos na direção da industrialização. Nesse período, a inflação atua como um “processo de distribuição de renda, provocado por causas múltiplas, mas que sempre opera em benefício de grupos ligados aos investimentos” (FURTADO, 1964, p.120). Essa fórmula improvisada de desenvolvimento baseado na transferência de renda pela inflação mostrou-se limitada por minar as potencialidades de expansão do mercado interno e gerar um alto custo social.

4.2.1 A conquista e internalização dos centros de decisão

Outra mudança política fundamental operada no país após 1930 foi a efetivação de um processo que o autor qualifica como conquista dos centros de decisão da política nacional. O autor afirmava que fora preciso que decorresse todo um século desde a independência política para que, a partir da década de 1930, o desenvolvimento econômico brasileiro pudesse se apoiar, progressivamente, no próprio mercado interno do país, rompendo com as “amarras externas” e com a “ação depressiva vinda de fora” (FURTADO, 1962, p. 109).

A outra consequência, não menos importante para o destino da nacionalidade, foi a transferência, para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país. É peculiar de uma economia colonial que as decisões básicas de sua vida econômica sejam tomadas sem consulta direta aos interesses mais gerais da comunidade. São decisões condicionadas pela estratégia dos centros controladores do comércio e das finanças internacionais (FURTADO, 1962, p. 110).

O desenvolvimento industrial baseado no mercado interno possibilitava “um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandavam a vida econômica nacional”. Se, devido a ausência de uma política efetiva de desenvolvimento, essa autonomia poderia ter sido abortada pelo domínio de setores estratégicos por grupos estrangeiros, o autor diagnosticava que “acertadas e oportunas decisões dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo do desenvolvimento econômico nacional, tais como a siderurgia e a indústria petrolífera” (FURTADO, 1962, pp. 111-112). A conjunção do deslocamento do setor dinâmico da economia da exportação de produtos primários e o controle por parte do Estado de setores estratégicos para a produção industrial, permitiam a conquista dos centros de decisão da política econômica e criavam condições para a organização efetiva de uma “política de desenvolvimento nacional” (FURTADO, 1962, p. 112). Um movimento da envergadura da política de desenvolvimento nacional proposta só era passível ser realizada, nos próximos decênios, se conduzida pelo “Governo nacional”. Era necessária uma orientação coerente balizada em uma “nova ideologia do desenvolvimento nacional” (FURTADO, 2009, p. 216) cujo foco haveria de ser a garantia de que os setores estratégicos fossem controlados por grupos nacionais, de forma que não sejam cooptados por interesses que divergissem do desenvolvimento nacional.

Não tem prevalecido uma orientação coerente, baseada em pontos de vista explicitamente formulados. Sem embargo, constitui uma constante na nova ideologia do ‘desenvolvimento nacional’ que se deve reduzir ao mínimo a possibilidade de que o desenvolvimento do país seja entorpecido por decisões tomadas de fora por grupos cujos interesses possam conflitar com os da economia nacional (FURTADO, 2009, p. 216).

No pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente durante o governo do Marechal Dutra, Furtado nota uma virada que confirmava a inconsistência de uma política consciente de desenvolvimento, quando o Governo Federal adota uma interpretação de que a política de industrialização iniciada nos anos 30 fora artificial, e implanta uma “política anti-industrialista”, que leva à rápida eliminação das reservas de capital acumulados durante os anos de guerra. Posteriormente, como tentativa de reversão desse movimento, a implantação de uma política cambial favorável à industrialização, sem o estabelecimento de diretrizes de uma “autêntica política de industrialização” gerou condições propícias aos investimentos especulativos industriais que favoreciam setor de menor essencialidade. A demanda das classes superiores por produtos supérfluos e valorizados, acabava por pautar o sentido dos investimentos. Esse movimento foi descrito por Furtado da seguinte maneira:

Como consequência indireta, tivemos a adoção, a partir de 1948, de uma política cambial que veio favorecer de forma ilimitada o setor industrial sem, contudo, obedecer a diretrizes de uma autêntica política de industrialização. A política cambial que praticamos entre 1948 e 1953, se favoreceu as indústrias, criou um clima de investimentos especulativos industriais em benefício dos setores manufatureiros de menor essencialidade. Quanto menos essencial um produto industrial, mais difícil era sua importação e, portanto, mais rentável sua produção (FURTADO, 2009, p. 81).

O autor reporta para o início dos anos 1950 - tendo como marco a fundação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1953 – o início da ampliação do papel do Estado, de mero prestador de serviços para principal agente do desenvolvimento do país. Nesse momento Furtado diagnostica que o desenvolvimento econômico associado à industrialização havia se tornado um imperativo para qualquer governo no Brasil, e, nessa direção, declara: “a velha estrutura colonial está enterrada no passado” (FURTADO, 1962, p. 60). Porém, se anteriormente o autor denotava a ausência de uma política de industrialização, nesse segundo momento a autor começa a se preocupar com o desenvolvimento da estrutura social do Brasil. Ainda que o Estado, a partir de meados da década de 50, houvesse assumido um papel protagonista na condução do desenvolvimento, Furtado irá argumentar que apesar dos avanços na industrialização e do crescimento econômico auferido desde então, não haviam sido realizadas reformas para viabilizar o efetivo desenvolvimento social. O conceito de desenvolvimento social em Furtado comporta duas interpretações distintas, mas complementares. Primeiramente, ele remete a um caráter/critério social para o desenvolvimento, associado ao planejamento voltado para a distribuição da renda e a melhoria das condições materiais da coletividade – expressa no debate sobre o “custo social do desenvolvimento” apresentado a seguir. A segunda interpretação para o conceito diz respeito

ao desenvolvimento da estrutura social brasileira, que, como veremos, remete a uma estrutura organizada em classes sociais em conflito – objeto da terceira parte do capítulo. A crítica do autor à forma como foi promovido o desenvolvimento brasileiro fica clara em sua apreciação negativa sobre o “custo social do desenvolvimento”.

4.2.1.2 A crítica ao custo social do desenvolvimento

O custo social do desenvolvimento é uma formulação baseada na percepção de que, apesar do inegável crescimento econômico e industrial brasileiro dos “últimos três decênios” (1930-1960), esse desenvolvimento fora efetivado à revelia da melhoria das condições de vida de grande parte da população, atribuídos pelo autor, como veremos, especialmente a fatores políticos que escapavam à análise meramente econômica.

A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil. A análise econômica limita-se a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se o seu padrão de vida, quando confrontado com o de grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu em termos absolutos e relativos sem, contudo, melhorar apreciavelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois, com o grande crescimento do emprego urbano nos serviços, os operários presenciam a ascensão de outros grupos sociais, de rendas mais altas (Ibid. pp. 27-28).

A ausência de um planejamento racional e de mecanismos de fiscalização que submetessem a ação estatal a critérios sociais acabou por financiar, em nome da industrialização, grupos privilegiados e parasitários que em nada contribuíram para o desenvolvimento nacional, gerando mecanismos de concentração de renda com verbas públicas:

E não somente no que diz respeito à concentração de renda o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Por outro lado, na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos, ou aqueles que vinham permitir, dada sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mão de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os

subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais (Ibid., p. 28).

Segundo a análise do autor, uma das causas das grandes tensões sociais do período remete ao desajuste gerado pelas expectativas criadas com o grande crescimento econômico que o país vivenciava no pós-guerra e o “limitado acesso permitido aos frutos desse desenvolvimento” (Ibid., p. 41). Ele refuta categoricamente os argumentos de que o desenvolvimento exigiria sacrifícios de parte da população inferindo que o desenvolvimento também é melhoria do bem-estar da maioria da população, logo, a ideia de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo faria parte das “mitologias” mobilizadas principalmente por economistas para justificar esquemas estanques inspirados no receituário liberal que opõem o que, na verdade, são dois objetivos irreduzíveis, constituindo uma contradição em termos; em suas palavras, “a explicação colateral de que essa contradição pode ser superada mediante o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras é totalmente falaciosa” (Ibid., p. 23).

Ocorre, entretanto, que desenvolvimento também significa criação de expectativa de melhoria para o conjunto da população: aumenta o emprego urbano rapidamente, intensifica-se a mobilidade social, cresce o efeito demonstração, a simples manutenção do *status* social passa a exigir melhoria permanente das condições materiais de vida. Em síntese: o desenvolvimento projeta-se na consciência do povo como um estado de expectativa permanente de melhoria material. Ora, as circunstâncias históricas em que se vem realizando o desenvolvimento brasileiro recente criaram condições para que se processasse inusitada concentração de renda, tanto geográfica quanto setorial e social. O limitado acesso aos frutos do desenvolvimento a que antes fizemos referência é uma das consequências desse fato (Ibid., p. 55).

Apesar da condução do desenvolvimento ter se dado sob a égide do setor público, esse desenvolvimento fora viabilizado a partir de um financiamento de caráter “anti-social”, já que operaria, primordialmente, por endividamento externo, pela elevação de preços e “remuneração relativa dos grupos parasitários” por meio de subsídios, quando os crescentes investimentos públicos deveriam ser impulsionados por “recursos colhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é fruto do trabalho de toda a coletividade.” (Ibid., p. 59).

Para além da insatisfação quanto à distribuição dos frutos do desenvolvimento, Furtado irá defender que a forma como se deu esse rápido desenvolvimento industrial foi responsável pelas tensões sociais que caracterizaram aquele período. Com a implantação do capitalismo industrial e a delimitação de classes sociais com interesses antagônicos, o debate sobre as instituições políticas brasileiras e técnicas de mudança social adquirem um grau de importância completamente nova. Sua interpretação de que o rápido desenvolvimento industrial brasileiro

não foi acompanhado das necessárias reformas nas instituições políticas o fará refletir sobre os limites desse modelo de desenvolvimento e do funcionamento das instituições do regime político brasileiro. O autor irá se lançar em um debate em busca dos princípios para o desenvolvimento social. Sua intervenção se dará no plano das ideias para combater “mitologias políticas” que freavam ações na direção da criação de uma “autêntica doutrina do desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, será feito um esforço intelectual para conjugar princípios marxistas com os ideais institucionais inspirados na social-democracia, considerando a particularidade do subdesenvolvimento brasileiro. Essa conjunção na busca por uma “filosofia de ação” culminará com um discurso bem particular para o período – apesar de suas referências serem comuns a muitos intelectuais desenvolvimentistas -, cuja marca será a defesa de determinada concepção de democracia como arranjo institucional que possibilitaria a conjugação de rápido desenvolvimento material para a coletividade com a manutenção da liberdade individual.

Para evitar esse dilema entre atitudes antissociais, consciente ou inconsciente, parte dos economistas com responsabilidade na política econômica, é mister que alcancemos um mais alto grau de independência no plano das formulações teóricas. É necessário que realizemos um esforço continuado no sentido de enriquecer e vivificar as teorias econômicas que nos chegam e mesmo no de reformulá-las, toda vez que as hipóteses convencionais não possuam o poder explicativo necessário para abarcar a realidade sobre a qual devemos atuar (Ibid., p. 85).

4.2.2 Teorias da mudança social: desenvolvimento e liberdade

O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta (Ibid., p. 42).

Conforme apresentado anteriormente, Furtado entende que no início da década de 1960 o Brasil encontrava-se em uma situação de exacerbação de tensões sociais que configuram uma fase “pré-revolucionária” na política brasileira. A grande pressão para o estabelecimento de um desenvolvimento mais justo e equânime socialmente gera o crescimento da popularidade de métodos de mudança social por meio da ruptura institucional e da superação do capitalismo, sendo o mais poderoso o marxismo-leninismo. A primeira posição de Furtado perante o debate em torno de teorias da mudança social, será o de defesa da manutenção de um regime democrático. Apesar de, como veremos, Furtado negar a adesão ao marxismo-leninismo como teoria da modernização ou da ação revolucionária, o marxismo é entendido pelo autor como “estádio superior do humanismo”, carregado do “desejo de liberar o homem de todas as peias

que o escravizam socialmente”, e figura como seu grande interlocutor teórico na sua busca de uma doutrina da mudança social¹⁴³. Ele propõe uma interpretação humanista do marxismo, valorizando elementos que explicariam o porquê de sua grande penetração nas ideias da juventude brasileira do período, como:

- a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;
 - b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica*, portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente se superada, e
 - c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.
- O último ponto conduz a uma atitude positiva e otimista, com respeito à ação política, que bem corresponde aos anseios da juventude (Ibid., p. 17).

Furtado argumenta que “é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno” (FURTADO, 1962, p. 17). Isso denota o esforço do autor em incorporar referências sem os constrangimentos ideológicos do período. Para além do embate em torno dos quadros da Guerra Fria, no qual as opções para os países subdesenvolvidos pareciam polarizadas em oposições estanques – *laissez-faire* ou fim da propriedade privada - ele irá buscar uma alternativa nacionalista de ideologia do desenvolvimento, em posição que caracteriza os movimentos pós-coloniais e desvinculava o destino do país ao das grandes potências hegemônicas:

Temos o direito de fazer essa reflexão, com respeito aos fins últimos que colimamos, independente da tomada de posição com respeito ao problema da preeminência russa ou americana em respeito aos destinos do mundo. Subordinar o futuro de nossa cultura às convergências de ordem tática de um ou de outro dos grandes centros de poder militar moderno é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais (Ibid., p. 32).

O marxismo era valorizado por Furtado em seus ideais e como “guia para a ação”, porém, sua postura é crítica à universalidade do método revolucionário implantado na União Soviética, e à necessidade de suplantar a democracia e o capitalismo. Segundo o autor, estava estabelecida no período a ideia de que só seria possível atingir rápidos níveis de desenvolvimento material da coletividade, em países subdesenvolvidos, a partir de métodos

¹⁴³ Furtado também traçava críticas ao marxismo no plano da análise econômica. Ele afirma que Marx contribui com uma interessante análise do capitalismo, porém, não propôs uma adequada teorização do desenvolvimento desse sistema. Ao deter sua reflexão sobre a lei que move o sistema capitalista, não se ocupa, necessariamente da compreensão de seu desenvolvimento enquanto sistema econômico (Cf.: FURTADO, 2009, p. 45). A própria teleologia cataclísmica, transplantada de sua tese filosófica, que combinava o hegelianismo com as doutrinas socialistas francesas, atuara como elemento complicador para aqueles que, posteriormente, buscaram utilizar o arcabouço conceitual marxiano como instrumento de análise econômica (Ibid., p. 58)

revolucionários que pressupunham a supressão de liberdades individuais. Essa “falsa alternativa” era reforçada por ambos os lados da contenda: os liberais usavam do argumento para legitimar “o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras”, e algumas correntes do movimento comunista compactuavam da ideia, com base na experiência soviética, para afirmar a necessidade de ruptura com o capitalismo via ação revolucionária:

A universalidade com que vem insistindo na referida alternativa decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aqueles que argumentam do lado oposto deduzem a mesma alternativa do mesmo fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura (Ibid., p. 37).

O argumento de Furtado, frente a essas supostas alternativas, se funda na defesa incontestada da manutenção da institucionalidade democrática e na crença da possibilidade de conciliação entre um rápido desenvolvimento material para a coletividade e a manutenção de um regime fundado na liberdade individual, a partir de reformas políticas no regime brasileiro. Sua interpretação é que aquele era um momento de ampliação e consolidação da democracia brasileira que, apesar das faltas e vicissitudes deveria ter prosseguimento. Furtado compreendia o Estado como representante primordial da classe dominante, porém, ele percebia um movimento de aumento da interferência e poder das classes subalternas junto a este, devido ao próprio encaminhamento do processo de desenvolvimento, aquisição de consciência reivindicatória e incremento das pressões sociais. Ao mobilizar como objetivos primordiais o “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”, ou “liberdade e desenvolvimento econômico”, Furtado irá argumentar que estes representavam os interesses nacionais que, ainda que situacionais, operavam acima das contradições de classe. O conceito de humanismo estaria posto para contrastar com a concepção liberal/individualista do conceito de liberdade, e o desenvolvimento econômico atrelado à distribuição de renda. Porém, vamos deixar para mais adiante a discussão entre objetivos comuns a toda sociedade e conflito social, democracia e luta de classes. Neste momento nos importa reter que o autor defende a possibilidade de conjugar esses elementos em oposição tanto ao liberalismo quanto ao marxismo-leninismo. Como dissemos anteriormente, sua leitura do marxismo-leninismo não se dá no sentido de uma negação intransigente de seus preceitos, mas na crítica a sua aplicação em sociedades abertas à participação. No caso do Brasil, que contava com um regime em

processo de democratização – ainda que limitado, especialmente, pela restrição de voto dos analfabetos –, seria necessário tornar efetiva essa democracia e não derrubá-la por meio de uma revolução:

Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político (Ibid., p. 41).

Ou ainda:

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias (Ibid., p. 44).

Portanto, as revoluções marxistas-leninistas seriam métodos coerentes quando aplicadas a regimes fechados à participação como a Rússia czarista e a Cuba de Fulgêncio Batista. É interessante apontar que, ao tratar da Revolução Cubana e da União Soviética, ele reforça a visão de que não foram as revoluções que fundaram governos ditatoriais, mas que estes as precediam. No Brasil, porém, a ocorrência da dualidade na estrutura político-social brasileira implicava na existência de um setor mais vulnerável à adesão às técnicas revolucionárias por estar excluído da participação institucional: a classe camponesa. Na ausência de leis trabalhistas no campo que legitimassem as manifestações da classe camponesa, esta se torna mais suscetível ao discurso revolucionário. Nessa formulação fica exposta a relação que o autor estabelece entre exclusão de participação política e suscetibilidade a métodos revolucionários que demandariam a ruptura institucional:

nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é completamente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes (Ibid., p. 42).

No outro *front* da contenda - avançando em relação às teses cepalinas que apresentam as bases da crítica de Furtado ao *laissez-faire* -, ele irá se voltar para a elucidação de algumas questões de ordem ideológica – que escapariam do campo da análise econômica – responsáveis pelas desconfianças sobre a possibilidade de superação do quadro de subdesenvolvimento sob

a égide de um planejamento democrático. A partir da confrontação do marxismo-leninismo e das teses liberais evidencia-se a busca por um projeto de capitalismo democrático fundado na ideia do bem-estar social:

Havendo tomado consciência de nosso subdesenvolvimento e havendo definido como aspiração máxima a melhoria das condições de vida do povo – objetivo só alcançável através do desenvolvimento econômico -, fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. Ao especialista em ciência política cumpre prestar-nos, a este respeito, valiosa ajuda. Se admitirmos que é objetivo precípua a ação estatal promover padrões mais altos de bem-estar social, cabe-nos estabelecer em que condições e sob que forma compatível com outros ideais de convivência social postulados poderá o Estado, em um país subdesenvolvido, alcançar aquele objetivo (Ibid., p. 88).

Isso posto, o autor afirma que os ideais de convivência social seriam os mesmos nas sociedades de economia desenvolvida e subdesenvolvida, diga-se, o padrão de sociedade democrática:

conciliar o máximo de bem-estar econômico para a maioria e uma rápida melhoria nas condições de vida do povo com um sistema político baseado no máximo de liberdade pessoal, inclusive no campo da organização da produção. Em síntese: o padrão da sociedade democrática que vem se aperfeiçoando desde o século passado (Ibid.).

Porém, se os ideais de convivência social seriam os mesmos, para alcançá-los nos países subdesenvolvidos seria necessário abandonar o regime do *laissez-faire* em setores estratégicos da economia. Nesse caso, a ação do Estado deveria estar submetida a uma política econômica fundada em uma visão de conjunto do processo econômico em cada contexto histórico e social - o planejamento.

O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não poderá ser alcançado se a ação do Estado se realizar de forma improvisada e assistemática. Para que o Estado possa entrar no momento devido e sair na ocasião oportuna, deve armar-se de uma visão de conjunto do processo econômico. E é a isso que chamamos de planejamento. Destarte, para alcançar os autênticos objetivos da sociedade democrática, em um país subdesenvolvido, o planejamento pode ser indispensável. A defesa do *laissez-faire* e a luta contra a ação planejada do Estado, em tais condições, resultam de uma confusão entre os ideais de convivência social e a forma que os mesmos assumem correntemente em estruturas sociais altamente integradas. Não deixa de ser sintomático de nosso subdesenvolvimento o fato de que muitos de nossos economistas de maior prestígio aceitem os métodos de restrição do *laissez-faire* das economias desenvolvidas, mas se revoltam contra o tipo de restrição necessária em economias subdesenvolvidas (FURTADO, 2009, p. 91).

A defesa de Furtado quanto à necessidade da manutenção de um regime democrático e da solução reformista, em oposição aos métodos marxistas-leninistas, guarda grande

semelhança à interpretação de Mannheim das “incoerências” dessa doutrina, baseada na interpretação do “socialismo real”, quando o autor afirma:

[...] o primitivo diagnóstico revolucionário equivocou-se em três pontos: 1) em uma sociedade industrial complexa, a extrema esquerda tem poucas chances de chegar ao poder, a menos que ela se encontre em profunda desintegração; 2) o preconceito da teoria da revolução marxista com a classe média provoca a alienação de consideráveis partes da população sobre as quais o fascismo deposita suas esperanças; 3) outrossim, e isto é o fator mais importante, não só se dissolveu na Rússia a ditadura supostamente ‘provisória’, mas também pode-se pressupor que nunca se dissolverá em qualquer experiência social baseada na ditadura (MANNHEIM, 1972 p. 48).

E sua posição em defesa do reformismo:

A única possibilidade de que o ideal de liberdade continue vivo no espírito dos governantes, reside na permanência e no apoio das instituições livres. A falácia perigosa da argumentação comunista consiste em que seus campeões prometem pagar cada polegada de liberdade perdida durante o período intermediário da ditadura, com um cheque sem data contra um futuro melhor. Mas, a esta altura, já aprendemos que toda melhoria é infinitamente mais valiosa se conseguida gradativamente, em condições de liberdade e acordo democrático, do que se foi paga com sacrifício das instituições livres e da mentalidade amante da liberdade que as acompanha (Ibid., p. 48-49).

A implantação da proposta de uma planificação democrática sob os moldes manheimianos dependeria da atuação fundamental de atores sociais diferenciados: os intelectuais. Diferenciados porque Mannheim concebia a necessidade da atuação de uma “*intelligentsia* socialmente desligada”, ou seja, desvinculada dos interesses classistas, e que, compreendendo racionalmente os processos históricos, políticos e econômicos, seria capaz de intervir com a elaboração de uma doutrina – planejamento democrático - em nome do desenvolvimento social. Essa formulação está presente de maneira vivaz na obra de Furtado quando ele afirma, nas primeiras linhas da introdução de “Dialética do Desenvolvimento”:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. Essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e omissão de outros. [...] Por seu lado, o cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público – o que pode significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade -, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo

e as vinculações da cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana (FURTADO, 1964, pp. 9-10).

Como apontamos anteriormente, e pretendemos demonstrar mais adiante, o projeto de desenvolvimento proposto por Furtado estaria intrinsecamente relacionado com um projeto de democratização da sociedade brasileira. Argumentamos que a ênfase de Furtado na defesa da democratização da sociedade civil contempla uma crítica à exacerbação dos poderes do Estado, em sua interpretação do populismo. A proposta de intervenção dos intelectuais por Furtado não se daria pelo controle do Estado e nem poderia ser confundida com uma concepção tecnocrática da política. Certamente, o autor é defensor da ideia da instituição de profissionais técnicos para operar cargos também técnicos no governo, porém não se sustenta o argumento tecnocrático da supremacia da racionalidade técnica perante a esfera política¹⁴⁴. Como ficará evidente mais adiante, no momento de agravamento da crise político-econômica e ideológica – pensando no esgotamento/revisão de pressupostos do desenvolvimentismo –, Furtado convoca os intelectuais para formular um novo projeto de desenvolvimento calcado, fundamentalmente, em uma concepção na qual o interesse social cada vez mais seria representado pelos interesses das classes trabalhadoras. A ideia do intelectual socialmente desvinculado era invocada, justamente, por esse poder afastar-se dos interesses de sua classe de origem – a burguesia – e defender reformas na direção da democratização das instituições, já que os interesses das classes dominantes se mostravam cada vez mais antissociais:

Dispomos hoje em dia de alguns instrumentos de análise que nos capacitam para observar esses processos, identificar os fatores estratégicos em dada circunstância histórica e para formular hipóteses sobre as tendências gerais mais prováveis, o que nos torna de alguma forma responsáveis pelo curso dos acontecimentos se estamos inseridos nesse processo histórico. Com efeito, se podemos de alguma forma ir mais longe do que simplesmente compreender o que está ocorrendo, pois já podemos prever as tendências básicas dessas ocorrências, e não interferimos em favor das soluções de menor custo social, o mínimo que se poderá dizer dos estudiosos de ciências sociais é que estiveram a serviço de interesses de grupos e classes contra seu próprio povo e que traíram a maior de todas as responsabilidades que é a da inteligência (FURTADO, 1964, p. 144).

E, no mesmo sentido:

¹⁴⁴ Ainda que a figura do técnico socialmente desligado esteja presente na obra furtadeana, não se sustenta a ideia de uma instância tecnocrática superior à política. Um exemplo de como o autor compreende a relação entre saber técnico, saber político, e acaba por valorizar o último em detrimento do primeiro: “É dever do economista, particularmente aquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos doutrinários, diagnosticar essa realidade através do pensamento reflexivo e não do raciocínio intencional. Nisso reside a diferença principal entre a contribuição do economista, para a tomada de consciência da realidade, e a ação de um político profissional leigo. Contudo, se o economista parte de postulados doutrinários, sua atuação pode ser socialmente muito menos válida do que a do político leigo dotado de boa intuição.” (FURTADO, 1962, p. 70).

É com respeito a um processo histórico que pode e deve ser orientado, porque conhecido em suas causas e tendências básicas, que cabe falar da revolução brasileira. Não de um movimento que deva necessariamente escapar a qualquer controle, impondo-se como um fenômeno da natureza se impunha ao homem primitivo, mas como uma transformação que custará ao próprio povo tanto menos quanto este esteja esclarecido sobre as forças em ação e preparado para exigir dos grupos que detêm o poder político medidas que, no momento oportuno, podem efetivar-se sem o recurso à violência. Quanto mais amplamente se difundir a inteligência do que está ocorrendo e mais nítida se tornar a consciência de que os interesses que movem os grupos dirigentes conflitam com as forças que impulsionam o desenvolvimento social e refletem as aspirações populares, menor será o custo que, em última instância, pagará a coletividade para cumprir o processo de transformações estruturais (Ibid., 145).

A partir da ideia de busca por um novo plano de desenvolvimento nacional iremos adentrar na discussão do autor quanto às bases de um projeto de capitalismo democrático.

4.3 Teoria e *práxis* democrática: o capitalismo democrático e o esboço de uma teoria democrática na periferia

A ideia de que o desenvolvimento industrial não fora acompanhado de um equivalente desenvolvimento social sintetiza a crítica de Furtado ao modelo de desenvolvimento perpetrado nos decênios anteriores. Por outro lado, a exacerbação dos movimentos revolucionários que defendiam a necessidade de uma ordem autocrática para a promoção do desenvolvimento econômico e social ganhava força. A partir de um diálogo reflexivo com o referencial construído pela experiência da social-democracia, Furtado buscará compreender as relações determinantes entre o desenvolvimento econômico, da estrutura social e a manutenção de regimes democráticos. Com essa perspectiva, o autor irá inverter a hierarquia causal histórica própria das teorias da modernização de corte liberal, que compreendiam a necessidade de priorizar o desenvolvimento econômico como condicionante ao desenvolvimento político, para emplacar a ideia de que na fase em que se encontrava o Brasil, era o desenvolvimento econômico que ficara submetido à manutenção do regime democrático, visto que a lógica do desenvolvimento político se estabelecera a partir do conflito de classes. Ao mesmo tempo ele irá rejeitar a efetividade de um movimento de ruptura institucional aos moldes revolucionários, propondo que, apesar de elementos fundamentais, não se buscava a exacerbação desses conflitos ao limite, mas o estabelecimento de instituições flexíveis que os compreendessem e transportassem ao plano político. Nesse sentido, se delineia em sua obra uma concepção de democracia que tem na luta de classes o elemento dinâmico do desenvolvimento social, e ao qual estaria submetido o próprio desenvolvimento econômico. As particularidades próprias do

subdesenvolvimento levam o autor a refletir sobre as estruturas sociais do país sob o prisma do populismo. Essa análise conduz a uma crítica às instituições brasileiras, e à defesa de um projeto reformista de cunho democrático, baseado no fortalecimento da sociedade civil, segundo o qual a participação e autonomia das classes trabalhadoras as elevariam à condição de atores responsáveis pelo dinamismo do processo produtivo e pela atualização das instituições políticas.

4.3.1 A democracia e o desenvolvimento do capitalismo

Observamos anteriormente a crítica de Furtado ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu decorrente custo social. Os modelos de desenvolvimento na periferia pareciam fadados à escolha entre rápido desenvolvimento econômico ou democracia. Furtado irá formular uma teoria da mudança social baseada no que ele irá qualificar como um projeto de “capitalismo democrático”, buscando conciliar desenvolvimento econômico e social com a manutenção das liberdades individuais e os mecanismos participativos. Para isso, o autor irá realizar uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo e de suas instituições políticas.

O pressuposto dessa análise é a formulação comum ao modelo marxista e schumpeteriano de que o desenvolvimento econômico tem como fator seminal as inovações tecnológicas que, introduzidas na cultura material poriam em marcha uma série de reações na superestrutura de valores da sociedade. Marx propunha que o desenvolvimento do capitalismo industrial tivera como consequência a organização de uma dinâmica na qual desenvolvimento econômico e luta de classes estão intimamente ligados. Inovações tecnológicas geravam conflitos entre classes sociais organizadas, que geravam demanda por investimentos em inovações tecnológicas. A difusão de inovações, ao alterar as relações de produção, aumentando a concorrência entre produtores, teria seus principais efeitos na estrutura social uma pressão sobre os salários dos trabalhadores, o que contribuía para uma crescente articulação de classes sociais com interesses antagônicos em relação à divisão do produto social: de um lado interesses vinculados à classe capitalista, proprietária dos bens de produção e, de outro a classe dos trabalhadores assalariados:

Nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais. Como a difusão das inovações acirra a concorrência entre produtores, a luta destes pela sobrevivência exige um rigoroso policiamento dos custos de produção, ou seja, exerce pressão sobre os salários ou

provoca a criação de desemprego. Desta forma, se bem a concorrência seja *entre produtores*, seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social. (FURTADO, 1964, p. 30).

O aperfeiçoamento das técnicas de produção gerava um excedente a ser utilizado de, ao menos, duas maneiras distintas: aumento da capacidade produtiva – por meio da apropriação e reinvestimentos pelos proprietários dos meios de produção - ou melhoria imediata do bem-estar social da coletividade - pelo aumento de salários e benefícios sociais. Na prevalência da propriedade privada dos meios de produção, as classes dirigentes procuravam reter grande parte desse excedente com a finalidade de aumentar seu poder. Essa apropriação, por sua vez, gerava uma reação das classes trabalhadoras na forma de pressão organizada visando o compartilhamento desse excedente. Por sua vez, de forma reativa à essa pressão, as classes dirigentes buscaram investir ainda mais em tecnologia para diminuir sua dependência dos trabalhadores insatisfeitos. Esse raciocínio implica na conclusão de que a pressão dos trabalhadores é o elemento exógeno e dinâmico que produz a inovação tecnológica a partir do momento que impõe a necessidade do investimento em tecnologia e desenvolvimento por parte dos proprietários para a redução dos custos e maximização dos lucros. Sob essa interpretação, portanto, é a pressão organizada dos trabalhadores que impele ao desenvolvimento dos mecanismos de produção.

Entretanto, segundo a leitura do autor, “em si mesmas, essas inovações tecnológicas são um fator de desemprego, atuando como força depressiva sobre a economia”. Ou seja, se o emprego de tecnologia para automatização usado para diminuir a pressão dos trabalhadores gera depressão na economia, esse “instrumento de dominação” teria um alcance limitado em sua utilização. Sem poder investir indefinidamente em tecnologia como forma de inibir a pressão da mão de obra, e necessitando de uma válvula de escape para esta, a solução encontrada pelas classes dirigentes capitalistas ao longo da história teria se dado no sentido de abertura das esferas de decisões econômicas e políticas para representantes das classes trabalhadoras. A interpretação que Furtado faz do desenvolvimento do capitalismo parte do princípio de que, quando fundado sob um arcabouço institucional aberto/democrático, ou seja, que comporte a luta de classes e a expressão dos subalternos, ele leva a uma progressiva democratização da sociedade. A apropriação e exploração infinita por parte dos proprietários dos meios de produção não era possível nas sociedades industriais pois repercutia na forma de

pressão dos trabalhadores - o antagonismo de classe era elemento perene e fundamental nesse tipo de sociedade:

À interação dessas forças deve-se que, nesse tipo de sociedade, o exercício do poder tenda a autolimitar-se. A classe capitalista mantém sua posição de comando através de um mecanismo que leva a sociedade a autolimitar seu consumo (processo de poupança) em benefício de grupos minoritários, o que a põe em antagonismo com as classes trabalhadoras. Por outro lado, estas, na medida em que tomam consciência de classe e reconhecem o antagonismo dos grupos capitalistas, tentam aumentar sua participação no produto, abrindo o caminho para as modificações estruturais que decorrerão da introdução de novas técnicas. A existência de antagonismos de classe é, assim, inerente ao processo de crescimento deste tipo de sociedade. A isto se devem a divisão espontânea de alguns centros de decisão e o mecanismo de autolimitação no exercício do poder. Sendo embora uma sociedade no essencial dirigida por uma classe, a democracia capitalista tem como característica fundamental essa autolimitação no exercício do poder. As tentativas de fazê-la monolítica ou autoritária, no plano político, têm levado à estagnação econômica, seja a um desvio no processo de crescimento, com a agressão externa ou outro fim não econômico atuando como polo dinâmico. Esses desvios têm conduzido, inexoravelmente, a um impasse no plano econômico (Ibid., pp. 67-68).

Nesse sentido, a luta de classes não seria um fator de entorpecimento do desenvolvimento, pelo contrário, o desenvolvimento tecnológico e econômico dependeria desse conflito que, por sua vez, levava à ampliação das instituições políticas. O capitalismo submetido a um arcabouço institucional efetivamente democrático e aberto às pressões populares é visto pelo autor como padrão de organização social dinâmico, que conduziria à permanente transformação dos elementos infraestruturais como decorrência dos conflitos sociais criados pelo processo produtivo. O capitalismo industrial gerou as condições – urbanização e massas de trabalhadores assalariados sujeitos ao desemprego periódico – para a gestação da consciência da classe assalariada, baseada nos antagonismos de interesses dessa perante os interesses dos detentores dos meios de produção. Desse modo, o conflito entre classes sociais organizadas e conscientes da impossibilidade de conciliação de seus interesses deixa de ser uma forma qualquer de conflito social, dentre as muitas formas de conflitos existentes, para tornar-se elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo e suas instituições políticas. Podemos interpretar esse movimento, no plano de uma teoria política, como a superação de um modelo de desenvolvimento político baseado na circulação de elites, para uma efetiva tentativa de teorização da democracia na periferia.

Pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções das classes dominantes, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social. Trata-se, portanto, de um tipo de sociedade sujeita a uma instabilidade interna muito maior do que as anteriores, o que se traduz numa atividade política muito mais intensa, e que exige participação de setores bem mais amplos da

população. O papel do Estado dentro deste novo tipo de sociedade adquire um relevo extraordinário (Ibid., p. 39).

Portanto, segundo a interpretação de Furtado, o desenvolvimento industrial havia estabelecido uma dinâmica organizada em torno da luta de classes, logo, tratava-se de uma organização político-social muito mais instável. Diferentemente da ideia de que esta deveria ser extinta em nome de uma estabilidade e de um domínio inerte de uma classe, sua observação do desenvolvimento político nos países que compunham o plano central do capitalismo, o conduziam à conclusão de que era um imperativo o estabelecimento de “estruturas políticas muito mais flexíveis” (Ibid., p. 41). Nessa mesma direção, argumentava que o desenvolvimento e o enriquecimento da sociedade levavam inexoravelmente a um enorme aumento das demandas por necessidades coletivas a serem supridas por um Estado prestador de serviços. A implementação de instituições flexíveis e permeáveis às classes ascendentes e o aumento da efetividade do Estado enquanto prestador de serviços ao alcance de grupos cada vez mais amplos, foram ambos resultados das efetivas pressões sociais que acabavam por configurar os regimes democráticos. Nas palavras do autor:

Por um lado, a maior instabilidade social interna decorrente da luta de classes exigiu a criação de estruturas políticas muito mais flexíveis, a fim de que o poder mantivesse aquele mínimo de legitimidade exigido; por outro lado, o enriquecimento da sociedade fez aumentar enormemente as necessidades coletivas, o que exigiu um inusitado crescimento do aparelho estatal prestador de serviços. Os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas forças. (Ibid., p. 41).

Ou seja, Furtado estabelece um raciocínio no qual o desenvolvimento do capitalismo gera a luta entre classes sociais que, quando representada no plano político, contribui para a expansão do desenvolvimento econômico e social. Assim, segundo essa formulação, o próprio desenvolvimento depende da flexibilidade das instituições políticas, no sentido da ampliação da participação para garantir a instituição do conflito por direitos sociais e distribuição de renda. Portanto, naquela altura do processo social, mesmo que o Estado fosse concebido como, “em boa medida o instrumento de uma dessas classes [dominantes]”, ele estaria intrinsecamente comprometido – e constrangido pela pressão das classes trabalhadoras - com a necessidade de constante flexibilização de suas instituições para não hipotecar o desenvolvimento. Chegamos a uma importante conclusão: na proposta de Furtado, a luta de classes e o conflito social são vistos como elementos perenes e não disruptivos do desenvolvimento capitalista. Diferentemente do pensamento marxista, que determina a intensificação da contradição de classes até o estabelecimento de um quadro de conflito que só viria a ser superado pela

revolução, e então pelo domínio do proletariado até a derradeira extinção das classes sociais, Furtado acredita que a institucionalização da luta de classes a torna um elemento de dinamismo nos regimes democrático-capitalistas.

Furtado concebe o papel do Estado enquanto instrumento mantenedor do *status quo*, no sentido da defesa de privilégios das classes dirigentes. Porém, essa constatação não implicava na ideia de em uma total imutabilidade desse *status* e nem na completa impermeabilidade do Estado a demandas outras. Naquele momento de democratização, o Estado não daria conta da manutenção de todos os privilégios das classes dirigentes, mas primordialmente dos privilégios que não representavam um impedimento para o desenvolvimento econômico e social, ou, em suas palavras, os privilégios que entorpeciam o desenvolvimento das forças produtivas. Os privilégios, assim como os conflitos sociais, eram tomados como características intrínsecas e perenes da democracia capitalista. Mesmo com o desenvolvimento das instituições democráticas nessas sociedades, o conflito não diminuiria ou cessaria, mas passava a ser organizado em “grupos de pressão de atuação permanente” como sindicatos e partidos políticos. Neste sentido, afirmava que a “única tentativa de operar a economia capitalista com a total eliminação do conflito de classes, conhecida até o presente, foi realizada pelo fascismo” (FURTADO, 1964, p. 44).

Quanto à possibilidade de completa eliminação do complexo de privilégios das classes dominantes, o autor argumenta que nenhuma sociedade que procedeu nessa direção conseguiu instituir uma “ordem autenticamente democrática”, na qual estivesse sempre garantido o direito de contestação aos grupos ocupantes do poder. Entretanto, como colocado anteriormente, o desenvolvimento da sociedade democrática dependeria da “progressiva eliminação daqueles privilégios que passavam a operar anti-socialmente”, ou seja, que comprometessem o desenvolvimento econômico e social; o que o levava a defender o estabelecimento de um marco institucional flexível e passível de reformas quando impelido pela pressão das classes ascendentes. O estímulo para as concessões por parte das classes dominantes deveria ser a compreensão que dessas dependia o próprio desenvolvimento das forças produtivas:

Desta forma, o específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas, razão pela qual deve estar aberto à ação de todos os grupos que, integrados no processo produtivo, busquem aumentar sua participação na renda, seja através de concorrência, seja exercendo pressão organizada no mercado de mão-de-obra. O marco institucional deve, portanto, ser suficientemente flexível e ter a aptidão necessária para reformar-se toda vez que a pressão gerada pelos conflitos alcance aquele ponto em que a convivência social se torna inviável. O impulso que induz a

esse permanente reformar-se é o consenso geral de que existe um interesse social por cima dos grupos e classes, e a diretriz desse interesse social está dada pelo desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO, 1964, pp. 45-46).

O debate sobre como operaria um “interesse social” acima dos interesses de classes nos exige uma reflexão mais detida. Como apontamos anteriormente - e iremos desenvolver mais à frente - Furtado considera a luta de classes em seus interesses antagônicos como elemento dinâmico do desenvolvimento. Então, como estaria posta essa ideia da convergência de interesses com o desenvolvimento das forças produtivas? Nessa questão, Furtado dialoga com as ideias propostas pelo economista sueco Gunnar Myrdal, em seu livro “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas” (1957). Assim como Mannheim, Myrdal acredita que o “jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade” (MYRDAL, 1968, p. 51)¹⁴⁵, tanto em nível internacional quanto regional. A teoria econômica ortodoxa, seguindo um modelo explicativo de “equilíbrio estático”, serviria para corroborar teorias que interessavam às classes dominantes no sentido da manutenção do *status quo*. Assim, Myrdal propõe um modelo de “causação circular e acumulativa” para a compreensão do que ele entende como um direcionamento do processo de mudança social motivado por antagonismos:

Meu ponto de partida, formulado inicialmente em termos negativos, é a asserção de que a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social. O que está errado, ao se aplicar a hipótese do equilíbrio estável à realidade social, é a própria ideia de que o processo social tende a uma posição que se possa descrever como estado de equilíbrio entre forças. Por trás dessa ideia, encontra-se outra hipótese, ainda mais fundamental, de que a mudança tende a provocar reações que operam em sentido oposto ao da primeira mudança. A ideia que pretendo é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade (MYRDAL, 1968, p. 51).

Essa maneira de conceber a mudança social nos é particularmente interessante, pois permite compreender como Myrdal consegue mobilizar a ideia do nacionalismo – enquanto busca de um interesse comum e doutrina de coesão interna -, e, ao mesmo tempo, conceber a luta de classes como condição para o desenvolvimento em um regime democrático, como explicita Mantega:

Então, na opinião de Myrdal, o motor do desenvolvimento é a mobilização das forças internas para substituir as instituições políticas atrasadas pelo moderno Estado planejador e mobilizador. O regime político que melhor se coaduna com essa

¹⁴⁵ MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Saga 1968. p. 51.

proposta é a democracia ocidental, que constituiria a base de sustentação para medidas políticas igualitárias. E aqui estamos diante de um outro aspecto fundamental do pensamento do Myrdal, não apenas porque ele influenciou decisivamente na constituição do projeto político do nacional-desenvolvimentismo, como também em virtude de sua contribuição para chamar a atenção para a dinâmica de classes do processo social. Segundo Myrdal, no regime democrático as massas podem organizar-se para reivindicar melhores condições de vida, pressionando os empresários para elevar a produtividade dos empreendimentos econômicos. (MANTEGA, 1987, p. 55)

Myrdal não negava os interesses antagônicos que moviam a luta de classes, mas afirmava que, nos países centrais, com o desenvolvimento econômico, os Estados nacionais voltavam-se para responder às aspirações das classes populares e a mitigação das desigualdades regionais. Em sua interpretação, o Estado opressor transformava-se no Estado de bem-estar. Esse movimento não se reproduzia necessariamente nos países subdesenvolvidos, sendo, por isso, extremamente necessário investir na direção de medidas que propiciassem a ampliação do eleitorado e na organização de movimentos populares. Porém, o autor sueco afirma que, com o estabelecimento do “Estado de bem-estar”, o conflito social tenderia a diminuir - movimento que não está previsto na interpretação de Furtado¹⁴⁶. Na mesma chave de Myrdal, reforçamos que, se Furtado defende que o desenvolvimento das forças produtivas figurava como um “interesse social por cima dos grupos e classes”, isso não implicava em uma contradição na negação da existência do antagonismo dos interesses das classes em conflito. Como apresentamos anteriormente, em diversas passagens o autor reforça que a tomada de consciência desse antagonismo de interesses constituía elemento fundamental do processo de desenvolvimento político¹⁴⁷. Acontece que, perante a estagnação, o desenvolvimento das forças produtivas seria um interesse compartilhado. Ou seja, a modernização das relações sociais – ou o desenvolvimento social – com a instauração de um arcabouço institucional que permitisse a luta de classes era apresentado pelo autor como condição para o próprio desenvolvimento econômico¹⁴⁸. O autor inverte a clássica fórmula que determinava a necessidade de crescimento

¹⁴⁶ Esse é um ponto da formulação do autor que apresenta interpretações divergentes. Alguns autores afirmam - especialmente ao relacionar a interpretação de Furtado com a de Gunnar Myrdal - que em dado momento do desenvolvimento do capitalismo os conflitos sociais tenderiam a diminuir ou até cessar. Nós propomos que Furtado, apesar de certamente influenciado pelo economista sueco, diverge dele nesse quesito, como fica claro na citação a seguir: “Se a luta de classes constitui elemento motor básico no desenvolvimento das sociedades de economia capitalista industrial, caberia perguntar se essa luta tendeu a intensificar-se ou a debilitar-se com o desenvolvimento do capitalismo.” [...] “As instituições políticas se abriram de forma crescente à participação da classe trabalhadora organizada em partidos políticos e os conflitos sociais passaram a ter uma expressão de natureza principalmente sindical. Nenhuma evidência existe, entretanto, de que esses conflitos se ajam reduzido, seja nesse período, seja nos subsequentes.” FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 44.

¹⁴⁷ Mais a frente iremos analisar a defesa de Furtado da necessidade da tomada de consciência desse antagonismo como forma de superar o fenômeno do populismo.

¹⁴⁸ Lembremos que Furtado atrela o desenvolvimento das forças produtivas a mecanismos de autolimitação – que serão melhor apresentados logo adiante. Ele afirma que um desenvolvimento econômico sustentado dependeria de

econômico para viabilizar a democratização. O apelo da ideia nacionalista de um interesse social acima dos interesses de classes era direcionado, em nossa interpretação, mais às classes proprietárias que propriamente uma fórmula desmobilizadora dos trabalhadores. Por outro lado, atribuímos ao ato de fala de Furtado um grande cuidado retórico na tentativa de evitar a ruptura institucional por meio de um golpe ou uma revolução. Se, por um lado, o autor atrela a manutenção do desenvolvimento às reformas e ampliação da participação dos trabalhadores, por outro, ele defende que a “causa do progresso das liberdades nas sociedades democráticas-capitalistas foi a crescente estabilidade institucional destas”; isto é, a necessidade de se dar continuidade a um regime que se direcionava, em sua interpretação para um processo de progressiva democratização. Por sua vez, a estabilidade só seria passível de se sustentar com a gradual flexibilização dos marcos institucionais desse regime. Uma vez mais, o apelo à estabilidade também não implicava na negação do conflito social, mas na necessidade de sua institucionalização. Essa reflexão remete então à visão que Furtado tem dos “elementos de contenção” nos movimentos revolucionários perpetrados nas democracias capitalistas:

Na quase totalidade das democracias capitalistas, as transformações de maior relevância no marco institucional têm sido realizadas por processos políticos extralegais, isto é, por movimentos revolucionários. Estes movimentos resultam, via de regra, de rupturas dentro das classes dirigentes e constituem, na maioria dos casos, uma forma de precipitar transformações inevitáveis, prevenindo uma maior agravação de tensões sociais que poderiam provocar movimentos de maior profundidade na estrutura social e pôr em risco a posição daquelas classes. Desta forma, os movimentos revolucionários se entrelaçam e muitas vezes se apoiam mutuamente forças orientadas nos sentidos de remover obstáculos ao desenvolvimento com outras que visam entorpecer o autêntico processo de democratização. Assim, certas conquistas sociais são conseguidas ao mesmo tempo em que se limita, por meios oblíquos, a representatividade popular no governo. Como essa redução na representatividade do governo terá consequências em todo o processo social, reduzindo a elasticidade institucional e freando o acesso a outras conquistas sociais, o avanço logrado pelo caminho revolucionário terá sido apenas aparente (FURTADO, 1964, p. 74).

O autor argumenta que os papéis das classes sociais em conflito nas democracias capitalistas seguiriam um padrão: as classes dominantes lutam para preservar seus privilégios,

forças na direção da acumulação e outras na de distribuição. Podemos encontrar críticas pertinentes a esse argumento que, em última análise, atrela a concentração de renda – acumulação sem distribuição - à estagnação em: MANTEGA, G. Op. Cit.; e OLIVEIRA, F de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. 4. ed. - Petrópolis: Vozes, 1981.; A própria experiência do “milagre econômico” no período da ditadura levou o autor a rever essas teses, já que, em meio a um regime se presenciou altas taxas de crescimento com “arrocho” salarial para os trabalhadores.

“Nessas condições, a concentração de renda e a consequente queda relativa da renda dos assalariados estava perfeitamente de acordo com a nova composição da demanda nacional. Isso significa que o avanço da acumulação industrial consolidara o modo especificamente capitalista de produção no Brasil, e com ele um perfil da demanda mais adequado aos interesses da valorização do capital, com a demanda dos assalariados perfeitamente subordinada aos investimentos e secundária em relação à demanda capitalista.” (MANTEGA, G. Op. Cit. p. 99).

e as classes trabalhadoras para aumentar sua participação política e na divisão do produto social. As primeiras têm seus interesses atrelados à conservação das instituições, e as segundas, ao demandarem maior participação política e no produto social, emprestam o dinamismo necessário ao desenvolvimento econômico e das instituições políticas. Porém, para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico, seria do interesse dos dominantes, em momentos de agravação das tensões sociais, flexibilizar as instituições, enquanto seria do interesse dos trabalhadores que o conflito permaneça no âmbito institucional.

Remetendo às formulações weberianas sobre o processo de burocratização, Furtado questiona a estrutura política da União Soviética, argumentando que a máquina burocrática se encarrega do papel que cabe às classes proprietárias nas democracias burguesas – a estabilidade institucional -, mas se pergunta, “a quem caberá o papel desempenhado a classe trabalhadora nas sociedades burguesas de pôr em xeque o que está estabelecido?”. Portanto, o papel das classes dirigentes seria o de zelar pela manutenção institucional, eliminando os privilégios antissociais responsáveis por comprometer o desenvolvimento – tido como objetivo de seu interesse – e, de tempos em tempos, reformar as instituições, no sentido da sua flexibilização – como resposta à pressão das classes trabalhadoras. Agora, para compreendermos o papel das classes assalariadas “de pôr em xeque o que está estabelecido”, precisamos analisar a interpretação de Furtado sobre o processo de formação de consciência dessa classe, voltando, para isso, ao debate sobre os “mecanismos de autolimitação” que operariam nas sociedades capitalistas e democráticas, ou seja, cujas instituições políticas comportam o conflito de classes. Ao tratar das consequências da incorporação de novas tecnologias no conflito social, indicamos que Furtado argumenta que o desenvolvimento dependeria de duas forças antagônicas em relação ao uso do produto social: a acumulação e a distribuição. A interação desses fatores se daria da seguinte forma:

Contudo, não apenas da acumulação depende o desenvolvimento. Apóia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras que o desenvolvimento pode seguir adiante. Essas massas trabalhadoras tendem a consumir a totalidade daquilo que lhes chaga às mãos e logo tomam a consciência de que estão submetidas a um regime de permanente racionamento na satisfação de suas necessidades. Percebem que o mecanismo de autolimitação, que a sociedade se impõe, opera de forma discriminatória contra aqueles grupos que, como fonte de renda, têm apenas o seu trabalho (Ibid., p. 64).

Conforme as classes assalariadas vão adquirindo consciência de seus “autênticos objetivos” e atuando com formas de pressão organizada para o aumento de sua participação na distribuição do produto, Furtado propõe que o polo dinâmico do desenvolvimento tem a tendência de se deslocar para o lado dessas classes trabalhadoras, enquanto responsáveis pelo mecanismo de autolimitação da acumulação pelos grupos minoritários.

A solução dos conflitos de classes pela imposição da vontade da própria classe capitalista tornou-se mais e mais anti-social, na medida em que o desenvolvimento passou a depender do dinamismo e agressividade da classe trabalhadora. Quanto mais se desenvolve a economia capitalista, mais os interesses da classe trabalhadora corporificam os da coletividade total. Menos capacitada se torna, por conseguinte, a classe capitalista para interpretar os reais interesses sociais. Daí que a greve se haja transformado no instrumento fundamental de convivência social na democracia capitalista (Ibid., p. 68).

A fórmula de Furtado, segundo a qual, com o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e das instituições políticas, os interesses dessa classe passam a representar os interesses sociais da coletividade, nos permite chegar a duas conclusões: a primeira seria a de que os ideais políticos defendidos pelo autor equivalem a um “governo representativo de base popular”; e a segunda é que, como o desenvolvimento seria subordinado ao movimento de distribuição – e não somente da acumulação – e à manutenção/expansão de um regime democrático, pois a força para essa distribuição adviria da pressão das classes trabalhadoras, essas classes seriam as portadoras do elemento dinâmico para o desenvolvimento que, por sua vez, é subordinado a um mecanismo de autolimitação. Apesar de toda essa apresentação indicar a crença do autor quanto ao desenvolvimento das instituições políticas no âmbito do sistema capitalista, não poderia estar presente nessa elaboração uma ideia da perfectibilidade do capitalismo. Como dissemos no início da apresentação, Furtado acredita no desenvolvimento econômico e social dentro dos quadros do capitalismo, porém, esses dependeriam – ainda mais no caso das economias subdesenvolvidas – fundamentalmente, do estabelecimento de uma dinâmica democrática e participativa das diversas classes sociais, para garantir que o Estado represente o “interesse social” perante interesses particulares do mercado e das classes dominantes, que não tinha o capitalismo como um fim, mas um dado da realidade vigente. A forma de estabelecer essa dinâmica seria a partir de reformas que propiciassem “o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

Vamos destacar a ênfase dada pelo autor na necessidade de reformas no quadro político brasileiro e suas instituições, buscando demonstrar que existiria em seu raciocínio uma separação nas esferas de intervenção do Estado. Se por um lado esse deve ser particularmente

ativo no planejamento do desenvolvimento industrial, na regulação das relações econômicas e na efetivação das reformas políticas, a razão de ser dessas últimas seria justamente beneficiar a sociedade civil com autonomia e força para fazer valer suas reivindicações. A seguir, ao tratarmos da questão do populismo e do projeto de capitalismo democrático de Furtado, quando ficará mais clara sua crítica à intervenção do Estado na regulação das relações sociais.

Longe de legitimar um “Estado demiurgo” (IANNI, 2009), guiado por uma *intelligentsia* tecnicista, com um caráter elitista, autoritário e representante dos interesses da burguesia industrial, como sugerem alguns autores, defendemos que a intervenção desse – para além dos mecanismos de regulação da economia -, se daria sob os auspícios do Governo Federal e da *intelligentsia*, de maneira pontual - nesse momento de crise - visando garantir a realização de reformas que fortaleçam os mecanismos de participação da sociedade civil. Diferentemente de Lipset, para quem a democracia seria uma decorrência da modernização segundo o trajeto traçado pelas economias centrais, Furtado inverte a hierarquia causal histórica da modernização. Estabelecida uma economia industrial, a democracia não era um dado automático, mas ações políticas de ordem reformista seriam responsáveis pelo estabelecimento de uma “democracia autêntica”, compreendida como uma ordem político-social que cultivava o conflito, estabelecendo mecanismo virtuoso de promoção do desenvolvimento social e indução do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, iremos apresentar o diagnóstico do autor sobre os fatores que constroem o desenvolvimento da estrutura social brasileira. Nossa interpretação é a de que, a partir de seu exame sobre a relação entre as classes sociais nos sistemas subdesenvolvidos – em especial no caso do Brasil -, delineia-se uma crítica ao regime político brasileiro, ou seja, à forma como operariam as instituições democráticas no país, sob o prisma do conceito de populismo. Essa discussão nos permitirá ir mais adiante na análise da apreciação sobre a forma como o autor mobiliza o conceito de democracia no plano de uma teoria política periférica.

4.3.2 Democracia, populismo e crítica às classes dominantes

Um ponto central na reflexão crítica de Furtado quanto às relações entre o desenvolvimento econômico e social brasileiro, e à forma como operam as instituições políticas no país, diz respeito à velocidade que se efetiva a mudança social em quadros subdesenvolvidos. Compreendemos grande parte da discussão em torno do custo social do desenvolvimento como uma manifestação contra o fato do desenvolvimento industrial não ter sido acompanhado de um equivalente desenvolvimento social. As explicações do autor para

essa discrepância podem ser resumidas em dois pontos: a dualidade estrutural brasileira, própria do subdesenvolvimento e sua manifestação política na forma do populismo; sendo que ambos os pontos conduzem à conclusão de que para dinamizar a mudança social no Brasil seria necessária a instauração de instituições que comportassem e convertessem a luta de classes enquanto elemento catalisador do desenvolvimento econômico e social.

Como apresentamos anteriormente, o fenômeno do subdesenvolvimento é caracterizado pelo autor, não pelo fato de um país contar com uma economia predominantemente agrária – “economia atrasada” -, mas pela ocorrência do “dualismo estrutural”. Esse dualismo ocorreria quando fatores históricos propiciam a introdução de elementos da economia capitalista em uma economia atrasada, gerando desequilíbrios estruturais com reflexos em toda a estrutura social. Furtado irá transpor a tese da dualidade para o plano político, o subdesenvolvimento tinha reflexos específicos na estrutura social das nações. Nos países subdesenvolvidos, a transformação da estrutura produtiva em direção à industrialização se processa de forma muito acelerada, visto que esta não se deu por indução ou consequência do desenvolvimento tecnológico, mas efetivada pelo empréstimo de tecnologia obsoleta dos países centrais. Essa rápida transformação no plano material da produção permitiu a perpetuação de uma ordem social atávica, que não contribuía para o desenvolvimento da consciência de classes. Mesmo com a inserção de elementos de uma economia capitalista, não se apresentam os elementos que, inicialmente, conferem dinamismo para essa formação, diga-se, os conflitos internos do setor capitalista e/ou as tensões criadas entre este e a economia preexistente (FURTADO, 1964, p. 82). Ademais, a origem rural dos trabalhadores, a grande oferta de mão de obra disponível e a ausência de um processo clássico de revolução burguesa contribuía para perpetuar a exploração das classes trabalhadoras sem prejuízo para a manutenção do clima de paz social característico da ordem social feudal - qualificada pelo autor como “paz dos túmulos” (FURTADO, 1964, p. 82). Apesar da grande disparidade social, mantinha-se as condições que impediam a percepção dos antagonismos de interesses entre as classes as classes dominantes dos distintos modos de produção e mesmo entre as classes proprietárias e trabalhadoras. No campo, a responsabilidade pelos altos e baixos nos rendimentos dos trabalhadores agrícolas era atribuída à condições que teoricamente escapam do plano relação de classes – como o clima e as condições do cultivo, por exemplo -, e a introdução do regime assalariado nesse meio, era percebida pelos trabalhadores como uma forma de ascensão social; nas cidades, por sua vez, o artesão e trabalhador urbano, submetido ao regime de trabalho fabril, sentia que descendia em suas condições ao se proletarizar, mas não encontrava formas de organização. Essas condições típicas das “economias atrasadas” - importância da terra como fator de produção e ausência da

luta de classes nas áreas rurais e alienação do trabalhador urbano -, que continuam se manifestando nos países subdesenvolvidos mesmo com a urbanização e industrialização, fizeram com que a classe latifundiária no Brasil mantivesse historicamente grande poder político. Como o desenvolvimento capitalista nas economias subdesenvolvidas estabeleceu-se sem conflitar diretamente com a economia e as instituições preexistentes - pelo contrário, esse se propaga em conformidade com os arranjos de poder vigentes -, mesmo com a urbanização e expansão industrial, o Estado não se configura como defensor dos interesses da nova classe dirigente ascendente, mas seu controle passa a ser um elemento de disputa entre classes dirigentes diversas, ainda que todas se mostrassem incapazes de assumir soberanamente o poder política, configurando uma crise de hegemonia – elemento presente em diferentes das análises sobre o populismo no Brasil.

Por conta dessa particular convergência de fatores - determinações do dualismo no plano político - a classe capitalista brasileira contaria com uma situação especialmente privilegiada perante os trabalhadores em processo de proletarização. Este, dispunha, por um lado, de um grande excedente de mão de obra provindo dos setores agrícolas e áreas rurais, e por outro, contava com a tecnologia “obtida por empréstimo” (FURTADO, 1964, p. 31), o que também diminui sua dependência de trabalhadores e a força da pressão organizada desses:

Com efeito, a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de ‘paz nos túmulos’. Um bom exemplo dessa situação era o parque têxtil nordestino, criado a fins do século passado, que em nada se diferenciava da indústria açucareira, pelos métodos paternalistas que usava. (FURTADO, 1964, p. 82).

Para além do argumento explícito, no sentido da convergência de fatores que inibem a luta de classes tanto na agricultura quanto na economia industrial, está contido nesse raciocínio um elemento que ajuda a corroborar nosso argumento no sentido da mudança conceitual proposta pela interpretação do autor quanto ao conceito de democracia. Nota-se que Furtado está muito mais preocupado com a instauração de elementos dinâmicos - formas de conflito -, do que propriamente com uma concepção propriamente tutelada ou conciliatória da mudança social; o que fica claro quando ele relaciona o conceito de “paz social” à “velha agricultura feudal” e à estagnação. A associação feita por Furtado entre “paz social” e a ausência de consciência e de luta de classes – e conseqüentemente à estagnação, pois essa não contribui

para a superação de estruturas “anacrônicas” - é mais uma evidência de um movimento de positivação do conflito no âmbito do que podemos qualificar como uma teoria da democracia agonística.

Voltando à discussão sobre as relações entre as classes dominantes, o autor as classifica da seguinte maneira:

As classes dirigentes em um país de economia subdesenvolvida tendem a diferenciar-se em três setores principais: o primitivo núcleo latifundiário, o grupo controlador dos interesses ligados ao comércio exterior (sempre com amplas vinculações forâneas), e o grupo capitalista basicamente apoiado no mercado interno. O primeiro grupo se apresenta, em geral, como livre-cambista e antiestatizante, isto é, contrário a toda modificação no *status quo*, a qual se imagina teria que vir por via de ação estatal. O segundo grupo também é livre-cambista, mas o seu liberalismo já está marcado de qualificações, pois esse grupo cedo aprende a utilizar a máquina do Estado para defender os seus negócios externos. O terceiro grupo é protecionista e, sob muitos aspectos, estatizante, procurando utilizar a máquina estatal, através do crédito, do câmbio e de outros meios, para transferir recursos em benefício próprio. (FURTADO, 1964, p. 83).

Portanto, nos países subdesenvolvidos, as classes dirigentes apresentavam-se, em grande medida, sob grupos de interesses antagônicos. Furtado argumenta que esse arranjo não é muito diferente da estrutura clássica da implantação do capitalismo industrial europeu, na qual se opunham aristocracia rural, grande burguesia financeira e grande burguesia industrial. Porém, a diferença essencial reforçada pelo autor no caso subdesenvolvido, é a ausência da “autêntica luta de classes – entre assalariados e capitalistas”. Essa ausência geraria uma série de consequências no desenvolvimento político na periferia, impedindo também o desenvolvimento social:

Entretanto, enquanto na Europa do século XIX a autêntica luta de classes – entre assalariados e capitalistas – ia crescendo em importância e condicionando todo o processo social, nas estruturas subdesenvolvidas já não ocorre o mesmo. Na ausência de um autêntico desafio dentro da própria estrutura subdesenvolvida os grupos dominantes permanecem incapacitados para solucionar suas contradições internas, o que repercute de forma adversa no desenvolvimento social. (Ibid., p. 84).

Sua interpretação do desenvolvimento social do Brasil é profundamente marcada pelo argumento da ausência da luta de classes. Porém, além da tese segundo a qual essa configuração – de paz social – era fruto do dualismo da estrutura econômica brasileira, o argumento do autor irá contemplar também uma crítica ao desenvolvimento político da democracia no Brasil, sob o prisma do populismo. Mesmo sendo muito pouco estudada, a interpretação de Furtado quanto à manifestação do populismo na política brasileira apresenta elementos interessantes para compreendermos a mobilização de conceitos centrais no debate sobre o ideário político

nacional-desenvolvimentista nesse momento de crise. Comportando argumentos presentes na análise do fenômeno pelos autores apresentados anteriormente – como seu aspecto transitório decorrente de um período de rápida modernização –, e conduzindo a análise por caminhos até então pouco trabalhados – como os mecanismos da manipulação populista e a relação entre Estado e classes trabalhadoras –, Furtado elabora uma crítica ao regime político brasileiro, para propor uma solução reformista visando o desenvolvimento da sociedade civil, da consciência da autonomia das classes trabalhadoras.

Se, em sua leitura, a luta de classes era inibida por um “grande reservatório de mão-de-obra” - caracterizando a tese dualista desenvolvimentista - a superação desse quadro não se daria somente pela consecução do desenvolvimento industrial. Seria, sim, necessário que a classe capitalista adquirisse a consciência da oposição de seus interesses perante os grupos tradicionais. Mas essa tomada de consciência, por sua vez, dependeria de um “autêntico desafio”, representado pela luta de classes. A ideia de um interesse situacional não aparece na obra do autor como uma justificativa para protelar o conflito de classes ou os antagonismos. Ele defendia que, de fato e, a despeito dos antagonismos, ainda era possível convergir em pautas vinculadas ao desenvolvimento do país que seriam benéficas para classes diversas¹⁴⁹. Furtado defende que a instauração da “autêntica luta de classes” dependeria da formação da consciência das classes trabalhadoras, que era inibida por instrumentos de manipulação populista passíveis de se manter até então por conta das características do processo de desenvolvimento político no subdesenvolvimento. Nesse sentido, a velocidade da mudança social no Brasil seria determinada, em grande medida, pelos entraves à democratização colocados pelas classes dominantes. Como o desenvolvimento econômico dependeria também da distribuição, ao buscar tutelar o povo cotejando benesses, o populismo seria um instrumento que conjugava o desenvolvimento com a manutenção do status quo, ainda que, como veremos, essa instrumentalização tenha limites precisos.

A interpretação de Furtado do populismo parte da análise dos mecanismos de manipulação abrigados no Estado quando, a partir da Primeira Guerra Mundial, cresce a necessidade da adoção pelos países capitalistas de um sistema de “economia mista”. Esse sistema é caracterizado pela atuação do Estado como regulador da economia - controlando setores da produção e condicionando indiretamente investimentos privados - para manter a estabilidade de condições de desenvolvimento. Esse novo papel teve como consequência o crescimento de uma máquina burocrática no interior do Estado – fato que se deu tanto nos

¹⁴⁹ Como vimos, essa formulação é comum, em diferentes medidas, a todos os três autores analisados e corroboram a ideia de que não há modelo de desenvolvimento a ser seguido.

países capitalistas centrais como periféricos, tendo particularidades no último caso que nos interessa analisar.

No caso dos países subdesenvolvidos, o crescimento dessa máquina burocrática ocorreu quando a democratização ainda era incipiente, o controle do governo se encontrava muito centralizado nas mãos de minorias que compunham as classes dirigentes, sem nenhuma permeabilidade às pressões populares. Isso fez com que o Estado viesse a se tornar um importante elemento de garantia da manutenção do *status quo* sob o signo de um “novo poder”, o “Poder Administrativo”. A máquina estatal passou a controlar o comportamento de órgãos políticos ligados à economia, de maneira que “reduziu-se a eficácia política do sistema representativo de governo, muito antes que o progresso na representatividade houvesse permitido a plena democratização das bases do poder político”, (FURTADO, 1964, p. 76) substituindo o impulso de democratização por um movimento de massificação¹⁵⁰. O ator compreende que, mesmo antes do surgimento desse poder, evidentemente, as classes dirigentes já influenciavam nas decisões políticas que conformavam a economia, mas propõe que esse controle, a partir da égide do poder administrativo, ganhava uma nova legitimidade. Furtado ressalta, entretanto, que essa burocratização não fora um retrocesso no processo de desenvolvimento das instituições políticas. Seu caráter conservador - amparado por regras impessoais em vez de relações familiares e pessoais¹⁵¹ -, fez com que ele viesse a atuar como inibidor das “incursões de arbitrariedade dos governantes”, protegendo algumas das conquistas sociais obtidas pela cidadania¹⁵². Porém, em última instância, burocratização e massificação significaram a incorporação dos privilégios das classes dirigentes como prioridades incontestes nas escalas de valores sociais.

Em síntese, a fase de avanço na democratização, característica da época de predomínio dos órgãos representativos dentro do governo, foi substituída por outra de massificação, em que as disputas políticas se restringem a questões secundárias e as decisões fundamentais são tomadas no plano administrativo. (Ibid.).

O que leva o autor a indagar:

[...] como evitar que a burocratização e massificação se antecipem e frustrem o processo de efetiva democratização? Em outras palavras: com dar uma plena eficácia representativa ao Governo antes que a classe dirigente atual proteja sua constelação de privilégios com a muralha intransponível do poder administrativo e reduza o processo político a um simples jogo formal? (Ibid., p. 77).

¹⁵⁰ Por óbvio, o autor defende que antes do surgimento desse poder, as classes dirigentes já influenciavam nas decisões políticas que conformavam a economia, mas esse controle, a partir da égide do poder administrativo, ganhava uma nova legitimidade.

¹⁵¹ Concepção semelhante à teoria do desenvolvimento político delineada por Guerreiro Ramos (1961).

¹⁵² Tese análoga à da cidadania regulada

A questão acima evidencia uma crítica do autor a uma concepção formal da democracia – alvo da crítica de grande parte da intelectualidade de esquerda no período -, que atuaria meramente como instrumento de defesa dos interesses das classes dominantes, sendo os dispositivos de participação relegados em sua influência à mera esfera das formalidades. Esse “jogo formal” seria o responsável pelo descrédito das instituições democráticas enquanto instrumento de mudança social nos países subdesenvolvidos, e, conseqüentemente, pelo apelo com que contavam as técnicas revolucionárias de inspiração marxista-leninistas. Entretanto, a resposta proposta pelo autor a esse problema irá indicar para a necessidade de reformas institucionais que viabilizassem a constituição de uma “democracia autêntica”, marcada por compromisso com a pauta reformista, de forma a viabilizar a maior participação popular no regime político¹⁵³. Sua argumentação se dará na defesa da necessidade de se compreender melhor a relação entre as classes sociais no regime político brasileiro, considerando-se as condições econômicas, sociais e políticas de país subdesenvolvido.

A competição interna entre as classes dirigentes – que disputavam pelo domínio do poder político, mas não rompiam o pacto de dominação -, somada aos instrumentos estabelecidos com o “poder administrativo”, determinavam, no contexto periférico, uma ainda maior necessidade do controle da máquina do Estado. O controle do poder político, portanto, determinaria os lucros de cada grupo em decorrência dos outros. Essa concorrência entre diversos interesses fazia com que a classe dirigente se encontrasse “incapacitada para formular um projeto nacional”, sendo mais importante para suas facções em disputa controlar o poder político e os mecanismos do poder administrativo, do que implantar medidas para a superação dos privilégios antissociais que entorpeceriam o desenvolvimento. Uma das ferramentas do poder administrativo, que inibia a luta de classes deturpava as instituições democráticas do

¹⁵³ O conceito de “democracia autêntica” é do próprio autor, e manifesta a necessidade da adoção de reformas para a manutenção da democracia e do desenvolvimento e um maior controle popular sobre a atuação parlamentar. O conceito é utilizado num manifesto por ele elaborado, mas nunca efetivamente formalizado, para a formação de uma frente parlamentar pelas reformas de base. O teor do manifesto fica claro na citação a seguir: “Que cabe esperar do próximo Parlamento e, desde já, que cabe exigir como compromisso de todos aqueles que se candidatam a representar o povo? Independentemente dos partidos a que estejam ligados, é necessário que todos os candidatos se definam de forma insofismável sobre aqueles problemas de cuja rápida solução dependerão o desenvolvimento do país e a sobrevivência da democracia. Esse compromisso deve ser exigido de cada candidato, a fim de que se dê ampla difusão em todo o país dos nomes daqueles que estão decididos a lutar pelo desenvolvimento e pela democracia. Não se trata de uma tomada de posição em termos vagos, e sim, de um compromisso formal com data marcada. O povo acompanhará da praça pública o desenrolar dos acontecimentos e, se vierem a expirar os prazos sem que as reformas tenham sido realizadas, na forma e com o alcance claramente indicados nos compromissos públicos, conhecerá o nome daqueles que o traíram, e poderá legitimamente exigir sua exclusão da vida pública. A democracia autêntica terá perdido a sua grande oportunidade, mas também haverá terminado a época dos mistificadores da falsa democracia” (FURTADO, 1989 [1962], p. 147).

regime político brasileiro, era a perversa utilização política dos mecanismos de controle da inflação:

Em muitos países subdesenvolvidos – o Brasil é um bom exemplo – um prolongado processo inflacionário contribuiu para desnaturar as características originais das lutas de classes. Com efeito, em situação inflacionária, as elevações de salários podem interessar tanto aos patrões como aos empregados, pois se admite que quem pagará, em última instância, será o consumidor. Até que ponto o consumidor pagará ou não, é uma decisão que fica em mãos do Estado, cujo poder é assim enormemente aumentado. Desta forma, muito mais importante do que lutar contra trabalhadores em greve é ter o controle dos instrumentos do poder político, pois é daí que se decide quem pagará efetivamente a conta. (Ibid., p. 85).

Diferentemente do que propõem os autores que denotam um viés autoritário na concepção de Furtado da atuação do Estado, vemos que ele critica o exacerbado crescimento do poder político atrelado ao controle do poder administrativo do Estado enquanto instrumento de dominação. As classes dirigentes teriam interesses antagônicos entre elas, porém, diante da ausência de pressão das classes assalariadas, a classe capitalista não se dava conta de que os interesses dos outros estratos da classe dominante atuavam de forma antissocial e freavam o desenvolvimento; ou seja, dos antagonismos de interesses no próprio plano das classes dirigentes. Sendo mais fácil manter um pacto de dominação do que romper com esses estratos, as práticas populistas serviam como instrumento que permitia a perpetuação desse quadro. O poder político era disputado entre as classes dirigentes, que o utilizavam para manipular as massas em seu próprio benefício, sob a forma do “populismo”:

O processo político em um país subdesenvolvido com as características indicadas tende a apresentar-se sob forma de uma permanente luta pelo poder, entre os grupos que compõem a classe dominante, em razão da extraordinária importância que tem o controle da máquina estatal. Inexistindo um processo endógeno no sistema capaz de provocar a formação da consciência de classe da massa trabalhadora industrial, este grupo permanece tão disponível quanto os assalariados de classe média para serem trabalhados por ideologias da classe dominante, a serviço de suas facções internas em luta. Tais ideologias, [são] conhecidas sob a forma genérica de populismo [...] (Ibid., p. 86).

A falta de consciência das classes assalariadas, na concepção defendida por Furtado, não seria decorrência, somente, do fato dessas massas terem vindo das áreas rurais – teorias da modernização ou do dualismo estrutural -, mas da “manipulação” pelos políticos populistas e de instrumentos econômicos que as impediam de delimitar seus interesses próprios. Como em Marx, Furtado argumenta que a consciência de classes seria adquirida a partir da própria experiência da luta de classes, e na ausência dessas condições não se configurava uma “ideologia própria da classe trabalhadora” (Ibid., p. 85). Sem interesses próprios não haveria

luta¹⁵⁴. A situação privilegiada da classe capitalista brasileira - que contava com um grande excedente de mão de obra disponível e tecnologia obtida por empréstimo -, decorrente da estrutura subdesenvolvida do país, e os mecanismos populistas do “poder administrativo”, inibiam o desenvolvimento da consciência das classes trabalhadoras e as sujeitam à manipulação. Quando não estabelecida a lógica do conflito social, a política de concessão de benefícios sociais como favores ou outorga do Estado - que pode, inclusive, retirar esses mesmos benefícios por meio do controle da inflação -, incapacita as classes trabalhadoras de delimitar seus interesses próprios, denotando um avanço na discussão que irá nortear a reflexão do pensamento social brasileiro após o golpe militar - a relação entre Estado e classes trabalhadoras.

Na política populista o povo - classe assalariada e outras de pequenas rendas - é sempre utilizado como massa de manobras, para assustar os adversários e permitir a tomada de posições-chaves. Contudo, as vitórias ocasionais são conseguidas à custa de favores concedidos a uns grupos e de promessas feitos a outros. A inflação, permitindo dar favores com uma mão e retirá-los com a outra, abre enormes possibilidades à ação populista. A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista do desenvolvimento social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses (Ibid., p. 86).

O fato de não ter havido uma revolução burguesa clássica no Brasil, que levasse a classe capitalista a extirpar uma série de privilégios relacionados ao modelo econômico anterior, levou a uma situação de crise de hegemonia na qual nenhuma das classes dirigentes tinha força para conseguir emplacar um projeto de desenvolvimento. Isso fez com que a disputa pelo poder político entre as classes dirigentes dependesse da mobilização de “massas de manobras” como forma de pressão de um grupo dirigente sobre outro. Essa crise de hegemonia seria uma condição para o populismo, impedindo o surgimento da autêntica luta de classes - entre as classes trabalhadoras e as classes dirigentes -, e, como “consequência mais grave”, a impossibilidade de “autodeterminação política” dos interesses das classes trabalhadoras. Outro aspecto do discurso de Furtado que nos interessa reforçar diz respeito à sua crítica à classe capitalista industrial. Concordamos que, certamente, o autor defende um projeto de desenvolvimento calcado no capitalismo industrial. Esse fator, leva à suposição de que, dentre as classes dirigentes, a burguesia industrial seria - teoricamente - a mais afinada com o projeto de desenvolvimento proposto pelo autor. Porém, a aproximação entre os interesses dessa e o

¹⁵⁴ “Em razão da ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista, o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores tende a ser extremamente lento. Ora, é através desse processo de tomada de consciência de classe que se forma a ideologia própria da classe trabalhadora [...]” (Ibid. p. 85.)

desenvolvimento nacional não diziam respeito ao fato de ela ser uma “classe progressista” ou apta para conduzir o desenvolvimento brasileiro. Mas sim ao fato de, a princípio, seus interesses estarem atrelados ao fortalecimento do mercado interno, e às políticas de proteção ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Porém, Furtado, especialmente em seus textos de 1964, demonstra-se frustrado com a forma como teria se dado a associação da burguesia industrial com o capital estrangeiro, denotando o afastamento do interesse das empresas dirigidas por essa classe do interesse nacional:

A nova classe capitalista industrial, sem experiência e carente de maior profundidade de visão, encontrou, via de regra, em concessões a grupos externos a linha de menor resistência para a solução de seus problemas ocasionais. Do ponto de vista dos interesses da empresa essa foi muitas vezes a atitude mais racional. Mas, do ponto de vista nacional, a acumulação dessas decisões individuais teria repercussões que só a mais longo prazo seriam percebidas. Assim, criou-se uma economia industrial de elevados e crescentes insumos de divisas, em contradição com as possibilidades presentes e previsíveis da capacidade para importar, e totalmente orientada para padrões de consumo que não correspondem ao grau de desenvolvimento do país. Dada a forma como atuaram os grupos estrangeiro, mesmo aqueles setores em que a contribuição da técnica alienígena era totalmente prescindível ou de total superfluidade para o bem-estar social, tenderam a elevar os insumos operacionais de divisas. Como a inflação permitia que os grupos estrangeiros se apropriassem de parcela significativa da poupança nacional a taxas negativas de juros, e a política cambial bonificava as empresas estrangeiras permitindo-lhes que reintroduzissem no país a uma taxa favorecida os lucros que aqui auferiam e remetia para o exterior, houve um amplo processo de desnacionalização da economia, o qual levaria inexoravelmente ao estrangulamento externo, independentemente da ação de outros fatores (Ibid., p. 137).

Se, por certo, havia uma compreensão de que a burguesia nacional constituía um setor mais moderno das classes dirigentes, nas vésperas do golpe militar de 1964, ao que parece, Furtado já questionava o posicionamento efetivamente progressiva e, ao menos, desconfiava da adesão dessa classe ao projeto de desenvolvimento nacional. A forma como havia se estabelecido os laços entre a burguesia industrial e o capital internacional – e, assim como Jaguaribe, Furtado não era contra essa associação caso esta fosse regulada por critérios subordinados ao desenvolvimento nacional – pode ter sido um fator que fez Furtado direcionar seu projeto para o debate sobre a democracia e a participação popular. “Sem experiência” e “profundidade de visão” a classe capitalista industrial teria se mostrado incapaz de “superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico”:

Criou-se, assim, uma contradição entre os interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares das milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros que operam com custo em divisas de tipo mais ou menos irremovível. A classe capitalista industrial, amplamente associada a grupos externos nos quais encontrou sempre uma chave para solucionar problemas ocasionais, não está capacitada para captar a natureza e a profundidade do problema. Ainda é corrente supor-se que este poderá ser solucionado ‘recuperando a confiança externa’ e atraindo

novos capitais alienígenas, como se a contradição não tendesse necessariamente a agravar-se uma vez que se repita no futuro o que se fez no passado. (Ibid., p. 138).

Tendo em vista essa situação particular de desenvolvimento do capitalismo periférico, na qual as classes dirigentes não se mostravam aptas para superação da crise política/econômica enfrentada; e na ausência da luta de classes como elemento dinâmico para o desenvolvimento; Furtado parece desconfiar da possibilidade de a burguesia nacional liderar o processo de desenvolvimento nacional da forma como se dera nos países centrais. Cumpria ao Estado e à *intelligentsia* articular canalizando as pressões sociais para a aprovação de pautas reformistas que alterassem as relações de força, ampliando o regime de participação como forma de garantir a indução e continuidade do desenvolvimento. Compreendemos que, na proposta de Furtado, o Estado e a *intelligentsia* interviriam em ações pontuais para a superação do momento de crise pré-revolucionária no sentido da elaboração de “um novo projeto nacional” implantado a partir em reformas políticas. Falamos em ações pontuais, pois, segundo nossa leitura, a intervenção do Estado por meio do Executivo e da atuação dos intelectuais se daria na direção da elaboração e implementação de mudanças institucionais. Essas mudanças, por sua vez, possibilitariam a superação dos obstáculos estruturais que impediam as classes trabalhadoras de assumir o papel de protagonistas no processo do desenvolvimento social. Essa intervenção seria pontual e visava dar condições para o pleno desenvolvimento da sociedade civil em suas formas de organização, e não no sentido demiúrgico de substituição desses agentes. A condição periférica e a estrutura subdesenvolvida determinavam uma situação de impasse, que impelia a *intelligentsia* a tomar frente para a promoção da mudança social e política. Tratava-se de amplificar o movimento de mudança social em curso a partir da constituição de um arcabouço político mais amplo. Esse tipo de medida garantiria que as pressões sociais surtisserem efeito enquanto elemento catalizador do desenvolvimento, ao mesmo tempo que evitariam a ruptura institucional com a democracia liberal:

Convém indicar, por último, que a configuração de uma situação pré-revolucionária não deve ser apreciada dentro de uma esfera de juízos de valor convencionais. Em si ela significa que a sociedade vem atravessando vigoroso processo de desenvolvimento e que as forças que se opõem a esse desenvolvimento foram postas em xeque. Os obstáculos ao desenvolvimento não surgem em dado momento, criando-se *ex abrupto* a situação pré-revolucionária. Eles existem permanentemente e, vez por outra, prevalecem sobre os fatores dinâmicos causando a estagnação. As tensões constituem uma indicação de que a estagnação não é aceita como resultado final, isto é, que o desenvolvimento se transformou num imperativo social. Tampouco caberia admitir que tal situação conduz necessariamente a um processo revolucionário aberto. Provocando uma nítida consciência das raízes da crise por parte de amplos grupos da população, ela faz surgir um novo projeto nacional em antítese ao grupo que se encontra no poder. O impacto na opinião pública pode ganhar grande profundidade, surgindo condições propícias à divisão das classes dirigentes. Dessa divisão pode

resultar o abandono de posições antes defendidas a todo transe, abrindo-se um processo circular cumulativo pelo qual umas reformas criam a necessidade de outras. Entre essa saída reformista, de menor custo social, e a revolucionária, de consequências imprevisíveis, existe, entretanto, a mesma possibilidade de exclusão mútua que entre a lucidez das classes dirigentes para captar os autênticos interesses sociais e seu entranhado apego aos privilégios de que desfrutam. (FURTADO, 1964, p. 141).

Como apresentado na citação acima, a situação pré-revolucionária havia exposto o antagonismo existente entre amplos setores da população e o grupo que se encontrava no poder. E é justamente nessa situação de crise que a institucionalização do conflito social poderia levar à necessária “divisão das classes dirigentes” e ao estabelecimento de um processo cumulativo, conforme propunha Myrdal, em “uma política de reforma social ininterrupta” (MYRDAL, Op. Cit. p. 80). Portanto a medida mais urgente para a superação da crise seria a realização de reformas no sentido do que podemos qualificar como a democratização da democracia brasileira. A ideia do “interesse social”, acima das classes sociais, não mais estaria atrelada somente a medidas econômicas para garantir o desenvolvimento industrial e crescimento econômico – como no caso do “desenvolvimentismo original” -, já que desfazia-se a ideia de correlação automática entre esse e o desenvolvimento social. Não estamos afirmando que o conceito de desenvolvimento econômico perdera sua centralidade nessas obras de Furtado. Certamente que não. O conceito de desenvolvimento econômico é, sem a menor dúvida, um conceito central na teoria desenvolvimentista de Furtado. Sua contribuição se dá, especialmente por pressupor um alcance para além da ideia de crescimento econômico, incorporando a ideia da inexorabilidade de uma política de distribuição de renda e de partilha do incremento da produção no sentido da melhoria das condições de vida da coletividade. O fato de termos mobilizado tão pouco esse conceito - a despeito de sua grande importância - diz respeito, justamente, ao fato desse se encontrar, nos textos políticos do autor, subordinado não só ao desenvolvimento da estrutura produtiva, mas ao estabelecimento de uma estrutura político social avançada¹⁵⁵. O segundo fator ainda não havia se efetivado satisfatoriamente no Brasil

¹⁵⁵ Sobre o conceito de desenvolvimento econômico e sua necessária vocação distributivistas vinculada ao desenvolvimento social e político ver: MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. “O conceito mais importante com o qual Furtado opera é, sem dúvida, o de desenvolvimento econômico. Este significa mais do que o simples crescimento econômico ou a acumulação de capital porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade. Assim, por exemplo, a grande acumulação de capital que se verifica na primeira fase de expansão do capitalismo não seria, a rigor, qualificada por Furtado como desenvolvimento econômico, uma vez que os incrementos de produtividade se concentram nas mãos dos capitalistas. Em contrapartida, quando a correlação de forças pende a favor dos trabalhadores (após a absorção do excesso de força de trabalho), aí sim verificar-se-ia o desenvolvimento econômico, porque o grosso da população passaria a se beneficiar dos frutos da produtividade. Note-se, então, que o desenvolvimento econômico se refere ao capitalismo dos EUA e, mais precisamente ao dos países mais avançados da Europa, onde vigora a democracia política.” (MANTEGA, 1987, p. 87).

pois encontrava-se represado pelos impedimentos à modernização das instituições políticas e sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas era visto como um “imperativo” e, se comparado à estagnação, um interesse acima dos antagonismos de classes, porém, só ele não bastaria. Para a manutenção do desenvolvimento econômico, fazia-se necessário desenvolver a estrutura social brasileira, para que as classes trabalhadoras pudessem exercer o papel que lhes cumpria na teoria da mudança social esboçada por Furtado, diga-se, o papel de força dinâmica que cuja pressão ativa os mecanismos de autolimitação do capitalismo, em nome da distribuição do excedente da produção. A consecução do desenvolvimento social dependeria do estabelecimento de uma “democracia autêntica”, compreendida como uma ordem social conflitiva mediada por instituições flexíveis. Portanto, apesar de Furtado manter-se no âmbito da defesa da revolução burguesa, essa não configurava um objetivo finalista, mas parte de um processo mais amplo de democratização e pautada por aspectos socializantes, próximos ao que vigia com a social-democracia europeia. A ideia de uma democracia como espaço de participação e manifestação de aspirações política e socialmente diversas tinha o objetivo de garantir o dinamismo para o desenvolvimento econômico e social. Furtado concebia como etapa fundamental a percepção por parte de setores mais dinâmicos da burguesia o conflito entre seus interesses e aqueles setores da própria classe dominante vinculados à lógica colonial e dependente. A própria ideia de que a burguesia industrial era uma classe essencialmente moderna - tese corrente no princípio da década de 1950 -, era matizada e problematizada a partir da crítica a seus vínculos com o capital estrangeiro e da crítica ao populismo, mas a participação de setores não era dispensada, mas devia ser submetida a uma série de controles que garantissem o sentido social ao desenvolvimento. Tendo isso em vista, o autor organiza um programa reformista cujo cerne é centrado na ampliação da participação das classes trabalhadoras, tanto no plano econômico como no plano político.

4.3.3 Um Reformismo democrático

Esse programa não deve ser visto como uma indicação imprecisa de intenções, e sim, como um compromisso a ser cumprido nos primeiros seis meses de atividade do novo Parlamento. Nas organizações sindicais, estudantis, de classe em geral, ou simplesmente de estudos e pesquisas, devem instituir-se grupos de trabalho que contribuirão com subsídios para o debate desses problemas. O povo acompanhará de perto as atividades de seus representantes e saberá de onde vêm as resistências antepostas às reformas que assegurarão a sobrevivência das instituições democráticas. Aqueles que lutam pela manutenção das atuais estruturas de privilégio já não poderão mistificar o povo, confundindo sua causa com a da democracia. (FURTADO, 1989, p. 146).

O último ponto de nosso capítulo pretende demonstrar que o projeto de Furtado para o estabelecimento de um capitalismo democrático é amparado pela defesa de reformas políticas e sociais de cunho democrático, com vistas na ampliação da participação e da soberania popular, amplificando voz e as demandas das classes trabalhadoras¹⁵⁶. Seguindo a concepção de que o “interesse social” da nação se aproxima dos interesses dessas classes, defendia-se a instituição de uma “efetiva democracia” pela incorporação do *demos* nas esferas de decisão por meio de uma reforma política:

O Brasil da fase presente é, portanto, um país em transição. O seu sistema político, de democracia representativa, tem demonstrado um certo grau de flexibilidade. Contudo, essa flexibilidade tem sido utilizada ao máximo, no período recente, criando-se um clima de permanente *suspense* com respeito à capacidade do sistema político para suportar novas tensões. O maior obstáculo a uma transição gradual está em que a reforma mais urgentemente necessitada – aquela que daria maior capacidade de auto-adaptação ao sistema e facilitaria a introdução de outra – resulta se a de mais difícil realização: a reforma política, visando aumentar a representatividade dos órgãos que atuam em nome do povo. Uma vez que se alcance esse grau mais alto de efetiva democracia, as demais modificações do marco institucional poderão ser introduzidas sem maiores tensões para o sistema político (FURTADO, 1964, p. 111).

Refutando qualquer possibilidade de interpretação de um caráter elitista do seu projeto de capitalismo democrático, Furtado afirmava que para transformar aspirações em normas de ação política, a “tarefa mais imediata” constituía em “organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente” (FURTADO, 1962, p. 32). Demonstrando uma percepção participativa e deliberativa, que concebia a necessidade de se viabilizar um maior engajamento da sociedade civil, defendia que caberia, assim, “aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá aos camponeses” iniciar, por meio de suas “organizações incipientes” um debate sobre suas demandas em relação aos “órgãos públicos do país” (Ibid.). Cumprida aos especialistas somente organizar os problemas mais complexos em estudos sistemáticos, “devendo as conclusões se objeto de debate geral”, visto que ele tinha a compreensão de que

¹⁵⁶ Certamente, o projeto reformista de Furtado ultrapassa muito a discussão proposta neste trabalho. Mesmo se pensarmos no campo da democratização das esferas da sociedade brasileira, as propostas do autor quanto à questão agrária e desigualdades regionais praticamente não foram abordadas em nome de um enfoque no debate sobre o processo de desenvolvimento político brasileiro. Neste item do capítulo daremos prosseguimento a esse mesmo recorte, destacando a importância atribuída pelo autor em uma reforma política que garanta a ampliação da participação popular como elemento catalizador do processo de desenvolvimento social. Para uma visão sintética sobre o programa reformista do autor, ver o “Manifesto das Forças Progressistas”, elaborado por ele em 1963 e publicado posteriormente em sua autobiografia “Fantasia Desfeita”. Nesse, o autor destaca 7 pontos como “programa mínimo” para as reformas: *Reforma Agrária*; *Reforma Fiscal*; *Reforma Administrativa*; *Reforma Universitária*; *Reforma Eleitoral*; e *Estatuto Disciplinar do Capital Estrangeiro*. FURTADO, C. “Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas” (1962). IN: _____. *A Fantasia Desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 147-149.

“o país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino” (Ibid.). Desses “debates gerais” deveriam “surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular” (Ibid.). Tratava-se do alargamento da concepção de nação e da própria democracia; da passagem de uma teoria elitista para um cânone que compreendia a necessidade da ampliação da participação política nos processos decisórios e de formação de poder, estando o próprio desenvolvimento econômico atrelado à essa expansão democrática:

O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos – isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática pluralista – consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação de poder. As atuais classes dirigentes, no caso brasileiro, não representam mais que uma parcela da população com atividade política. Em épocas passadas, essa parcela se confundia com a nação, na medida em que esta estava formada pela pequena minoria da população para quem a atividade política tinha qualquer significação, ou cujo comportamento podia ser de alguma relevância para os destinos do país. Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se no processo político. Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização. Não há nenhuma dúvida de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se esse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de atividade prática crítica, ou como tragédia de um povo que não encontrou seu destino (Ibid., p. 90).

A ideia explicitada é justamente a da superação do populismo pela efetiva autodeterminação política dos trabalhadores em torno de objetivos próprios - compreendidos mesmo como inconciliáveis com os das classes dirigentes -, de maneira a fortalecer a sociedade civil e instrumentos de representação autônomos das classes trabalhadoras. O Estado e os intelectuais teriam um papel específico de intervenção em defesa das reformas institucionais, pois a modernização das estruturas sociais só se iniciaria de forma efetiva a partir de medidas de cunho político. Porém, a partir do estabelecimento de instituições democráticas, os grandes responsáveis pela constante atuação para a mudança social seriam as classes trabalhadoras:

A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido. É a partir desse ponto que se pode pensar em ação política para o desenvolvimento, pois o populismo somente poderá ser superado por movimentos surgidos dentro das classes assalariadas e conducentes à sua autodeterminação política. Com efeito, amadurecendo a consciência da classe trabalhadora e definindo-se com nitidez os seus reais objetivos, o populismo poderá, durante algum tempo, transformar-se em arma contra aqueles mesmos que o usam. As conquistas obtidas pela classe trabalhadora através do jogo do populismo, se legítimas e orientadas por uma estratégia de longo prazo, poderão forçar posições básicas das classes dirigentes e criar situações irreversíveis no sentido do desenvolvimento social. A experiência do Brasil, em repetidas oportunidades, tem sido ilustrativa a esse respeito. O congresso

nacional, se bem que dominado pelos setores mais retrógrados das classes dirigentes, tem votado leis de profunda significação social – como foram, recentemente, o estatuto do trabalhador rural e a regulamentação da remessa de lucros para o exterior – sob a pressão de um jogo populista que o arrastou a momentos de pânico. Não resta dúvida que todas essas conquistas poderão ser ocasionalmente destruídas por um passo em falso, e esse passo pode ser facilitado pela indefinição das classes trabalhadoras com respeito a seus próprios objetivos, colocando-se incondicionalmente a reboque de lideranças populistas (Ibid., pp. 88-89).

A possibilidade de agência política fica clara em sua defesa da luta por “objetivos próprios” e pela “autodeterminação política” por parte das classes assalariadas como forma de superação do populismo, e demonstra que Furtado se posiciona de maneira crítica à ideia da tutela dos trabalhadores pelo Estado. Em sua análise do populismo, fica clara a possibilidade de superação desse arranjo, visto que a relação entre Estado e classes trabalhadoras não passa necessariamente pela relação direta entre o político carismático e o povo, mas por mecanismos políticos de manipulação da economia – como o poder administrativo e o controle dos mecanismo de inflação - mobilizados por esses políticos de modo a angariar votos. Mas, diferente do cânone clássico, esse expediente era ele mesmo limitado, pois acabava conferir benefícios aos trabalhadores que, se mobilizados de forma efetiva, atuaram na ruptura desse condicionamento. Assim como na leitura proposta pela teoria da *cidadania regulada*, a ampliação da cidadania, ainda que restrita, atuava de forma a abrir um horizonte de expectativas que saiam do controle das lideranças populistas. Esse movimento pode ser compreendido como a superação do ideário corporativista sem a necessidade de romper com a percepção dos avanços aferidos a partir da atuação do Estado. A ideia que se apresenta é da ampliação da cidadania, até então restrita ao âmbito das pautas trabalhistas e sociais, na direção da autonomia política. Mesmo concebendo que o Estado, em importante instância, representaria os interesses das classes dominantes, existe espaço de disputa pelas instituições pelo controle desse mesmo Estado a partir da pressão popular:

Para existir como uma sociedade que apoia o seu desenvolvimento em antagonismos de classes, a democracia capitalista necessita de certa flexibilidade institucional. É da própria natureza dos antagonismos de classes que eles não possam ser superados dentro de um sistema político-jurídico rígido. Os conflitos entre indivíduos podem ser resolvidos dentro de um sistema de arbitragem estabelecido em lei, pois sempre existe um interesse público que paira sobre os indivíduos e o árbitro aceito do interesse público é o Estado. O mesmo, entretanto, não pode se dizer dos conflitos entre classes sociais, pois não seria fácil definir o interesse público sem de alguma forma definir independentemente os interesses das classes que formam a sociedade (Ibid., p. 68).

Se o Estado era passível de ser controlado pelas classes dominantes, a única forma de submetê-lo aos interesses sociais se dava a partir da instauração de uma ordem institucional que

legitimasse a luta de classes como forma de controle popular. Ao conduzir o discurso sobre o desenvolvimento nacional para uma análise crítica do desenvolvimento social e político brasileiro, a partir de uma concepção de democracia fundada na luta de classes e na soberania popular, as propostas de Furtado configuram o que ele compreende como um “projeto de capitalismo democrático”. Tratava-se da reformulação dos paradigmas da intelectualidade brasileira quanto a relação entre as classes sociais e instituições, e entre a sociedade civil e o Estado. Não está posta na teoria do autor a possibilidade de uma ação estatal ou da *intelligentsia* tomada de forma descolada da sociedade civil. Pelo contrário, se propõe uma apelo aos setores esclarecidos no apoio ao movimento reformista para a democratização política e ampliação da participação das classes trabalhadoras como forma de viabilizar a democratização do próprio Estado e demais instâncias da sociedade brasileira. O plano societário não é desvalorizado segundo uma lógica meramente estatista, ao mesmo tempo, não existe uma oposição intrínseca entre sociedade civil e Estado. De fato, a mediação entre esses entes é dada pela mobilização e participação popular, pela conscientização ampla da sociedade no sentido da luta política. A sociedade civil e o Estado são tomados como instâncias fundamentais - e não excludentes - para a efetivação do desenvolvimento econômico e social, e a renovação das instituições anacrônicas do regime político brasileiro.

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo (FURTADO, 1962, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da tese, buscamos demonstrar, a partir da análise de seus vínculos diacrônicos e sincrônicos, que a constituição de uma *linguagem* nacionalista periférica configura o que qualificamos como uma teoria política nacionalista e periférica. Defendemos que, a partir da análise de seus componentes epistemológicos, históricos/historiográficos e políticos, se constitui o que pode ser compreendido como uma epistemologia nacionalista periférica, de caráter eminentemente político e pós-colonial, que rompe com o paradigma fantasmagórico da inserção periférica sem cair no ufanismo essencialista e culturalista. Da mesma forma, a partir dessa construção, pode se constatar a emergência de uma interpretação alternativa - porque periférica -, do desenvolvimento político brasileiro, que permite compreender esse processo por outro viés que não o do desvio - patrimonial ou populista - de modelos cêntricos e teorias da modernização postas por experiência exógenas, no mais das vezes, idealizadas. O sentido auferido a esse processo é o sentido da democratização, tomada em seus percalços e mesmo em movimentos aparentemente paradoxais, que não seguem em linha reta por etapas pré-definidas, mas é construído sobre condições que também não são ideais.

O nacionalismo epistemológico, concebido pela necessidade de promover o desenvolvimento nacional, é o que inspira os autores da tradição nacional-reformista a voltarem-se para a política, organizando o conhecimento da esfera social e para esse fim. Se foi possível detectar esse movimento nas obras dos intelectuais nacionalistas da década de 1920 e 1930, notamos também que, ainda que tivessem em mente a necessidade do desenvolvimento nacional sob uma perspectiva da consolidação da ordem burguesa - reformista, corporativista ou social-democrata - à época, eles constatavam a impossibilidade de promover esse desenvolvimento a partir de expressões emanadas unicamente da sociedade civil. Sem um mercado interno integrado, alguma dose de urbanização, industrialização (compreendida como desenvolvimento produtivo, ainda que agrícola), direitos sociais, reforma agrária e organização das classes trabalhadoras, a implantação da democracia liberal reproduzia incessantemente o domínio político oligárquico. O Estado figurava então como o único ator capaz de viabilizar as condições para o efetivo desenvolvimento e a superação da ordem política oligárquica. Não se tratava de desvio, visto que os autores recusavam de pronto a existência de um modelo - no caso, uma atitude quase ontológica, mas, efetivamente, epistemológica e política -, partindo assim do olhar para condições específicas e deslocamentos que então se tornavam evidentes, primeiramente, no plano econômico. O ensejo para que ganhasse força essa perspectiva do nacionalismo periférico que se manifesta no Brasil, pelo menos, de meados do século XIX, fora

a crise do *laissez-faire* e, conseqüentemente, da cronosofia liberal. Mas, ao invés de aderir a outra filosofia da história de corte universalista, ou ao modelo também importado do nacionalismo fascista, voluntarista e reacionário, tão em voga no período, esses autores - Torres, Viana, Santa Rosa e Almeida - optaram para o que, anacronicamente, podemos compreender como uma opção mediana. Aderiram a uma concepção mais materialista do nacionalismo, apostando na iniciativa do Estado para organizar a sociedade civil com a promoção de reformas e da cidadania social. Esse Estado controlava os trabalhadores, mas também o ímpeto exploratório empresarial. De forma um tanto paradoxal, esse arranjo baseado na contenção de conflitos e na cooperação abriu um horizonte de expectativas para pautas organizativas e reivindicatórias, que, ao longo do tempo, por meio da luta nos espaços disponíveis, reflete-se em maior autonomia. As teses da *cidadania regulada* e da *invenção do trabalhismo* ganham um substrato teórico e nos servem como elemento conector entre as antigas tradições do nacionalismo-estatista e do reformismo radical, com a nova e emergente manifestação do nacionalismo democrático.

Como vimos, grande parte dos pressupostos epistemológicos do nacionalismo democrático estavam postos há tempos; e mesmo grande parte da pauta/projeto reformista. Jaguaribe, Guerreiro e Furtado elaboram (ou aperfeiçoam) uma interpretação crítica do desenvolvimento político brasileiro que, por razões óbvias, não poderia estar nos autores da década de 1930, mas que guardava, da mesma forma, o ímpeto do estabelecimento da ordem burguesa e superação dos resquícios oligárquicos que povoavam, especialmente, as hostes do Estado. Aí então a democratização é a chave - As liberdades básicas associadas ao liberalismo - de associação, de pensamentos, palavras e organização política - não mais se enquadravam em nenhum credo político, constituindo então, herança civilizatória (SANTOS, 1997, p. 9). Como outrora, então, Jaguaribe, Guerreiro e Furtado recusavam abraçar como um todo a ideologia liberal e a ideologia marxista, antes, adequavam, novamente sob o signo do nacionalismo periférico, o que julgassem pertinente à realidade do capitalismo periférico. A soberania e autonomia davam o tom em relação às expressões culturais e ideológicas vindas de fora; não haviam de ser recusadas, mas ponderadas perante uma régua política. A democracia e a ascensão das classes trabalhadoras davam o tom em relação ao plano interno, em antagonismo ao poder oligárquico e de setores retrógrados da burguesia e da classe média, representados no Estado Cartorial, na economia colonial ou no populismo.

Nacionalismo, desenvolvimento e democracia são as chaves da teoria política que se constitui a partir dessa longa tradição do nacionalismo periférico. O nacionalismo adquire então, efetivamente, feições pós-coloniais, na teorização sobre a realidade periférica, no

antagonismo ao imperialismo e na busca por um caminho autônomo de desenvolvimento. Este último, por sua vez, passa a ser concebido como movimento composto por diversas dimensões - econômica, social, política e cultural - impossíveis de serem separadas, a não ser para fins virtuais e explicativos. Rompe-se também com a hierarquia causal histórica automatista, que previa o desenvolvimento político e social como derivação automática do desenvolvimento econômico e da industrialização. Essas últimas contavam como condições necessárias, mas não suficientes, sendo demandada, justamente, a organização política do “povo” que emergia. A democracia adquire na teorização desses autores, finalmente, atributos modernos, isto é, passa a contar com o conflito enquanto elemento intrínseco, ou mesmo como força catalisadora do processo de desenvolvimento. Essa teoria do desenvolvimento e funcionamento da democracia na periferia consiste na forma mais acabada da teoria política nacionalista periférica. A história brasileira passa a ser contada pelo conflito de classes e estratos de classes na disputa política pela conformação e o caráter do desenvolvimento. Por mais que essa história seja interpretada por uma chave crítica, ela não é nem renegada - uma herança colonial indelével - e nem celebrada; adota-se, de fato, uma postura compreensiva, menos normativa e mais descritiva, justamente porque a norma estava ainda por fazer. Distintamente do que afirmam aqueles que, sob chave liberal ou marxista, atribuem um caráter imutável, determinado pelo Estado, autoritário a todo o período, os autores também apresentam uma crítica efetiva ao controle do Estado por setores dominantes e privilegiados - vide a reflexão sobre o Estado Cartorial, a economia colonial e o populismo -; a diferença, entretanto, e esse é ponto central derivado da perspectiva da democratização, é que Jaguaribe, Guerreiro e Furtado acreditam na efetividade da ação e da disputa política. Não havia necessidade e nem viabilidade de adoção de teorias exógenas como forma de, magicamente, fazer emergir a cultura cívica ou a consciência de classes no Brasil. O que deveria se buscar, era dar continuidade ao processo de organização das classes ascendentes e de fortalecimento da sociedade civil, tarefa que não prescindiria do Estado, mas dependeria de uma disputa dentro da institucionalidade democrática. Para concluir, retomamos a citação que inicialmente nos motivou a refletir sobre essa longa, penosa e inacabada - porque fundamentalmente infundável - luta pela democratização:

Divergências ideológicas, contudo, não constituem diretamente o futuro cânone predominante de interpretação do período. Não se trata de uma linha reta. Ao contrário, *é necessário perder a memória da luta ideológica, sublimá-la, para constituir a história de um paradigma acadêmico*. O contexto de interpretação - produto da historicidade - se altera. Como apreciar positivamente o Estado-Petrobrás ou o Estado-Brasília, quando o Leviatã se tornou Estado-treva? Não será sempre o mesmo Estado, afinal percebido em sua ‘essência’ por marxistas radicalizados e liberais *in pectore*? Abandonadas por irrelevantes as vãs esperanças da ‘democracia

populista' foram necessário exorcizar seus 'mitos'. Um começo radicalmente novo, pelo menos em relação às 'ilusões' dos derrotados. Mas o que fazer com os vitoriosos de então - não os militares, mas a ordem econômica que veio a prevalecer? Também o Estado-treva passou-se e um novo futuro - transição democrática, infortúnio econômico-social - demanda um novo olhar. A guerra já não estaria em nós - 'todo este Sul já fede a paz', diria Pound -, mas como responder, agora a sério, a perguntas como: que Estado? que economia? que democracia? (GUIMARÃES, 2001, p. 173).

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Maria Aparecida. *Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro: 2006.
- ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.
- ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos*. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2006.
- BARIANI, Edison. A perspectiva da revolução: Guerreiro Ramos e o nacionalismo. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1, n.1, jan./jun. 2011.
- _____. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2011.
- _____. Certidão de nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 15-27, jan.-abr, 2015.
- BASTOS, Tavares. *Cartas do solitário*. Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Linhagens do pensamento político brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 231-69, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luíz C. Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência In: Caio Navarro de Toledo, (org). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- _____. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.
- _____. Os três ciclos da sociedade e do Estado. *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, São Paulo, nº. 308, FGV-EESP, 2012.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. *Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea. Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, 2015.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina. Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, pp. 607 a 640, 2012.

_____. A questão da representação política na Primeira República. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 25-35, Jan./Abr. 2008

CAMPANTE, Rubens. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 1, 2003.

CANNONE, Hélio. Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARDOSO, Adalberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação sociológica*. 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, n. 1, p. 123-52, 2000.

_____. A utopia de Oliveira Vianna. In: _____. (org.). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG. pp.202-231, 2005.

CASSIMIRO, Paulo Henrique. A Revolução Conservadora no Brasil: Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. *Revista Política Hoje – V. 27, Edição Especial*, 2019.

CEPÊDA, Vera A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo (USP), 1998.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro. Interpretações do Brasil contemporâneo. *Revista Mediações*, v. 23 n. 2, 2018.

CINTRA, Wendel. *Qual democracia? O governo do povo no Pensamento Político Brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

_____. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DOMINGUES, José Maurício. A América: Intelectuais, Interpretações e Identidades. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 35, n. 2, 1992.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EISENSTADT, Shmuel. *Modernização e mudança social*. Belo Horizonte, Editora do Professor, 1968.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

FAORO, Raymundo (1958). *Os Donos do Poder*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

_____. Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 9-58, 1987.

FALCOM, Francisco. História das Ideias. IN: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho O tempo de ilusões In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1977.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, RBCS Vol. 28 n° 82 junho/2013.

FURTADO, Celso (1944). A feição funcional da democracia moderna. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano IV, 36, pp. 55-58.

_____. Trajetória da democracia na América. *Revista do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro. (Prêmio Franklin D. Roosevelt, outorgado pelo IBEU).

_____. A economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954a.

_____. *Perspectivas da economia brasileira*, de Celso Furtado, Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A pé-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GOMES, Ângela de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3a Edição, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n2, 1996. <Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg22.pdf>

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitscheck: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In.: REZENDE, Maria Alice Carvalho. *República no Catete*. Museu da República: Rio de Janeiro, 2001.

_____. Esquerda e Democracia. In. AGUIAR, Thais; HOLLANDA, Cristina Buarque; VILLAS BOAS, Pedro. *Cesar Guimarães: Uma Antologia de Textos Políticos*. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2019.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política em sociedades em mudança*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

JAGUARIBE, H. A crise brasileira. *Cadernos do nosso tempo*, CNT nº 1, ISEB, 1953.

_____. A Crise do Nosso Tempo e do Brasil. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº2, janeiro-junho, pp. 1-17, 1954a.

_____. O Que é o Ademarismo?". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº2, janeiro-junho, pp. 129-149, 1954b.

_____. O moralismo e a alienação da classe média. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº2, janeiro-junho, pp. 150-159, 1954c.

_____. Para uma política nacional do desenvolvimento. *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, no 5, 1956.

_____. Condições institucionais do desenvolvimento. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, Iseb, 1958a.

_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, Iseb, 1958b.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

JASMIN, Marcelo G. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: Referências Preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005.

JASMIN, Marcelo G.; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: _____. (orgs.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

KAYSEL, André. *Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)*. Tese (doutorado em ciência política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

KONDER, Leandro A. *Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LAMOUNIER, Bolívar (1977). Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação, IN: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo III: O Brasil republicano, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

_____. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: _____. (org). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, n. 82, p. 17-60, 2011.

LIMONGI, Fernando. Introdução. In: DAHL, R. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

LIPSET, Seymour. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: xamã; Arte escrita, 2010.

_____. Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira. Tese de Doutorado - PUC-SP, São Paulo, 2010.

LOWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

_____. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan.-abr. 2015.

_____. Entre a velha e a noiva ciência política. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, número especial, Nov. 2016.

_____. A institucionalização da área de pensamento político brasileiro no âmbito das ciências sociais: a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos revistada (1963-1978). In: DULCI, Otávio Soares. (Org.). *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. 1ed. Belo Horizonte: UFMG/Perseu Abramo, p. 11-63, 2013.

_____. Um pensador da Democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.63(1), 2020.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. Bolívar Lamounier e a Interpretação Liberal do Pensamento Político Brasileiro. In: *42o Encontro Anual da ANPOCS*, 2018.

MACEDO, Bernardo. As ideias de Raul Prebisch sobre a industrialização periférica. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

MAIA, João M. E. Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de ‘populismo’ no Brasil. *Teoria & Sociedade*. n. 10, julho-dezembro de 2002.

_____. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Rio de Janeiro, 2001.

_____. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. *Revista Estudos políticos*, 2010.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo 1981.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Globo, 1956.

_____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

- MARRECA, Pedro Paiva; CANNONE, Hélio. Nacionalismo Periférico no Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré: História, Política e Epistemologia. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política. Montevideu, 2017.
- MARRECA, Pedro Paiva; BARBOSA, Leonardo. Nacionalismo, democracia e revolução no ISEB. In: 10º Encontro ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 10º Encontro ABCP, 2016
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, p. 161-228, 2000.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. n. 5, v 2, 1987.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro. *Teoria & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 73-89, 2012.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, SP: Editora Ática, 1978.
- MOTTA, Luiz E. O ISEB no banco do réus. *Revista Comum*, vol. 5, nº 15, Ago./Dez., 2000
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 245-264.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Historia como sistema*. S.d. <Disponível em: <http://www.hermanotemblon.com/biblioteca/Literatura%20en%20General%20Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose%20-%20Historia%20como%20sistema.pdf>>
- PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o Nacional desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. A contemporaneidade do não coetâneo: emergência de uma nova era e sociedade do conhecimento. *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, ano 22, núms. 1, 2 y 3, 2000. <Disponível em: <https://www.crefal.org/rieda/images/rieda-2000-123/articulo4.pdf>>

PALTI, E. O problema de “As ideias fora do lugar” revisitado: para além da “história das ideias na América Latina”. In: MAIA, João Marcelo Ehlert et al. *Ateliê do pensamento social: ideias em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: edusp, 2003.

_____. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter. IN: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J.(orgs) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. (1949) In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, Vol. I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Revista Lua Nova*. São Paulo: v. 4 n. 3, 1988.

REZNIK, Luís. *O ‘populismo’ e a teoria democrática descritiva* [não publicado], 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro, 1953.

_____. *A dinâmica da sociedade política no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 1, pp. 23-38, 1956.

_____. *Condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1963.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RAMOS, José de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 10(2):573-601, maio-ago. 2003.

RIBEIRO, Marcos. *Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (Mestrado Sociologia Política), Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2010.

RICUPERO, Bernardo; NUNES FERREIRA, Gabriela. Estado e sociedade em Oliveira Viana e Raymundo Faoro. *Caderno CRH*, v. 18, n. 44, maio-agosto, 2005.

REIS, Daniel Arão. *Estado e Trabalhadores: o populismo em questão*. Lócus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007.

SADEK, Maria Tereza. *Análise sobre o pensamento social e político brasileiro*. BIB, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7-21, 1982.

SANTA ROSA, Virgínio. *A desordem: Ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro: Ed. Schmidt, 1932.

_____. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1976.

SANTOS, Wanderley G. dos. Preliminares de uma controvérsia metodológica. *Revista civilização brasileira*, 1965.

_____. A imaginação político-social brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais* Dados, n. 2-3, p. 182-93, 1967.

_____. *Raízes da imaginação política brasileira*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-61, 1970.

_____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *O sistema oligárquico representativo da Primeira República*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 9 a 37

_____. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *A imaginação política brasileira: Cinco ensaios de história intelectual*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo, Ed. UNESP, 2017.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. - Rio de Janeiro : Publit Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no2, 2010.

SEGATTO, José A. PCB: a questão nacional e a democracia. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves de Almeida (org.). *O Brasil Republicano* Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: avenir, 1978.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

_____. *Visions of politics: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2002.

SZWAKO, José Leon; ARAUJO, Ramon. Quando os conceitos entram em cena: história intelectual do 'populismo' e sua influência na gênese do debate sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 32, no 67, p. 469-499, maio-agosto 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. IN: _____. (Org.) *Celso Furtado e o Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: UNICAMP, 1982.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. *A Organização nacional*. Livro Digital, Iba Mendes Editor Digital - 2a Edição - São Paulo, 2019.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento*. São Paulo: FGV, Escola de administração de empresas de São Paulo, 2003.

VILLAS-BOAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: FBN/MinC, 2007.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

_____. *Direito do trabalho e democracia social*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1951.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. Os sindicatos e a política no Brasil. In. *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.